

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**A agroecologia como estratégia de gestão de Unidades de
Conservação de Uso Sustentável no Vale do Ribeira – SP, Brasil**

Gabriela Narezi

**Tese apresentada para obtenção do título de
Doutor em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada**

**Piracicaba
2012**

Gabriela Narezi
Tecnóloga em Saneamento Ambiental

**A agroecologia como estratégia de gestão de Unidades de Conservação de
Uso Sustentável no Vale do Ribeira – SP, Brasil**
versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Prof. Dr. **PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES**

**Tese apresentada para obtenção do título de
Doutor em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada**

Piracicaba
2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - ESALQ/USP**

Narezi, Gabriela

A agroecologia como estratégia de gestão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Vale do Ribeira – SP, Brasil / Gabriela Narezi. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2012.
323 p. : il.

Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2012.

1. Áreas de conservação 2. Biodiversidade 3. Ecologia agrícola 4. Gestão ambiental 5. Mata Atlântica 6. Sustentabilidade I. Título

CDD 333.72
N227a

“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos habitantes da Mata Atlântica:
aos caipiras, caboclos, caiçaras, quilombolas e indígenas;
àqueles antepassados expropriados de suas terras
e de suas próprias vidas.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

Ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques por acreditar no meu trabalho e pelos essenciais incentivos nos diferentes percursos desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada, ao comitê de orientação e à Associação de Pós-Graduandos por me possibilitarem diferentes oportunidades de formação enquanto pesquisadora, no âmbito da ESALQ e do CENA – USP.

À CAPES pela bolsa de doutorado e pela bolsa do Programa Colégio Doutoral Franco-Brasileiro.

À FAPESP que - a partir do financiamento do projeto “Participação social e discursos sobre a sustentabilidade: um estudo das dinâmicas e conflitos em torno de projetos e políticas públicas de desenvolvimento rural no Vale do Ribeira” - possibilitou-me um maior envolvimento com a região de abrangência desta pesquisa.

Aos moradores da Juréia-Itatins por permitirem a minha presença em seus espaços de luta e pela confiança depositada nesta pesquisa.

Aos pesquisadores, consultores, técnicos e gestores da Fundação Florestal que gentilmente contribuíram para a coleta de dados de extrema relevância para esta pesquisa.

Ao Leo Ferreira, Iara e família pelas vivências no Vale do Ribeira, pelos diálogos enriquecedores e pela amizade.

Ao Prof. Dr. Sébastien Velut pela orientação, apoio e acolhida no Institute des Hautes Études sur l’Amérique latine – Sorbonne Nouvelle, Paris III.

Ao Prof. Dr. Jean Claude Juneau pela breve, porém simpática acolhida no ISARA – Lyon e pelas ótimas indicações de leitura.

À Association Française des Femmes Diplômées des Universités pela concessão do prêmio Marie-Louise Furnestin-Faure, que me possibilitou realizar as viagens aos Parques Naturais Regionais franceses.

Às professoras de francês: Catherine, Mirian e Anne.

Ao Baptiste Sanson (Bergerie Villarceaux) e Benôit Leroux (LADYSS) por me abrirem os caminhos para as imersões na *agriculture biologique* e no parque natural regional do Vexin francês.

Aos colegas e estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais do Campus de Muriaé, por me apresentarem a Zona da Mata, onde concluí a escrita deste trabalho.

Aos meus amigos, os de cá e os de lá, de todos os “cantos”, por alimentarem meu espírito do que é belo, de cores, luzes e melodias, sem os quais a vida não teria o menor sentido.

À minha mãe e à minha família pelo amor e apoio incondicional.

Ao João por me acompanhar e me apoiar nesta trajetória, pelas alegrias, pelas reflexões e práticas agroecológicas, pelo aprendizado, pela amizade, pelo amor e pelas adoráveis vivências na Mata Atlântica.



L'Angélus – Jean-François Millet (1857-1859)

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT	13
RESUMÉ.....	15
LISTA DE FIGURAS.....	17
LISTA DE QUADROS.....	19
LISTA DE GRÁFICOS.....	21
1 INTRODUÇÃO.....	23
1.1 Apresentação.....	23
1.2 Hipóteses da pesquisa.....	29
1.3 Objetivo geral.....	30
1.4 Objetivos específicos.....	30
1.5 Metodologia.....	30
1.5.1 Referenciais teórico-metodológicos da pesquisa.....	30
1.5.2 Definição da área de abrangência da pesquisa e coleta de dados.....	34
1.5.3 Estágio doutoral no exterior.....	38
2 CONCEITOS E DEBATES EM AGROECOLOGIA: PERSPECTIVA HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA.....	43
2.1 Sociobiodiversidade e dinâmica de paisagem.	43
2.2 O impacto da colonização do território brasileiro na sociobiodiversidade.....	50
2.2.1 A perda de recursos genéticos a partir da perda do etnoconhecimento.....	50
2.2.2 Introdução de espécies exóticas no território brasileiro.....	52
2.2.3 A valorização e o reconhecimento da sociobiodiversidade brasileira.....	54
2.3 A revolução verde e a modernização conservadora no campo.....	57
2.4 A agricultura alternativa.....	62
2.5 Desenvolvimento rural sustentável: o território como unidade de análise.....	68
2.6 A ciência agroecológica: percepções, práticas e perspectivas.....	77
2.6.1 A proposta de mudança paradigmática da agroecologia.....	77
2.6.2 O diálogo interdisciplinar na ciência agroecológica.....	85
3 CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PROJETOS EM CONCORRÊNCIA?	99
3.1 Histórico de criação de áreas naturais protegidas.....	100
3.1.1 Paisagens naturais – da exploração à inspiração.....	100
3.1.2 Patrimonialização da natureza, da cultura e a conservação da biodiversidade.....	104
3.2 As categorias de conservação da biodiversidade: da natureza intocada ao uso sustentável.....	110
3.2.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	110
3.2.2 Estação Ecológica.....	117
3.2.3 Área de Proteção Ambiental.....	118
3.2.4 Reservas Extrativistas.....	119
3.2.5 Reservas Particulares do Patrimônio Natural.....	120
3.2.6 Reservas de Desenvolvimento Sustentável.....	121
3.3 O plano de manejo participativo como ferramenta de gestão.....	129
3.3.1 Concepção do plano de manejo participativo para RDS.....	129
3.3.2 O diagnóstico do meio físico, biótico e antrópico.....	131

3.3.3 O zoneamento e os programas de gestão de uma RDS.....	134
3.4 A experiência francesa na gestão dos Parques Naturais Regionais franceses.....	139
3.4.1 Os <i>paysans</i> no contexto dinâmico dos territórios rurais franceses.....	139
3.4.2 Os Parques Naturais Regionais franceses.....	146
3.4.3 A conservação da agrobiodiversidade e os produtos do território.....	150
3.4.4 Eco-museus, turismo sustentável e a valorização da paisagem rural.....	155
4 A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	163
4.1 Conflitos socioambientais no contexto das áreas naturais protegidas do estado de São Paulo.....	163
4.2 O histórico dos ciclos econômicos no Vale do Ribeiro.....	173
4.3 A criação da EEJI: o marco da conservação no estado de São Paulo.....	178
4.4 O mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins: negociações e conflitos.....	185
4.5 O núcleo do Despraiado: território e paradigmas em concorrência.....	192
4.5.1 A delimitação do território e o zoneamento da área.....	207
4.5.2 A roça caiçara e o extrativismo no núcleo do Despraiado.....	215
4.5.3 Os programas de gestão.....	219
4.6 A tradicionalidade em questão.....	225
5 AGROECOLOGIA: ESTRATÉGIA ADEQUADA PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM QUESTÃO.....	235
5.1 Disputas paradigmáticas para a conservação da sociobiodiversidade.....	235
5.1.1 A crítica preservacionista ao socioambientalismo.....	235
5.1.2 Aproximações entre o socioambientalismo e a agroecologia.....	239
5.2 Iniciativas agroecológicas na Mata Atlântica: elementos de reflexão para a recategorização da EJI.....	245
5.2.1 Os Sistemas Agrofloretais biodiversos na Mata Atlântica.....	245
5.2.2 A multifuncionalidade da agricultura e da conservação da biodiversidade no âmbito da cultura caiçara.....	251
5.2.3 As possibilidades da prática extrativista sustentável: manejo e certificação.....	255
5.2.4 Infra-estrutura e qualidade de vida em territórios rurais e áreas naturais isoladas.....	259
5.3 Modelos de conservação da sócio e da biodiversidade em concorrência no estado de São Paulo.....	261
5.4 Contribuições da experiência francesa à gestão de Unidades de Conservação de uso sustentável.....	264
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	271
REFERÊNCIAS	277
ANEXOS.....	291

RESUMO

A agroecologia como estratégia de gestão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Vale do Ribeira – SP, Brasil.

Este trabalho apresenta elementos de reflexões acerca dos distintos modelos de gestão que são concebidos para as áreas naturais protegidas. Nosso interesse se voltou, em particular, para os debates acerca das Unidades de Conservação de Uso Sustentável do estado de São Paulo – Brasil. Atualmente, na região do Vale do Ribeira, possuidora de um dos maiores remanescentes contínuos de Mata Atlântica do país, é possível encontrar disputas por diferentes modelos de gestão destas áreas. O estudo da implantação das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) permite analisar as mais recentes formas de reconhecimento do direito de permanência de populações tradicionais no interior de áreas naturais protegidas no Brasil, em especial, na faixa de Mata Atlântica do litoral sul paulista. Nesta perspectiva, buscou-se analisar a inserção da temática da agroecologia como estratégia de gestão, em meio a conflitos socioambientais. A metodologia de pesquisa comportou levantamento bibliográfico e coleta de dados primários, graças a anotações em cadernos de campo, obtenção de relatos orais nos espaços participativos de gestão e uso do território da RDS do Despraiado, no âmbito da recategorização da Estação Ecológica Juréia-Itatins em mosaicos de UCs e entrevistas semi-estruturadas junto aos gestores e pesquisadores das UCs do Vale do Ribeira. A pesquisa ainda contou com um estágio doutoral no *Institute des Hautes Études sur l’Amérique latine*, Sorbonne Nouvelle, onde foi possível analisar as estratégias de gestão territorial adotadas em dois Parques Naturais Regionais franceses, consideradas enquanto subsídio para nossa análise sobre a conciliação da conservação com o desenvolvimento. A partir dos dados coletados foi possível caracterizar e interpretar a organização social, o histórico das práticas produtivas agrícolas tradicionais, os conflitos socioambientais ligados à gestão da RDS do Despraiado e as práticas agrícolas intensivas em áreas degradadas. Neste quadro, foi possível encontrar evidências de que o modo de vida e de produção agrícola favorecem uma sensibilidade das populações locais ao início de um processo de transição agroecológica. Entretanto, as disputas em torno da implantação da RDS em estudo aqui revelam que a perspectiva de conservação da natureza com desenvolvimento – na qual a agroecologia está, em princípio, em primeiro plano – enfrenta muitos obstáculos para sua disseminação. A promulgação da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei que instituiu o Mosaico de UCs Juréia-Itatins reforça a manifestação dos interesses preservacionistas no âmbito da gestão deste território no estado de São Paulo. Mesmo com a repercussão de experiências agroecológicas de sucesso no Vale do Ribeira, ainda são muito incipientes as iniciativas de conservação da sociobiodiversidade e de valorização cultural para o desenvolvimento sustentável das populações tradicionais no interior de UCs paulistas.

Palavras-chave: Agroecologia; Unidades de Conservação; Sustentabilidade; Sociobiodiversidade

ABSTRACT

Agroecology as a management strategy for Sustainable Conservation Units in *Vale do Ribeira* – SP, Brazil.

This paper presents reflections regarding different management models designed for protected natural areas. Our research is particularly focused in debates about Sustainable Conservation Units in Sao Paulo State in Brazil. *Vale do Ribeira* is an area that has one of the largest continuous remnants of Atlantic Rainforest of the country. There are several disputes over different management models for those areas. The study of Sustainable Development Reserves (*Reservas de Desenvolvimento Sustentável* - RDS) implementation allows analyzing the latest forms of recognition of the right of residence of traditional populations within protected natural areas in Brazil, especially in the Atlantic rainforest in the southern coastal area of Sao Paulo state. In this perspective, this study sought to analyze the integration of agroecology as a management strategy amid environmental conflicts. The research methodology included bibliographic analysis and collection of primary data through field notes; oral histories obtained in management and land use participatory spaces at *Despraiado* RDS in the context of restructuration of *Juréia-Itatins* Ecological Station in Conservation Units Mosaics; and semi-structured interviews with the managers and researchers of *Vale do Ribeira* Conservation Units. The research also included a doctoral internship at *Institute des Hautes Études sur l'Amérique latine*, at *Université Sorbonne Nouvelle*, in France where it was possible to analyze the strategies of land management practices of two French Regional Natural Parks. That experience was the base to analyze the conciliation between conservation and development in this study. From the data collected it was possible to characterize and interpret the social organization, the history of traditional agricultural production practices, of environmental conflicts related to the management of *Despraiado* RDS and intensive agricultural practices in degraded areas. In this context, it was possible to find evidence that the way of life and agricultural production of the area favor local sensitivity in regard of an agroecological transition process. However, the disputes over the implementation of the RDS analyzed in this study, shows that the perspective of nature conservation along with development faces many obstacles to its propagation even though agroecology is in the forefront of the discussion. The enactment of the lawsuit declaring the creation of *Juréia-Itatins* Conservation Unit Mosaic an unconstitutional act, reinforces the manifestation of preservationists' interests in the management of this Sao Paulo State territory. Even with the impact of successful agroecological experiences at *Vale do Ribeira*, socio-biodiversity conservation initiatives and cultural valorization of sustainable development of traditional populations are still rudimentary at Conservation Units in the State of Sao Paulo.

Keywords: Agroecology ; Units of Conservation ; Sustainability ; Socio-biodiversity

RÉSUMÉ

L'agroécologie comme stratégie d'aménagement des Unités de conservation d'utilisation durable dans le « Vale do Ribeira », état de São Paulo, Brésil.

Ce travail présente des éléments de réflexion sur les différents modèles d'aménagement conçus en vue de la protection des parcs naturels. Nous nous intéressons, en particulier, aux débats sur les Unités de Conservation d'utilisation durable de l'état de São Paulo au Brésil. En fait, dans la région du « Vale do Ribeira », où se trouve la plus vaste zone continue de *forêt atlantique* préservée, les conflits autour des différents modèles d'aménagement sont très importants. L'étude de l'implantation des Réserves de développement durable (Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS) a permis d'analyser les plus récentes formes de reconnaissance du droit de permanence des populations traditionnelles à l'intérieur de ces zones de protection environnementale au Brésil, notamment en ce qui concerne la bande de *forêt atlantique* du littoral sud de l'état de São Paulo. Ainsi, on a cherché à analyser l'introduction de la thématique de l'agroécologie comme une stratégie d'aménagement, au milieu des conflits sociaux et environnementaux. La méthodologie de recherche a d'abord consisté à une révision bibliographique. Elle s'est ensuite orientée sur la collecte des données primaires, à partir de notes de terrain et du recueil d'histoires orales dans les espaces participatifs d'aménagement du territoire de la « RDS do Despraiado », dans le cadre de la création d'une mosaïque d'Unités de conservation de la « Juréia-Itatins ». Dans ce cadre, ont été réalisés des entretiens semi-structurés avec les gestionnaires et chercheurs des Unités de Conservation du « Vale do Ribeira ». L'année doctorale à l'Institut des hautes études sur l'Amérique latine, à la Sorbonne Nouvelle – Paris III, a permis d'analyser des stratégies d'aménagement du territoire des Parcs naturels régionaux, permettant de réfléchir sur les possibilités de conciliation entre conservation de la nature et développement. À partir des données recueillies, il a été possible d'interpréter l'organisation sociale, l'histoire de l'agriculture traditionnelle, les conflits sociaux et environnementaux qui sont liés aux modèles d'aménagement du territoire et aussi, les pratiques productives agricoles intensives dans les aires dégradées. Dans ce cadre, il a été possible de trouver des éléments permettant de considérer que le mode de vie et la pratique de l'agriculture traditionnelle peuvent favoriser la sensibilité des populations locales pour se lancer dans un processus de transition agroécologique. Néanmoins, les conflits sur l'implantation de la « RDS do Despraiado » nous montrent que le concept de la conservation de la nature associé au développement – dans lequel l'agroécologie doit occuper un premier plan – connaît de nombreux obstacles concernant sa propagation. La promulgation de l'Action Directe d'Inconstitutionnalité contre la loi qui a institué la mosaïque des Unités de conservation « Juréia-Itatins » vient renforcer l'expression des intérêts du courant préservationniste dans l'aménagement du territoire dans l'état de São Paulo. Malgré l'impact de la réussite des expériences agroécologiques menées dans le « Vale do Ribeira », les initiatives en faveur de la conservation de la sociobiodiversité et de mise en valeur de la culture des populations traditionnelles dans les aires protégées dans l'État de São Paulo demeurent très minoritaires.

Mots Clés : Agroécologie ; Unités de conservation ; Développement durable ; Sociobiodiversité

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Produção convencional de lavanda.....	152
Figura 2 – <i>Marché Paysan</i> em Apt – PNR do Luberon.....	153
Figura 3 – Iniciativas de conservação da sociobiodiversidade no PNR do Luberon.....	153
Figura 4 - Anvers-sur-Oise: sobre os passos de Vincent Van Gogh: patrimônio artístico, paisagístico e arquitetônico.....	161
Figura 5 – Território de Villarceaux – PNR do Vexin Français.....	162
Figura 6 – Audiências públicas para discussão do novo projeto de Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins.....	188
Figura 7 – Alterações na paisagem em séries históricas.....	193
Figura 8 – Reuniões do Conselho Gestor deliberativo da RDS do Despraiado.....	197
Figura 9 – Bananicultura convencional.....	197
Figura 10 – Moradora da RDS do Despraiado apresentando seus produtos em uma oficina do plano de manejo do Mosaico de UCs Juréia-Itatins.....	200
Figura 11 - Oficina de pré-zoneamento da RDS do Despraiado.....	210
Figura 12 – Oficina de programas de gestão – grupo de moradores da RDS do Despraiado.....	221
Figura 13 – Indicação da área do Assentamento Vista Grande – Miracatu – SP.....	244
Figura 14 – Entrada do Sítio São José e área de SAF n.6. – Parque Nacional da Serra da Bocaina – Paraty, RJ.....	247
Figura 15 – Área de bananicultura convencional vizinha ao SAF de 15 anos do Sítio N.Sra. Aparecida, Cananéia – SP.....	249
Figura 16 – Diferentes processos sucessionais em um Sistema Agroflorestal Biodiverso - Sítio N.Sra. Aparecida, Cananéia – SP.	249
Figura 17 – Circuito Turístico da Agricultura Familiar de Cananéia - SP – Sítio Guanandi – Café Caiçara.....	253
Figura 18 – Feira de produtos da agricultura familiar e experiências de venda direta no sítio N.Sra. Aparecida, Cananéia – SP.....	253
Figura 19 – O cultivo de ostras e iniciativas de turismo comunitário na RESEX do Mandira – Cananéia – SP.....	254

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fontes de financiamento do IDSM no ano de 2011.....	127
Quadro 2 – Caracterização do diagnóstico do meio físico.....	132
Quadro 3 – Caracterização do diagnóstico do meio biótico.....	133
Quadro 4 – Caracterização do diagnóstico do meio antrópico.....	134
Quadro 5 – Zoneamento indicado pelo Roteiro Metodológico para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas.....	136
Quadro 6 – Zoneamento apresentado no Plano de Manejo da RESEX do Baixo Juruá.....	137
Quadro 7 – Zoneamento do Parque Natural Regional do Vexin francês.....	156
Quadro 8 – Unidades de Conservação do estado de São Paulo.....	171
Quadro 9 – As Reservas de Desenvolvimento Sustentável do estado de São Paulo.....	172
Quadro 10 – Calendário agrícola e intensidade das atividades produtivas no núcleo Despraiado.....	198
Quadro 11 – Zoneamento proposto para a RDS do Despraiado.....	211
Quadro 12 – Demandas dos moradores do núcleo do Despraiado relacionadas à infra-estrutura.....	223
Quadro 13 – Demandas dos moradores do núcleo do Despraiado relacionadas ao manejo e à geração de renda.....	224

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das fontes de financiamento do Instituto Mamirauá em 2011.....	127
Gráfico 2 - Situação dos processos de regularização fundiária no núcleo do Despraiado.....	202

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

A proposta desta pesquisa consistiu em apresentar elementos e reflexões sobre a dicotomia da relação entre homem-natureza e sobre os distintos modelos de desenvolvimento que são concebidos para as áreas naturais protegidas, em especial as unidades de conservação de uso sustentável. Atualmente, na região do Vale do Ribeira é possível encontrar disputas por diferentes modelos de gestão destas áreas, em especial no que se refere à categoria das Reservas de Desenvolvimento Sustentável do estado de São Paulo – Brasil. Buscou-se analisar as mais recentes formas de reconhecimento do direito de permanência de populações tradicionais no interior de áreas naturais protegidas no Brasil, em especial, na faixa de Mata Atlântica do litoral sul paulista.

Além disso, buscou-se analisar a inserção da temática da agroecologia como ferramenta de gestão e de solução de conflitos em razão da presença humana nessas áreas. Considera-se que as RDSs apresentam novas possibilidades de contratos territoriais entre sociedade civil (representada pela população local) e o Estado (em termos de políticas públicas ambientais representadas pelas instituições públicas gestoras). Elas são caracterizadas por novas propostas de reprodução social de populações tradicionais até então marginalizadas, bem como o reconhecimento de dinâmicas e de manejos dos agroecossistemas, buscando formas sustentáveis na relação homem-natureza.

Primeiramente, considerou-se que a construção do problema da pesquisa se dá a partir do arcabouço cognitivo do pesquisador, no que se refere à memória, à interpretação das paisagens e das relações socioambientais vivenciadas anteriormente. Tal pressuposto porta a idéia de que é possível considerar que a trajetória de vida do pesquisador interfere diretamente na escolha do problema e também norteia a opção metodológica da pesquisa. De nosso ponto de vista, convém uma metodologia promotora de espaços onde o pesquisador faça emergir suas lembranças, sua referências e experiências a fim de compartilhá-las e também ressignificá-las. Trata-se de um traço fundamental para a reflexão sobre a construção do conhecimento científico.

Neste sentido remeto-me aos traços da cultura caipira e a história do Jeca Tatu¹, que estiveram presentes na minha formação quando criança e que reflete a história contemporânea da região em que nasci, o Vale do Paraíba. Acredita-se que a crise da cultura caipira iniciou-se como uma crise identitária, que começou pelo processo de negação das origens, pela vergonha de ser caipira e ter uma vida simples, passando pela ação opressora das elites agrárias e oligárquicas alimentada até os dias atuais pelos processos de modernização e industrialização.

Além disso, o contato com as populações caiçaras do litoral norte de Ubatuba permitiu-me acompanhar, no decorrer dos anos, os conflitos de ocupação de seus territórios. Certamente, as vivências entre a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar, entre caipiras e caiçaras, juntamente com as experiências profissionais anteriores trouxeram-me elementos que me deram subsídios para identificar o problema desta pesquisa e que me possibilitaram profundas reflexões com relação ao método científico, à questão da tradicionalidade cultural, às estruturas agrárias paulistas, entre outros temas.

Conseqüentemente, já na dissertação de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (NAREZI, 2008) foi possível analisar a proposta de transição agroecológica no contexto de um assentamento rural da reforma agrária. Foi possível notar que os movimentos sociais de luta pela terra incorporaram ao discurso político num primeiro momento a crítica à revolução verde e ao modelo convencional de produção agrícola. Anos depois, após a conquista da terra, muitos assentamentos rurais vivenciaram crises no setor de produção agrícola. As áreas de produção encontravam-se degradadas por ininterruptos anos de exploração agrícola sob a égide do modelo convencional. Assim, a proposta da transição agroecológica no contexto dos assentamentos rurais mostrou-se como uma possibilidade alternativa frente à crise econômica. Além disso, propiciava a recuperação de áreas degradadas, a busca pelo equilíbrio dos agroecossistemas e a viabilidade de produção agrícola para atender as demandas alimentares das próprias famílias.

¹ Jeca Tatu é um personagem da obra *Urupês* (1994) de Monteiro Lobato baseado no trabalhador rural paulista. Simboliza a situação do caboclo brasileiro, abandonado pelos poderes públicos, às doenças, ao atraso e à indigência. "Jeca Tatu não é assim, ele está assim". Monteiro Lobato com este personagem aspirava uma transformação modernizante do rural e da agricultura.

Desta forma, o debate sobre as questões ambientais foi aos poucos incorporado ao discurso político dos movimentos sociais. A agroecologia foi considerada não somente uma ferramenta, mas também como novo paradigma de reprodução social. Entretanto, constatou-se que a formação em agroecologia, programas de financiamentos e, conseqüentemente, a assistência técnica e extensão rural agroecológica ainda se apresentam como um dos grandes entraves para o sucesso produtivo de um processo de transição agroecológica.

Há que se considerar o grande avanço que houve nos últimos anos, no que se refere aos projetos e políticas públicas do governo federal voltadas para o apoio a pequenos agricultores familiares. Entretanto, no contexto de uma sociedade globalizada, oligárquica, onde são privilegiadas as grandes extensões de monocultivos de *commodities*, ainda são muitos os desafios.

Partindo para um aprofundamento da análise da transição agroecológica, surgiram novas questões, que foram trabalhadas nesta tese. Considerando-se a agroecologia como uma ferramenta de manejo, tratou-se agora de discutir de que maneira a agroecologia é vista como promotora da conservação de ecossistemas mais complexos e biodiversos. Considerando a transição agroecológica como um processo de mudança de paradigma (em seu sentido científico, social e econômico), tratou-se de discutir de que maneira este processo pode favorecer e valorizar a manifestação sociocultural de populações tradicionais. Finalmente, buscou-se estudar até que ponto se dá a aceitação e a busca pela transição agroecológica em diferenciados contextos ecossistêmicos com suas particulares relações homem-natureza a fim de obter um olhar aprofundado em nosso terreno de estudo.

O interesse do desenvolvimento desta pesquisa na linha de Ambiente e Sociedade e no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI-EA), ESALQ - CENA - USP, se justifica pela procura de um espaço acadêmico propício à construção de uma reflexão com vistas a contribuir com o debate sobre a solução de conflitos no que se refere à gestão do uso e ocupação do território em Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Nossa atenção consistiu em considerar a inserção da temática da agroecologia em Unidades de Uso Sustentável e em seu entorno no contexto da Mata Atlântica, sob as luzes interpretativas da sociologia, da antropologia e da ecologia. Neste sentido a noção de multifuncionalidade da agricultura familiar em Unidades de Conservação de uso

sustentável e em seu entorno no contexto da Mata Atlântica nos pareceu muito fecunda.

As disciplinas cursadas no PPGI-EA possibilitaram um significativo espaço de reconstrução da proposta inicial de pesquisa, e também, no que se refere ao aprofundamento conceitual da mesma. Pode-se também visualizar, no contexto da ESALQ, uma crescente aceitação da agroecologia como ciência, a partir de professores, grupos de estudos e demais pesquisas sobre o tema. Além disso, as oportunidades de diferentes tipos de vivência (atuação em projetos de pesquisa e extensão, estágio docente, representação discente, participação em seminários, realização de intercâmbios, etc.) que a Universidade proporciona aos pós-graduandos traz mais enriquecimento para a pesquisa e também para a formação profissional e pessoal. Evidenciamos aqui três atividades desenvolvidas que foram cruciais para a formulação dos resultados desta tese.

Primeiramente, esta pesquisa inseriu-se (desde seu início até meados do ano de 2009) no universo de estudo da pesquisa “Participação social e discursos sobre a sustentabilidade: um estudo das dinâmicas e conflitos em torno de projetos e políticas públicas de desenvolvimento rural no Vale do Ribeira” (apoiado pela Fapesp). A partir desse projeto, foi possível realizar visitas em experiências agroecológicas e de turismo rural na região de Cananéia e também em quilombos da região do Alto Ribeira. Além disso, foi possível realizar o trabalho de campo na comunidade do Despraiado na EEJI e também participar de inúmeras reuniões referentes ao processo de elaboração do plano de manejo do então Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins.

Desta maneira, foi possível realizar a identificação de diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento, fundamentando numa reflexão sobre as diferentes concepções de conservação e de sustentabilidade que encontram-se em debate nos espaços de construção de propostas para a gestão, uso e ocupação do território da região do Vale do Ribeira.

Em 2009 tive a oportunidade de participar das atividades que o Laboratório de Educação e Política Ambiental – OCA. (Departamento de Ciências Florestais da ESALQ) realizou no contexto da elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), coordenado pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. A equipe técnica de educação ambiental foi responsável pelo desenvolvimento de atividades de planejamento e

execução de reuniões e oficinas junto às populações tradicionais e comunidades do interior e entorno do PETAR; participação em reuniões com equipes técnicas do Plano de Manejo do PETAR; elaboração do Programa de Educação Ambiental do Plano de Manejo do PETAR e de relatórios de atividades desenvolvidas pela equipe.

A partir dessa experiência, foi possível vivenciar diferentes tipos de aprendizados. Do ponto de vista técnico, foi examinada a complexidade dos procedimentos legais e burocráticos de gestão de um parque estadual de grande magnitude e de elaboração de um plano de manejo. Do ponto de vista holístico, o estudo voltou-se aos conflitos em diferentes contextos, apoiado pela interação e diálogos com diferentes atores sociais, populações locais e com um corpo de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, cada qual com sua perspectiva sobre a gestão de Unidades de Conservação.

Entre 2010 e 2011 concretizou-se o estágio doutoral na França, a partir da concessão da bolsa de estudos pelo “Programa Colégio Doutoral Franco Brasileiro” da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Vale ressaltar que o processo preparatório e burocrático para a realização de um estágio no exterior demanda tempo em seu planejamento e efetivação, exigindo um rígido cronograma de atividades antes da viagem.

O estágio doutoral foi desenvolvido no Institut des Hautes Études de l’Amérique latine - IHEAL (Sorbonne Nouvelle – Paris III), junto à equipe de pesquisa do Centre de recherche et de documentation sur l’Amérique latine – CREDAL sob coordenação do Prof. Dr. Sébastien Velut. Foi possível cursar três disciplinas oferecidas pelo departamento nas áreas de concentração de geografia e sociologia, bem como, participar de seminários organizados notadamente pelo Musée National de Histoire Naturel – MNHN, entre outros institutos. Além disso, este estágio permitiu ter acesso às documentações e bibliografias referentes à América latina e participar de reuniões dos grupos de pesquisa.

A proposta de estágio doutoral no exterior teve como objetivo analisar os mecanismos de gestão e utilização do território nos parques regionais franceses com vistas a considerar elementos analíticos obtidos em outras realidades sociais. Foram identificados os atores sociais envolvidos, iniciativas de produção sustentáveis, além das formas de valorização e promoção do patrimônio cultural local em dois parques naturais regionais. A seleção dos parques analisados se deu com o auxílio das equipes de pesquisa francesas e com o estabelecimento de critérios de acordo com

os objetivos da pesquisa. Cabe ressaltar que para as visitas de campo nos parques naturais regionais, bem como para a participação em eventos houve uma ajuda de custo de projetos do IHEAL e também de recurso obtido, em 2011, pelo Prêmio Marie-Louise Furnestine-Faure, da Association Française des Femmes Diplômées des Universités – AFFDU, Paris - France.

A partir das informações coletadas foi possível identificar os mecanismos de gestão territorial, bem como determinadas políticas públicas francesas voltadas para a agricultura orgânica e para a promoção do modo de vida *paysan*. Foram identificados também os conflitos socioambientais decorrentes da proposição de novos acordos de gestão territorial. A imersão nestas questões é bastante relevante para o debate no qual se inscreve esta tese de doutorado.

Frente a esse volume de experiências, dados e reflexões, a tese passa a ser um reflexo “literário” de todo o processo que ocorreu no universo da pesquisa. A apresentação dos conceitos, dos dados coletados, dos resultados e das análises da pesquisa se encontra dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro constituído por esta introdução.

O segundo capítulo traz uma revisão bibliográfica acerca do histórico de manejo da sociobiodiversidade, do processo de ocupação do território brasileiro, no contexto da América Latina, buscando apresentar as condições em que surgiram as experiências da agricultura alternativa, notadamente sobre o desenvolvimento da agroecologia.

O terceiro capítulo nos pareceu desafiador, por abordar temáticas, tal como a das áreas naturais protegidas e modelos de conservação da biodiversidade, que já são tratados por diversos autores, sob diferentes interpretações e conceitos. Nessa perspectiva, este capítulo não buscou abarcar toda a complexidade do tema, mas focar nas questões que envolvem o processo da gestão de unidades de conservação de uso sustentável, em especial as Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Neste capítulo são apresentados os elementos oriundos da investigação ocorrida durante o estágio doutoral no exterior, trazendo a experiência francesa de gestão dos Parques Naturais Regionais.

O quarto capítulo apresenta as análises e os resultados da coleta de dados no contexto de elaboração do Plano de Manejo, a partir da perspectiva de consolidação Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins, especialmente junto ao núcleo do Despraiado. As consultas bibliográficas e de base de dados sobre

a área de estudo foram de grande valia para a construção do histórico de uso e ocupação da área. Além disso, são apresentadas as análises dos dados coletados nos espaços democráticos de gestão do território, notadamente no âmbito das reuniões de conselho da RDS do Despraiado, das assembleias públicas e das reuniões de planejamento, zoneamento e programas do plano de manejo. Por fim, são discutidos os conflitos socioambientais em torno do processo de recategorização da EEJI, trazendo elementos que configuram os distintos paradigmas em torno da conservação da sociobiodiversidade no contexto da gestão ambiental do estado de São Paulo.

No quinto capítulo buscamos discutir a temática proposta pela tese, empregando os conceitos apresentados nos capítulos anteriores, juntamente com os dados coletados em nossas atividades de campo. Efetivamente, este último capítulo buscou apresentar análises e reflexões direcionadas a contribuir com o debate apresentado no item das considerações finais, discutindo as estratégias simultâneas de conservação e desenvolvimento, o que pode fornecer elementos de apoio para as futuras tomadas de decisão de gestão de territórios que passam por processos históricos de conflitos socioambientais.

1.2 Hipóteses de pesquisa

Os conflitos socioambientais em áreas naturais protegidas trazem inúmeras questões para os debates acadêmicos na área de ambiente e sociedade nos últimos anos. Apesar de ser uma temática bastante aprofundada pelos pesquisadores desta área, a busca de soluções para tais conflitos ainda parece apresentar poucos resultados de sucesso. A criação de RDSs no âmbito do estado de São Paulo nos parece apropriada, mas pelo pouco tempo de existência das mesmas, nota-se que há demandas em torno da discussão de adequação dos modos de vida e da reprodução social de populações tradicionais nestas áreas. Além disso, surgem demandas de estratégias de gestão para estas áreas, que minimizem os conflitos e valorizem mecanismos de manejo sustentável dos recursos naturais disponíveis na Mata Atlântica. A partir desta problemática, foi possível desenvolver duas hipóteses para esta pesquisa.

A primeira hipótese elaborada neste trabalho associa-se à ideia de que a agroecologia é pouco conhecida e pouco difundida no contexto da gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, notadamente em RDSs.

A segunda hipótese deste trabalho considera que os novos acordos de gestão territorial das áreas de RDS promovem novas formas de organização social da população envolvida, novas práticas produtivas e de relação com os recursos naturais, bem como, novas interpretações acerca da relação homem-ambiente no interior de áreas de relevante interesse ambiental, particularmente favorável a um reconhecimento do papel da agroecologia.

1.3 Objetivo geral

O objetivo desta pesquisa foi o de analisar de que maneira a agroecologia é abordada na gestão e uso do território em Reservas de Desenvolvimento Sustentável do estado de São Paulo e, nesse contexto, identificar os distintos modelos de desenvolvimento e de conservação da biodiversidade que são concebidos para as áreas naturais protegidas, em especial as Unidades de Conservação de uso sustentável.

1.4 Objetivos específicos

- Identificar os atores sociais e institucionais envolvidos no processo de gestão do território das RDS do Mosaico das UC Juréia - Itatins, seus objetivos, percepções e perspectivas acerca das questões ambientais, da proposta de produção agroecológica, bem como dos aspectos multifuncionais da agricultura;
- Analisar a inserção da temática da agroecologia como ferramenta de gestão de unidades de conservação de uso sustentável e de solução de conflitos da presença humana nessas áreas.
- Analisar os processos democráticos e de participação social de gestão do território no caso do conselho de gestão, bem como nas reuniões de elaboração do plano de manejo.

1.5 Metodologia

1.5.1 Referenciais teórico-metodológicos de pesquisa

Em seu capítulo “Ciência e Ideologia: as armadilhas do preconceito” do livro Sociologia rural – questões metodológicas emergentes, Dulce Whitaker considera que:

O empenho na busca de uma compreensão científica adequada não significa que outras buscas e outras formas não sejam científicas ou não sejam adequadas. (...) Há novos paradigmas científicos e novos fatos a serem explicados, exigindo teorias e metodologias adequadas. (WHITAKER, 2002, p. 19).

No contexto da construção paradigmática da agroecologia, ressalta-se a grande importância das contribuições metodológicas vindas nos enfoques centrados no desenvolvimento local ou endógeno (CAPORAL e COSTABEBER, 2002). Neste sentido, o embasamento metodológico que inspirou a pesquisa partiu da noção proposta por Paulo Freire (1975) em *Investigação-Ação Participante (IAP)*, onde é recomendado como método de intervenção em determinada população humana, um enfoque capaz de combinar pesquisa científica com produção e difusão de conhecimento, contribuindo para elevar o poder de grupos sociais excluídos, transformando-os em protagonistas dos processos de desenvolvimento e defendendo seus interesses de grupo.

Além disso, o estudo etnográfico norteou procedimento adotado nos trabalhos de campo, por abarcar as subjetividades nas relações entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Essas subjetividades são frutos das interações (implícitas ou não) e das vivências do pesquisador em seu campo de estudo.

O estudo etnográfico demanda mais tempo para ser aplicado do que as demais técnicas de pesquisa qualitativa, tais como entrevistas estruturadas, semi-estruturadas, questionários. Por isso, além de entrevistas semi-estruturadas, foi feito o uso de cadernos de campo e coleta de relatos orais em diversos espaços para que o levantamento de dados primários e secundários pudessem ser obtidos e validados.

As entrevistas foram semi-estruturadas, ou seja, os entrevistados ficaram livres para falar sobre sua experiência pessoal e percepções com relação ao tema investigado (THIOLLENT, 2008). Quando necessário, os entrevistados foram questionados pelo pesquisador, na busca de esclarecimentos ou para um maior aprofundamento do que foi exposto. Foi ressaltada sempre a preocupação de compreender o contexto de forma crítica e não apenas de descrever o sujeito de estudo num aspecto meramente observacional. A ideia foi de ativamente estar com os questionamentos presentes durante todo o processo de desenvolvimento do trabalho de campo.

Para a transcrição das entrevistas foram adotadas as sugestões apresentadas por Whitaker (2002), compreendendo a importância de não descaracterizar o discurso do entrevistado, ou seja, a transcrição é literal, entretanto a escrita não precisa ser caricatural. O método de tratamento e análise de dados consiste no cruzamento dos dados levantados nos espaços participativos junto aos agentes sociais envolvidos, dados institucionais, bem como, as propostas definidas nas atividades do Plano de Manejo. Assim, buscou-se obter informações que possam nortear a reflexão acerca da gestão e uso do território em RDSs.

Durante todo o processo de aproximação e envolvimento com o universo da pesquisa, foram realizados registros em campo. Esta técnica de pesquisa para coleta de informações se deu na forma do diário de campo, coleta de relatos orais e de registros fotográficos. No retorno das viagens de campo e demais atividades relacionadas à coleta de dados, primou-se por transcrever os relatos orais e descrever as anotações com maiores níveis de detalhes e já contando com algumas interpretações, além de trabalhar com as gravações de áudio e das imagens captadas, analisando-as e interpretando-as.

O diário passou a ser um guia que auxilia na memória da seqüência cronológica dos fatos ocorridos, indicando os principais assuntos tratados, observações pessoais, comentários paralelos, entre outras representações do que se pretende captar do ambiente da pesquisa (DUVAL, 2009). Um fator interessante ao diário de campo é aquele relacionado à simbologia das anotações. Em muitos momentos surge a vontade de optar pelo esboço de um desenho no lugar da escrita, seja ele de uma pessoa, uma paisagem ou um animal.

O diário de campo foi usado principalmente nas reuniões e atividades do plano de manejo e também nas reuniões de conselho (deliberativo, enquanto RDS). Conforme as informações eram recebidas, elas eram registradas. O uso do diário de campo foi útil para coleta de informações de cunho qualitativo e para a descrição de linguagens não verbais, expressões, gestos e demais percepções momentâneas que pudessem se perder ao longo do trabalho. O diário permitiu que falas e depoimentos fossem registradas por observação no momento em que elas ocorreram (DUVAL, 2009).

Fiamengue (2002) considera a técnica de observação com registros em diários de campo como uma maneira eficaz não somente para identificar o objeto e/ou sujeito de estudo, mas principalmente proporcionar a identificação do próprio

pesquisador, como sujeito do processo analisado. A junção de diferenciadas técnicas de coleta de dados para a presente pesquisa permitiu a contraposição dos dados de diferentes fontes sobre a realidade investigada, testando a validade das interpretações anotadas nas cadernetas de campo.

Segundo Monteiro (1996) o relato oral poderá ser produzido de acordo com os interesses, as dimensões e a percepção de certo e errado e de valores morais de cada pessoa, bem como, poderá ocorrer influências na interpretação das histórias por parte dos observadores. Bosi (1994, p. 64) considera-se que a “recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra; ela é tratada, as vezes estilizada pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado”. Daí a importância de se coletar dados que representam uma determinada diversidade de opiniões. Ou seja, foram coletados os relatos orais de moradores da EEJI, dos técnicos e dos pesquisadores envolvidos na elaboração do Plano de Manejo. Constatou-se que o discurso, percepções e representações são diferenciadas de acordo com os interesses de cada grupo e do grau de envolvimento com a temática abordada.

Em diversos contextos acadêmicos os usos de imagens fotográficas e de vídeos têm sido adotados como ferramenta de pesquisa na realização de registros que são utilizados como acervo documental histórico e científico e memória das atividades realizadas no trabalho de campo. A antropologia visual faz uso do termo “fotoetnografia” para o uso da fotografia como instrumento principal para a realização de trabalhos etnográficos, tais como registros que representam as características dos grupos humanos estudados. O trabalho do antropólogo Bronislaw Malinowski destacou-se pela publicação de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1976). Este trabalho é baseado no levantamento de dados etnográficos de um extenso trabalho de campo e Malinowski fazia uso da fotografia em suas pesquisas. A fotografia na obra de Malinowski representava muito mais que uma mera ilustração (SAMAIN, 1998, p.34).

Não se trata aqui de utilizarmos o termo fotoetnografia para caracterizar este trabalho, mas considerou-se o uso da fotografia como uma rica ferramenta de amostragem. A partir do uso das imagens fotográficas foi possível estabelecer uma linha do tempo no que se refere às atividades de campo, no registro da paisagem da área de estudo, das atividades de estagio no exterior, além de possibilitar a

interpretação de métodos e ferramentas utilizadas nas oficinas, reuniões e atividades de elaboração do plano de manejo da RDS em estudo.

Cabe ressaltar que tanto para a fotografia quanto para a filmagem e gravação de áudio dos relatos orais e das entrevistas semi-estruturadas foram solicitados aos envolvidos a autorização para a realização da amostragem.

1.5.2 Definição da área de abrangência da pesquisa e coleta de dados

Primeiramente, foram realizados os levantamentos de dados acerca do tema da pesquisa e de caracterização da área de estudo. Foram realizadas pesquisas em bancos de dados institucionais, bem como, teses, dissertações, publicações científicas. Os dados sobre o histórico de uso e ocupação do Vale do Ribeira, censos demográficos, dados de caracterização da produção agrícola, políticas públicas de gestão territorial, foram coletados a partir dos trabalhos de campo oriundos da pesquisa “Participação social e discursos sobre a sustentabilidade: um estudo das dinâmicas e conflitos em torno de projetos e políticas públicas de desenvolvimento rural no Vale do Ribeira”. Este estudo proporcionou também a identificação de experiências em produção sustentável emergentes na mesma região. Assim, as visitas de campo junto aos quilombolas do médio Ribeira e aos agricultores familiares ou o acompanhamento das eleições locais proporcionaram uma significativa acúmulo de dados já documentados, cujos elementos são mobilizados em nossas análises.

Após este diagnóstico inicial da região, foram feitos ajustes no projeto e pesquisa e foi dado início ao processo de solicitação de autorização para o desenvolvimento da pesquisa no interior das RDSs do, até então, Mosaico Juréia-Itatins junto ao Comitê Técnico-Científico – COTEC, do Instituto Florestal. Paralelamente, foi solicitada a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres-Humanos da ESALQ / USP, para cumprimento de determinação federal (Resolução 196/96). Além disso, solicitou-se a aprovação para desenvolvimento da pesquisa perante o Conselho Deliberativo da RDS do Despraiado. Para estas três solicitações de autorização para o desenvolvimento da pesquisa, foram obtidos três posicionamentos diferentes.

Com relação ao COTEC, o pedido foi concedido, ressaltando a necessidade de focar as atividades da pesquisa na RDS do Despraiado que apresenta uma característica mais marcante da agricultura, diferentemente da RDS da Barra do Una

que já se encontra com outro perfil de atividades relacionadas ao turismo, ecoturismo, pesca artesanal, semi-industrial e esportiva. De modo geral, a proposta da pesquisa foi bem aceita pelos analistas e a temática considerada de significativa importância no âmbito da gestão das unidades de conservação de uso sustentável. Neste percurso, foi possível delimitar a área de estudo apenas junto à RDS do Despraiado que se apresentou mais adequada à realização da pesquisa, visto que é a área onde se encontra também uma grande concentração de práticas agrícolas convencionais. Assim foi possível constatar que a proposta de estudo sob o enfoque da agroecologia veio ao encontro dos interesses da gestão da área desta RDS.

Ao apresentar a proposta de pesquisa junto ao conselho deliberativo da RDS do Despraiado, foram recomendadas adaptações na metodologia da coleta de dados. Os moradores locais sugeriram uma alternativa à aplicação de questionários e entrevistas individuais. Os moradores alegaram que os pesquisadores “sugam” o conhecimento local e não apresentam nada de interessante como resultado, não havendo troca de conhecimento e nem o retorno dos dados coletados. Assim, o conselho deliberativo optou por preservar as famílias desse tipo de exposição, visto também que dados semelhantes acerca do uso e ocupação do solo já estavam sendo coletados pelos pesquisadores e consultores contratados para a elaboração do plano de manejo de todo o mosaico.

Os argumentos apresentados foram plausíveis e refletem a realidade da comunidade, indicando para a pesquisa uma possível situação de insegurança e ou desconfiança da comunidade para com o perfil de pesquisadores e representantes de Universidades. Além disso, é compreensível que o acesso às áreas de produção poderia proporcionar o acesso às informações sobre as técnicas de plantio, espécies e variedades cultivadas e até mesmo práticas de manejo que ainda não estariam regulamentadas no processo de gestão da RDS.

A desconfiança e recusas ao método da pesquisa proposto inicialmente deflagram, de nosso ponto de vista, maiores dificuldades do agricultor familiar e populações tradicionais (que sofrem processos de marginalização), em compreender quem é o pesquisador e para que serve o seu trabalho. Pela negligência aos acessos às tecnologias, conhecimento, equipamentos e infra-estrutura, notadamente esperado pelo agricultor, cria-se certa desconfiança, inclusive em relação ao uso que se fará do material ali coletado (DUVAL, 2009).

Em se tratando de uma tentativa de construção participativa da metodologia de campo da pesquisa, a sugestão foi acatada. Assim, as atividades de coleta de dados em campo foram direcionadas à participação nas reuniões do Conselho da RDS do Despraiado e também das reuniões de elaboração do Plano de Manejo do Mosaico Juréia – Itatins.

No que se refere ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres-Humanos (ESALQ – USP), foi dado início ao processo de solicitação de autorização para realização da pesquisa de campo. Entretanto, devido às recomendações propostas pelo Conselho Deliberativo da RDS do Despraiado, julgou-se que, após as alterações na proposta metodológica da coleta de dados, não haveria mais necessidade de submeter a pesquisa para a análise e aprovação deste comitê. Já que era proposta metodológica inicial que justificava a aprovação do Comitê, pois considerava a realização de entrevistas semi-estruturadas junto aos moradores da RDS e visitas aos respectivos sítios de produção e locais de moradia, apresentando um alto nível de acesso e intervenção na comunidade.

A partir da coleta de dados primários nas oficinas de elaboração do plano de manejo da RDS do Despraiado, foi realizada a identificação dos agentes sociais envolvidos no processo de recategorização da Estação Ecológica Juréia-Itatins, suas representações e envolvimento com a temática da pesquisa. A identificação dos informantes chaves, coleta de relatos orais, bem como, aplicação de entrevista semi-estruturada com os agentes institucionais envolvidos nos projetos RDS do Despraiado ocorreram no decorrer de diversas reuniões, encontros e atividades.

Nas entrevistas semi-estruturadas junto aos técnicos e gestores das UCs do estado de São Paulo, foram focados os temas relacionados a políticas públicas, práticas agroecológicas, organização social das famílias, financiamento de projetos, atividade produtiva e geração de renda, questões acerca da população e densidade demográfica em UCs, faixa etária, escolaridade, condições de moradia, entre outros temas abordados pelos próprios entrevistados.

Os dados relativos à caracterização das práticas produtivas agrícolas nas áreas de estudo foram coletados de dados secundários (relatórios do plano de manejo e pesquisas anteriores), assim como, a partir dos dados dos aspectos biogeofísicos do local, considerando as condições ambientais e da paisagem observadas nas visitas à área de estudo.

As reuniões coletivas envolviam basicamente a participação dos moradores locais e dos técnicos responsáveis e buscou-se considerar os aspectos da racionalidade ecológica e ambiental presentes no conhecimento individual.

A participação em reuniões junto aos agentes sociais envolvidos, nos espaços democráticos em construção de participação social buscou criar mecanismos para a análise do sistema de gestão do território e das práticas realizadas e coletar dados referentes às representações acerca da questão ambiental e acerca da temática da agroecologia. Em muitos momentos das reuniões a pesquisadora era interpelada pelos moradores da RDS do Despraiado ou até mesmo pelos técnicos. Eles demandavam um posicionamento acerca do que era discutido no momento, por vezes apenas uma sugestão técnica e por vezes solicitavam a opinião da própria pesquisadora acerca de um tema polêmico em questão.

Esta é uma situação que sugere que, para a população local, a condição para estar presente nessas reuniões, não era apenas contribuir de maneira secundária, a partir da elaboração de uma tese de doutorado, mas, sobretudo, por poder auxiliar no debate e contribuir na troca de experiências no momento real em que são necessárias. Nesse contexto, foi possível refletir junto aos agentes sociais envolvidos as possibilidades de desenvolvimento local e estratégias de sustentabilidade a partir de práticas agroecológicas, de acordo com o plano de manejo proposto e a partir da integração do conhecimento científico com o conhecimento local.

Entretanto, em meio ao processo de elaboração de plano de manejo do Mosaico Juréia-Itatins houve a promulgação da ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra a lei de criação do Mosaico de UCs Juréia-Itatins, fazendo com que retornasse todo o território para a categoria de Estação Ecológica. Novamente, foi necessário lidar com um “elemento surpresa” em meio ao desenvolvimento da pesquisa. A proposta metodológica necessitou passar por uma reavaliação, visto que o objeto de estudo RDS havia sido descaracterizado.

Este fato e mais uma série de acontecimentos contribuíram muito para a desarticulação da população local, trazendo muitos prejuízos ao processo de gestão e para a construção do processo de participação social no âmbito do plano de manejo, além de reavivar o histórico do conflito socioambiental. As associações de moradores passaram a se mobilizar para reaver os direitos de permanência enquanto seria elaborado um novo projeto de lei de criação de um novo Mosaico de

UCs no território da EEJI. Optou-se então, por dar continuidade ao acompanhamento das reuniões e audiências públicas que foram realizadas com esse objetivo. E em muitos momentos dessas reuniões, foi possível obter relatos orais muito ricos e complexos que foram de grande valia para a análise da presente pesquisa. Considerou-se que a ocorrência da ADIN fez emergir elementos, favorecendo a identificação das diferentes perspectivas de conservação para o estado de São Paulo.

A partir daí, as atividades de pesquisa foram orientadas e desenvolvidas com vistas a contribuir para a reflexão do novo processo de recategorização da EEJI, bem como, para elencar experiências de agroecologia e desenvolvimento rural sustentável que possam contribuir para a gestão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Evidentemente, as metodologias de coleta dos dados técnicos relativos à produção agrícola e demais atividades realizadas nos sítios previstas por esta pesquisa inicialmente consideravam uma abordagem participativa, a partir da elaboração de desenhos e mapas mentais e a visita às áreas de roça na companhia dos moradores, tais como orientam os referenciais metodológicos da pesquisa em agroecologia. Entretanto, reconhecemos aqui que a escolha inicial metodológica não refletiu a realidade da comunidade envolvida na área de estudo. Infelizmente, a população local do Despraiado e os demais agentes sociais envolvidos encontram-se ainda na fase de defesa dos direitos mínimos de ocupação do território no contexto da gestão da EEJI.

A opção metodológica em não realizar entrevistas semi-estruturadas e visitas aos sítios das famílias de moradores da RDS em estudo buscou acatar a solicitação dos moradores e, posteriormente, permitiu o fortalecimento da relação de confiança por parte desta população. Pode-se considerar que no contexto das atividades do plano de manejo e nas reuniões após a promulgação da ADIN foi possível coletar um rico material que foi analisado de forma associada com as experiências em agroecologia e de desenvolvimento territorial sustentável já desenvolvidas no contexto da Mata Atlântica, cruzando com as informações obtidas através de dados secundários.

1.5.3 Estágio doutoral no exterior

O estágio doutoral foi desenvolvido no Instituto des Hautes Études sur l’Amérique latine - IHEAL (Sorbonne Nouvelle – Paris III), junto à equipe de pesquisa

do Centre de recherche et de documentation sur l'Amérique latine – CREDAL sob coordenação do Prof. Dr. Sébastien Velut. Foi possível cursar três disciplinas oferecidas pelo departamento nas áreas de concentração de geografia e sociologia, bem como, participar de um seminário organizado pelo Musée National de Histoire Naturel – MNHN. Além disso, foi possível ter acesso às documentações e bibliografias referentes à América latina e participar de reuniões dos grupos de pesquisa.

Foi realizada uma reunião junto à equipe do Département Sciences Sociales et de Gestion – Laboratoire d'Etudes Rurales sob coordenação do pesquisador e professor Jean-Claude Juneau (ISARA - Lyon). A partir desta visita foi possível acompanhar uma visita de campo no Parc Naturel Régional du Pilat e acessar os relatórios e documentos referente às pesquisas sobre esse parque. Da mesma forma, foram realizados encontros com membros da equipe de pesquisa do LADYSS – Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces. Estes encontros possibilitaram o acesso a uma vasta e recente bibliografia relacionada à temática de pesquisa, bem como contatos com agricultores *biologiques* dos parques da região de *Ille de France*.

A participação no Congrès des Parcs Naturels Régionaux foi importante para estabelecer os primeiros contatos com os gestores e agricultores dos Parcs e ter uma visão geral sobre as novidades, debates e conflitos. Nos eventos relacionados à agricultura biológica foi possível identificar as mais recentes reflexões em torno da agricultura alternativa, dentro e fora dos territórios dos parques naturais regionais.

A participação em eventos e em reuniões promovidas pela Associação de Pesquisadores Brasileiros na França (APEB) possibilitou encontros com pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, promovendo um debate interdisciplinar e interessantes espaços para intercâmbios de experiências.

Foram realizadas visitas técnicas nos seguintes PNR: Parc naturel régional de la Montagne de Reims ; Parc naturel régional du Pilat ; Parc naturel régional du Gâtinais Français ; Parc naturel régional de Haute Vallée de Chevreuse ; Parc naturel régional du Vexin Français ; Parc naturel régional du Luberon ; Ferme Saint Blaise – Agriculture Biodinamique, Valf, proprietário Maurice Meyer.

A partir dos dados coletados, com a ajuda das equipes de pesquisa e grupos contactados, foi possível escolher os parques naturais regionais de interesse para a pesquisa.

O interesse pelo Parque Natural Regional de Luberon se deu a partir da parceria pela “Cooperação descentralizada entre os estados do Brasil e as regiões francesas”. Foram consideradas as semelhanças entre as Unidades de Conservação do Estado de São Paulo e os Parques Naturais Regionais da região francesa de PACA (Provence, Alpes, Côte-D’Azur). Devido a esta parceria, há um acúmulo significativo de informações que são de grande interesse para esta análise. Da mesma forma, o Parque Natural Regional do Vexin representa um importante papel devido à sua proximidade de Paris e que envolve a questão do crescimento urbano entorno de áreas rurais que apresentam significativa paisagem e produção agrícola.

Cabe destacar que foi essencial o auxílio do orientador no exterior para angariar recursos para a efetivação das visitas em campo e para a participação dos eventos científicos. Além disso, a pesquisa foi premiada pela Association Française des Femmes Diplômées des Universités – AFFDU, Prêmio Marie-Louise Furnestin-Faure para projetos em Ecologia e Meio Ambiente. Sem esses recursos financeiros não teria sido possível aprofundar a coleta de dados para a pesquisa.

A coleta de dados foi desenvolvida a partir de pesquisas e consultas de materiais bibliográficos, em documentos oficiais relacionados à gestão dos Parques Naturais Regionais franceses (as chamadas Cartas Parques), trabalhos científicos já desenvolvidos por pesquisadores franceses e brasileiros. A partir daí foram elencados os Parques Naturais Regionais que apresentaram um perfil de maior interesse para a análise desta pesquisa. Foram também considerados os dados oriundos da Fédération des Parcs Naturels Regionaux.

A partir dos dados coletados e dos contatos feitos com as equipes de pesquisa e agricultores, foi elaborado um calendário de atividades e de visitas de campo nos parques naturais regionais. Nessas visitas de campo, procurou-se investigar os diferentes aspectos da racionalidade e representação presentes na cultura local.

Os elementos norteadores da análise consideraram: o histórico de uso e ocupação da área; a organização social dos moradores locais; as características do ecossistema e da produção agrícola; os mecanismos de manejo, uso e ocupação do território e gestão dos recursos naturais de interesse coletivo; as estratégias de participação social adotada nas reuniões dos conselhos gestores.

Para acessar estas informações foram escolhidas quatro diferentes fontes, permitindo o cruzamento dos dados. Primeiramente, foram analisados os documentos referente aos parques de interesse. Num segundo momento foram elencados informantes chaves de diferentes contextos: pesquisadores, funcionários do parque (em sua maioria, do corpo técnico de atendimento da Maison du Parc) e agricultores do parque.

No que se refere ao acesso aos documentos, pode-se ressaltar a facilidade de acesso às informações nos sites e nos centros de atendimento de visitantes dos parques. Entretanto, no escritório da Federação dos Parques que está situado em Paris, houve uma certa dificuldade ao acesso dos documentos, visto que o escritório tem acesso restrito aos funcionários, não permitindo visitas para consultas. Houve também dificuldade em contactar os responsáveis pelos parques (getores e encarregados da agricultura e desenvolvimento sustentável), apresentando certa desarticulação dos mesmos pela demanda de pesquisas científicas nas áreas dos parques.

Assim, foi a partir do contato com os pesquisadores envolvidos em pesquisas sobre os parques ou em conselhos científicos que foi possível obter um grande volume de informações. Não somente do ponto de vista de dados técnicos, mas também foi possível obter contatos diretos com agricultores dos parques. Esses agricultores, em sua maioria, praticantes da *agriculture biologique*, mostraram-se muito interessados em dialogar. Pode-se considerar que houve uma adaptação metodológica no que se refere ao acesso das informações. Era previsto um maior aprofundamento no contato com a Federação dos Parques. Entretanto, foi a partir do contato com pesquisadores e agricultores que as visitas de campo tiveram um maior aprofundamento das questões levantadas.

2 CONCEITOS E DEBATES EM AGROECOLOGIA: PERSPECTIVA HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA

Mas aquelas belas regiões desérticas contém os germes de uma grande prosperidade. Tempo virá em que cidades florescentes substituirão as miseráveis choupanas que mal me serviam de abrigo... Se alguns exemplares dos meus relatos resistirem ao tempo e ao esquecimento, as gerações futuras talvez encontrem neles informações de grande interesse sobre essas vastas províncias, provavelmente transformadas, então, em verdadeiros impérios.

(Auguste de Saint-Hilaire, 1847).

Os estudos em ambiente e sociedade apresentam indícios de que a desigualdade social e a alta biodiversidade em ecossistemas tropicais da América Latina geram conflitos socioambientais no que se refere à gestão do território. Assim como, há indícios de que é também na América Latina e Caribe que se concentram maior aprofundamento e experiências no que se refere à temática da agroecologia. A América Latina destaca-se no que se refere ao surgimento de experiências de desenvolvimento rural e de agriculturas alternativas que se constituem como resistência ao modelo agro-industrial mundial, também surgindo com espaços de referências históricas e acúmulo de aprendizados a cerca das práticas agroecológicas já consolidadas.

Este capítulo trata dos caminhos percorridos pelos diversos atores sociais no processo de ocupação do território brasileiro, no contexto da América latina, buscando apresentar as condições em que surgiram as experiências em manejo da sociobiodiversidade e da agricultura alternativa. Pode-se considerar que as bases conceituais da agroecologia foram difundidas primeiramente por grupos sociais ligados ao campo, a partir da valorização de práticas de agricultura tradicional e, posteriormente passou a ser reconhecida no contexto acadêmico, no qual se destacou a necessidade do enfoque interdisciplinar em sua análise. A seguir são apresentados os conceitos e os debates acerca desse processo.

2.1 Sociobiodiversidade e dinâmica de paisagem

Os debates acerca dos processos de adaptabilidade humana são fervilhantes e possibilitam reflexões instigantes entorno dos processos culturais e de

desenvolvimento humano. São apresentadas a seguir as contribuições da ecologia evolutiva humana e da ecologia histórica para fundamentar as análises propostas nesse capítulo.

Dentro deste referencial, pode-se considerar que em relação à abordagem cultural, a ecologia humana aproxima-se das teorias sociológicas, antropológicas psicológicas, arquitetônicas, lingüísticas, biológicas, entre outras. A interação das diversas abordagens em ecologia humana é evidente no paradigma da trans/interdisciplinaridade (KORMONDY E BROWN, 2002).

Conforme Kormondy e Brown (2002) as populações humanas migram, mudam a qualidade e o tipo de itens que compõe a dieta ou mudam a maneira pela qual obtêm recursos para poder lidar com as flutuações sazonais do macroambiente com os correspondentes ajustes no microambiente, trazendo implicações na maneira como organizam-se socialmente, sendo a adaptação composta por processos biológicos e sócio-culturais.

No que se refere ao conceito de modo de vida, Guerra (1993) propõe que ainda há uma latente dualidade entre os aspectos da historicidade e da cotidianidade. Os modos de vida tais como eles são analisados atualmente, situam-se na vida cotidiana, sendo menos enfatizado o caráter histórico. A oposição entre o cotidiano e a história opera uma profunda separação que gera graves efeitos na análise da realidade social. O cotidiano refere-se à esfera familiar e privada, atividades de lazer e de consumo. As esferas econômicas, políticas e históricas são pouco consideradas neste nível de análise (GUERRA, 1993).

Ainda para a autora, os modos de vida podem ser representados em dois níveis o sistêmico e o estratégico, considerando sempre que há a existência de redes de poder que estabelecem as articulações entre as diferentes esferas do âmbito social. A reprodução da força de trabalho e o aumento da capacidade de consumo são processos sociais que exigem a renovação constante das capacidades qualitativas e quantitativas de produção e reprodução social dos indivíduos. Por meio da identificação das relações sociais presentes em determinado grupo de indivíduos é possível caracterizar as práticas cotidianas de reprodução social deste grupo (entre elas as aptidões e inserção no universo do trabalho), sendo possível delinear as estruturas de dominação existentes entre o grupo e seu contexto social (GUERRA, 1993).

No arcabouço teórico da ecologia humana encontram-se os estudos acerca das estratégias de forrageio ótimo. Ao longo de gerações das sociedades humanas que nos precederam há milhares de anos, buscou-se alcançar o nível ótimo de aquisição de recursos e utilizar estes recursos com a finalidade de assegurar a própria sobrevivência, incluindo evitar predadores e seu sucesso reprodutivo (KORMONDY E BROWN, 2002).

Entretanto, o que se observa é que pouco a pouco as estratégias de sobrevivência humana tornaram-se cada vez mais sofisticadas, complexificadas pelo desenvolvimento da cultura e pelo contato entre povos de culturas distintas. Além disso, os ecossistemas passaram por inúmeras alterações climáticas e, por conseqüência, na biodiversidade, afetando diretamente a alimentação das sociedades humanas. Como forma de manutenção de determinadas técnicas de sobrevivência, as sociedades ancestrais valiam-se dos aspectos simbólicos e mitológicos em suas rotinas. Essa estratégia permitiu e ainda permite a manutenção de práticas e de hábitos que perduram há aproximadamente 30.000 anos.

Segundo Kormondy e Brown (2002), as mudanças climáticas que ocorreram durante a “Era dos Símios”, entre 25 milhões e 6 milhões de anos AP, levaram a um aumento de aridez, o que resultou em uma substituição da floresta tropical pela savana no leste africano, ocasionando um retorno à vida terrestre de diversos hominóides, incluindo os ancestrais do *Homo sapiens*. As considerações acerca de sua origem africana baseiam-se nas descobertas de fósseis muito antigos europeus e asiáticos e trata-se da tese mais plausível. A linha do tempo que revela a evolução humana em paralelo com a evolução das demais espécies é complexa, mas ainda possui muitas lacunas e questões que, somente a partir de mais pesquisas e de novas descobertas, podem ser esclarecidas.

As recentes descobertas de pinturas rupestres em cavernas em diferentes continentes têm apresentado particularidades de um modo de vida e de hábitos ainda pouco conhecidos e elucidada parte das lacunas acerca da evolução humana. Além das evidências genéticas, os sítios arqueológicos e pinturas rupestres também são fontes de dados para a datação da chegada de civilizações humanas nos continentes.

Este é o caso do sítio da Serra da Capivara, no Piauí, que foi descoberto pela arqueóloga Niède Guidon. As evidências genéticas datam a chegada do homem na América do Sul há cerca de 15 mil anos. Entretanto, existe a hipótese de que alguns

artefatos arqueológicos do Parque da Serra da Capivara datam de aproximadamente 45 mil anos. As características das pinturas aproximam-se daquelas de sítios arqueológicos encontrados na África e na Europa que datam dessa mesma época. Devido a uma série de questionamentos, inclusive de ordem metodológica de análise da datação, a teoria de uma chegada precoce na América ainda não é bem aceita na literatura arqueológica mundial.

Partindo da ideia de que as inscrições rupestres são como testemunho da evolução cultural humana, pode-se observar ao longo do tempo as mudanças nas técnicas, na variação dos temas e na maneira pela qual os seres humanos são representados. Trata-se também de um mecanismo de comunicação entre gerações.

Em 1994 houve na França a descoberta da Caverna Chauvet pelos espeleólogos Jean-Marie Chauvet, Eliette Brunel e Christian Hillaire. A caverna possui pinturas rupestres excepcionais que datam de 35 mil anos e com uma excepcional qualidade que atrai a atenção e a admiração de pesquisadores e do público em geral. Três características principais em torno do refinamento artístico são destacadas: a técnica gráfica que simula o movimento do desenho; o aproveitamento do relevo e das formações geológicas para proporcionar a dimensão da pintura, quase que unindo-a à escultura; e o uso das formas humanas como moldes para a pintura. Há alguns anos uma equipe de especialistas de diferentes disciplinas foi formada para realizar um aprofundamento desta descoberta. Aos poucos os segredos das origens dos desenhos foram sendo desvendados. A datação, os traços humanos e animais, as técnicas artísticas utilizadas e a temática das pinturas e das gravuras puderam abrir um novo espaço nas pesquisas em história da arte e etnologia (CLOTTE, 2003).

Tais fatos denotam a complexidade atingida pelas sociedades ancestrais e a riqueza de informações que auxiliam num extenso processo de reconstrução da trajetória humana, buscando auxiliar as interpretações das paisagens atuais.

Nesta perspectiva, o estudo da pré-história permite saber que, após o aquecimento progressivo do clima, as populações agrícolas sedentárias tornaram-se novamente nômades e pastores. Ou seja, a agricultura não foi uma etapa de civilização posterior à atividade pastoral, como sugerem alguns autores. Nesta época, a diferença nos modos de conquistar o alimento tem como causa determinante as alterações nos ecossistemas. Foram as formas modernas de vida do *Homo sapiens* que tiveram um extraordinário impacto sobre seus ecossistemas.

Muitas espécies de mamíferos foram extintas no final do Pleistoceno e ocorreram grandes modificações na paisagem consequentes da agricultura e de outras atividades (KORMONDY E BROWN, 2002).

Na pré-história africana e do oeste asiático, datam de mais de dez mil anos as primeiras manifestações do que se denomina de agricultura² (cultivo da terra e domesticação de espécies de vegetais) e pecuária (domesticação de animais), junto com a formação das primeiras aldeias agrícolas (EHLERS, 1999). Nesse período, o uso de algumas ferramentas, assim como do esterco animal já eram desenvolvidos.

Assim, o homem do paleolítico era essencialmente caçador-coletor e o homem do neolítico foi, sobretudo, pastor e agricultor. No que se refere ao modo de vida dos caçadores - coletores nas sociedades ancestrais, já existiam as divisões sociais de tarefas entre o grupo. Ou seja, as mulheres e crianças se encontram acampadas e eram responsáveis pela coleta de tubérculos, frutas, sementes, enquanto os homens saíam para caçar. A divisão dos homens na caça se dava entre os que correm bem, os que observam bem e os que andam bem. Desta forma, os caçadores formavam um grupo preparado que desenvolvia técnicas de interpretação das pistas de animais, comunicação por meio das expressões corporais, identificavam insetos, tinham a percepção dos ritmos, processos geoclimáticos e astronômicos, entre outros.

Foi no paleolítico superior que o ser humano ocupa progressivamente novos territórios, chegando até as Américas. Eles se reuniam em grandes grupos que já apresentavam divisão de trabalho e hierarquia. Esses grupos passam a progredir em uma alta velocidade, reagindo com criatividade às adversidades do ambiente. Desde então, os humanos realizaram milhares de seleções empíricas sobre as plantas cultivadas em função de suas diversas necessidades. Não é possível falar da história das civilizações humanas, sem considerar suas bases materiais e dentre elas estão as plantas (CHAUVET, 1987). E é por essa razão que é possível considerar que os centros de origem das plantas cultivadas coincidem com os do desenvolvimento da agricultura.

² O prefixo *agro* tem origem no verbete *agru* do latim que significa terra cultivada ou cultivável. A palavra *cultura* também tem origem do latim e significa cuidar. Haudricourt e Hédin (1987, p.85) denominam de agricultura “la mise en terre volontaire”, ou seja o plantio voluntário com vistas à obter, para uso humano, uma quantidade considerável de produtos.

Haudricourt e Hédin (1987) consideram que a intervenção constante dos homens em determinado ecossistema é necessária para a sobrevivência das plantas cultivadas no contexto da seleção natural. Caso contrário, no processo de seleção natural elas poderiam desaparecer. Os autores salientam que há uma relação de interdependência, já que no processo da evolução humana houve um papel preponderante das plantas cultivadas no seu desenvolvimento, permitindo ao homem elevar e sofisticar seu modo de vida. Assim, o ser humano submete animais e vegetais às suas necessidades. As modificações sofridas ao longo dos anos fazem com que se diferenciem do meio geográfico de origem e se afastem das características que os indivíduos encontrados na natureza apresentam.

Há que se considerar também que os seres vivos encontram-se em constantes trocas de matéria e energia com o seu ecossistema, não sendo, portanto este um processo estático. Ressalta-se que as principais plantas que fornecem alimentos ao seres humanos são aquelas que acumulam reservas energéticas. No reino vegetal, as plantas cultivadas formam um grupo à parte, caracterizado por sua propriedade de elaborar produtos úteis ao ser humano, seja pela alimentação (açúcar, amido, óleo etc.), seja por servir de matéria prima à indústria e ao desenvolvimento de tecnologia (fibras, madeiras, corantes, fármacos etc.) (HAUDRICOURT & HÉDIN,1987). Ao longo da história, muitas plantas cultivadas foram de alguma forma substituídas por outras de acordo com as mudanças de interesses no contexto do desenvolvimento das sociedades.

A ecologia histórica é considerada como um programa de pesquisa que tem como universo de estudo as mudanças das paisagens ao longo do tempo (BALÉE 2006). Pode-se considerar que o conceito de paisagem é concebido a partir da interação de um conjunto de elementos e indivíduos em determinado contexto cultural, sócio-espacial e biogeofísico. Entretanto, a relação entre os seres humanos e a paisagem também é, por vezes, interpretada como a de um mero espectador que percebe passivamente o seu meio, sem interagir de forma dinâmica.

Diversas escolas e áreas do conhecimento constroem e definem de forma interdisciplinar o conceito de paisagem. A escola francesa de geografia regional e rural apresenta célebres interpretações da paisagem como “ce que l’oeil embrasse

d'un seul coup d'oeil, le champ du regard³” (BRUNET et al., 1992), ou “la paysage perçu est donc déjà construit et symbolique⁴” (COLLOT, 1986, p. 211).

Há na paisagem a marca de alterações climáticas e edáficas, de estruturas sociais, de técnicas culturais, dos sistemas de produção e de outros traços visíveis. Balée (2006) propõe que o conceito de transformações das paisagens difere do conceito de sucessão ecológica. As transformações das paisagens são oriundas da ação antrópica nos distúrbios e na diversidade dos mais variados habitats. Já a sucessão ecológica considera o equilíbrio do ecossistema, podendo ser ela primária (p.e. colonização de um novo habitat, onde não havia vida) ou secundária (p.e. abertura de clareiras na mata por deslizamento natural).

A aplicação do termo “florestas culturais”, apresentado e discutido por diversos autores (POSEY, 1985; ADAMS, 1994; CLEMENT, 1999; BALÉE, 2006; DIEGUES, 2004a; ÂNGELO FURLAN, 2006), é utilizado para caracterizar práticas de ocupação dos ecossistemas naturais em formação por populações tradicionais e indígenas, construindo nesse processo uma espécie de co-evolução ou também chamada de paisagem domesticada. O manejo tradicional e indígena de um ecossistema florestal pode ser transmitido de geração para geração e pode combinar práticas agrícolas rotacionadas, coletas de recursos florestais, caça, pesca, dentre outras atividades que podem proporcionar a gestão do território, o acesso aos alimentos e a manutenção e até mesmo o aumento da biodiversidade local.

Para Armênio Khatounian:

O modo de utilização do ambiente consistia na abertura de pequenos roçados, de onde se obtinha a maior parte da energia alimentar, sobretudo a partir da mandioca. As proteínas e nutrientes menores eram obtidos do ecossistema natural, através da caça, da pesca e da coleta de frutos da floresta. A área de roçado era abandonada após um pequeno número de anos, e a floresta se restabelecia (KHATOUNIAN, 2001, p. 19).

Tais práticas podem proporcionar interferências ao longo do tempo e cenários florestais que são vistos hoje, podem ser resultados das mais diferentes formas de intervenções destas populações. Assim, as paisagens atuais, os ecossistemas e

³ O que o olho abraça apenas num olhar, o campo de visão.

⁴ A paisagem percebida é portanto já construída e simbólica.

suas dinâmicas, podem apresentar pistas para a investigação de modelos de manejo destes ecossistemas, sendo possível chamá-los de agroecossistemas. Assim, numa floresta cultural não existem apenas espécies botânicas, além disso, há uma significação e uma função para cada indivíduo de acordo com a matriz de racionalidade e/ou paradigma a partir do qual se origina o objetivo do manejo.

Considera-se que as mesmas culturas tradicionais dos povos locais que foram responsáveis pela evolução contínua junto às florestas tropicais são atualmente os principais focos de intervenções políticas e científicas, que visam, em última análise, defender os interesses de culturas modernas. A sociedade moderna propaga seus paradigmas, impõe modelos, levando ao enfraquecimento da dinâmica cultura local, alterando a relação de populações tradicionais com o meio ambiente em que vivem.

Não se trata aqui de exaltar uma sociedade perfeita como modelo e ideal. Entretanto, as florestas culturais permitem ressaltar técnicas e mecanismos que podem auxiliar as atuais reflexões acerca de padrões de desenvolvimento mais eficazes do ponto de vista do manejo ecológico das florestas.

2.2 O impacto da colonização do território brasileiro na sociobiodiversidade

2.2.1 A perda de recursos genéticos a partir da perda do etnoconhecimento

Em trabalho instigante, Clement apresenta sua hipótese sobre a relação existente entre a perda dos recursos genéticos da Amazônia e a chegada dos colonizadores europeus na América do Sul. Para embasar esta hipótese, o autor se norteia na ideia de que as populações indígenas da época anterior à chegada dos colonizadores europeus se encontravam em níveis avançados de domesticação de espécies cultivadas para a alimentação e demais usos. A partir das práticas de agricultura intensiva, foram criados grandes mosaicos de diferentes espécies cultivadas e tal fato possibilitou transformar a Amazônia em um dos grandes centros de biodiversidade de espécies cultivadas da época. Assim, pode-se considerar que muitos destes recursos genéticos requeriam a intervenção humana para sua manutenção (CLEMENT, 1999a).

Como evidência de suas considerações, Clement (1999b) reconstrói a biogeografia dos cultivos no momento do contato entre as populações tradicionais indígenas e os colonizadores europeus. Em seu texto, ele constata que 57% das 138 espécies cultivadas na Amazônia no momento do contato provavelmente

originaram-se na bacia amazônica e mais 27% originaram nas terras baixas do norte da América do Sul. O mosaico de concentrações de recursos genéticos na Amazônia no período de contato dos indígenas com os colonizadores era formado por dois importantes centros de diversidade⁵ do milho.

De acordo com Antônio Carlos Diegues (2000), as populações tradicionais vivem não somente com a biodiversidade, mas também nomeiam e classificam as espécies conforme suas próprias categorias e nomes. Pode-se falar da etnobiodiversidade como a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a e domesticando-a. Assim, a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural como do cultural, mas é a cultura, como conhecimento, que permite que as populações tradicionais possam entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la (DIEGUES, 2000). Para Balée (1994), neste tipo de manejo como o descrito acima, algumas espécies podem ser extintas, mas também pode levar à manipulação de componentes que promovem uma diversidade ambiental maior que a já existente nas chamadas condições naturais primitivas onde não existe presença humana.

Entretanto, a chegada dos colonizadores europeus proporcionou uma série de riscos à vida das populações tradicionais indígenas amazônicas da época. As transmissões de doenças das quais os indígenas não possuíam resistência, bem como, a disputa pelo território americano provocou uma significativa queda na população indígena, eliminando muitas culturas e saberes tradicionais. Juntamente com esta perda cultural deu-se o início do processo de erosão genética das plantas domesticadas pelas culturas indígenas eliminadas.

Assim, Clement (1999a) explica a relação entre o declínio das populações indígenas da Amazônia e as perdas dos recursos genéticos após o contato. Esta relação associa-se a uma série de fatores, entre eles: o grau de domesticação das espécies, o grau de manejo e domesticação da paisagem, o número de sociedades indígenas que dominavam o conhecimento de espécies úteis. Pode-se considerar

⁵ Grande parte da variabilidade genética de uma espécie tende a estar presente no seu centro de origem. No entanto, há indícios de que nem sempre o centro de origem coincide com seu centro de maior diversidade genética de determinada espécie. O centro de origem representa o local onde a espécie foi domesticada. Entretanto, algumas espécies foram propagadas para outras regiões e apresentaram sucesso adaptativo e reprodutivo, formando os chamados centros de diversidade. Em relação ao exemplo apresentado no texto, cabe ressaltar o milho tem como centro de origem o México.

então que a erosão dos recursos genéticos na Amazônia não se iniciou com a implantação dos sistemas produtivos promovidos pelo processo colonizador (tais como áreas de monocultivos ou práticas agropecuárias extensivas), mas sim pela perda do conhecimento no manejo das espécies, anterior ao processo de transformação da paisagem pelos europeus.

Apesar das dificuldades de identificação das possíveis espécies que eram cultivadas antes da chegada dos europeus, é possível afirmar que a hipótese de Clement (1999a) apresenta uma série de argumentos que se fazem plausíveis frente à questão da erosão genética da biodiversidade em populações indígenas após a chegada dos europeus.

2.2.2 Introdução de espécies exóticas no território brasileiro

Juntamente com a perda do etnoconhecimento acerca do manejo da sociobiodiversidade, houve também no período da colonização do território brasileiro uma significativa introdução de espécies exóticas (espécies de plantas, animais e micro-organismos). De forma sucessiva ao longo dos diversos períodos de colonização, estas inserções referem-se a espécies de diferentes regiões do planeta, seja por meio da vinda de espécies úteis, alimentares e produtivas, seja pela dispersão ocasionada de modo não previsto e planejado pelos colonizadores.

Há exemplos de manejo de espécies locais, bem como de introdução de espécies de plantas exóticas nesse período que permitiram um considerável enriquecimento alimentar para as populações marginalizadas. Por exemplo, as comunidades afro-descendentes mantiveram no continente americano práticas de domesticação de espécies em roças para o auto-consumo.

A propósito, Josué de Castro (2001) considera o homem negro (escravizado ou foragido das grandes fazendas) como um resistente à monocultura da cana de açúcar no Nordeste açucareiro. Trata-se de um povo de tradição agrícola, voltado para uma “agricultura de sustentação”.

Desobedecendo às ordens do senhor e plantando às escondidas seu roçadinho de mandioca, batata doce, de feijão, de milho, [o negro] suja aqui, acolá, o verde monótono dos canaviais com manchas diferentes de outras culturas. Benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região (CASTRO, 2001, p.48).

A influência dos colonizadores portugueses, dos imigrantes italianos e japoneses também se mostrou significativa no que se refere ao padrão alimentar e ao direcionamento da produção agrícola no Brasil. Pode-se considerar que a cultura dos povos colonizadores, notadamente a culinária mediterrânea interferiu e interfere até os dias atuais no padrão alimentar do povo brasileiro, fazendo com que os cultivares nativos e originários das culturas tradicionais sejam negligenciados tanto nas estruturas alimentares locais, como nos processos produtivos e nos mercados de grande escala.

Entretanto, mesmo com a interferência do processo colonizador da América do Sul, algumas populações indígenas e tradicionais isoladas demonstraram sua resistência a partir da manutenção de cultivares oriundos de técnicas de manejo da biodiversidade local.

Cabe ressaltar que há uma grande diferença entre espécies exóticas úteis e invasoras. As espécies exóticas invasoras são aquelas que se adaptam e se propagam em determinado ecossistema com facilidade, exercendo dominância, prejudicando os processos naturais e o desenvolvimento de espécies nativas. No caso de espécies exóticas úteis, os impactos da introdução dessas espécies podem ser controlados, sendo que a espécie incorporada deve ser manejada e não deve interferir no desenvolvimento das demais espécies nativas. Esses são os casos de plantas frutíferas tais como a mangueira, o limoeiro, a banana, entre outros diversos itens que já são rotineiros na culinária brasileira.

A introdução de espécies exóticas invasoras é um dos principais motivos de perda de biodiversidade no planeta, juntamente com a fragmentação e perda de ecossistemas naturais. A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, da qual o Brasil é signatário, determina aos países participantes em seu Artigo 8º a adoção de medidas preventivas de erradicação e de controle de espécies exóticas invasoras. A partir dessa determinação, a Deliberação CONSEMA Normativa-2 dispõe sobre a elaboração e a atualização da lista de espécies exóticas com potencial de bioinvasão no Estado de São Paulo e dá outras providências.

Entretanto, mesmo com os esforços dos governos signatários da CDB, a ONU aponta em seus estudos que a meta de redução de perda de biodiversidade foi acertada, porém não foi atingida. Os relatórios afirmam ainda que a destruição de ecossistemas terrestres deve afetar as economias de vários países nos próximos anos. Até 2010, o cálculo de perda anual de florestas indicava custos entre US\$ 2

trilhões e US\$ 5 trilhões, sendo que este cálculo foi feito com base nos valores estipulados em um projeto chamado Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade (EEB). Esse projeto considerou como indicadores os serviços prestados pela natureza, tais como a melhoria da qualidade de água e ar, a proteção de regiões litorâneas, e manutenção da natureza para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, tais como o ecoturismo.

2.2.3 A valorização e o reconhecimento da sociobiodiversidade brasileira

O uso dos diários de campo como estratégia metodológica faz parte da história das ciências naturais. A pesquisa de campo, voltada para a biologia, ecologia e etnografia, iniciou-se no Brasil a partir dos relatos dos naturalistas (CAMARGO E BEGOSI, 2006). Pode-se considerar que foi a partir desses relatos que ocorreram as primeiras sistematizações em torno da sociobiodiversidade brasileira. O termo sociobiodiversidade é adotado neste trabalho, buscando representar a congruência de diversos fatores relacionados ao etnoconhecimento, aos mecanismos de gestão dos recursos naturais, à agrobiodiversidade e à diversidade cultural promovidos por populações tradicionais e comunidades de agricultores familiares.

No que se refere à expansão das ciências naturais no século XIX, pode-se considerar que havia duas perspectivas de trabalho para um naturalista. De um lado, havia o perfil que exercia um método de trabalho no contexto de bibliotecas, laboratórios, coleções, jardins botânicos etc. De outro lado, houve a ação do naturalista viajante que iria coletar e formar ou alimentar as coleções e demais informações que eram essenciais para a ciência natural. Há nesse sentido uma sutil divisão de tarefas.

Para exemplificar, tomamos o exemplo de Georges Couvier que realizou pesquisas a partir das mais complexas coleções de história natural no mundo e se tornou referência nessa área. De outra parte, tomamos o exemplo dos viajantes naturalistas que vieram ao Brasil, trazendo uma grande influência Humboldtiana na qual as impressões estéticas experimentadas pelos viajantes faziam parte da própria atividade científica e não poderiam ser substituídas por descrições ou amostras destacadas de seus contextos. De acordo com essa corrente, o gosto e a sensibilidade deviam ser partes integrantes do ato do conhecimento (KURY, 2001).

Entretanto, “a abordagem Humboldtiana da natureza não é assim, unicamente intuitiva” (KURY, 2001, s.n.). Havia elementos analíticos pré-estabelecidos para a interpretação da paisagem (condições climáticas, geográficas, topográficas, fisionômicas, etc.). No caso do naturalista Auguste de Saint Hilaire, além de profundas imersões etnográficas e paisagísticas em suas viagens, havia também o desenvolvimento de experimentos e procedimentos analíticos. Ele e outros viajantes naturalistas vieram ao Brasil no início do processo de colonização e deram significativa contribuição ao processo de identificação da biodiversidade brasileira, sob o ponto de vista estrangeiro. Seus trajetos foram favorecidos pelas rotas da Estrada Real e assim Saint Hilaire realizou imersões no interior do país, acessando comunidades e paisagens retratadas em sua obra.

Muitas informações sobre a utilidade das plantas nativas foram registradas, assim como observações minuciosas sobre vários aspectos da vida dos brasileiros e o aproveitamento que faziam da biodiversidade (BRANDÃO, 2010). Em 1824, Saint Hilaire publicou a obra “Plantas usuais dos brasileiros” com o apoio do Museu de História Natural de Paris - MNHN⁶. O naturalista acreditava que muitas das plantas descritas em sua obra poderiam tornar-se um dia produtos de importância econômica para o Brasil, fazendo com que o país se tornasse independente de importações onerosas (SAINT HILAIRE, 2009).

Atualmente alguns elementos podem ser destacados como responsáveis pela ainda intensa erosão genética e cultural sobre as plantas úteis nativas no Brasil. A perda do etnoconhecimento e de tradições ancestrais, a destruição de ecossistemas naturais e a introdução de espécies exóticas desde os primeiros tempos da colonização são fatores a ser considerados nesta análise. Como consequência, é cada vez menor o número de pessoas que de fato usam plantas nativas do Brasil, “especialmente aquelas de origem Ameríndia segundo as tradições do passado”

⁶ Cabe ressaltar que o desenvolvimento de pesquisas envolvendo a biodiversidade de diversos continentes sempre esteve presente do histórico do museu. O MNHN foi fundado durante a Revolução Francesa como “Jardim real de plantas medicinais”. Os países europeus mantiveram por muitos anos a tradição dos jardins medievais, os quais eram constituídos de plantas de interesse alimentar e medicinal de diversos continentes e de diferentes culturas, que representavam o acúmulo de conhecimento durante séculos. Após alguns anos, se tornou um jardim voltado à pesquisa de história natural, buscando apoiar a criação de coleções científicas que possibilitaram grandes avanços científicos no âmbito da biologia, paleontologia, saúde pública etc. Além disso, havia também uma *menagerie* que tinha a função de aclimatar e abrigar animais vindos de diversos continentes (muitos eram oriundos das colônias conquistadas pela França). O objetivo desse processo de aclimação era o de trazer para o território francês espécies que poderiam ser úteis na agricultura e no transporte de mercadorias.

(BRANDÃO, 2010, s.n.). A erosão genética e a erosão de conhecimentos resultam no aumento da dependência das comunidades tradicionais aos modelos econômicos e em sistemas de produção convencional implicando na perda de autonomia e de soberania alimentar.

Em comunidades locais isoladas, na agricultura familiar tradicional e nas populações indígenas, o cultivo e o manejo de componentes da biodiversidade sempre estiveram associados às práticas culturais, religiosas e ao desenvolvimento de tecnologias próprias de produção. O atual reconhecimento da importância da agrobiodiversidade tornou-se essencial para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades. A agrobiodiversidade se apresenta como elemento de sustentação, valorização e compreensão do papel e do comportamento dos seres humanos na relação com o uso sustentável da biodiversidade (SILVA in MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006).

A Secretaria da Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente desenvolve uma série de iniciativas que são norteadas de acordo com os objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), buscando a valorização do conhecimento tradicional; o resgate de materiais genéticos crioulos; a participação social e o fortalecimento da organização das comunidades. São promovidos projetos de promoção de plantas nativas de valor atual ou potencial; a utilização da biodiversidade para nutrição, saúde e segurança alimentar; a promoção do uso comunitário de plantas medicinais e de fitoterápicos como estratégia de valorização e de promoção do uso sustentável da biodiversidade (CAPOBIANCO in MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006).

Entre os países megadiversos, o Brasil é detentor da maior diversidade de plantas nativas e de grande diversidade de plantas cultivadas. Este patrimônio genético constitui a base alimentar e a fonte de matéria-prima para inúmeras atividades de populações locais. Constitui também elemento organizador de contextos culturais específicos. Conservá-lo, portanto, é tarefa fundamental para a segurança alimentar destas populações e para a preservação do patrimônio cultural associado. O componente da diversidade genética, manejado por populações tradicionais e por agricultores familiares, conservado no campo e pelo agricultor, é fruto de um longo e diversificado processo de seleção, adaptado à realidade local. Apesar de sua importância, carece de reconhecimento e de esforços especiais voltados à sua conservação e valorização (CAPOBIANCO in MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006, s.n).

É interessante ressaltar que os instrumentos de valorização tais como as chamadas “denominações de origem”, que consideram de maneira integrada um território com suas características ecológicas e um grupo sociocultural com sua história e seu *savoir faire*, podem constituir pistas de reflexão. A estratégia de denominação de origem será analisada no Capítulo 3 que apresenta as experiências francesas de gestão do território em Parques Naturais Regionais franceses. Os instrumentos de valorização devem ser associados a instrumentos jurídicos de proteção e a instrumentos sociais que assegurem a perenidade dos recursos fitogenéticos e dos saberes locais associados. Para tais objetivos, devem-se constituir numerosas interfaces, entre saberes locais e saberes científicos.

2.3 A revolução verde e a modernização conservadora no campo

Estudos da ecologia humana são muito apropriados quando se trata de avaliar as interações entre populações humanas e recursos naturais. O contato direto com os recursos e a observação diária desses recursos e a dependência econômica de recursos aquáticos e da vegetação são relações ecológicas em seu sentido estrito. À medida que adentramos aos ambientes urbanos, os recursos deixam de ser obtidos diretamente da natureza, tornando as relações mais econômicas do que ecológicas (BEGOSI et. al., 2004, p.13).

Pode-se considerar que é possível encontrar em diferentes partes do mundo práticas agrícolas e culturais completamente distintas, formando uma espécie de “série evolutiva” que representa a transformação das agriculturas do mundo (MAZOYER, 2010). Essa série evolutiva pode se apresentar ao longo dos tempos, no decorrer do surgimento e possíveis desaparecimentos de civilizações, assim como podem co-existir diferentes modelos de agriculturas.

Na história das grandes civilizações humanas desde o Egito antigo, antiguidade Greco-Romana, Idade Média, Renascimento até a Expansão Marítima Européia sempre estiveram presente a evolução do conhecimento e do domínio tecnológico, mas também os resultados desastrosos dessas conquistas (KHATOUNIAN, 2001). A relação de dependência dos recursos naturais sempre esteve marcada na história das civilizações humanas e por inúmeras vezes essa dependência mal gerenciada foi marcada como o principal motivo de decadência das mesmas.

Assim, na Mesopotâmia antiga se registrava a salinização das áreas de irrigação que embasavam sua economia. [...] No Brasil, já no século XIX, a economia cafeeira veio a ser a pedra angular da riqueza do Segundo Império. Nessa época, a mais importante região cafeeira era o vale do Rio Paraíba do Sul, região hoje de morros cobertos por pastos ralos. Não fossem as terras roxas, então virgens em São Paulo, a economia cafeeira teria entrado em rápido colapso (Khatounian, 2001, p.18).

A experiência europeia mostra que - anteriormente ao advento da revolução industrial, na falta de fronteiras para expandir a produção – eram realizados consórcios de policultivos, com pousios, rotação de culturas associadas à inserção animal no sistema produtivo. O uso do esterco animal era fonte de adubação orgânica do solo.

Segundo Mazoyer (2010), o período da expansão marítima europeia possibilitou o enriquecimento dos sistemas agrários europeus com novas variedades alimentares, fruto da seleção dos povos tradicionais ameríndios, tais como: o milho - *Zea mays* (México), a batata – *Solanun tuberosum* e o tomate – *Lycopersicum sp* (em altiplanos andinos) e o morango – *Fragaria vasca L.* (em encostas andinas). Como consequência da ocupação colonizadora, as regiões tropicais (Américas, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia) apresentavam abundância de terras e passaram a desenvolver novos sistemas produtivos baseados nos interesses agroexportadores.

A partir do século XIX, tendo ápice na Segunda Guerra Mundial, a tecnologia e os grandes lucros empresariais fundaram-se na indústria de insumos bélicos. Com o fim da guerra, era necessária a manutenção da indústria química a partir da transferência e expansão da estrutura tecnológica para outros setores, notadamente para a agricultura. Nesse sentido, houve cada vez mais o aumento da produtividade agrícola com o discurso ideológico⁷ da busca pelo fim da fome no mundo. Fazia-se necessário alimentar as grandes massas urbanas, que eram atraídas do campo para a cidade, pela oferta de empregos nas novas indústrias. Entretanto, o desenvolvimento de fertilizantes minerais, adubos químicos, o uso de maquinários e tratores dependentes da matriz energética petrolífera, atendia cada vez mais aos interesses mercadológicos da época.

⁷ Concebemos ideologia a partir da interpretação de Thompson (2000) que será apresentada mais a frente, neste capítulo.

Primeiramente o consumo dos insumos químicos da agricultura propaga-se nos países industrializados, para posteriormente atingir as economias periféricas em expansão. No Brasil, a expansão dos pacotes da Revolução Verde se deu a partir de 1970, durante o período da ditadura militar, “vinculada ao crédito rural subsidiado, que condicionava à utilização dos agrotóxicos” (KHATOUNIAN, 2001). O demasiado entusiasmo pelas “grandes safras” gerou no campo um processo social desordenado, desassistido e desestruturante (EHLERS, 1999).

Ferraz (2003) considera que a Revolução Verde no Brasil apresentou num primeiro momento um alto grau de industrialização, o aumento da produção e produtividade, notadamente nos produtos de exportação. Entretanto, o incremento no uso de insumos, da mecanização e da expansão de monocultivos levou à degradação de grandes superfícies e ao exacerbado desmatamento dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Amazônia principalmente. Esse quadro se agrava com a intensificação da produção em áreas não aptas, ou acima de sua capacidade de suporte, provocando erosão e contaminação dos solos e água com agroquímicos, tornando os agroecossistemas cada vez mais dependentes do aporte de energia externa e reduzindo a sua capacidade produtiva ao longo do tempo.

Dessa forma, a agricultura convencional tornou-se a principal fonte difusa de poluição. Isso ocorreu devido, em grande parte, à falta de uma visão mais abrangente entre a produtividade e a estabilidade dos ecossistemas tropicais. As condições ecológicas foram revolucionadas pela simplificação e especialização dos ecossistemas explorados pela agropecuária (VEIGA, 2003).

No século XX, os ganhos de produtividade provenientes da revolução agrícola foram significativos a ponto de reduzir o preço de determinados gêneros agrícolas. Assim, os pequenos produtores rurais e demais populações rurais tradicionais foram confrontadas com uma concorrência de preço e de tecnologia. De acordo com Mazoyer (2010) centenas de milhares de propriedades camponesas subequipadas dos países em desenvolvimento viram-se, por sua vez, mergulhadas na crise e eliminadas, alimentando a maré montante do êxodo agrícola, do aumento da pobreza rural e urbana.

Entretanto, foi também neste contexto, em territórios onde o agronegócio tornou-se dominante, que formas de vida comunitária e tradicionais, de ocupação e produção alternativas, não apenas resistiram e sobreviveram, como também, em alguns cenários, adaptaram-se e transformaram-se. Ainda que essa transformação

represente uma progressiva perda de autonomia em detrimento da dependência da tecnologia dos pólos dominantes do agronegócio (IANNI, 2004).

Para Martins (1975), a pequena unidade camponesa tradicional familiar não é marginal à expansão do capital agrário e nem é uma experiência social em extinção. Ao contrário, ela é essencial à expansão do capitalismo no campo. Essa agricultura tradicional não é uma agricultura de consumo, mas uma agricultura de excedente. Seus produtores geram tanto os bens de consumo familiar quanto, e em múltiplos casos, o excedente é destinado à troca e à venda em mercados vicinais, locais e mesmo regionais.

Assim, da mesma maneira que é possível encontrar pequenos produtores familiares, sitiantes modernizados, em luta contínua para se apropriarem precariamente de semelhante racionalidade e de equipamentos e padrões de trabalho pelo menos proporcionalmente próximos aos do agronegócio, há também as frentes de expansão capitalistas empregando as mais residuais estratégias de apropriação da terra e do trabalho (BRANDÃO, 2007).

Contudo, a identificação das falhas no sistema agrícola resultante da Revolução Verde não tardou a acontecer. Já em 1962 houve um marco histórico nos EUA, à partir da publicação do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson (1962). Nesta obra a autora apresenta as preocupações ambientais decorrentes do alto uso de pesticidas sintéticos e faz uma forte crítica ao uso do DDT, culminando na proibição do uso deste e de outros produtos no país. Juntamente com o trabalho de diversos ambientalistas foi criada posteriormente a Environmental Protection Agency que passou a regular as atividades poluidoras no país e até os dias atuais é considerada como referência mundial em controle de poluição.

Nas Conferências da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorridas em 1972, 1982, 1992, materializaram-se as evidências de que os danos causados pela agricultura convencional eram de tal magnitude que urgia mudar de paradigma (KHATOUNIAN, 2001, p.23).

A questão ambiental como um fenômeno social reconhecido tem como marco a década de 1970, propiciado pela combinação de fatores como: a crise do petróleo e o conseqüente alerta ao esgotamento dos recursos naturais; as deliberações e a repercussão da 1ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Homem e o

Meio Ambiente em 1972; os primeiros relatórios científicos questionando os limites do crescimento econômico em relação à capacidade de suporte dos ecossistemas e a aparição do movimento ambientalista.

A crítica advinda do estabelecimento da questão ambiental apontava para um conflito entre o crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais que, em última instância, traria limites à continuidade do próprio crescimento econômico. Em resposta a esse paradoxo, foram elaborados conceitos que refletissem a busca por harmonizar a atividade humana em suas relações com a natureza, como Ecodesenvolvimento apresentado por Ignacy Sachs em 1986 e o Desenvolvimento Sustentável pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) em 1991.

Entretanto, conforme Teys (2002) adverte, a capacidade de identificar os problemas não significa que serão apontadas soluções e respostas imediatas. Além disso, ao mesmo tempo em que surgem iniciativas idôneas e diferenciadas, este autor aborda o oportunismo de determinados ramos do setor produtivo em promover o “marketing verde” ou o neoliberalismo com uma maquiagem ecológica, representando apenas “mais do mesmo”.

A capacidade de apropriação do termo sustentabilidade por diversas empresas relacionadas à agricultura convencional e ao ramo da biotecnologia é notável. Entretanto, suas intenções ainda são muito nebulosas. Muitas iniciativas intituladas como sustentáveis nada mais são do que mecanismos meramente econômicos, favoráveis ao acúmulo crescente de poder lucrativo da produção e, na maioria dos casos, os aspectos ecológicos e sociais são negligenciados. Técnicas de redução do uso de insumos, tais como as utilizadas pela agricultura de precisão são altamente baseadas em aparatos tecnológicos de alto custo. O discurso fundado na sustentabilidade da agricultura baseada nos OGMs (Organismos Geneticamente Modificados) é cada vez mais questionado e ganha grande atenção nas arenas políticas internacionais.

Para Dufumier (2011) esta agricultura industrial transgênica funda-se nas lógicas de economia de escala na medida em que estabelece um número reduzido de variedades alimentares, que a partir de seu potencial genético selecionado em laboratórios podiam ser cultivadas em qualquer época do ano e em diferentes ecossistemas. Essas variedades, produzidas em sistemas de monocultivos em larga escala, na maioria das vezes em ecossistemas degradados, apresentaram extrema

sensibilidade às plantas adventícias e aos insetos, demandando cada vez mais insumos químicos de controle. Formava-se assim um ciclo ininterrupto de dependência tecnológica, o qual seria oneroso ao agricultor e ao equilíbrio do ecossistema.

Visto que os ecossistemas naturais apresentam um alto nível de complexidade, pode-se considerar que a demasiada simplificação do agroecossistema pode desencadear o desequilíbrio de inúmeros processos tróficos, comportamentais e reprodutivos dos organismos vivos nele envolvidos. Notadamente, nos países europeus, destacam-se as preocupações de determinados pesquisadores e de ramos da sociedade civil envolvida acerca das conseqüências que os alimentos transgênicos podem gerar em populações de abelhas e de insetos polinizadores (tais como borboletas e joaninhas), colocando em risco a reprodução de “cerca de 30 mil espécies vegetais cultivadas ou selvagens” (DUFUMIER, 2011).

A notável ausência de pesquisas e a apresentação de dados insuficientemente qualificados acerca das conseqüências da inserção de organismos geneticamente modificados nos agroecossistemas gera no âmbito político e nos processos judiciais de aprovação das sementes transgênicas uma situação de insegurança no que se refere à tomada de decisão, ferindo, na maioria dos casos, o princípio da precaução.

2.4 A agricultura alternativa

Será apresentado a seguir um breve resumo de diferentes iniciativas ocorridas em diferentes continentes, buscando subsidiar as reflexões acerca do conceito de agroecologia que será discutido no próximo item.

Diversas nomenclaturas foram utilizadas para caracterizar os diferentes tipos de agriculturas alternativas ao modelo convencional de produção. O termo agriculturas alternativas ou agricultura ecológica é aqui considerado como o “guarda-chuva” de iniciativas agrícolas, cada qual com sua proposta cultural, filosófica e técnica, que de diferentes perspectivas “buscam o desenvolvimento de modos de produção mais naturais ou de menor impacto ao meio ambiente” (KHATOUNIAN, 2001, p. 25).

Nos anos 1970, após as crises do petróleo, e especialmente nos anos 1980, os movimentos de agricultura ecológica se multiplicaram ainda mais pelo planeta, impulsionados pelo movimento de contracultura e pela crescente consciência da gravidade e da

generalização dos problemas ambientais. Essa consciência faz ampliar-se grandemente o mercado para os produtos ecológicos (KHATOUNIAN, 2001, p. 27).

Pode-se considerar que as práticas culturais ancestrais influenciaram as novas tendências em agricultura alternativa e ecológica praticadas no ocidente. A agricultura milenar da Índia faz uso do esterco animal como a base principal do processo de fertilização do solo, juntamente com matéria orgânica, cinzas e ervas. Essa técnica foi observada pelo agrônomo inglês Albert Howard durante três décadas. Posteriormente, este autor publicou a obra "*An Agricultural testament*" (1940), dando origem à corrente denominada Agricultura Orgânica.

Na França, desenvolveu-se na mesma perspectiva, o movimento da Agricultura Biológica proposto por Claude Aubert que publicou "*L'agriculture biologique: pourquoi et comment la pratiquer*" (1974). Pode-se considerar que nos países europeus, a partir dos espaços democráticos de debates, cresceram as iniciativas de exigências de regulação de determinados processos produtivos por meio da demanda dos próprios consumidores. Assim, a partir da tomada de consciência da população europeia acerca dos impactos negativos da agricultura convencional para o meio ambiente e para a saúde humana, foram tomadas iniciativas e criadas exigências de mercado.

Atualmente, tanto a Agricultura Orgânica quanto a Agricultura Biológica são reconhecidas em diversos países, como sendo práticas produtivas que não são ligadas a doutrinas filosóficas e religiosas e não utilizam insumos químicos tais como fertilizantes, inseticidas, pesticidas e tecnologias transgênicas. Buscam o desenvolvimento de tecnologias adaptadas aos agroecossistemas, buscando incorporar práticas de conservação dos recursos naturais. Fazem uso de elementos comuns com outros tipos de agriculturas alternativas, tais como a compostagem, a adubação verde, o uso racional da água, práticas de conservação do solo, entre outras.

Com vistas a regular os mercados em torno dos produtos originários das práticas de produção alternativas é criada em 1972 a International Federation of Organic Agriculture Movements – IFOAM que passa a desenvolver selos de certificação que garantem a qualidade do processo produtivo. Pode-se considerar que os diferentes sistemas de agricultura alternativa passam a ser cada vez mais padronizados, buscando maior nível de inserção nos mercados convencionais.

Entretanto, mesmo com as exigências e definição de normas de certificação, no decorrer dos anos a agricultura orgânica passou a receber críticas de determinados segmentos do ramo, relacionadas à reprodução do sistema de monocultivo em grande escala e por negligenciarem os aspectos sociais da produção. São sistemas que atualmente são capazes de atingir uma alta escala produtiva, sob a condição de manter um modelo semelhante ao da agricultura convencional, contando, muitas vezes, apenas com a substituição de insumos químicos por insumos orgânicos.

Para responder às críticas relacionadas às questões sociais do processo produtivo orgânico e biológico, foram inseridas nos mercados, principalmente nos países europeus, o conceito de economia solidária e comércio justo – *faire trade*. A *International Faire Trade Association* conta atualmente com a participação de aproximadamente 300 associações de 60 países e possibilita o comércio justo entre produtores orgânicos, principalmente originários de países tropicais e em desenvolvimento, com empresas e centros de distribuição de países desenvolvidos.

Diferentemente dos exemplos europeus anteriores, na Alemanha se desenvolveu outra tendência de agricultura alternativa, apresentando fortes laços de cunho filosófico a partir das bases da Antroposofia proposta pelo filósofo Rudolf Steiner. Este autor foi um seguidor do método científico proposto por Goethe, o qual tratava da Ciência Oculta⁸. A análise fenomenológica – ou observação de fenômenos foi aplicada por Steiner às ciências naturais e aos diversos campos do conhecimento por ele analisados, tais como: a medicina, as artes, a arquitetura, a agricultura, a pedagogia, entre outros.

Assim, é fundamentada a agricultura biodinâmica, que propõe uma abordagem sistêmica, entendendo a propriedade rural como um organismo vivo, sendo essencial ao equilíbrio desse sistema a presença de bovinos (KHATOUNIAN, 2001). São desenvolvidos calendários lunares anuais aplicados à agricultura, além de elaboração de preparados biodinâmicos de acordo com os períodos e necessidades do agroecossistema.

⁸ Para Steiner, a Ciência Oculta não é “uma ciência ‘escondida’, e sim uma ciência relacionada com o que, para a forma comum de conhecimento, permanece *irrevelado* nos fenômenos do mundo – uma ciência do ‘oculto’, do ‘mistério-manifesto’. [...] O que permanece ‘oculto’, não manifesto nesses fenômenos, ao serem eles compreendidos apenas pelos sentidos e pelo intelecto a estes ligado, é considerado como o conteúdo de uma forma supra-sensível de conhecimento” (STEINER, 1998, p.32).

Steiner (1999) propõe algo que vai além do simples processo de adubação compensatória do solo, no qual são inseridos elementos que buscam somente recompor os nutrientes extraídos pelas plantas, ele propõe vivificar o solo. Sixel (2003) apresenta reflexões acerca do conceito de vivificação do solo e considera que os estudos de Ana Primavesi contribuíram significativamente para essa compreensão.

Esta última autora apresenta como resultados de suas pesquisas os efeitos negativos da preparação mecânica do solo. Além disso, considera que o aporte constante de material lenhoso à cobertura do solo promove o melhoramento de sua estrutura física e química. A cobertura do solo a partir do material lenhoso propicia o surgimento de plantas espontâneas, criando uma cobertura viva e um micro-clima favorável à fixação de micro-nutrientes no solo (PRIMAVESI, 2001).

Entretanto, mesmo com as grandes possibilidades de contribuições técnicas aos conceitos propostos por Steiner, existe o desafio do desenvolvimento da agricultura biodinâmica no Brasil e em demais países de regiões tropicais. Há uma certa dificuldade de adaptação das técnicas desenvolvidas na Europa para as condições dos ecossistemas tropicais. De acordo com Sixel (2003) “querer copiar o modelo europeu foi um erro. A maior diferença das condições de climas temperados com tropicais ou sub-tropicais existe talvez no fator de congelamento periódico do solo”.

Ou seja, as técnicas, além dos preparados biodinâmicos, são todos orientados para as condições dos ecossistemas europeus, o que muitas vezes, inviabiliza a aplicação dos mesmos em outros ecossistemas, ocasionando na ineficácia da técnica e até mesmo na indisponibilidade de plantas e produtos indicados para a elaboração dos preparados.

Atualmente já existem diversas iniciativas que buscam a adaptação da agricultura biodinâmica nos trópicos, principalmente nas regiões de altitude que são mais frias, buscando identificar espécies nativas compatíveis com as espécies utilizadas nos preparados europeus. Assim, agricultura biodinâmica é considerada sofisticada por demandar do agricultor um alto nível de conhecimento, envolvimento e dedicação à produção.

Pelo seu alto nível de especificidade no processo produtivo, a agricultura biodinâmica foi a pioneira no desenvolvimento de um sistema de certificação e que é realizado no Brasil pelo Instituto Biodinâmico – IBD. O IBD apresenta diferentes tipos

de selos, de acordo com o perfil da produção (produtos orgânicos, produtos biodinâmicos, vinhos, produtos de limpeza, cosméticos, sementes, selos sociais, entre outros).

O selo do IBD é reconhecido em diversos países e possibilita a inserção do produto em cadeias de mercados internacionais. Entretanto, é considerado como sendo um processo de certificação oneroso aos agricultores, encarecendo os custos da produção e tornando os produtos acessíveis apenas a determinadas camadas sociais.

Entre os anos 30 e 40, surgiu no Japão a agricultura natural, a qual foi desenvolvida no contexto filosófico-religioso da Igreja Messiânica. A agricultura natural destacou-se por fazer uso de um sistema de adubação do solo diferenciado e por preconizar a mínima interferência possível no funcionamento natural dos ecossistemas. Trabalham no desenvolvimento de micro-organismos 'eficazes' ou 'regeneradores' que atuam no processo de fermentação controlada para a elaboração de um tipo de composto balanceado de matérias orgânicas de origem vegetal e animal.

Segundo Khatounian (2001) no Brasil, a difusão inicial desse método esteve ligada à migração e a formação de colônias japonesas, constituindo-se posteriormente em quadros empresariais de produção de alimentos (p.e. Indústria Korin – produção de aves baseada na agricultura natural, pioneira na criação do frango Antibiotic Free (AF), sem antibióticos e promotores artificiais de crescimento, de comércio e de certificação de processos produtivos.

No contexto das iniciativas de agricultura sustentável, os Sistemas Agroflorestais biodiversos vêm ganhando notoriedade, sobretudo por meio de ações coletivas aplicadas à agricultura familiar, a assentados da reforma agrária e a populações tradicionais. Atualmente, já é possível encontrar no contexto do bioma Mata Atlântica, inúmeras experiências em produção que chamam cada vez mais a atenção não só de agricultores da região, técnicos, mas também, de gestores de políticas públicas. Os SAFs são aqui considerados como “sistemas de uso da terra nos quais espécies perenes lenhosas são intencionalmente utilizadas e manejadas em associações com cultivos agrícolas e/ou animais na mesma unidade de gerência da terra” (MAY e TROVATTO, 2008) e apresentam relações ecológicas e econômicas entre estes componentes, constituindo-se como uma alternativa

sustentável de ocupação de áreas desmatadas e para cooperar no processo de restauração do patrimônio florestal nativo.

Segundo um dos pioneiros e difusor de experiências com sistemas agroflorestais (SAFs) no Brasil, o suíço Ernst Götsch, os SAFs são “uma tentativa de harmonizar as atividades humanas com processos naturais de vida”(GÖTSCH, 1997). Para ele, o sistema agroflorestal tem por premissa o processo sucessional com o objetivo de criar mais vida: “A sucessão de gerações e a sucessão natural das espécies é o pulso da vida, o veículo em que a vida atravessa o espaço e o tempo” (GÖTSCH, 1997). Representando, então, os dois princípios para o funcionamento do sistema agroflorestal: a “diversidade” e o uso dinâmico da “sucessão natural”, onde cada espécie contribui para aumentar o “superávit energético” (GÖTSCH, 2002).

Os sistemas agroflorestais biodiversos apresentam-se como formas sustentáveis de uso da terra, por aumentar a fertilidade do solo pelo acúmulo de biomassa, mantém o equilíbrio hídrico e proporciona condições para o desenvolvimento da fauna e da flora na região. Entretanto, cabe ressaltar que os SAFs também podem ser incorporados como ferramentas de produção em culturas convencionais, podendo ser encontradas experiências que fazem uso de insumos químicos e mecânicos em seu manejo, considerando como sistema agroflorestal apenas a inserção do elemento arbóreo na paisagem agrícola, não priorizando o desenho biodiverso do sistema.

Paralelamente às diversas iniciativas no campo da agricultura, surge na Austrália o conceito de Permacultura. A ideia da “cultura permanente” apresenta a proposta de desenhos de agroecossistemas sustentáveis, norteados pela agricultura orgânica, pela bio-arquitetura e eco-construção, pelas análises dos ciclos de nutrientes e pelo equilíbrio ecológico e energético dos ecossistemas. Em regra geral, preconizam pelo melhor aproveitamento possível dos recursos e dos mecanismos naturais disponíveis no ecossistema, fazendo da natureza o seu modelo.

Permacultura é o design de comunidades humanas sustentáveis. É uma filosofia e uma abordagem de uso da terra que inclui estudo dos microclimas, plantas anuais e perenes, animais, solos, manejo da água e as necessidades humanas em uma teia organizada de comunidades produtivas (MOLLISSON e SLAY, 1994, p.23).

A permacultura foca em soluções acerca de desenhos sustentáveis para assentamentos humanos, com vistas à promover a autonomia dos agroecossistemas (MOLLISSON e SLAY, 1994).

2.5 Desenvolvimento rural sustentável: o território como unidade de análise

Após analisar os conceitos abordados nos itens anteriores, pode-se considerar que tanto as populações humanas como as alterações na paisagem compõem os territórios. No que se refere ao conceito de território, pode-se considerar as contribuições oriundas da geografia, em especial a abordagem proposta por Milton Santos na qual o território abrange a identidade pessoal e cultural e o sentimento de pertencer ao local onde se reside e de onde se obtém o sustento (SANTOS, 2002). Ainda para esse autor:

O território é formado por frações funcionais diversas. Sua funcionalidade depende de demandas de vários níveis, desde o local até o mundial. A articulação entre diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial (SANTOS, 2002. p.96).

A análise do desenvolvimento territorial com suas implicações socioambientais requer a apreensão desse território em seu processo de construção e reconstrução permanente, envolvendo necessariamente a compreensão de sua complexidade. As significações e ressignificações atribuídas ao território podem ser resultantes dos embates travados entre diversos atores que disputam os sentidos do que realmente seja o desenvolvimento (VARGAS, 2006). A territorialidade envolve, portanto, as relações complexas de dependência e interesses que os diferentes agentes sociais estabelecem com seus territórios.

O território forma-se a partir do espaço, podendo ser uma apropriação concreta (resultado de uma ação) ou abstrata (pelas representações e cultura). É no território que é possível encontrar um campo de forças convergentes e divergentes, formando um campo de poder e sendo produto da história de ocupação das sociedades. Os conflitos de uso e ocupação podem se dar quando há a sobreposição de territórios num mesmo espaço físico (ÂNGELO FURLAN, 2006).

No que se refere a territórios rurais, é pertinente compreender as ideias gerais que permeiam a noção de rural. Segundo estudos desenvolvidos por Ângela

Kageyama (2008), a ruralidade apresenta uma essência geográfica que denota uma noção de distância, isolamento, afastamento. Entretanto, a sua essência geográfica é dinâmica, sendo a distância um elemento relativo. Ou seja, a distância não necessariamente é uma ordem física, mas pode se caracterizar como distância social, cultural, entre realidades distintas.

A paisagem rural é composta de longas extensões de campos (produtivos ou não), pastagens, fragmentos florestais de pequeno, médio e grande porte, recursos hídricos, fauna, relevos, além de ocupações humanas espaçadas. Um dado interessante apresentado por Kageyama (2008) é que 75% das populações em situação de pobreza do mundo vivem em áreas rurais. Em suas diferentes categorias, a população rural se encontrava, até pouco tempo, dividida entre agricultores familiares, trabalhadores e assalariados rurais (temporários e fixos), sem-terras, populações tradicionais, agricultores pluriativos, entre outros.

A nítida diferença de infra-estrutura, acesso a serviços e à cidadania encontrados no campo e nas cidades é uma questão que ainda perdura no Brasil. Tal fato é explicado por Veltz (2009) em sua obra “Mondialisation, villes et territoires” na qual argumenta que a economia moderna é acompanhada de uma concentração de atividades e serviços em um conjunto de “megacidades” que funcionam em redes. Este sistema econômico é tratado pelo autor de “*economie d’archipel*” ou economia de ilhas e apresenta questionamentos essenciais tais como:

Y a-t-il place pour d’autres types de développement que ceux qui se déploient dans le réseau des métropoles de premier rang ? Quel est l’avenir des espaces périphériques et débranchés, dans un monde où les pôles riches les perçoivent de moins en moins comme des gisements de ressources et de plus en plus comme des charges inutiles?⁹ (VELTZ, 2009, p.31).

Ou seja, há espaço para outros tipos de desenvolvimento além daqueles que são implantados nas redes das grandes metrópoles? Qual é o futuro dos espaços periféricos e deslocados, em um mundo onde os pólos de riqueza os veem cada vez

⁹ Há espaço para outros tipos de desenvolvimento do que aqueles implantados na rede das grandes cidades? Qual é o futuro das regiões periféricas e desconectadas em um mundo onde os polos de riqueza são cada vez menos percebidos como depósitos de recursos e cada vez mais como um fardo desnecessário?

menos como depósitos de recursos e cada vez mais como encargos desnecessários?

O agronegócio, seguindo a lógica do fortalecimento das “megacidades”, apropriou-se dos territórios rurais, onde se tornou cada vez menos necessária a força de trabalho do homem do campo, implicando na exclusão e consequente redução da população rural. Convém aqui lembrar que uma visão que orienta a modernização agrícola no Brasil, propunha a subordinação da agricultura ao reforço do crescimento urbano-industrial. Assim, Antônio Barros de Castro (1988) sugere os seguintes papéis para a atividade agrícola: 1. geração de um excedente de alimentos e matéria primas, tornando reduzido o custo da alimentação para as famílias urbanas e fornecendo meios adequados para a consolidação da indústria alimentar; 2. liberação de mão de obra para o crescimento urbano e industrial; 3. criação de mercado para os produtos industriais (máquinas, equipamentos e insumos industriais); 4. transferência de capitais do campo para a cidade.

Essa visão revela com total nitidez uma subordinação dos territórios rurais e das atividades agrícolas às exigências do desenvolvimento industrial. Em passagens de seu livro, Antônio Barros de Castro avalia a agricultura convencional como alavanca essencial para o processo de industrialização. Nesta perspectiva, objetivos como a justiça redistributiva ou cuidado ambiental estão fora da agenda política e são vistos como estranhos a este modelo de economia agrícola, a do agronegócio.

Entretanto, no decorrer dos anos, novos acordos territoriais surgiram dos embates políticos, com implicação na transformação da legislação ambiental e vislumbrando práticas sustentáveis de produção agrícola com a possibilidade de equilibrar a produção e conservação. Por exemplo, as possibilidades de avanços ou retrocessos na tentativa de alteração do Código Florestal Brasileiro deflagram o jogo de interesses na arena política.

Além de combater a degradação ambiental, o Código Florestal deve exigir por lei a proteção e a manutenção das áreas de remanescentes florestais, geração de corredores ecológicos, abrigo e alimento para fauna silvestre, conservação dos mananciais. Para o geógrafo Aziz Ab Sáber (2010), frente à complexidade de biomas e ecossistemas presentes no território brasileiro, qualquer tentativa de mudança e aprimoramento do Código Florestal “teria que envolver o sentido mais amplo de um Código da Biodiversidade, levando em conta o complexo mosaico vegetal de nosso território”.

Entre os diversos aspectos caóticos da revisão do Código Florestal destacados por Aziz Ab' Sáber, estão: o nível de conhecimento dos revisores acerca da grandeza e complexidade de redes hidrográficas do território brasileiro; anistia dos responsáveis por ações de desmatamento até 2008; redução para 7 metros e meio de vegetação a ser protegida nas margens dos rios – matas ciliares; ‘estadualização’ da gestão dos fatos ecológicos, entre outros (AB SÁBER, 2010). Também está em pauta de discussão a possibilidade de ‘reflorestamento’ de áreas desmatadas ou degradadas a partir do plantio de espécies homogêneas tais como a silvicultura de eucalipto e de pinus, representando o forte interesse econômico das indústrias de papel e celulose.

Enquanto o mundo inteiro repugna para a diminuição radical de emissão de CO₂, o projeto de reforma proposto na Câmara Federal de revisão do Código Florestal defende um processo que significará uma onda de desmatamento e emissões incontroláveis de gás carbônico, fato observado por muitos críticos em diversos trabalhos e entrevistas (AB SÁBER, 2010, s.n.).

As conflituosas interpretações e argumentos defendidos de um lado pela bancada ruralista e de outro pelo movimento ambientalista representam os diferentes paradigmas em torno do desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro. Mesmo com a mobilização do movimento ambientalista, os interesses do agronegócio de grande escala ganham espaço nas votações.

No âmbito da Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo já é possível encontrar iniciativas exitosas de incentivo à implantação de sistemas agroflorestais em algumas das áreas protegidas estabelecidas na Resolução 44/08 da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Por esse ponto de vista, as áreas destinadas à proteção, no contexto de uma propriedade rural não podem ser consideradas como áreas “perdidas” ou não produtivas. É preciso olhar para essas áreas, buscando compreender e aprimorar seus potenciais produtivos. A valorização de elementos como a paisagem do agroecossistema, a produção de frutos, apicultura e melicultura compõem as possibilidades.

É nesse contexto que se desenvolve o debate acerca da valorização do papel da agricultura familiar e da agricultura alternativa no desenvolvimento sustentável em territórios rurais. As ações de valorização podem ser potencializadas a partir da

melhoria da qualidade de vida das populações rurais, devendo haver, concomitantemente, o desenvolvimento sociocultural e a conservação da biodiversidade. Ou seja, a conservação biodiversidade e manutenção dos processos evolutivos, promovem a geração de serviços ambientais ou ecossistêmicos (CAMPOS et. al, 2006). A partir daí surgem novas possibilidades de desenvolvimento econômico e de reprodução do modo de vida de populações rurais em consonância com a conservação ambiental, ideias sustentadas pela noção de multifuncionalidade da agricultura. Nessa perspectiva, nos últimos anos o perfil dos territórios rurais brasileiros tem tomado outras configurações, de certa maneira influenciados pelos comportamentos urbanos.

Uma visão bem interessante e até certo ponto radical do papel das cidades no desenvolvimento das economias é a de Jane Jacobs, que considera as cidades como entidades únicas em sua capacidade de formar e reformar as economias de outros espaços, mesmo aqueles bastante afastados (KAGEYAMA, 2008, p.18).

É possível considerar que as megacidades e seus problemas ambientais, sociais e econômicos, tiveram como consequência diversos fatores, entre eles, o impulso de novas formas de ocupação dos territórios rurais, intrinsecamente relacionadas ao comportamento do homem urbano. Desde a Revolução Industrial na Inglaterra esse movimento já era notado por Thomas (1988). O autor constata que devido à poluição oriunda das fábricas e da alta concentração populacional de trabalhadores nas grandes cidades, o ambiente tornara-se insalubre, fazendo com que as famílias abastadas retornassem para as casas de campo em busca da paisagem natural, do ar puro e do contato com o ambiente bucólico dos territórios rurais.

Segundo Ehlers (2007):

[...] o debate sobre o desenvolvimento no meio rural expõe, claramente, duas posições antagônicas em relação à conservação dos recursos naturais. De um lado, a convicção de que a natureza é um obstáculo a ser removido para dar lugar ao progresso, particularmente ao progresso da agricultura moderna. No outro, a visão oposta de que determinadas atividades que promovem o aproveitamento econômico do patrimônio natural podem, justamente, estimular o desenvolvimento (EHLERS, 2007).

Na França, as iniciativas relacionadas à valorização da identidade cultural e ao desenvolvimento de territórios rurais *paysans* fortaleceu uma cadeia econômica que se encontra diretamente relacionada aos grandes centros urbanos, numa relação quase que simbiótica e complementar. Assim, se evidencia na França o conceito de multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais. O tema da multifuncionalidade aparece nas negociações internacionais ao final dos anos 80. Ela é citada, notadamente, no capítulo 14 da Agenda 21.

A ligação entre agricultura e sociedade é mais estreita quando se considera a multifuncionalidade dos espaços agrícolas e o desenvolvimento de uma agricultura de proximidade. Segundo Baptiste Sanson (2010), a proximidade entre o espaço rural e a metrópole francesa promove novas relações de equilíbrio em torno de uma agricultura cidadã e territorial, referindo-se aos territórios rurais próximos da grande região metropolitana de Paris.

Os debates sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura propõem a reinterpretção do papel das atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos rurais, sob um olhar que leva em consideração a sustentabilidade ecológica, sócio-econômica e cultural destas atividades, além das especificidades da paisagem e dos agroecossistemas aos quais estão inseridas. Assim, é possível valorizar as funções produtivas da agricultura e ir além, reconhecendo também que a presença humana em determinados ecossistemas pode desempenhar um papel positivo na conservação da biodiversidade, da paisagem e do tecido social de culturas diferenciadas que se encontram nos territórios rurais.

A multifuncionalidade da agricultura ainda pode proporcionar a mobilização de arenas políticas diferenciadas, apresentando-se como a expressão de novas demandas sociais, reconhecendo e valorizando as contribuições específicas e não mercantis dos agricultores familiares (CARNEIRO & MALUF, 2003).

Com efeito, a crítica contra a orientação produtivista da agricultura favorece o reconhecimento e valorização das múltiplas funções da agricultura, ligadas notadamente à preservação do patrimônio cultural (gastronômico, folclórico, arquitetônico e paisagístico) e natural (solos, água, biodiversidade). Como sugere Bruno Jean (2002), observa-se por toda parte no mundo ocidental uma inclinação para a concepção de ruralidade e da paisagem natural como espaço de recreio turístico para uma população urbanizada. Deste modo, várias experiências de revitalização rural orientaram-se para suprir essas demandas da sociedade

urbanizada e que não necessariamente atende às demandas da população local, não considerando seus sonhos e expectativas de melhoria de vida.

Porém, alguns casos mostram que estas mudanças estimulam a reorganização das atividades nas unidades de produção com vistas a implantar serviços em torno notadamente do agroturismo, da produção orgânica ou do processamento artesanal de alimentos, tal como destacado no estudo sobre os agricultores ecologistas de Santa Catarina (LACERDA E MORUZZI MARQUES, 2008), levando a oportunidades e satisfação para as famílias mais envolvidas.

Wanderley (2000) apresenta os diversos elementos da nova ruralidade brasileira e destaca a questão da diversificação social no campo. Ou seja, o mundo rural passa a atrair categorias sociais de origem urbana – os chamados *neorurais*, a partir de interesses produtivos, para instalação de residências e com fins preservacionistas. Nesse movimento inverso, ainda que de maneira lenta e gradativa, ocorre uma melhoria no oferecimento de serviços e de infra-estruturas. Os novos habitantes do rural passam a atrair investimentos e melhorias em estradas, pontos de energia, sistemas de abastecimento de água, escolas, reestruturação da economia local principalmente por meio do turismo rural, ecoturismo, entre outros.

A valorização do meio rural por estratos urbanos, atribuindo-lhe qualidades positivas como recreação, lazer, moradia e proteção ambiental, por exemplo, gera uma representação do espaço rural que pode até mesmo vir a concorrer com a representação que a população ali já existente tem de sua própria ruralidade (KAGEYAMA, 2008).

Assim, a identidade do rural passa a ser formada pela existência de um grupo social e também por diversos atores que manifestam sua noção de pertencimento a uma dada localidade. A identidade é manifestada pela relação desses diversos atores com o meio em que vivem, pelos modos de vida, “com um conjunto de símbolos culturais” (CARNEIRO, 2001, p.14, apud KAGEYAMA, 2008).

Entretanto, historicamente o uso e a ocupação de territórios rurais, juntamente com um conjunto de critérios para a avaliação da qualidade ambiental sempre foi um fator de segregação social. Isto explica talvez que a proteção de determinados territórios tem sido vista como a expressão de valores burgueses ou elitistas – como um luxo das classes sociais dominantes. Ou seja, as políticas agrárias e ambientais

não fizeram no passado da equidade social sua mais alta prioridade e infelizmente até hoje ainda representa grande desafio.

Theys (2002) questiona a noção de equidade que considera elementos como geração de renda e acesso ao desenvolvimento, mas que ainda não incorporou as questões das “desigualdades ambientais”. Com este termo o autor pretende explicitar que existe uma relação entre as dificuldades sociais de determinadas populações e as exposições aos riscos ambientais que estas se encontram. Esta idéia também é discutida em “O ecologismo dos pobres” por Juan Martinez Alier (2007).

Apesar de todo o histórico e de experiências em agricultura sustentável e multifuncional desenvolvidas durante séculos no território da América latina, as buscas por estratégias produtivas sustentáveis ainda são interpretadas a partir de diferentes noções ideológicas e paradigmáticas.

No trabalho de José Eli da Veiga (2010), as duas mais conhecidas definições de sustentabilidade são enfaticamente rejeitadas. Segundo o autor, não se trata, em primeiro lugar, de "alcançar as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de alcançar suas próprias necessidades", conforme preconiza o Relatório Bruntland. Tampouco o tema pode ser resolvido pela célebre metáfora do tripé, em que econômico, social e ambiental. Em ambos os estudos, a sustentabilidade não é tratada como um valor.

No que se refere à definição de Bruntland, por exemplo, não é possível falar genericamente de necessidades, presentes ou futuras, sem que se discutam os padrões de consumo contemporâneos, como também considerou Theys (2002). Quanto ao tripé, a sustentabilidade não consiste em fazer mais do mesmo. Para o autor o que está em jogo é o sentido e o significado, para as sociedades contemporâneas, do objetivo básico em torno do qual se organizam as políticas e os agentes econômicos: o crescimento incessante da produção de bens e serviços e sua medida consagrada, o PIB. Em Sen (2000) o desenvolvimento¹⁰ é visto como

¹⁰ O debate sobre o significado real de desenvolvimento levou a estudos para estabelecer parâmetros capazes de avaliar o nível da vida das pessoas de uma forma mais adequada. A criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é fruto deste esforço por uma melhor avaliação da qualidade de vida em cada país. Este índice inclui três dimensões básicas de desenvolvimento: longevidade (viver uma vida longa e saudável), conhecimento (ser instruído) e padrão de vida (gozar de um nível de vida adequado). A partir daí foram criadas três variáveis para medir o desenvolvimento humano em diferentes países: esperança de vida, nível educacional (alfabetização de adultos e escolaridade nos três níveis) e PIB real *per capita*.

um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ou seja, método diferenciado dos que identificam desenvolvimento como o crescimento do PIB, aumento da renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. O desenvolvimento é relacionado às liberdades que são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis, procurando incluir os aspectos do crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental, levando à construção da cidadania, proporcionando condições básicas de vida aos seres vivos em um ambiente saudável.

Entretanto, Veiga afirma que nada disso poderá ser levado adiante se as sociedades permanecerem dominadas pelo mito de que o crescimento é a finalidade essencial da própria vida econômica. “A riqueza deixa de ser uma finalidade e converte-se num meio cujos fins só podem ser alcançados por discussões democráticas de natureza ética e política” (VEIGA, 2010).

Diversos estudos também reforçam a necessidade de se construir novos padrões de desenvolvimento que incluam mecanismos de aporte às condições ambientais. Assim, uma nova orientação ambiental requer uma diretriz que seja primeiramente fundada em aprimorados sistemas de manejo de recursos naturais, desencadeando uma nova racionalidade sócioambiental de uso da terra que pode produzir cenários potencialmente promissores de desenvolvimento territorial (NAVARRO, 2001).

Veiga (2010) considera que sustentabilidade não significa esverdear o processo produtivo. É, antes de tudo, submeter, por meio do debate público, inspirado por valores, a vida econômica às necessidades sociais e reconhecer os limites dos ecossistemas. Não se trata apenas de uma discussão filosófica e, sim, da posição explicitamente assumida por parcela cada vez mais expressiva das diferentes áreas do conhecimento (VEIGA, 2010).

Neste contexto, o termo desenvolvimento sustentável pode ser utilizado para designar a melhoria da qualidade de vida das populações humanas e a exploração dos recursos naturais baseadas na noção de conservação e recuperação ambiental. O desenvolvimento tecnológico e científico da inovação produtiva contemporânea deve ser movida pela urgência de novas fontes de energias limpas e um novo paradigma de produção para a economia.

Theys (2002) apresenta uma análise acerca das mudanças com relação à aceitação e influências da definição de desenvolvimento sustentável em diferentes

contextos sociais. Enfoca sua análise no caso da gestão territorial e de políticas públicas locais onde visualiza um progresso, seja ele a partir de pressões a partir de desastres naturais e também incentivos conjuntos governamentais. Atribui ao debate sobre o desenvolvimento sustentável uma capacidade de discutir questões fundamentais como a “finalidade do crescimento” e a “concorrência” entre gerações acerca dos recursos naturais que possibilitam a manutenção de determinados modelos de vida.

A ideia central do artigo está relacionada à abordagem da gestão territorial democrática como ponto de partida norteador para o efetivo alcance de novas noções de desenvolvimento sustentável. Com relação à abordagem democrática para a gestão dos territórios, o autor faz uma colocação verdadeiramente interessante onde afirma que a noção de desenvolvimento sustentável e o enfoque ecológico das análises acerca dos processos produtivos não nasceram no senso comum da sociedade civil. Tais proposições apresentaram um aporte científico e posicionamento político internacional consideráveis. Entretanto, no que se refere ao alcance prático e real das experiências propostas, foi no âmbito territorial local em que foram visualizados grandes êxitos, diferentemente das escalas nacionais e internacionais.

A partir desta questão, o autor deflagra o desafio da articulação entre as diferentes escalas de atuação, onde considera que “pensar globalmente e agir localmente” não é um mito, mas necessita de congruência de paradigmas, a começar pela revisão dos padrões de consumo e de desenvolvimento no campo e na cidade.

2.6 A ciência agroecológica: percepções, práticas e perspectivas

2.6.1 A proposta de mudança paradigmática da agroecologia

Ao se tratar de uma análise acerca dos diferentes conceitos relacionados à agricultura e à conservação da sociobiodiversidade, a pesquisa não pôde deixar menos evidente nesse trabalho os conceitos de paradigma e ideologia. Tais conceitos elucidam e favorecem a compreensão da questão ambiental, agrária e da produção agrícola dentro do contexto histórico e social da atualidade, tornando notórias as clivagens político-ideológicas que nela se manifestam. Além disso, buscou-se compreender a partir de tais conceitos as inter-relações entre as múltiplas

dimensões do conhecimento, ressaltando a importância do enfoque interdisciplinar nas tomadas de decisão em termos de políticas socioambientais.

Muito se fala em necessidade de mudanças de paradigma quando se trata da crítica ao modelo de desenvolvimento atual. Entretanto, é pouco evidente o real sentido da palavra paradigma e, por vezes, é possível associar o uso do termo a grande ambiguidade, algo vazio. Para aprofundar esse assunto neste estudo, foi abordado o trabalho de Thomas Kuhn em “A estrutura das revoluções científicas” (1975). Nesse trabalho, o autor apresenta o conceito de paradigma como um sistema de referências, constituído por padrões metodológicos, reconhecido por uma determinada comunidade científica, num espaço de tempo. “Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, oferecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1975, p. 13).

A partir desse pressuposto, as teorias podem ser testadas, avaliadas e revisadas. Assim, o autor defende que a evolução das ciências acontece, não somente por acúmulo de informações, mas também pela ocorrência de mudanças e rupturas, pois promovem diferentes compreensões da realidade, referindo-se a elas como “mudança de paradigma”. “A tecnologia desempenhou muitas vezes um papel vital no surgimento de novas ciências...” (KUHN, 1975, p.37).

Para que um paradigma científico se estabeleça e se torne o dominante, a ciência se nutre de solução de quebra-cabeças e busca mais aprofundamento em suas questões, mas não incentiva grandes mudanças (KUHN, 1975). Além disso, os paradigmas podem ou não ser compartilhados por regras sociais e por saberes tidos como não científicos. Dessa maneira, as rupturas de paradigmas dominantes podem abalar não só a estrutura científica, mas também interferem nas regras sociais e no comportamento humano.

Acredita-se que não é possível isolar um paradigma científico de um contexto histórico e político. Assim como, a ciência não é um elemento isolado e neutro. A partir dessas premissas, há que se considerar que determinados paradigmas científicos encontram-se a favor de uma manutenção de um *status-quo*, de condições sociais que favorecem certos grupos de interesses, sobretudo, econômicos.

Para complementar esta análise, analisou-se o conceito de ideologia tratado por Thompson (2000) em “Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era

dos meios de comunicação em massa”. Neste trabalho o autor trata de como as “formas simbólicas permeiam o mundo social” e de como a ideologia se manifesta no contexto das sociedades capitalistas e as consolida por meio de mecanismos de centralização de poder e de manutenção das relações de dominação.

O autor traça uma linha do tempo acerca das diversas aplicações do termo ideologia em diferentes autores e diferentes contextos políticos. A partir daí, apresenta seu próprio entendimento sobre o termo e trata a ideologia como formas simbólicas que são mobilizadas a serviço do poder, buscando preservar as relações de dominação.

Os primeiros movimentos em torno das ciências das idéias surgiram a partir do desenvolvimento do iluminismo (1650-1700) e mais tarde do positivismo proposto por Augusto Comte, incluindo a revolução francesa (1789-1799) e a revolução industrial. Com os adventos do aporte tecnológico se dá a produção, transmissão e recepção das formas simbólicas¹¹, contendo elementos morais, de valores e de conduta da vida em sociedade.

Seguindo os passos traçados por Thompson acerca da hermenêutica da profundidade, onde toda construção simbólica exige uma interpretação, se faz necessário reconstruir as condições e os contextos sócio-históricos de produção, circulação e recepção das formas simbólicas institucionais e a distribuição de poder, recursos, oportunidades em virtude das quais esses contextos constroem campos diferenciados e socialmente estruturados.

Na perspectiva de Thompson (2000), é uma mensagem ideológica aquela segundo a qual populações tradicionais brasileiras são consideradas como um grupo representado pelo atraso frente às novas ordens modernizantes das lógicas capitalistas. Para desenvolver sua tese, Jessé Souza (2006) apresenta a noção de um *habitus* precário que foi inspirado no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, que corresponde às predisposições culturais adquiridas pelos indivíduos no decorrer de suas trajetórias, ou seja, “a apropriação de esquemas cognitivos e avaliativos transmitidos e incorporados de modo pré-reflexivo e automático no ambiente familiar desde a mais tenra idade, permitindo a constituição de redes sociais, que cimentam

¹¹ Aqui, forma simbólica se refere àquilo que expressa alguma coisa sobre algo. Reconstrução criativa do sentido, tradução, explicação.

solidariedades e identificação, por um lado, e antipatia e preconceito, por outro” (SOUZA, 2003, p, 158).

Para o autor brasileiro, a ampla disseminação do *habitus* precário, certo tipo de personalidade julgada como improdutiva para a sociedade como um todo, representa um problema central da desigualdade social no Brasil. Determinadas características inerentes às populações tradicionais fazem com que estas sejam excluídas dos focos dos projetos desenvolvimentistas que podem levar à perpetuação deste *habitus* precário, criando um ciclo ininterrupto de vida marginal que negligencia os demais atributos, culturas e potenciais destas populações.

A própria legislação ambiental, baseada no paradigma científico dominante, promoveu por muitos anos a criminalização das práticas desenvolvidas por estas populações tradicionais. Temas como a caça, a coivara, a agricultura e a introdução de espécies exóticas em ambientes naturais sempre se apresentaram como polêmicas e caracterizam as diferentes representações da natureza desenvolvidas por diferentes culturas.

Este choque cultural entre sociedades tradicionais e sociedades modernas acarretou no desprezo pelo tipo de orientação de conduta tradicional, em relação ao tipo de socialização e formas de postura consideradas úteis para o sistema capitalista, defendido por ideologias dominantes. Tal fenômeno apresenta uma longa história de incorporação de normas de conduta consideradas úteis ou adequadas na mentalidade humana das sociedades ocidentais, como pode ser constatado nos trabalhos de Norbert Elias (1994 e 1995) sobre o processo civilizador.

Com efeito, Norbert Elias (1995) nos oferece idéias das mais férteis para pensar as lógicas que comandam as posturas sociais. Seus estudos revelam como o comportamento pouco refinado, considerado como animalesco ou fruto da natureza, passa a ser depreciado desde a “sociedade da corte”, que constitui o centro inicial de difusão de etiquetas e normas de condutas sociais no Ocidente. É certo que este processo civilizador levou a uma forte moderação das emoções e ao auto-controle dos impulsos nos indivíduos, permitindo maior horizonte de planejamento e um tipo de vida menos arriscada. Todavia, a defesa desses ideais levou a um desprestígio e a uma desclassificação de tudo que pudesse lembrar, em alguma medida, a origem animal dos seres humanos (MORUZZI MARQUES et.al., 2008).

Efetivamente, este tipo de evolução promovida pela ideologia capitalista industrial contribui para que o homem moderno tenda a se posicionar de maneira

separada da natureza, objeto de controle e exploração, favorecendo uma visão nada sensível ao zelo ambiental (MORUZZI MARQUES et.al., 2008). No caso do território rural e da agricultura, este tipo de olhar favoreceu uma negligência muito grande diante das peculiaridades da atividade agrícola, o que levou à concepção de um atraso atrelado à cultura tradicional desenvolvida no território rural (SERVOLIN, 1989).

Ao retomar o tema do paradigma científico dominante, pode-se considerar que ele é um dos grandes pilares do processo civilizador ocidental, por meio da sistematização e do acúmulo das informações com o significativo apoio do desenvolvimento tecnológico. Entretanto, nesse campo não houve espaço para o reconhecimento dos saberes que se encontravam fora dessa sistematização. O saber popular, os saberes tradicionais, na maioria das vezes, transmitidos somente pela oralidade, foram notoriamente desconsiderados nos meios acadêmicos.

A partir dessa questão, surgiram juntamente com o debate socioambiental, diversos estudos das ciências naturais e das ciências sociais que dialogam no sentido de compreender os diferentes mecanismos e a noção de capacidade de adaptação em populações humanas que não se enquadram como resultados científicos. Não é o caso de aprofundar interpretações “biologicistas” das relações sociais que se apresentam inadequadas. Trata-se de compreender aqui que as sociedades e a cultura são vistas a partir de diferentes interpretações e de diferentes contextos. Os processos vivenciados por populações tradicionais em meio à modernização da sociedade globalizada permitem campos de análises interessantes para esta pesquisa que serão abordados ao longo dos próximos capítulos.

Diversos estudos, notadamente os de Bauman apresentam uma análise crítica acerca da modernidade. Em seu livro “A modernidade líquida” (2005) Bauman apresenta a questão da individualização como uma consequência da impessoalidade nas relações sociais atuais, do domínio racional da ciência, tecnologias, aceleração do ritmo de vida. Assim, os indivíduos se tornaram iguais e também livres para construir a própria identidade, deixando de serem determinados pelo lugar ou por relações sociais pré-estabelecidas. É nesse campo em que o consumo passa a ser a principal forma simbólica na construção da identidade do indivíduo. O ser humano passa a ser moldado pela racionalidade científica, técnica e legislativa levando à diversas maneiras de exclusão. Há o sintoma de uma perversa desterritorialização ou de uma inclusão perversa (BAUMAN, 2005).

Assim, pode-se considerar que as chamadas matrizes de racionalidade das culturas tradicionais foram ao longo do tempo passando por intensificados processos de desvalorização em detrimento de um interesse amplo de promover modelos de vida mais sofisticados, demandando maior dependência de tecnologias artificiais e afastando-se cada vez mais dos processos interativos entre homem-natureza.

Acredita-se que as populações tradicionais em geral não representam mais uma organização econômica pré-capitalista. Estas interagem com as economias locais, produzindo alimentos e sentindo a necessidade de obter bens de consumo da vida moderna. Além disso, “a única alternativa apresentada pelo Estado para aumentar a produtividade das culturas da agricultura familiar é a sua modernização nos moldes da revolução verde” (WEID, 2006, p.59).

A revolução verde disseminou o seu pacote científico e tecnológico, por meio das estruturas de extensão rural moldadas ao seu favor, aos grandes e aos pequenos agricultores, considerando a agricultura tradicional e práticas ancestrais como obsoletas e como entraves para a modernização no campo. Assim, a agricultura convencional proposta pela revolução verde desconsiderava o valor dos sistemas de produção tradicionais e seus saberes empíricos, pois não estavam de acordo com a corrente mestra do paradigma científico em vigor, não eram “cientificamente” comprovados. Atualmente, a nova corrente de pesquisa proposta pela agroecologia comprova que “os sistemas agrícolas tradicionais estão baseados, frequentemente, em fundamentos e princípios ecológicos” (ALTIERI, 1989).

A agroecologia se propõe não só a modificar a parcelização disciplinar, senão também a epistemologia da ciência, ao trabalhar mediante a orquestração de distintas disciplinas e formas de conhecimento que compõem seu pluralismo dual: metodológico e epistemológico, onde a perspectiva sociológica tem um papel central (SEVILLA GUZMÁN, 2002, p.1).

O nível estrutural da pesquisa em agroecologia é relacionado por Sevilla-Guzmán como uma estratégia de desenvolvimento rural, tendo na participação social e nas novas formas de ação social e coletivas as bases do sucesso de sua sustentabilidade. Ou seja, a pesquisa-ação participativa possibilita o rompimento com estruturas de poder entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa e hierarquia de conhecimentos, encontrados na metodologia científica convencional (SEVILLA GUZMÁN, 2002).

A partir dessas considerações, mesmo sabendo que as práticas produtivas tradicionais já receberam inúmeras influências e alterações das lógicas modernizantes, sabe-se também que o conhecimento tradicional passado de forma hereditária ainda resiste em determinados povos e comunidades. Assim como a memória, o hábito adquirido por várias gerações tende a permanecer, ou ao menos, tende a não ser diluído tão facilmente.

É nesse sentido que a produção para o autoconsumo possui papel essencial no sistema de produção da agricultura familiar, pois é ele que garante a estabilidade do produtor frente aos resultados oscilantes das culturas comerciais (NOGUEIRA, 2007) e se caracteriza como uma prática ancestral. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) a segurança alimentar é entendida no sentido de assegurar que todas as pessoas tenham, em todo o momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos de que necessitam.

Entretanto, a aplicação do termo segurança alimentar permite interpretações ambíguas, além de incluir uma diversidade de ações que vão desde o combate à fome até a discussão sobre a concepção de alimentação adequada, mas que negligenciam, muitas vezes, o papel da agricultura familiar (MORUZZI MARQUES & NAREZI, 2010). Para Altieri (2009), a crise alimentar global é consequência da propagação do modelo de agricultura industrial. Ao expandir seus territórios, dizima os pequenos agricultores familiares, colocando-os em condições precárias de vida, de degradação ambiental e de insegurança alimentar.

Em contrapartida, a ideia de soberania alimentar oferece elementos para a construção de referências marcadamente ancoradas na proteção das agriculturas locais com vistas à concepção de políticas agrárias, agrícolas e alimentares. Nesta ótica, a noção em questão favorece a mobilização inovadora, fecunda e integrada de temas tais como agroecologia, circuitos curtos alimentares, reforma agrária, agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura ou desenvolvimento territorial (MORUZZI MARQUES & NAREZI, 2010, p.83).

Movimentos como a Via Campesina e o *Slow Food* são destacados por Moruzzi Marques (2010) como sendo alguns dos representantes que defendem a soberania alimentar, discutem o protecionismo comercial agroalimentar e os direitos dos povos tradicionais, camponeses e agricultores familiares frente a esse contexto.

“Desta maneira o resgate dos significados sociais, ambientais e culturais está na ordem do dia do movimento” (MORUZZI MARQUES & NAREZI 2010, p. 86).

É a partir dos traços culturais resistentes que é atribuída as populações tradicionais e de agricultores familiares atualmente, por parte de determinados grupos sociais, a imagem de serem os potenciais representantes de outros paradigmas de planejamento territorial e protagonistas do desenvolvimento sustentável, devido ao modo de vida diferenciado que se relaciona de uma maneira diferenciada com os recursos naturais. Assim, por vezes, são atribuídas a estes atores sociais as responsabilidades de transição para sistemas sustentáveis que deveriam ser assumidas por toda a sociedade.

Acredita-se que nem os hábitos “precários” como analisado por Souza e nem o “bom selvagem” são modelos ideais no que se refere à relação ser humano e natureza. Esses conceitos podem ser superados, alcançando uma nova significação, a partir de processos democráticos e de auto-identificação dos indivíduos envolvidos. Entretanto, é preciso examinar as condições que permitem aos pequenos agricultores familiares, camponeses e populações tradicionais desencadear um processo de tomada de consciência do seu papel social, de ruptura, abordado por Bourdieu (1989).

Em Narezi (2008) são encontradas evidências de que a partir das práticas agroecológicas desenvolvidas pelos agricultores familiares e de suas organizações, entra em curso um processo organizativo rico e complexo, que apontam numa luta emancipatória. Tais práticas não possuem como foco abalar as estruturas econômicas produtivas já estabelecidas e construídas pelos agricultores, mas busca tirar os agricultores da condição de inércia social, evidenciando os potenciais culturais que podem levar à construção de novos paradigmas sociais.

Por meio das ferramentas da agroecologia, os agricultores familiares passam a atuar como protagonistas da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, desempenham função de guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade, correspondendo a uma forma alternativa de ocupação do território, com critérios sociais e ambientais (SACHS, 1993).

Para Neves (1997) é na proposta de mudança de paradigma acerca da noção de desenvolvimento que se dá a mudança social. “A transformação dos valores e da visão de mundo é objetivada pela mediação da experiência e da prática de

indivíduos diferentemente situados em relação ao sistema social” (NEVES, 1997, p.410). A mudança de paradigma propõe um processo dinâmico, convergindo o que está presente na herança cultural, os novos conhecimentos, as readequações e as apropriações, onde a divergência e o conflito se fazem presentes.

2.6.2 O diálogo interdisciplinar na ciência agroecológica

A partir dos anos 70, a difusão da disciplina "ecologia" areja em alguma medida o debate científico. Contudo, sua concepção, tal como proposta por Odum, é criticada por pouco integrar as ciências naturais e ciências exatas com as ciências sociais. Mais recentemente, no campo da ecologia proliferam pesquisas científicas que abrangem desde a interação entre organismos até níveis complexos de organização, os ecossistemas, a paisagem, a biosfera em suas relações com os seres humanos, tal como ocorre em nosso programa em ecologia aplicada. Nesta ótica, a ecologia enquanto disciplina científica trata de testar princípios ecológicos, desenvolver novos princípios, encontrar soluções duradouras para as questões e problemas ambientais críticos. Assim, os componentes naturais, sociais, econômicos, políticos não podem ser tratados de forma separada.

Deste modo, o conceito de ecossistema é apresentado por Odum como:

Os organismos vivos e seu ambiente inerte (abiótico) estão inseparavelmente ligados e interagem entre si. Qualquer unidade que inclua a totalidade dos organismos (isto é, a comunidade) de uma área determinada interagindo com o ambiente físico por forma que uma corrente de energia conduza a uma estrutura trófica, a uma diversidade biótica e a ciclos de materiais (isto é, troca de materiais entre partes vivas e não vivas) claramente definidos dentro do sistema é um sistema ecológico ou *ecossistema* (ODUM, 2004, p.11).

O ecossistema pode ser considerado como uma unidade funcional básica contendo propriedades que se inter-relacionam tais como: fluxos de energia, cadeias alimentares, diversidade de padrões no tempo e espaço; ciclos biogeoquímicos; desenvolvimento e evolução, e auto-regulação (ODUM, 2004). No que se refere ao ordenamento prático de uma pesquisa científica acerca de determinado ecossistema, toma-se como referência a unidade da bacia hidrográfica, territórios definidos, biomas ou microecossistemas com limites e categorias definidas.

Diferentemente dos ciclos geoquímicos, o autor considera que o fluxo de energia nos ecossistemas caracteriza-se como uma corrente e não como um ciclo, visto que as transformações de energia, segundo as leis da Termodinâmica, ocorrem “num só sentido”. “Os organismos, os ecossistemas e toda a biosfera possuem a característica termodinâmica essencial de serem capazes de criar e de manter um elevado grau de ordem interior, ou uma condição de baixa entropia” (ODUM, 2004, p. 56).

Segundo Ricklefs (2011) a produção primária nos ecossistemas se dá por meio de plantas, algas e bactérias fotossintetizadoras que coletam energia solar e são responsáveis pela produção de aproximadamente 224 bilhões de toneladas de biomassa seca. Ainda para o autor, 59% dessa biomassa são produzidos nos ecossistemas terrestres e, dessa fração, de 35 a 40% são utilizadas para uso e consumo de civilizações humanas. Em decorrência das graves intervenções humanas no equilíbrio energético dos ecossistemas, os fluxos de energias se apresentam cada vez mais com altos índices de entropia, interferindo no potencial natural de auto-regulação dos ecossistemas. O entendimento dos princípios que envolvem os fatores limitantes e a produtividade de determinado ecossistema podem proporcionar o desenvolvimento de interações sustentáveis entre estes e as civilizações humanas.

É possível desenvolver diferentes arranjos de transformação e aproveitamento de energia nos ecossistemas que sejam mais adequados para os sistemas produtivos, buscando sua sustentabilidade. A sustentabilidade de processos produtivos pode ser analisada e monitorada por meio de indicadores ecossistêmicos, econômicos e sociais. No enfoque agroecológico, o agroecossistema é entendido como um ecossistema cultivado e socialmente gerido (CORDEIRO, PETERSEN, ALMEIDA, 2001).

De acordo com as interpretações conceituais desenvolvidas no âmbito acadêmico nos últimos anos, a Agroecologia corresponde fundamentalmente a um campo de conhecimento de natureza multidisciplinar que pretende contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento territorial, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional de longo prazo (CAPORAL E COSTABEBER, 2002).

Segundo Altieri, como ciência, a agroecologia apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que permitem o estudo, a análise, o desenho, o manejo e a avaliação de agroecossistemas. Suas bases epistemológicas mostram que, historicamente, a evolução da cultura humana pode ser explicada de acordo com a relação construída com o meio ambiente, o que tem especial significado quando se pretende alcançar melhores patamares de sustentabilidade (ALTIERI, 1989).

Pode-se considerar que o histórico de colonização permitiu a concentração fundiária do território brasileiro, desde o instrumento colonial das sesmarias até a criação da Lei de Terras de 1850. Esta última foi crucial para regular o acesso à terra no período da abolição dos escravos e na chegada dos imigrantes europeus. A presença de latifúndios, de concentração de terras e de dificuldades de acesso à terra marcam a história brasileira, gerando profundas desigualdades. A estrutura fundiária concentrada gera impactos sobre a dimensão produtiva, convertendo-se muitas vezes em um fator de insegurança alimentar para o território rural (ALENTEJANO in CALDART et.al., 2012).

Assim, a questão fundiária dialoga com a questão agrária brasileira no sentido em que o termo *estrutura agrária* está relacionado às formas de organização socioeconômica do meio rural de determinado país, assim como ao uso, à posse e à propriedade da terra (STEDILE in CALDART et.al., 2012). Na década de 1980, o debate de redemocratização política no Brasil toma força e os movimentos sociais do campo dão um novo perfil à luta pela terra. Os movimentos sociais passam a demandar o reconhecimento das diferentes identidades culturais e um novo projeto de reforma agrária, buscando reduzir as desigualdades sociais e a concentração de terras do meio rural brasileiro.

Nos últimos anos, diversos movimentos sociais do campo (tais como MST, MAB, Sindicatos e Cooperativas de agricultores familiares) apresentam o posicionamento crítico acerca da estrutura fundiária e agrária brasileira e já apostam na produção agroecológica e na busca pela comercialização direta dos produtos como uma alternativa econômica. Esses agricultores, em sua maioria, criticam as mazelas do modelo convencional agrícola e agroindustrial produtivista (GUSSON, 2006) e estimulam o surgimento de iniciativas alternativas.

A abordagem sistêmica e participativa se mostram adequadas à prática da agroecologia, pois une diferentes formas de saber e de interpretação da realidade

analisada, apresentando bases metodológicas para a revalorização dos conhecimentos locais a respeito do uso e do manejo de recursos. Nesse contexto, os agricultores, juntamente com os técnicos, gestores e pesquisadores necessitam construir, experimentar e aprimorar o conhecimento em constante processo de socialização.

Ainda para Altieri (2000, p.9) “a agroecologia fornece a base técnico-científica de estratégias de desenvolvimento rural sustentável que enfatizam a soberania alimentar, a conservação de recursos naturais e a superação da pobreza”. Tal fenômeno não se dá especificamente no âmbito da pesquisa científica e do conhecimento sistematizado, mas, sobretudo a partir do etnoconhecimento de populações tradicionais antepassadas que aqui viveram e que de uma forma precária, após anos de negligência por parte da sociedade, ainda resistem.

A agroecologia é uma ciência fundamentada na co-evolução dos seres, em interações positivas, de cooperação, que restabelece a relação humana com a natureza. “Resulta da ecologia aplicada ao humano e às suas relações de convivência, sobrevivência e de produção na natureza” (ARL, 2007,p.29). O avanço dos conhecimentos acerca do manejo agroecológico se dá de acordo com as peculiaridades locais e, portanto, não há “receitas mágicas” como as encontradas na agricultura convencional. A observação e experimentação agroecológica local são chaves para o seu desenvolvimento (GLIESSMAN, 2005).

“Na agroecologia, a preservação e a ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas é o primeiro princípio utilizado para produzir auto-regulação e sustentabilidade”. (ALTIERI, 2000, p.19) Assim, busca-se viabilizar o convívio harmônico entre conservação da biodiversidade e produção agrícola num mesmo ecossistema. Vários aspectos dos sistemas tradicionais de conhecimento são particularmente relevantes para a ciência agroecológica, “o conhecimento de práticas agrícolas e do ambiente físico, os sistemas taxonômicos populares e o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos” (ALTIERI, 2000).

A postura orientada pela cooperação e para processos coletivos de aprendizado é indispensável (BURG, 2006). Para Altieri (2000, p. 21) a produção estável só pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente.

A implantação de sistemas de manejo agroecológico pode ser complexo, exigindo mudanças nas práticas de campo, na gestão da UC, nos hábitos culturais, no planejamento e filosofia. Gliessman (2005) apresenta os princípios que podem servir como linhas mestras orientadoras num processo de transição agroecológica.

A transição agroecológica ou a conversão para sistemas de produção agroecológicos são tidos como processos de evolução contínua que envolve as características dos agroecossistemas, os potenciais e os desafios para atingir uma maior complexidade, além de depender do componente social e das relações humanas com o meio. Ou seja, não basta realizar desenhos mais biodiversos, realizar alterações no processo produtivo e no uso de insumos, sem considerar o contexto sócio-econômico e de políticas públicas que podem catalizar processos promissores. Sobre a transição agroecológica, Reijntes afirma que:

[...] é um processo que pode levar vários anos e, como as condições para a produção agrícola geralmente se modificam, os agricultores devem mostrar a capacidade de adaptação, com o objetivo de uma transição bem-sucedida, realizando investimentos adequados em trabalho, terra e capital (REIJNTES et. al., 1994, p.108).

Para a análise sobre os processos de transição agroecológica em determinados agroecossistemas é importante considerar que existe uma história de vida das famílias de agricultores que contribui para o processo organizativo e na disposição dessas famílias à optarem pela mudança de paradigmas de produção. Segundo ZIMMERMANN (1989), o processo organizativo sofre influência da biografia das famílias, da origem étnica, da localização da propriedade, da disponibilidade de recursos, e da ação de atores externos à comunidade (igreja, ONGs, movimentos sociais, órgãos públicos).

A organização econômica dos pequenos agricultores familiares e tradicionais apresenta-se com significativa importância, pois é nesse plano que se dá a reprodução social e familiar. No contexto da agroecologia o processo de organização social geralmente está relacionado com a organização da produção, buscando o crescimento da consciência social e a melhoria das condições de vida. Para tal, projetos de experimentação agroecológica são fortes ferramentas que buscam organizar e incentivar o trabalho em grupo, visando à construção de processos cooperativos.

No início dos anos 2000, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf deu início à tentativa de incluir diferentes concepções da agricultura em suas categorias de financiamento, daí surgiram o Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, por exemplo. Entretanto, os métodos e ferramentas de manejo agroecológico da produção agrícola não eram reconhecidos pelas instituições bancárias oficiais, e, portanto, o financiamento de projetos técnicos agroecológicos sofreram significativa dificuldade de acesso aos recursos.

Segundo, Weid (2006) experiências concretas demonstram que uma propriedade familiar manejada segundo os princípios da agroecologia não demanda financiamentos de forma recorrente. Após um investimento inicial para a estruturação dos sistemas agroecológicos, os custos de produção tendem a cair, a medida em que o agricultor se torna mais autônomo de energias externas ao agroecossistema. Entretanto, são essenciais para atingir e para manter a sustentabilidade do sistema agroecológico o acesso ao conhecimento, monitoramentos periódicos e um estruturado sistema de gestão da propriedade rural.

Além disso, o autor propõe que os financiamentos relacionados à transição agroecológicas devem permitir planos flexíveis de financiamento, de acordo com o projeto proposto, de forma que as famílias possam fixar metas de acordo com a evolução da produtividade-complexidade do agroecossistema.

Frente à situação de pobreza rural, em muitos casos, antes do investimento na transição agroecológica se faz necessário o investimentos em equipamentos e infra-estruturas que são essenciais à qualidade de vida das famílias de agricultores, tais como estradas, acesso à água, energia elétrica, moradias, escolas, ferramentas de trabalho, entre outros. Cabe ressaltar que a escolha por modelos alternativos e adaptados à cada realidade e cultura do meio rural também são priorizados no contexto da prática agroecológica. As instalações e infra-estrutura da propriedade rural devem ser adequadas com os propósitos da sustentabilidade. O uso da água, a ocupação do território, o método construtivo, a opção pela fonte de energia podem ser diferenciadas das convencionais, geralmente promovidas por políticas públicas.

A tentativa de uso de métodos de eco-construção com recursos do Pronaf Moradia também se mostra como um desafio. Algumas experiências nesse setor retratam as amarras da burocracia entorno da política pública que não dialogam com a realidade e com as possibilidades que o meio rural pode oferecer como alternativa.

O uso de fontes renováveis de energia adentra principalmente ao debate em torno da dependência da agricultura convencional por matrizes energéticas não renováveis, notadamente o caso do petróleo. A proposta agroecológica indica a necessidade de tornar o agricultor familiar e tradicional mais independente e autônomo, sendo possível gerar em seu próprio agroecossistema um fluxo energético sustentável, incluindo a conservação da água, do solo, da biodiversidade e dos demais recursos naturais disponíveis.

O debate acerca da soberania energética torna-se essencial para o alcance da sustentabilidade econômica, social e ecossistêmica proposto pela agroecologia, pois foca na eliminação gradativa ou imediata do uso de insumos sintéticos não renováveis, que são oriundos de fora da unidade produtiva, que podem causar danos ao ambiente, saúde dos produtores e consumidores. A eliminação gradativa ou imediata pode se dar de diferentes formatos e processos, de acordo com as demandas e potenciais dos agroecossistemas e dos agricultores envolvidos.

A partir da eliminação do uso de insumos químicos, o controle biológico no manejo de insetos, doenças e ervas adventícias com bases ecológicas toma grande importância e deve ser o foco de atenção principalmente nas fases iniciais do processo de transição. Concomitantemente, deve ser potencializado o restabelecimento das relações ecológicas que podem ocorrer naturalmente na unidade produtiva, em vez de reduzi-las ou simplificá-las. Por exemplo, as experiências em reciclagem e aproveitamento dos processos naturais, tais como a fixação biológica do nitrogênio, apresenta-se como uma alternativa no que se refere ao manejo de nutrientes no solo.

A conservação, armanejamento e seleção de novas variedades são desenvolvidas em sociedades ancestrais ao longo de gerações. A adaptação do potencial biológico e genético das espécies de plantas agrícolas e animais às condições ecológicas da unidade produtiva devem ser priorizados, assim como o respeito às épocas do ano, às variações climáticas e de altitude no contexto da produção agrícola e animal. A etnoecologia vem trazer elementos para a agroecologia, destacando-se a necessidade de valorização e resgate do conhecimento tradicional e práticas sustentáveis ancestrais de reprodução social e manejo dos recursos locais. Esses saberes tradicionais ancestrais, no enfoque agroecológico, devem estar associados às práticas e conceitos já desenvolvidos no campo científico.

Para Gliessman (2005) quando é necessário realizar a adição de energias externas ao sistema, deve-se priorizar aqueles que ocorrem naturalmente e que promovam a recuperação de áreas degradadas “que necessitam de um aporte maior de energia para o seu restabelecimento”. Assim, o agroecossistema deve ser interpretado e devem ser estabelecidas combinações mais apropriadas entre padrões de cultivo e o potencial produtivo e as limitações físicas da paisagem, valorizando a saúde geral do agroecossistema. Gliessman (2005) propõe que se deve “incorporar a ideia processual de sustentabilidade no contexto dos planejamentos de uso e ocupação do território ao longo do tempo, no desenho e manejo geral do agroecossistema”.

Pode-se considerar que nos últimos anos as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foram promovidas, juntamente com o desenvolvimento científico para a agricultura de grande escala, pelas grandes corporações do agronegócio e pelas estruturas sucateadas das políticas públicas nesse setor. Com vistas a orientar os processos de transição agroecológica e disseminar o conhecimento agroecológico de forma sistematizada entre agricultores familiares surgiram novas propostas frente ao modelo de ATER no contexto da América latina.

O processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade. Ela tem o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo (CAPORAL E COSTABEBER, 2002, p.33).

Essas questões exigem dos pesquisadores, técnicos e gestores mais consideração pelas realidades locais, a elaboração de soluções particulares para cada realidade e conhecimentos contextualizados e construídos com os parceiros sociais. Assim, busca-se alcançar com a extensão rural participativa e agroecológica processos de formação dos diversos agentes sociais, e não mera transferência de tecnologia, conforme apresentado por Paulo Freire (2006) em *Extensão ou Comunicação?*

No que se refere à participação social no contexto da extensão rural, Boef et.al. (2007) consideram que a aproximação entre pesquisadores, extensionistas e agricultores pode ser analisada por meio de várias formas. A participação social é dividida pelos autores em diferentes tipologias: participação passiva; transferência de informação; participação por consulta; participação por incentivos materiais; participação funcional; participação interativa; e a automobilização. As ações do extensionista rural podem evoluir de controle coercivo e de transferência de informação para o papel de facilitador em sistemas de aprendizagem participativos e autônomos.

As metodologias participativas podem ser utilizadas no contexto da extensão rural no planejamento da produção, no processo de manejo comunitário da biodiversidade e dos recursos naturais locais, na seleção de variedades, nas experiências de melhoramento genético local, nos processos de avaliação dos resultados, etc. Elas buscam despertar o empoderamento local para a gestão, desencadear ações locais de desenvolvimento, desenvolver e valorizar capacidades, criar processos autônomos e facilitar a tomada de decisão no contexto da gestão do território. O diagnóstico rural participativo – DRP tornou-se uma conhecida ferramenta dos extensionistas agroecológicos, por se caracterizar em um método não-formal no levantamento, tratamento e apresentação de dados, “visando favorecer um processo participativo entre as pessoas do local e os pesquisadores” (ALTIERI, 2000, p.53), técnicos e gestores. O levantamento, tratamento e apresentação dos dados pode se dar em diversos formatos, conforme o objetivo da intervenção.

Muitas vezes constitui-se em um processo complexo, fazendo-se necessário a prática da mediação de conflitos. O DRP utiliza-se de mapas (desde mapas georeferenciados até mapas mentais), transecto nas áreas de produção, diagramas, linhas do tempo, entrevistas semi-estruturadas, escolha de informantes-chave, entre outras ferramentas que estimulam a participação social e o empoderamento dos diversos atores sociais envolvidos.

O DRP pode ser aplicado com diferentes objetivos, em diferentes períodos e para públicos distintos. A atividade marcante no uso do DRP e que faz parte das recentes políticas públicas de ATER é a experimentação agroecológica participativa. O método participativo adotado na construção dos projetos de experimentação apresenta características inovadoras, que consideram as diversidades de realidades,

de paisagens, de contextos sócio-econômicos e culturais. A garantia da participação dos agricultores no processo de elaboração, execução e avaliação das experiências permite que estes se assumam como “protagonistas em seu processo de desenvolvimento” (COSTABEBER & CLARO, 2004, p.34).

As chamadas Unidades Experimentais Participativas – UEP são formadas por uma determinada área física de um estabelecimento rural, na maioria das vezes nas unidades familiares de produção, com envolvimento dos técnicos, pesquisadores, extensionistas, representantes dos órgãos públicos, lideranças políticas (COSTABEBER & CLARO, 2004). Nesse âmbito é desenvolvido um processo de composição de um sistema produtivo de base agroecológica que poderá ocorrer ao longo dos anos previsto pela experiência (de acordo com orçamento, tempo de duração dos projetos, tempo necessário para atingir os objetivos de transição). A partir do aprimoramento dos dados de monitoramento e de avaliação dos resultados, são realizadas novas propostas de gestão, manejo e possível ampliação do agroecossistema experimental.

As UEPs caracterizam-se não somente como um ambiente produtivo, mas também investigativo e de intercâmbio de experiências entre os diversos atores do território envolvido. Entretanto, inúmeras iniciativas de produção e experimentação agroecológicas não são submetidas ao processo de sistematização dos dados ou uma avaliação periódica, formal e detalhada.

Dessa maneira, muitas experiências e inovações tecnológicas capazes de contribuir significativamente com a proposta agroecológica em termos produtivos, de arranjos sociais ou de metodologias participativas são ainda pouco difundidas (ALTIERI, 2000). O desenvolvimento de sistemas de monitoramento ambiental de determinados ecossistemas podem contribuir nesse processo, assim como o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade que sejam capazes de incluir diferentes categorias de análise e que possibilitem a participação social.

De acordo com Costabeber e Claro:

O êxito de um processo de investigação participativa requer o estabelecimento de um alto grau de comprometimento, confiança e afinidade entre o agricultor e o extensionista nas diversas fases da pesquisa, sendo ainda indispensável, que haja uma grande reciprocidade e motivação compartilhadas entre eles, de modo a facilitar a construção das hipóteses, a execução dos experimentos e a avaliação dos resultados (COSTABEBER & CLARO 2004, p. 36).

Ainda para Costabeber e Claro (2004), ainda existem muitas dificuldades e os limites operacionais para o sucesso de uma experimentação agroecológica participativa. Destacam-se aqui alguns elementos que caracterizam essas dificuldades e limites: a perda dos conhecimentos tradicionais sobre os processos naturais locais; falta de educação cooperativa e administrativa dos empreendimentos rurais; pouca disponibilidade de mão-de-obra familiar (pela pluriatividade e pouca inserção dos jovens nos projetos); reduzido corpo técnico para acompanhar e dar assessoria permanente e interdisciplinar; restrição aos mercados específicos de “nichos”; alterações climáticas; ausência de políticas públicas integradas e de incentivo à produção agroecológica.

O desenvolvimento de indicadores com o objetivo de avaliar a sustentabilidade de um determinado agroecossistema, monitorando-o, pode permitir avanços nas práticas de experimentação e de transição agroecológica. Entretanto, segundo Marzall e Almeida (2000) a complexidade abarcada ao conceito de sustentabilidade e o necessário debate interdisciplinar desafia o desenvolvimento desta ferramenta. Além disso, “o sentido trazido por um indicador depende de representações sociais, de uma leitura particular, assim como de determinantes políticos. Os indicadores determinam em última análise, modelos de interpretação da realidade social ou visões de mundo” (MARZALL & ALMEIDA, 2000, p.51).

A avaliação e monitoramento de resultados por meio de indicadores de sustentabilidade de forma participativa permite análises estratégicas dos impactos dos projetos, os ajustes de rumos, a geração de conhecimento acerca do agroecossistema e a promoção da aprendizagem coletiva. Cabe ressaltar que determinados procedimentos convencionais de avaliação podem ser, em geral, insuficientes ou inadequados para incorporar novos elementos ligados à noção de sustentabilidade e às especificidades locais. A unidade de análise da avaliação de sustentabilidade pode ser ampliada do agroecossistema para todo o território rural, permitindo orientar ações de desenvolvimento territorial sustentável e envolver novos agentes sociais.

Atualmente o uso da avaliação e monitoramento da sustentabilidade de agroecossistemas, de propriedades rurais e de territórios tem sido uma ferramenta importante no que se refere a processos de certificação da qualidade dos produtos, assim como nos processos de pagamento por serviços ambientais e/ou ecossistêmicos. Entende-se que os serviços ecossistêmicos são elementos

consequentes ao manejo agroecológico por agregar benefícios diretos e indiretos da complexidade de interações entre os recursos naturais disponíveis.

Os serviços ecossistêmicos são a interface básica entre o capital natural e o bem-estar humano. São os benefícios diretos e indiretos gerados a partir das complexas interações entre os componentes do capital natural. A regulação da água, do clima, o controle da erosão, a proteção contra distúrbios, prazeres estéticos, etc., são alguns exemplos de serviços prestados pelos ecossistemas. Apesar de sua importância, o funcionamento dos mercados tradicionais não os considera nas transações econômicas, pois eles são considerados “gratuitos” ou “presentes” na natureza (ANDRADE, 2010, p.2).

Segundo Andrade (2010, p.2) “enquanto ferramenta importante de gestão, é preciso avançar em termos de propostas para o aperfeiçoamento da valoração dos serviços ecossistêmicos”. Para o autor, a economia ecológica contribui para a formatação do processo de “valoração dinâmico-integrada, a qual visa integrar a valoração *stricto sensu* à análise mais geral das alterações dos fluxos físicos de serviços ecossistêmicos e seus efeitos sobre as variáveis econômicas”, fazendo uso de ferramentas de modelagem econômico-ecológica.

Entretanto, ainda são grandes os desafios para implantação desse sistema, assim como, são grandes os desafios para o desenvolvimento dos preceitos da economia ecológica. Assim, muitos processos produtivos alternativos ainda são submetidos à sistemas econômicos convencionais e ainda há grande resistência em efetivar políticas públicas que considerem, valorizem e imulsionem os serviços ecossistêmicos gerados pela agricultura familiar e agroecológica. Apesar do grande potencial, muitas experiências de pagamentos por serviços ecossistêmicos no Brasil ainda são desenvolvidas como projetos-piloto e não tomaram uma dimensão mais ampla em sua execução, como já ocorre nos casos de comércio internacional de créditos de carbono e nos procedimentos de certificação de produtos “verdes” ou “ecológicos”.

O surgimento dos processos de certificação de produtos surge de uma demanda da sociedade em garantir uma economia que promova a qualidade ambiental. Além disso, pode-se considerar que esta demanda está associada ao conceito apresentado por Beck (2011) sobre a chamada “sociedade de risco”, na qual os riscos da existência humana buscam ser minimizados e o nível de satisfação maximizado. Ou seja, o nível de satisfação de determinada sociedade está atrelado

não somente à quantidade, mas principalmente à qualidade do seu padrão de consumo. Ao optar por produtos ecologicamente corretos, o consumidor evita riscos à saúde, ao meio ambiente e busca a redução das desigualdades sociais.

Assim, a sociedade de risco se caracteriza por apresentar a percepção acerca da interligação entre os diversos fatores da vida moderna. Frente aos novos temas sobre camada de ozônio, mudanças climáticas, escassez de água, dizimação de recursos pesqueiros, desmantamento, entre outros, a sociedade de risco busca o controle de suas ações frente à natureza ampliando seu conhecimento sobre esta e a segurança de acesso à suas fontes de sobrevivência com o foco na qualidade.

No contexto da agroecologia, os processos de certificação convencionais, também aplicados a outras estratégias produtivas, podem ser utilizados. Entretanto, é dado enfoque para as iniciativas inovadoras, principalmente no que se refere às formas de organização social. Assim é a proposta da certificação participativa, que se difere dos demais métodos de certificação, pois prescinde a figura do inspetor como responsável pela credibilidade, elemento característico da certificação por auditoria. Ela está estruturada a partir das organizações de base e ocorre de forma descentralizada, buscando respeitar as características locais.

Como exemplo, pode-se considerar a reconhecida experiência da Rede Ecológica de Agroecologia que foi fundada em 1998 em Santa Catarina e ampliada para o Sul do Brasil em 2000 e caracteriza-se como um espaço de articulação entre agricultores familiares ecologistas e suas organizações, entidades de assessoria e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos definidos e tem como foco principal a garantia dos processos desenvolvidos por seus membros.

Mesmo com uma proposta inovadora e evidenciando de forma notória a resistência ao sistema econômico convencional, a certificação participativa por inúmeros motivos ainda não tem um grande alcance entre os agricultores familiares e agroecológicos. Muitas vezes, os agricultores escolhem outras vias para sensibilizar o consumidor, entre elas está a prática de feiras agroecológicas ou feiras orgânicas, turismo rural, redes de distribuição dos produtos, entregas de cestas de produtos à domicílio, possibilitando uma relação de comercialização direta, baseada na confiança entre produtor e consumidor.

Acredita-se que as experiências vividas por agricultores em feiras ecológicas constituem-se em verdadeiros laboratórios dinâmicos, nos quais são exercitadas permanentemente formas organizativas, formativas e educativas, procurando encontrar novas alternativas técnicas e econômicas para viabilizar os agricultores familiares. Os agricultores ecologistas são, ao mesmo tempo, construtores desse espaço e multiplicadores da proposta (GUSSON, 2006, p.85).

Considera-se que a feira ecológica tem papel educativo, tanto para agricultores quanto para consumidores, ao expor problemas e desafiar os atores envolvidos a refletir e agir sobre eles. Nesta perspectiva, ela pode ser catalizadora de mudanças culturais e políticas concretas em relação aos sistemas produtivos, favorecendo a construção da agroecologia. Além disso, as feiras são espaços fecundos no que se refere a identificar, recuperar e difundir o uso de variedades tradicionais dos cultivos agrícolas da região. Diversas variedades são cultivadas pelos agricultores há pelo menos duas gerações, são adaptadas ao agroecossistema e podem representar autonomia aos agricultores frente ao modelo da agricultura convencional. Assim, o estímulo ao resgate, a preservação, o melhoramento e a multiplicação de variedades crioulas utilizadas pelos agricultores, especialmente os cultivos alimentares se faz necessário.

Há indícios de que é no contexto desses processos que ocorre a valorização da cultura local, recuperando a auto-estima das famílias, para que se sintam sujeitos responsáveis pela oferta de serviços, alimentos e produtos de qualidade para a sociedade. A intensificação da presença do componente florestal nos sistemas de produção agrícola é um elemento fundamental para a preservação da diversidade genética de espécies nativas florestais, bem como para a ampliação das opções econômicas dos agricultores. A oferta de frutos silvestres nas feiras ecológicas e nos mercados chamam a atenção e atraem os olhos de consumidores interessados e de empreendedores no campo da inovação de produtos (GUSSON, 2006).

Considera-se neste trabalho que a agroecologia mostra-se como uma estratégia promissora para as comunidades rurais brasileiras, para os consumidores urbanos e para a conservação da biodiversidade. Entretanto, os desafios se encontram na passagem de uma situação inovadora, mas relativamente isolada em projetos desenvolvidos entre instituições e agricultores, para uma situação nas quais essas abordagens sejam em escalas abrangentes, acessíveis, como práticas difundidas em instituições formais e informais, de âmbito nacional e internacional.

3 CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PROJETOS EM CONCORRÊNCIA?

Para compor um tratado de passarinhos
 É preciso primeiro que haja um rio com árvores
 e palmeira nas margens.
 E dentro dos quintais das casas que haja pelo menos
 goiabeiras.
 E que haja por perto brejos e iguarias de brejos.
 É preciso que haja insetos para os passarinhos.
 Inseto de pau, sobretudo que são os mais palatáveis.
 A presença de libélulas seria uma boa.
 O azul é muito importante na vida dos passarinhos
 Porque os passarinhos precisam antes de belos ser
 eternos.
 Eternos que nem uma fuga de Bach.

(De passarinhos - Manoel de Barros)

Cada sociedade constrói um foco de interpretação de seu meio ambiente natural, conferindo-lhe sentidos e lhe destinando diferentes usos. A partir da criação de áreas naturais protegidas é possível acompanhar as alterações nas percepções, nas formas de interpretar o meio natural e nos quadros sociais envolvidos. A transformação de um território em área protegida consiste, em efeito, em atribuir a esse território novas significações. A categoria de proteção e os planos de manejo associados devem permitir compreender as condições particulares de sustentabilidade e dinâmicas ecológicas ali presentes.

Temas como áreas naturais protegidas e modelos de conservação da biodiversidade já são tratados por diversos autores, sob diferentes interpretações e conceitos. Nessa perspectiva, o presente trabalho não buscou elaborar uma análise que tenta abarcar toda a complexidade do tema. Aqui são focadas principalmente as questões que envolvem o âmbito da gestão de unidades de conservação de uso sustentável, em especial as Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

Assim, este capítulo apresenta algumas reflexões acerca do processo pelo qual é constituída uma área natural protegida em seu aspecto filosófico, ideológico e prático. Para tal, são apresentadas algumas referências no âmbito internacional e da legislação ambiental brasileira, seguida de uma discussão acerca dos conflitos

socioambientais em torno dos projetos de criação de unidades de conservação, buscando investigar as soluções propostas.

3.1 Histórico de criação de áreas naturais protegidas

3.1.1 Paisagens naturais - da exploração à inspiração

A relação entre florestas e a humanidade conhece diferentes nuances ao longo do tempo. Basta lembrar da caça e coleta, passando pela vida nômade, pela ascensão e queda de impérios, o estabelecimento da agricultura, até a urbanização, industrialização e chegando à crise pós-moderna. Em inúmeros contextos históricos, as florestas foram fator-chave para a eclosão de guerras, para produção de madeira - para utilização naval e em construções - e de energia - como carvão principalmente para a fundição de metais. Aqui, elas foram destruídas com vistas ao progresso. Efetivamente, as sociedades humanas modernas compreenderam a formação florestal com enfoque utilitarista e exploratório. Além disso, as regiões que apresentavam grandes concentrações de árvores eram consideradas muito valiosas, verdadeiros tesouros a serem disputados.

Com a alta densidade demográfica unida à exploração predatória das florestas, o esgotamento dos estoques de madeira deu-se em diferentes momentos do desenvolvimento humano. As estratégias adotadas para solucionar o problema da escassez, por consequência, também foram distintas. A busca de novos territórios a serem explorados sempre se apresentou como uma alternativa. Entretanto, essa opção podia ser onerosa, pois a disputa de territórios envolvia conflitos com outros povos. A mudança no uso de materiais nas construções, por exemplo, é considerada por especialistas como uma evidência adaptativa relacionada à escassez de madeira enfrentada por diversos povos (LEÃO, 2000).

No império romano, já era manifestada por Lucrécio e Virgílio a preocupação com o declínio das regiões florestais, mas não tiveram muita atenção (LEÃO, 2000). Ao contrário de se preocupar com a conservação de suas florestas, o império romano partiu para a conquista de novos territórios. Mais tarde, a escassez de madeira se repete, levando à tomada de medidas de conservação e técnicas alternativas.

Cabe ressaltar também que a paisagem natural começou a ser reconhecida no universo artístico romano entre os anos de 1600 a 1650. Antes disso, esse tipo de pintura não passava de mero adereço de fundo de plano. Entretanto, a paisagem

romana passou a ser retratada de forma composta, incluindo à paisagem natural a presença humana em formas mitológicas e, na maioria das vezes, acompanhadas de animais. As telas fazem emergir a paisagem através da representação ideal da natureza. É lançado o protótipo da natureza harmoniosa clássica que passa a ser revolucionado pela valorização da luz, pelos efeitos atmosféricos, topográficos e arquitetônicos, sendo considerados os elementos mais significativos na pintura de paisagens.

Os grandes pintores do século XVII tais como Carrache, Lorrain e Dughet vão contribuir com o surgimento e consolidação de técnicas da pintura de paisagem. Suas criações contribuem para a elaboração de diferentes tipos de representações da natureza, de olhares idealizados sobre o universo rural e costeiro romano, passando por estruturas arquitetônicas e cenas cotidianas romanas carregadas de nostalgia, mitos e história.

Já na Idade Média, os camponeses europeus desenvolviam atividades agrosilvopastoris e de criação de abelhas em meio às florestas de carvalho, além da utilização de madeira na “construção de casas, barcos, carretas até a fabricação de diversos utensílios, prensas de vinho e tamancos¹²” (LEÃO, 2000, p.56).

Foi também na Idade Média que surgiram os grandes mitos acerca dos perigos que as florestas abrigavam: malfeitores, foragidos, miseráveis, além de feras como lobos e ursos. Era também na floresta que ocorriam os rituais pagãos, rituais celtas, chamados de encantaria ou bruxaria, fortemente perseguidos pela inquisição. Segundo Leão (2000), a solução era cada vez mais ocupar esses territórios florestados, por meio da reivindicação da posse por autoridades religiosas, senhores feudais e nobreza. Uma medida interessante adotada por diversos aristocratas na Idade Média era a demarcação de uma área florestal nas mediações e entorno dos castelos. Essa floresta tinha a função de abrigar animais interessantes para a prática da caça, além de ser estratégica na própria proteção do castelo.

A expansão naval possibilitou aos países europeus o acesso a produtos originários dos recursos naturais de outros continentes por meio do comércio e também da colonização de territórios. A intensa exploração de madeiras e de áreas

¹² Indicamos aqui o filme “A árvore dos tamancos” de Ermanno Olmi, que conta a história de camponeses da área rural de Bergamo no norte da Itália. O filme não se refere à Idade Média, como trata o texto acima. Entretanto, ele traz questões interessantes e profundas de forma sensível acerca do território, do modo de vida camponês e de sua relação com o meio.

para novos cultivos faz parte desta trajetória. Esta expansão exploratória atende aos interesses de países europeus que já visualizavam a falta de estoques madeireiros em seus territórios. No contexto de colonização da América do Norte, em torno de 1630, estabeleceu-se um intenso transporte de madeira para o mercado inglês, que estava extremamente receptivo à importação (LEÃO, 2000). Além disso, navios traziam para os colonos os produtos da capital inglesa, fortalecendo cada vez mais um intercâmbio comercial.

No caso das Américas, os colonizadores enfrentaram dificuldades em diferentes etapas do processo de colonização dos territórios. Inicialmente se depararam com civilizações locais ameríndias e com tamanha biodiversidade entre relevos e formações da costa litorânea que lhes eram desconhecidos. Num segundo momento, foi o processo de colonização dos interiores do continente que provocava exploração desmedida da natureza. Em ambos os momentos, as reservas de recursos naturais pareciam infindáveis, dinamizando os processos exploratórios durante muitos anos.

Com a conquista de colônias intercontinentais, as capitais europeias cresciam, o desenvolvimento do transporte ferroviário e das estruturas de comunicação tornando-se notável. Ao mesmo tempo, era despertada uma espécie de consciência conservacionista nesses países, onde foram criados tratados de manejo dos fragmentos florestais restantes, assim como estratégias de reflorestamento em áreas já desmatadas de declives em países como a Inglaterra, França, Alemanha, por exemplo. Pode-se considerar que com as contribuições do potencial madeireiro do Novo Mundo, a relação do homem com as florestas e com as paisagens naturais no continente europeu foi modificada.

Nesse contexto, a busca europeia pelo bem-estar e qualidade de vida torna-se evidente na conservação de jardins típicos das culturas medievais e na inserção de áreas verdes próximas a grandes centros urbanos. A partir do século XVII, os jardins franceses buscavam ressaltar a dominação da natureza pelo homem. Na paisagem prevalecia a simetria numa perspectiva visual monumental. Já no século XVIII surge o estilo inglês, dotado de um romantismo oriundo do movimento de artistas e intelectuais da época. O modelo inglês influenciou o conceito de parques públicos, incentivando as reformas nas grandes cidades europeias, após os impactos da revolução industrial, buscando a incorporação da natureza ao tecido urbano.

Ainda no que se refere à pintura da paisagem, destaca-se entre o período de 1830 a 1870 o movimento pré-impressionista na França, promovido pela Escola de Pintura de Barbizon. Théodore Rousseau, Jean-François Millet e seus companheiros são orientados à pintura das paisagens que circundam Barbizon, um pequeno vilarejo rural localizado próximo à floresta de Fontainebleau. Esses artistas dedicaram-se à pintura de paisagens da floresta circundante e das cenas que retratavam as atividades desenvolvidas pelos camponeses ou *les paysans*¹³.

Inspirados em Barbizon, surge o movimento impressionista que passa a desenvolver novas técnicas de pintura da paisagem, quebrando o paradigma romântico e orientando-se intuitivamente pela noção de ecologia de paisagem, tal como analisado por Thomas (2000) e Eisenman (2011). Além disso, a paisagem deixa seu sentido pitoresco e passa a tratar de sentimentos que envolvem a atmosfera retratada. A inserção de personagens da vida campestre não tinha como objetivo a denúncia ou a crítica social, apenas apresentar aos salões a paisagem natural e a realidade do meio rural francês.

No caso brasileiro, a vinda da família real acarretou numa série de iniciativas que envolviam não só a exploração dos recursos, mas também o interesse em aprofundar os conhecimentos sobre a biodiversidade local, conforme apresentado no capítulo anterior na referência à obra dos naturalistas. Entretanto, a Mata Atlântica não foi poupada na expansão da produção cafeeira na região fluminense do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba em São Paulo. Alguns fragmentos florestais da floresta da Tijuca, por exemplo, resistiram, mesmo com o intenso nível de degradação.

Por iniciativa do Imperador Pedro II, em 1861 foi criada uma reserva em terras governamentais – a floresta da Tijuca, visando resolver a questão de insalubridade e problemas de abastecimento de água no Rio de Janeiro. Foram realizados plantios sistemáticos de mudas que eram produzidas pelo Jardim Botânico e de fazendas da região pertencentes ao império. As espécies escolhidas para o plantio não necessariamente eram nativas, contendo também espécies exóticas em sua composição. Pode-se considerar que o Brasil apresentou naquele momento um

¹³ O conceito de paysan será apresentado no item 3.4 deste capítulo, onde serão apresentadas em maior nível de detalhe as experiências francesas em gestão de territórios em Parques Naturais Regionais.

modelo de “bosques heterogêneos” (LEÃO, 2000, p.156) numa primeira tentativa de regulamentar iniciativas conservacionistas atreladas à política de saúde pública.

3.1.2 Patrimonialização da natureza, da cultura e a conservação da biodiversidade

Nos anos 70 o cenário mundial amplia o reconhecimento dos riscos em razão das altas taxas de crescimento populacional, expansão econômica-industrial para países em desenvolvimento, acidentes ambientais, poluição, escassez de recursos naturais, crise energética, desmatamento e perda de biodiversidade com elevados níveis de extinção. Além disso, os países da América latina se encontravam no ápice de governos ditatoriais e os países desenvolvidos lutavam por petróleo e pela abertura ou consolidação de novos mercados. O desenvolvimento científico e tecnológico das grandes potências era centrado em fundamentar as ações de crescimento econômico com incentivos à indústria química e farmacêutica, mecânica e aeronáutica, agrícola e alimentar, entre outras.

Em 1972, foi realizada a primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente da ONU em Estocolmo, capital da Suécia. A conferência reuniu a comunidade científica para analisar as questões ambientais planetárias, levantadas a partir do Relatório do Clube de Roma – Os limites do crescimento. Nesse momento, a política de desenvolvimento mundial, notadamente aquela defendida pelos países europeus, incorporou a problemática ambiental e energética decorrentes do modelo de crescimento urbano-industrial. Naquele momento, os conflitos ambientais ocorriam em torno da poluição decorrente do modelo de produção industrial e da busca por uma solução em relação ao nível de desenvolvimento dos países do hemisfério sul. Cabe ressaltar que, nesse evento, o Brasil e a Índia tiveram papel essencial no debate ao questionar a proposta de barrar o crescimento mundial, considerando que os países mais pobres ainda não tinham alcançado patamares mínimos de qualidade de vida.

Assim, surgiram diversas iniciativas que buscavam promover uma concepção patrimonial da natureza. Esta última se funda na representação de uma paisagem idealizada ou uma natureza em perigo, por meio da identificação de animais, vegetais ou paisagens emblemáticas. Enquanto que a concepção patrimonial da cultura buscava representar o passado ou um ideal de sociedade por meio de manifestações materiais, imateriais e simbólicas.

Para Véronique Van Tilbeurgh (2007), a patrimonialização, de forma separada, reforça a distinção entre as sociedades humanas e a natureza e pouco explicita a dinamicidade e a interrelação entre cultura e natureza, dando a ideia de ser o patrimônio um elemento estático. Quer dizer, a criação de patrimônios no contexto de determinada sociedade pode representar e legitimar a ideologia de organizações sociais ligadas às relações de poder, por meio da especulação de terras e apropriação de recursos naturais, por exemplo. A política de patrimonialização do ambiente natural desenvolvida nos últimos anos focou na promoção da conservação da biodiversidade e, a partir daí, consagraram-se as diferentes categorias de áreas naturais protegidas e de modelos de gestão. Entretanto, há indícios de que a patrimonialização da natureza e seu decorrente modelo de gestão tendem a legitimar os anseios de uma nova elite ligada às estruturas de pesquisa.

Neste contexto, é o movimento preservacionista que irá se manifestar e ganhar espaço. Frente ao cenário assombroso e um futuro incerto, este movimento ganha reconhecimento em promover a proteção de áreas naturais “íntocadas”, tidas como verdadeiros santuários naturais. Sob o enfoque da conservação da vida selvagem – *wilderness* – a Biologia da Conservação, entre outras ações, incentiva a criação de áreas naturais protegidas que tenham como objetivos principais a conservação da biodiversidade, a pesquisa científica e a educação ambiental. Esta linha preservacionista defende que a presença humana inviabiliza os processos de conservação da biodiversidade e de paisagens naturais ao interferir diretamente nas dinâmicas dos ecossistemas.

As áreas naturais de proteção integral são consideradas nesta lógica como uma forma adequada de conservação da biodiversidade e não podem ser ameaçadas pelo incentivo de práticas de desenvolvimento sustentável. Acredita-se aqui que as práticas sustentáveis de manejo de recursos naturais interferem na dinâmica natural dos ecossistemas, sendo indicadas apenas para as zonas de amortecimento no entorno de áreas naturais protegidas e para conectores, como é o caso dos corredores ecológicos (MEFFE E CARROLL, 1997).

Neste quadro, multiplicam-se as publicações de trabalhos que passam a discutir questões que envolvem a presença humana em áreas naturais protegidas, notadamente por populações tradicionais. São evidenciados os conflitos socioambientais que colocavam em risco o sucesso da conservação, propondo a

busca por soluções alternativas. Cabe ressaltar a influência das obras de Claude Lévi Strauss, proporcionando um novo olhar acadêmico acerca da riqueza cultural dos povos tradicionais e indígenas brasileiros. Os conceitos propostos pela antropologia estruturalista, assim como a proposta metodológica em etnografia revolucionaram as pesquisas acerca das questões entre sociedade, cultura e natureza.

A concepção de áreas naturais protegidas como uma natureza selvagem e intocada é apresentada na obra “O mito moderno da natureza intocada”, de Antônio Carlos Diegues (2004a), como o neomito que determinadas linhas do pensamento científico passaram a defender nos últimos anos, promovendo a criação de áreas de proteção integral e embasando políticas públicas voltadas à sua gestão. No conjunto de representações sobre o mundo natural intocado e intocável, o autor identifica elementos oriundos das constatações científicas acerca das funções ecológicas dos ecossistemas biodiversos, bem como aqueles míticos relacionados à demanda de apreciação da exuberância do mundo natural manifestada pelo homem urbanizado.

No caso brasileiro, a criação de áreas naturais protegidas ocorreu principalmente em territórios já ocupados por populações tradicionais e comunidades de pequenos agricultores. A chegada de novas regras de gestão do território foi interpretada pela maioria dessas populações como sendo uma forma de usurpação de direitos, ocasionando na impossibilidade de continuarem existindo enquanto um grupo portador de identidade e de culturas diferenciadas do modelo hegemônico da economia globalizada.

Para Antônio Carlos Diegues:

As áreas naturais protegidas, sobretudo as de uso restritivo, mais do que uma estratégia governamental de conservação, refletem, de forma emblemática, um tipo de relação homem-natureza. [...] A persistência da ideia de um mundo natural, selvagem, não tocado, tem força considerável, sobretudo entre populações urbanas e industriais que perderam, em grande parte, o contato cotidiano e de trabalho com o meio rural. Isso apesar de evidências científicas crescentes de que nas diversas centenas de milhares de anos de vida humana, os homens de uma forma ou de outra interferiram, com maior ou menor intensidade, nos diversos ecossistemas terrestres, hoje restando muito pouco da natureza virgem, intocada. É importante ressaltar que a concretização histórica desse mito da natureza intocada, mediante a criação de parques naturais e reservas se deu e ainda se dá, nos países tropicais, em áreas frequentemente habitadas por populações tradicionais, portadoras,

por sua vez, de outros mitos e simbologias relativos à natureza (DIEGUES, 2004a. p.157).

De fato, o Parque Nacional de Yellowstone criado nos Estados Unidos em 1872 foi fonte de inspiração para diferentes países, entre eles o Brasil. Convém lembrar que “O desenvolvimento do conceito de parques nos Estados Unidos ocorreu num momento em que o país encontrava-se em processo de reordenação territorial e expansão para oeste” (VIANNA, 2008, p.146). Segundo análises muito bem fundadas, “a conservação e a proteção emergiram como uma forma de controle político e econômico” (MacCORMICK, 1992, p.21).

No Brasil, a tentativa de realizar uma reordenação territorial e a expansão para oeste ocorreu mais tarde, principalmente no período da Ditadura Militar. Em 14 de junho de 1937, foi criado o primeiro parque brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia. Segundo o Art. 11 do SNUC (2000), “o Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”. O Parque Nacional é uma categoria de unidade de proteção integral, sendo que suas atividades de visitação pública são regulamentadas de acordo com o plano de manejo.

A região do Parque Nacional de Itatiaia apresenta um relevo singular (incluindo o Pico das Agulhas Negras) e uma exuberante paisagem, compondo a formação do alto da Serra da Mantiqueira. Entretanto, a área do parque apresenta até os dias atuais conflitos fundiários, em razão inclusive da presença de pequenos agricultores familiares em seu interior e em sua zona de amortecimento. Na maior parte dos casos, a gestão dos parques nacionais brasileiros ficou em repleto abandono durante muitos anos.

Segundo José Eli da Veiga (2002), durante um longo período a proteção de determinado patrimônio era considerado pelos governantes como um item orçamentário de custeio. Esta proteção se dava quase sempre por razões patrióticas, educacionais, memoriais ou estéticas e a gestão era de incumbência exclusiva do Estado.

Com o fim da ditadura militar, retomam-se os debates em torno da democracia e, após anos de negligência, os conflitos socioambientais emergem em

diferentes dimensões. Neste contexto de democratização, a busca da proteção efetiva dos territórios que são ricos em biodiversidade e recursos naturais leva à demandas de revisão das políticas públicas de proteção da biodiversidade para uma escala local. Segundo Rogério R. Jorge (2003), o patrimônio passa, gradativamente, a ser visto como um elemento ativo do desenvolvimento local que ocorre de três formas: a) o patrimônio como fator de geração de riqueza; b) o patrimônio como fator determinante no uso e ocupação do solo; c) o patrimônio como instrumento de diferenciação dos territórios. A noção de patrimônio é reinterpretada conforme novos enfoques ideológicos e políticos, ampliando sua abrangência, dotando-a de plasticidade. O que antes era atributo de monumentos e objetos ou representações excludentes e de segregação, hoje passam a ser também vistos como patrimônio a cultura, a paisagem, os conhecimentos específicos, as iniciativas identitárias, redefinindo seu papel em relação à sociedade (BÉGHAIN, 1998).

Foi nesse sentido que o programa “O homem e a biosfera” (MaB) tornou-se um dos primeiros movimentos institucionais a contestar o dogma da separação entre o homem e a natureza e a veicular propostas de formas de gestão integrada de ecossistemas. Fruto da Conferência sobre a Biosfera, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em Paris em 1978, as reservas da biosfera são áreas de ecossistemas reconhecidos pelo programa MaB como mundialmente importantes para a conservação da biodiversidade, também se destacando pelo fato de incluir em suas diretrizes de gestão iniciativas promotoras do desenvolvimento sustentável.

A Convenção do Patrimônio Mundial da Humanidade também representa uma etapa importante nas discussões sobre a proteção do patrimônio natural e cultural de maneira relacionada. A UNESCO admite o termo “paisagem cultural” como a caracterização das interações entre o meio ambiente e o homem justamente no âmbito da convenção. O sucesso e garantia de práticas de gestão efetivas dependem diretamente de políticas públicas de incentivos à conservação das áreas naturais protegidas. Neste sentido, a patrimonialização da natureza e de manifestações culturais integradas é vista como interessante por considerar o envolvimento dos agentes sociais e da sociedade civil como um todo no processo de gestão de seus recursos patrimoniais.

Ao invés da polarização dos modelos de gestão de patrimônios naturais e culturais, Guillaume Fontaine (2010) discute a necessidade de mobilização integrada

das populações autóctones da América latina e do movimento ambientalista para pressionar os organismos internacionais, buscando estratégias conjuntas de conservação e de desenvolvimento sustentável.

Pour forcer l'État à mettre en oeuvre de nouvelles politiques de développement, de protection e des droits de l'homme, les mouvements autochtones et environnementaux durent s'allier et faire pression sur les organismes internationaux, engagés dans une double stratégie de conservation et de développement durable¹⁴ (FONTAINE, 2010).

No modelo apresentado pela UNESCO, devem ocorrer transformações no processo de gestão de patrimônios, dando a esses um novo significado e uma nova dinâmica. Há evidências de que o reconhecimento de atrelamento entre os patrimônios culturais e patrimônio natural proporciona motivação ao desenvolvimento local. Consequentemente, o processo de gestão descentralizada passa a atrair a atenção dos agentes sociais envolvidos que passam a reivindicar maiores espaços de participação na gestão de seus territórios.

No entanto, a criação das Reservas da Biosfera no Brasil foi fortemente marcada pela centralização da gestão do patrimônio natural. Neste contexto, ocorreram significativas queixas acerca da incapacidade da estrutura governamental de gerir os patrimônios naturais e culturais, o que leva a negligências importantes (RIBEIRO, 2009). Tal centralização advém da disputa por diferentes modelos, mecanismos e estratégias de gestão da biodiversidade em função dos diferentes interesses em um mesmo território. Ao contrário do que Fontaine (2010) concebe, há forte contraposição entre os habitantes locais que defendem o direito de permanência e os movimentos ambientalistas preconizando a ideologia de uma natureza intocada.

Acredita-se que a ausência de uma estrutura gestora descentralizada reforça os conflitos socioambientais, as ações de desmatamento, a exploração não regulamentada dos recursos naturais e do turismo, a perda do etnoconhecimento e o desaparecimento de culturas ancestrais, interferindo direta e indiretamente no sucesso das ações de conservação de biodiversidade. Ou seja, "O processo que

¹⁴ Para forçar o governo a definir novas políticas de desenvolvimento, de proteção e de direitos humanos, os movimentos autóctones e ambientalistas devem se aliar e fazer pressão sobre os organismos internacionais, envolvidos numa dupla estratégia de conservação e de desenvolvimento sustentável.

envolve a seleção, implantação e gestão de áreas protegidas geralmente está baseado em critérios ecológicos e econômicos, o que não garante o sucesso do resultado de conservação” (FERREIRA, 2004, p.47), isso porque são, em grande parte dos casos, desconsiderados os critérios sociambientais envolvidos em determinado território.

A criação de Unidades de Conservação deve considerar de fato as práticas de gestão dos recursos naturais de acordo com a dinâmica social dos territórios e também contando com o engajamento do Estado e da sociedade civil (FONTAINE, 2010). É necessária a compreensão das dinâmicas de conflitos e de negociação como partes do mesmo processo de governança territorial, caracterizada pela alternância das fases de conflito e de apaziguamento. Entretanto, existem limites legais na legislação ambiental brasileira que, por vezes, promovem situações de conflitos insolúveis que perduram no decorrer dos anos (ÂNGELO FURLAN *et.al.* 2008).

“A noção de território como campo de forças políticas tem colocado a discussão sobre o significado da natureza para os diferentes sujeitos sociais” (ÂNGELO FURLAN *et.al.*, 2008, p. 85). A propagação de modelos de conservação se dá a partir de diferentes concepções da natureza e de território que se projetam nas leis e definições de usos de áreas naturais protegidas (ÂNGELO FURLAN *et.al.*, 2008). Ainda para esta autora, o modelo da gestão de áreas naturais protegidas no Brasil passa por debates no que se refere à ideia de descentralização, ganhando notoriedade as mobilizações dos agentes sociais locais envolvidos diretamente com o território. A seguir serão apresentadas as legislações e planos nacionais que envolvem a gestão de áreas naturais protegidas, em especial as unidades de conservação de uso sustentável no Brasil.

3.2. As categorias de conservação da biodiversidade: da natureza intocada ao uso sustentável

3.2.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação

A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN) é uma organização formada por nações e organizações não-governamentais, que busca encorajar e dar assistência a iniciativas de conservação da biodiversidade e assegurar o uso sustentável e equitativo dos recursos naturais. A Convenção da UICN define as diferentes categorias das áreas de manejo

protegido, entre elas estão a Reserva Estricta da Natureza, o Parque Nacional e a Área Protegida de Manejo dos Recursos. Esta última, é definida como área que contém predominantemente sistemas naturais não modificados, manejada para garantir proteção e manutenção a longo prazo da diversidade biológica, embora suprindo ao mesmo tempo um fluxo sustentável de produtos naturais e serviços para satisfazer as necessidades das comunidades.

No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 no artigo 225 assegura que todos têm direito a um “meio ambiente ecologicamente equilibrado”, impondo ao Poder Público a função de “definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos”.

Apesar da Convenção da UICN ter sido criada em 1948, somente em 1989 o Brasil a ratificou. Assim, era o Código Florestal de 1965 que norteava minimamente as ações de proteção, apresentando uma classificação florestal em relação à titularidade – florestas de domínio público ou privado; em relação à origem – florestas primitivas, em regeneração, entre outros; em relação ao uso permitido – áreas de preservação permanente, reserva legal, entre outros.

Em 1992, na ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, o Brasil assinou a Convenção de Diversidade Biológica, norteando o desenvolvimento de estratégias, políticas, planos e programas nacionais para áreas naturais protegidas. A partir de então, o Brasil investiu ao longo dos anos no desenvolvimento de um conjunto de instrumentos legais de controle da exploração dos recursos naturais, notadamente os ecossistemas florestais.

O projeto de Lei que instituíra a primeira proposta de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi aprovado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e enviado ao Congresso Nacional em 1992. Entretanto, além de divergências conceituais, houve também muita polêmica acerca da definição das categorias de manejo, fazendo com que o projeto final fosse aprovado pelo Congresso somente em 2000, sendo que alguns dispositivos foram vetados pelo presidente. Assim, a Lei 9.985/2000 apresenta em seu Art. 2º a definição de unidade de conservação:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com

objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000).

O SNUC (2000) tem como órgão consultivo e deliberativo o CONAMA e como órgãos executores o Instituto para a Conservação da Biodiversidade Chico Mendes – ICMBio, os órgãos estaduais e municipais, sob a coordenação o Ministério do Meio Ambiente. Os órgãos executores, em suas respectivas esferas, são responsáveis pela criação, fiscalização e gestão das unidades de conservação.

O Art. 7º traz a conceituação de cada categoria de unidade de conservação, que são divididas em dois grupos: as Unidades de Proteção Integral que apresentam como objetivo “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”; e as Unidades de Uso Sustentável que apresentam como objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”. São categorias de Unidades de Proteção Integral: a Estação Ecológica, a Reserva Biológica, o Parque Nacional, o Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre.

No caso das categorias de unidade de uso sustentável, a gestão de territórios protegidos, tem se alimentado do debate sobre conservação da biodiversidade, considerando o manejo dos recursos naturais e também a relação destes ecossistemas com a presença de populações humanas. Os principais elementos de interesse neste debate acerca da presença humana se referem aos aspectos demográficos, adaptação, demanda e oferta de recursos, modos de vida, práticas culturais, entre outros. Tomando em conta as relações intrínsecas entre populações tradicionais e o meio em que vivem, trata-se não somente de considerar a complexidade do ecossistema local como patrimônio natural, mas também as formas de reprodução social dessa população como patrimônios culturais. Além disso, em áreas mais urbanizadas ou mais alteradas, a criação de uma unidade de uso sustentável pode fortalecer iniciativas sustentáveis e se consolidar enquanto estratégia de conservação de fragmentos florestais, recursos hídricos, entre outros.

Assim, as categorias de Unidades de Uso Sustentável buscam abarcar a diversidade cultural de paisagens e de usos dos territórios. Elas são divididas em: Área de Proteção Ambiental – APAs, Área de Relevante Interesse Ecológico, a Floresta Nacional – FLONA, a Reserva de Fauna, a Reserva Extrativista – RESEX, a

Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS e Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.

Pode-se considerar que o SNUC busca uma organização integrada e sistêmica para cada categoria e traz em seu Art. 26 o conceito de mosaico de unidades de conservação, no sentido de instrumentalizar a gestão territorial se aproximando da noção das reservas da biosfera e dos corredores ecológicos. A criação de um mosaico de unidades de conservação busca colocar em prática um conjunto de ações territoriais, evitando iniciativas isoladas de gestão.

Segundo o SNUC em seu Art. 26:

[...] quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (SNUC, 2000).

Portanto, o termo mosaico é usado para representar um modelo de gestão integrada das unidades de conservação e áreas protegidas. Ou seja, as unidades de conservação presentes em determinado território estão diretamente relacionadas entre si e com sua zona de amortecimento, que também é composta por outras áreas protegidas – terras indígenas, áreas de preservação permanente e reservas legais, estas duas últimas presentes em propriedades privadas. É previsto que o planejamento do território de um mosaico dar-se-á de forma conjunta, por meio do Conselho de Gestão do Mosaico, consultivo e distinto dos demais conselhos (deliberativos ou consultivos) de cada UC integrante.

O mosaico se apresenta como importante arena para propositura de diretrizes e ações que visam compatibilizar, integrar e otimizar:

- a) as atividades desenvolvidas em cada UC, tendo em vista: o acesso, a fiscalização, os usos nas fronteiras, o monitoramento e a avaliação do Plano de Manejo, a pesquisa científica, a alocação de recursos oriundos de compensações ambientais, entre outros.
- b) a relação com a população residente na área do mosaico, no que se refere à representatividade das comunidades no Conselho Gestor e o envolvimento destas comunidades nos processos de elaboração,

execução e avaliação dos Planos de Manejo e a execução dos Termos de Compromisso, quando necessário.

Acredita-se que, a partir da noção de mosaicos, é possível reavaliar a delimitação das áreas de unidades de conservação, notadamente as que passam por conflitos fundiários. A possibilidade de recategorização de algumas áreas de uma unidade de conservação norteia, atualmente, boa parte das discussões em torno dos conflitos referentes à presença humana em unidades de conservação. Entretanto, as iniciativas de criação de mosaicos de UCs são muito recentes no âmbito da gestão pública de áreas naturais protegidas e a diversidade de conceitos, nomenclaturas, possibilidades de uso e tipos de manejo são propícios para interpretações conflituosas, causando, muitas vezes, confusões ou sobreposições na aplicação prática desses instrumentos legais.

De um lado, estão as propostas de recategorização que buscam ajustes às diversas vocações de uso e ocupação do território, considerando o objetivo da conservação da biodiversidade. De outro lado, estão os interesses dos grandes projetos de crescimento econômico que, com significativa facilidade, aprovam a alteração de limites de unidades de conservação para atender questões agrárias (ligadas aos grandes proprietários de terra) e viabilizam no âmbito jurídico a instalação de usinas hidroelétricas, como é o caso recente Medida Provisória 558/12 que altera as áreas de UCs nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, notadamente o caso da Usina Belo Monte, que prevê a inundação de significativas áreas de ecossistemas que compõem o território indígena do Xingú.

Frente a esse contexto, cabe destacar que as unidades de conservação são, de um lado, vistas como uma barreira ao crescimento econômico regional e até mesmo nacional, como em casos de implicar bloqueios para a instalação das usinas hidroelétricas, mas, de outro ponto de vista, podem ser vistas como grandes produtoras de riquezas. O tema central da Conferência Internacional da ONU sobre Meio Ambiente deste ano de 2012 (Rio+20), foi a economia verde. Ainda vago e muito discutido por diversos especialistas, o conceito de economia verde traz à tona as iniciativas empresariais em torno dos mercados promovidos por ações mais “verdes”.

Neste sentido, o modelo econômico vigente trata das unidades de conservação, em especial as de proteção integral, como sendo áreas propícias para a execução de medidas de compensação ambiental de grandes empreendimentos,

além de produzirem bens e serviços ecossistêmicos, tendo como elemento central o fornecimento de créditos de carbono. Aos olhos da economia de mercado, as unidades de conservação podem ser encaradas como grandes reservas de recursos genéticos, oriundos de biodiversidade e de recursos minerais, servindo, por vezes, como estratégias de especulação territorial.

Entretanto, às vésperas da Conferência, especialistas se reuniram para debater essas questões. Para Ricardo Abramovay (2012) a economia não deve ser só “verde”, mas também marrom e azul, se referindo à conservação da biodiversidade, uso e ocupação do solo e proteção dos ecossistemas marinhos. Para o pesquisador, a sociedade contemporânea está muito aquém das metas de conservação da biodiversidade e de ações que promovam o desenvolvimento sustentável.

O processo de transição é lento e determinadas questões parecem estar na contramão dessas metas. Tal é o caso de iniciativas governamentais de redução da desigualdade social que buscam promover o aumento do consumo sem questionar seu padrão. A busca por igualdade social e por melhores condições de vida é norteada pelo padrão de consumo das elites, o que não parece estar na pauta dos debates em torno da chamada “economia verde”.

No que se refere à economia, há três questões principais a serem debatidas: a alteração das matrizes energéticas, a melhoria no uso de energia e de recursos naturais, e por último, o uso sustentável dos recursos naturais, produtos e serviços da biodiversidade. Ou seja, é proposto por Abramovay o desenvolvimento de uma economia embasada no conhecimento da natureza.

Atualmente, buscando alavancar e “modernizar” as estratégias de gestão das unidades de conservação, o governo federal lançou um acordo de cooperação entre o Ministério do Planejamento e o Ministério do Meio Ambiente, autorizando a concessão da gestão de UCs à iniciativas de parceria público-privada. O processo de concessão foi iniciado em Parques Nacionais, pois há um real interesse em desenvolver as atividades turísticas nessas áreas, para além da visitação pública. Há indicativos de que a concessão seja estendida para Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas. As parcerias público-privadas são realizadas por meio de contratos de prestação de serviços de 5 a 35 anos, em valores não inferiores a R\$20 milhões. A título de exemplo, o Parque Nacional de Iguaçu possui 0,3% de sua área

total concedida (185mil km²) à iniciativa privada, rendendo em torno de R\$120 milhões com o turismo.

O potencial brasileiro em desenvolvimento de estratégias de geração de renda a partir do turismo em UCs é notável. As parcerias público-privada são as primeiras experiências num universo que conta com 310 unidades de conservação, das quais 67 são parques nacionais, somando em área protegida cerca de 75 milhões km². O MMA também busca, em ações conjuntas com o Ministério do Turismo, integrar as UCs no âmbito dos roteiros turísticos, notadamente para o período da realização dos jogos da Copa do Mundo no Brasil.

De toda evidência, o modelo turístico promovido em torno das UCs brasileiras é desenvolvido também em outras regiões tropicais do mundo, caracterizando-se como uma atividade voltada para um público essencialmente urbano, de alto poder aquisitivo e grau de instrução, que apresentam exigências acerca dos serviços prestados, num nível de qualidade adequado ao padrão de vida que levam na cidade (via de regra, muito consumistas).

Com efeito, há negligência na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de iniciativas de turismo de base comunitária, que busca envolver de maneira efetiva os moradores locais nos processos de gestão das atividades turísticas. Atualmente, é possível, de todo modo, encontrar em muitas UCs a atuação de associações formada por moradores locais, a fim de suprir a demanda de guias de turismo e monitores ambientais. Essas associações atuam na recepção e acompanhamento de grupos de turistas em áreas naturais, recebendo pagamentos em forma de “diárias”. Entretanto, essas associações possuem reduzida capacidade de intervenção e participação nos processo da gestão da unidade em que atuam.

Nota-se que a proposta de parcerias público-privadas no contexto da gestão de UCs não evidencia a possibilidade de associações de moradores locais (sendo eles do interior ou do entorno da unidade) participarem desse modelo de parceria. Assim, essas associações comunitárias podem continuar no plano secundário em relação ao desenvolvimento do turismo, oferecendo serviços, mas sem a capacidade de se apropriarem do processo gestor.

3.2.2 Estação Ecológica

Segundo o Art. 9º do SNUC, a Estação Ecológica (EE) tem como objetivo a “preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas”, sendo proibida a presença humana, até mesmo a visitação pública no âmbito turístico, como ocorrem em parques. As visitas devem ter caráter voltado à educação ambiental ou à pesquisa científica, de acordo com autorização prévia do órgão gestor. São permitidas iniciativas que promovam a restauração dos ecossistemas degradados e a preservação da biodiversidade, de acordo com o zoneamento estabelecido no plano de manejo da unidade. A EE deve ser gerida por um Conselho Consultivo, formado pelos atores sociais envolvidos em seu território.

No que se refere ao zoneamento da estação ecológica, 90% da área total devem ser destinados à proteção integral e os 10% restantes são destinados às experiências e pesquisas científicas que possam acarretar em alguma modificação do meio. Cabe ressaltar que depois de instituída, a área de uma Estação Ecológica poderá sofrer alterações somente em situações em que haja uma compensação da área desafetada em outro território ou fragmento vizinho.

Diante dessas características, pode-se considerar que a Estação Ecológica é a categoria de unidade de conservação do SNUC mais restritiva, representando o modelo mais preservacionista de área protegida, contando apenas com o uso indireto de seus atributos naturais. É geralmente indicada para áreas bem representativas de ecossistemas brasileiros. Para garantir a autonomia e os objetivos da gestão, essa categoria exige que sua área seja formada por terras de posse e domínio público. Entretanto, muitas dessas áreas foram criadas sobrepondo territórios já ocupados, provocando conflitos fundiários que perduram ao longo dos anos.

Assim, não é raro encontrar facilidade de acessos e até mesmo atividades turísticas e de exploração de recursos não autorizadas em Estações Ecológicas, visto que a efetividade da gestão é um passo, além de criação burocrática da área, muitas vezes não realizada. Entretanto, a necessidade da regularização fundiária e de maior infraestrutura, principalmente no que se refere à segurança e fiscalização do território, não nos parecem ser os únicos fatores-chave para o sucesso da gestão. De nosso ponto de vista, para atingir os objetivos de conservação da biodiversidade no âmbito da gestão de uma Estação Ecológica também são necessárias ações integradas entre comunidades locais, municípios e instituições de

pesquisa envolvidos, notadamente aqueles localizados na zona de amortecimento da unidade.

3.2.3 Área de Proteção Ambiental

A Área de Proteção Ambiental é uma unidade de uso sustentável que está voltadas para a conservação de ecossistemas regionais e de fragmentos de vegetação no contexto de ocupações humanas, em áreas que contam com algum nível de urbanização.

De acordo com o Art. 15 do SNUC:

[...] são áreas dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (SNUC, 2000).

Cabe destacar que o SNUC estabelece que as APAs devem possuir um conselho gestor presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente. Entretanto, não estabelece se seu caráter é consultivo ou deliberativo, restando a cargo do órgão executor estabelecer o tipo de conselho mais adequado para determinado território.

De acordo com a Lei 6.902 que dispõe sobre a criação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o órgão gestor da APA poderá estabelecer normas, limitando ou proibindo determinadas atividades, tais como: a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras; a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais; o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas; o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional.

As APAs apresentam inúmeros potenciais que estão presentes na concepção de gestão do território e na possibilidade de compatibilizar a conservação dos recursos naturais ao desenvolvimento sustentável, fazendo com que se diferenciem

em comparação às outras categorias de unidades de conservação. Entretanto, é considerada, por boa parte do movimento ambientalista, como a categoria mais permissiva do SNUC e, talvez por isso, é a que menos recebe incentivos em sua efetivação. Um exemplo é a falta de recursos destinados à gestão das APAs, principalmente no que se refere aos estudos, elaboração e implementação de planos de manejo. A diversidade de interesses e a complexa trama de atividades produtivas, atreladas à questão da propriedade privada, fazem com que o órgão gestor encontre dificuldades em relação ao envolvimento dos diferentes atores sociais e à participação social, bem como no que se refere a efetivação de medidas de gestão que conciliam desenvolvimento e conservação ambiental.

3.2.4 Reservas Extrativistas

Pode-se considerar que o conceito de unidade de uso sustentável tem suas primeiras raízes na criação das Reservas Extrativistas na região Amazônica, resultante da luta dos seringueiros, liderados por Chico Mendes, que buscavam a manutenção de seu modo de vida e de seu território, contando com o manejo das seringueiras nativas (*Hevea brasiliensis*) e a castanha do Brasil (*Bertholetia excelsa*). A ocupação deste território e a prática do manejo dos recursos florestais foram ameaçadas pelo projeto de colonização implantado na região, voltado para a agricultura e a pecuária extensivas.

O fortalecimento da organização dos seringueiros a partir da criação de um sindicato e do apoio promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) permitiu a realização de ações de resistência por meio dos “empates” que chamaram a atenção das entidades ambientalistas nacionais e internacionais. Os primeiros resultados concretos destes movimentos de resistência surgiram com a consolidação da proposta de criação de Reservas Extrativistas no ano de 1985.

Para o SNUC, no Art. 18., a “Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”. São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional, sendo a exploração comercial de recursos madeireiros admitida

somente em bases sustentáveis, conforme as indicações do Plano de Manejo da unidade.

A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações, sendo necessária a desapropriação de áreas particulares. Assim como no caso das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, as Reservas Extrativistas servem de ferramenta de defesa das populações tradicionais que buscam defender seus territórios de manejo. Ambas categorias são geridas por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área. O Conselho Deliberativo permite a participação das populações locais nas tomadas de decisão, na aprovação dos planos de manejo, entre outras atividades no âmbito da gestão, potencializando a capacidade de governança destas populações.

3.2.5 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

Categoria que vem ganhando notoriedade no que se refere aos incentivos e às iniciativas de gestão, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural são estabelecidas no Art. 21 do SNUC como sendo “uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica”. A criação da unidade consta de um “termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis”. São permitidas as atividades de pesquisa científica e a visita com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. O SNUC estabelece que os órgãos gestores responsáveis podem prestar orientação técnica e científica ao proprietário da Reserva para a elaboração de um Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade.

Partindo de uma iniciativa privada, a criação de RPPNs representa uma inovação no campo da gestão de unidades de conservação. São consideradas inovadoras do ponto de vista em que não há problemas fundiários pendentes no escopo de sua gestão e nota-se significativa autonomia dos proprietários em abarcar financiamentos para a elaboração dos Planos de Manejo e demais iniciativas planejadas. Além disso, as RPPNs são também instrumentos de medidas de compensação ambiental de grandes empreendimentos que destinam orçamentos adequados para a manutenção das áreas. Cabe destacar que as APAs e as RPPNs

são as únicas unidades de conservação que não preveem em seu zoneamento a zona de amortecimento.

Recentemente, foram aprovados pelo ICMBio os primeiros planos de manejo de duas RPPNs federais. No Estado de São Paulo, a Fundação Florestal promoveu uma oficina sobre plano de manejo para RPPNs, buscando orientar os proprietários acerca dos procedimentos a cerca dos estudos e dos processos de elaboração do plano. Nota-se que já ocorrem algumas iniciativas das RPPNs paulistas que buscam parcerias junto a pesquisadores na elaboração dos planos, notadamente de universidades e instituições de pesquisa que se encontram próximas da localização da unidade. Além disso, a FF passou a divulgar em seu endereço eletrônico as notícias, atividades e eventos promovidos pelas RPPNs do estado, visando apoiar as iniciativas ligadas à educação ambiental, ecoturismo, cursos de formação, entre outros

3.2.6 Reservas de Desenvolvimento Sustentável

O cenário atual da gestão de unidades de conservação no Brasil apresenta demandas relacionadas ao desenvolvimento de alternativas de garantia de conservação da biodiversidade sob a ótica de um novo paradigma. No caso da presença de populações tradicionais nessas áreas, é evidente a necessidade de promoção de benefícios sócio-econômicos a partir de estratégias que promovam a recuperação de áreas degradadas e da manutenção de ecossistemas preservados. Assim, o aspecto econômico se apresenta como variável de extrema importância para esta solução (MOREIRA, 2000), visto que essas populações passam a desenvolver uma função diferenciada na manutenção da paisagem, que vai além das práticas em relação à agricultura, envolvendo processos de aprendizados de grande importância para o sucesso da gestão e do manejo.

A regulamentação do comportamento humano frente ao uso dos recursos naturais pode ocorrer de diferentes formas. A divergência de forças que restringem, de certa forma, o acesso e uso dos recursos são fundamentais para entender o processo de decisão dos sujeitos envolvidos (BEGOSI et.al., 2004).

Cristina Adams (2000b) considera que a questão básica para a solução dos problemas relacionados à permanência das populações tradicionais no interior de unidades de conservação refere-se ao acúmulo de conhecimento que permita uma conclusão científica. O autor André C. Moreira (2000) debate com esta questão,

apontando que a criação de unidades de conservação de uso sustentável não deve ser vista como uma solução definitiva para o caso da presença humana, mas sim como uma estratégia de experimentação de um modelo que pode vir a ser mais adequado do que o vigente.

Ainda para André C. Moreira (2000), uma das estratégias identificadas como prioritárias em termos de pesquisas relacionadas ao desenvolvimento sustentável nos trópicos úmidos é o manejo sustentável de recursos naturais renováveis. Nesta perspectiva, devem ser priorizadas ações de desenvolvimento que tenham como prioridade a recuperação de áreas degradadas, a dinamização das atividades agroflorestais, o manejo dos recursos florestais, estudos de demografia, entre outros.

Pode-se considerar que as Reservas de Desenvolvimento Sustentável foram há pouco tempo, concebidas no âmbito conceitual e político-científico, justificando em parte o número reduzido em relação ao número de parques nacionais e demais unidades de proteção integral. Segundo Kitamura (2001), as unidades de conservação, especialmente aquelas de uso sustentável, têm assumido um papel fundamental na conservação da biodiversidade na Amazônia. O modelo proposto na criação da RDS Mamirauá, em 1996, foi um marco para a história da conservação no Brasil que inspirou a criação desta categoria posteriormente pelo SNUC.

A propósito, o art. 20 do SNUC conceitua as RDSs como áreas protegidas que buscam a manutenção das populações tradicionais em áreas de rica biodiversidade cuja utilização sustentável não comprometa a perenidade dos recursos naturais. A lei coloca como objetivo básico a preservação da natureza assegurando condições e meios necessários para a reprodução e melhoria dos modos e qualidade de vida das populações (SNUC, 2000).

§ 1o A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações (SNUC, 2000).

Dessa forma, considera-se que, a criação e implementação de uma RDS seja uma alternativa para viabilizar a conservação do meio ambiente aliada à manutenção da cultura das populações tradicionais detentoras de um saber acumulado sobre o ambiente (HONORA, 2008). A população tradicional deve estar de acordo com a criação da reserva o que se verifica mediante a realização de consultas públicas, sendo desejável que haja, por parte da mesma, uma solicitação formal para sua criação.

A lei prevê ainda a obrigatoriedade de se elaborar o Plano de Manejo para a reserva o qual deverá seguir os roteiros metodológicos que facilitam sua execução e implementação de seus programas: “a garantia de permanência das populações tradicionais na área da reserva dar-se-á mediante um contrato de concessão de direito real de uso a ser firmado entre o órgão público criador e as populações tradicionais” (IBAMA, 2008). Além disso, o Conselho da RDS deve ser de caráter deliberativo, o que possibilita a real participação social na construção de estratégias de gestão da unidade. O Conselho Deliberativo é presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Conforme já apresentado no item 3.2.1, no caso dos limites da RDS serem contíguos, próximos ou sobrepostos a outras Unidades de Conservação, é propícia a formação de um mosaico de UCs e que deve ser reconhecido oficialmente. Para o caso das RDSs o Conselho é deliberativo e deve ser composto por representantes da sociedade civil, dos órgãos públicos gestores e, sobretudo, pelos moradores da área.

De acordo com o SNUC:

Art. 20: As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável devem seguir às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área” (SNUC, 2000).

O Plano de Manejo das RDSs deve definir as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, que deve ser acordados de maneira participativa e aprovados pelo conselho deliberativo da RDS e Conselho Estadual de Meio Ambiente de São Paulo – CONSEMA. É neste contexto que a prática do planejamento do uso e ocupação de uma UC deve ir além das ações de conservação da biodiversidade, configurando-se fundamentalmente como medidas de ação coletiva, de entendimento e responsabilidade pelos benefícios gerados e pelos ganhos comuns dos agentes que ocupam e exploram determinado território. A pesquisa de tecnologias e alternativas mais sustentáveis, que busquem gerar desenvolvimento econômico e social são objetivos que devem estar associados a processos produtivos tanto na agricultura como nas atividades de conservação dos recursos naturais no interior de uma RDS.

O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC é um sistema integrado de banco de dados sobre informações das UCs geridas pelos três níveis de governo e por particulares. Na tabela apresentada no Anexo I estão os dados das RDSs que estão cadastradas nesse sistema, com suas respectivas informações a respeito da área, gestão, localização e se há ou não plano de manejo.

Os dados mostram que das 29 RDSs cadastradas, apenas uma é de gestão federal, 2 de gestão municipal e as 26 restantes são de gestão estadual. Destas 29 unidades, criadas entre 1996 e 2009, apenas 5 apresentam o plano de manejo aprovados. A localização das RDSs nos biomas brasileiros está basicamente dividida entre 20 unidades no bioma Amazônico, 8 unidades no bioma Mata Atlântica e apenas uma unidade no bioma Cerrado, formando um total de aproximadamente 109.842,32km².

A partir dos dados apresentados pelo CNUC, é possível considerar que as áreas de RDSs no Brasil são recentes, ainda caminham para a instituição de seus conselhos deliberativos e para a elaboração do plano de manejo. Cabe ressaltar que os dados referentes aos custos de gestão dessas áreas não estão disponibilizados

de forma sistematizada, não sendo possível ainda contabilizar os investimentos e custos de gestão das RDSs para os cofres públicos, com exceção da RDS Mamirauá que disponibiliza relatórios de gestão contendo os financiamentos anuais recebidos, conforme será apresentado a seguir. Acredita-se que o número reduzido de RDSs no Brasil não está relacionado ao número de populações tradicionais ou ao número de conflitos em UCs, visto que os mesmos estão presentes em quase todo território brasileiro. Esse dado denota o perfil de conservação adotado pelas políticas públicas, voltado para a criação de unidades de proteção integral e, além disso, o desafio que as RDSs demonstram em sua gestão.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Cabe aqui a apresentação de um breve histórico acerca do processo de criação e de gestão da RDS Mamirauá, pela sua notável estrutura e desempenho. Tratou-se de uma iniciativa pioneira em recategorização da Estação Ecológica Mamirauá, criada em 1986 com o objetivo maior de proteger o primata Uacari-branco (*Cacajao calvus calvus*) e constituída de uma área de reconhecido valor e singularidade ecossistêmica habitada por populações ribeirinhas e caboclas, abrangendo a várzea do Rio Solimões. O processo de recategorização se deu em função da inviabilidade de atingir os objetivos de uma Estação Ecológica com a ocupação humana no território.

A gestão da unidade de conservação em Mamirauá foi transferida à Sociedade Civil Mamirauá por meio de um convênio celebrado entre esta organização e o governo do estado do Amazonas, logo após a criação da Estação Ecológica, em 1991. A Sociedade Civil Mamirauá considerou que no caso da realocação das populações tradicionais para outra área, se tornaria inviável garantir a conservação da biodiversidade (QUEIROZ, 2005).

As populações tradicionais não eram só dependentes do extrativismo, elas também produziam artesanatos, praticavam a agricultura, já desenvolviam as primeiras iniciativas em relação ao turismo. Assim, fazia-se necessário a criação de uma unidade que seria mais flexível, mas que tivessem ainda as características de uma unidade de conservação.

De acordo com Antônio Carlos Diegues (depoimento coletado em novembro de 2011) os primeiros debates de criação de uma nova categoria apresentavam um modelo que era denominado de Reserva Ecológica Cultural, que previa abarcar os interesses de conservação do patrimônio natural e cultural. Entretanto, essa

denominação não foi aceita, sendo feita a opção pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Acredita-se que, naquele momento, a escolha da nomenclatura da categoria enquanto Reservas de Desenvolvimento Sustentável foi ressaltado, muito em consequência das efervescentes pautas políticas promovidas pela Eco 92 no Rio de Janeiro.

Assim, no âmbito da recategorização da EEM, a proposta abarcava a mudança para uma nova categoria e tal fato foi motivo de discussões entre os anos de 1994 e 1995 até a sua aprovação em 1996. Assim, a primeira RDS foi concebida a partir da proposta criada pelo grupo de pesquisadores da Sociedade Civil Mimirauá e constituída no âmbito da gestão do Estado do Amazonas, tendo continuidade a estratégia de co-gestão.

A necessidade de perpetuação da conservação da área levou a Sociedade Civil Mimirauá (SCM) a tentar estabelecer estruturas institucionais de longo prazo, com o objetivo de incrementar suas capacidades institucional e administrativa, buscando maior segurança para gerenciar as áreas protegidas com sucesso, o que contribuiu para a criação do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mimirauá (IDSM) em 1999. Além disso, a necessidade de ampliação de trabalhos similares em outras áreas, o interesse do governo em transformar as reservas em um laboratório nacional de pesquisa aplicada, e a necessidade de apresentar contrapartida do governo aos apoiadores privados foram outros fatores que conduziram à formação do IDSM, uma das unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia desde 2001 (QUEIROZ, 2005).

Queiroz (2005) apresenta o percurso do IDSM em aprimorar a gestão do território e a atuação no campo da pesquisa científica. Desde a sua criação, o IDSM conta com inúmeras fontes de financiamentos, considerado por muitos como o fator principal da garantia do sucesso das ações promovidas pelo mesmo. A seguir estão os dados referentes ao orçamento da instituição em 2011:

Fontes	2011
Contrato de Gestão / MCTI	15.440.000,00
1º Subtotal - Recebido do Contrato de Gestão (VTCG)	15.440.000,00
Petrobras	956.129,79
WCS/MOORE/IUCN	161.360,00
Ecoturismo	697.298,89
Maxplanck	10.939,40
Lojas do Mamirauá	113.545,98
ExxonMobil / USAID	274.662,34
USAID / IDER	145.176,50
SCM / Doação	65.032,11
2º Subtotal – Alavancagem de Outras Fontes (AMRFCG)	2.424.145,01
Total Alavancado no Semestre	17.864.145,01

Quadro 1 – Fontes de financiamento do IDSM no ano de 2011

Fonte: IDSM, 2012.

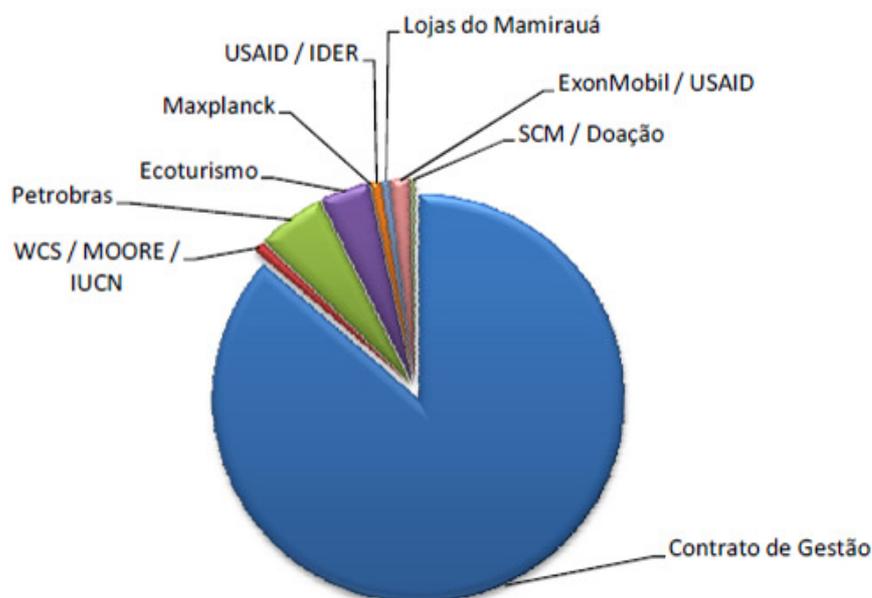


Gráfico 1 – Distribuição das fontes de financiamento do Instituto Mamirauá em 2011

Fonte: IDSM, 2012.

Para Queiroz (2005), a infraestrutura adequada para a gestão e pesquisa científica permitiu o aprimoramento do manejo participativo ao longo dos anos. Ainda para o autor, a participação comunitária na gestão da RDS ocorreu, notadamente a partir da determinação de que a população tradicional local teria prioridade na apropriação e acesso aos recursos naturais e na partição dos benefícios gerados

pela biodiversidade. Entretanto, segundo depoimentos de algumas das lideranças locais (manifestados no Seminário sobre Gestão Participativa em Reservas de Desenvolvimento Sustentável: Integração dos Povos da Amazônia e Mata Atlântica, em 2009), ainda são grandes os desafios em relação à participação da comunidade local na apropriação e no desenvolvimento de pesquisas científicas.

O investimento na formação das lideranças locais para a qualificação da participação social e o estabelecimento de normas para o manejo de acordo com o zoneamento da unidade também se tornam essenciais no âmbito da gestão da UC. Nesse sentido, o plano de manejo da unidade buscou prever alternativas econômicas para o caso de restrição de algumas atividades produtivas que apresentaram a necessidade de adequação. Além disso, investimentos na qualidade de vida e a promoção de acesso à saúde, educação e segurança alimentar possibilitaram alcançar resultados significativos, como é o caso da redução do índice de mortalidade infantil da região.

Destaca-se o modelo de manejo adotado para espécies ameaçadas de extinção, que de um lado são protegidas por lei e, de outro, compõem os modos de vida das populações locais. Assim, manejo sustentável de espécies ameaçadas de extinção também pode ser considerado uma inovação da gestão do IDSM. Os estudos científicos a cerca das características biológicas das espécies, suas dinâmicas populacionais, capacidades de regeneração e resiliência, possibilitaram o desenvolvimento de um programa de Manejo de Pesca do Instituto Mamirauá. Este programa foi premiado, no dia 2 de fevereiro de 2011, pela Secretaria da Convenção de Ramsar¹⁵ das Nações Unidas, pelo trabalho de manejo sustentável de pirarucu, e que hoje já é replicado em um grande número de localidades amazônicas (IDSM, 2012).

O desempenho das ações do IDSM são avaliadas e monitoradas anualmente por meio de 14 indicadores, envolvendo a produção científica, a disseminação tecnológica, o manejo sustentável, a qualidade de vida, as tecnologias de gestão e o desenvolvimento institucional. Esta iniciativa busca atender às demandas de aprimoramento da gestão, bem como auxilia na avaliação e na apresentação de resultados às instituições financiadoras e à sociedade civil.

¹⁵ Convenção destinada a proteger áreas alagáveis de importância mundial.

Diversos projetos e iniciativas em desenvolvimento sustentável têm buscado consolidar bons sistemas de monitoramento e avaliação capazes de identificar, sistematizar e disseminar conhecimentos e práticas inovadoras, no contexto amazônico e da Mata Atlântica. Entretanto, a gestão participativa de uma unidade de uso sustentável demanda o engajamento e a apropriação da comunidade local a cerca das ferramentas de monitoramento e avaliação, buscando abarcar os diferentes olhares e interpretações sobre a mesma realidade. Nesse processo, há uma mudança de foco onde a avaliação e o monitoramento não estão voltados para o controle externo e somente para a prestação de contas aos financiadores, mas estão voltados, principalmente, para um processo interno de aprendizagem (BRASIL 2004).

As mudanças nos usos e na gestão dos recursos e nas ocupações do território no contexto de uma unidade de desenvolvimento sustentável geram impactos nas trajetórias de vida dessas famílias. A compreensão desses impactos, assim como das especificidades dos sistemas de produção já existentes e de seu papel na reprodução social das famílias é essencial para o estabelecimento de políticas de manejo participativo.

3.3 O Plano de Manejo Participativo como ferramenta de gestão.

3.3.1 Concepção do plano de manejo participativo para RDS.

Plano de manejo é definido pelo SNUC como sendo “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000).

A Instrução Normativa nº 1 de 18 de setembro de 2007 do ICMBio disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo participativo das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Neste documento o plano de manejo participativo é entendido como um documento que representa o principal instrumento de gestão da unidade de conservação, definindo sua estrutura física, de administração, o zoneamento, as normas de uso da área e de manejo dos recursos naturais e os programas de sustentabilidade ambiental e sócio-econômica, construído junto com a população tradicional da unidade.

O documento também apresenta em seu Art. 3º as diretrizes de um plano de manejo participativo, nas quais destacam-se:

- I – a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental da Unidade;
- II – a transparência dos processos de gestão das Unidades e a adequação a cada realidade local;
- III – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social;
- IV - o reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais;
- V – a promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão da Unidade;
- VI - a valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais;
- VII - a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características sócio-culturais (SNUC, 2000).

O início de um processo de elaboração do plano de manejo participativo ocorre a partir da criação de um Grupo de Trabalho (GT) composto pelos membros do conselho deliberativo da unidade. Será esse grupo que irá elaborar um plano de trabalho, contendo informações sobre: os recursos financeiros disponíveis; as equipes de pesquisa e recursos humanos necessários na realização dos diagnósticos e na elaboração dos estudos; estratégias para envolvimento e mobilização da comunidade local; potenciais parceiros e o cronograma previsto.

Pode-se considerar que a participação social é um elemento desafiador no processo de elaboração de um plano de manejo e também essencial para garantir a efetividade das ações previstas. De acordo com a Instrução Normativa 01/2007 do IBAMA, são considerados espaços e instâncias de participação da população tradicional da Unidade para a construção do Plano de Manejo Participativo:

- “I - Seus sistemas de organização e de representação social e espaços de decisão coletiva, formais ou informais;
- II - reuniões públicas;
- III - o Conselho Deliberativo da Unidade;

IV - Grupos de trabalho com maioria de representantes da população tradicional” (IBAMA, 2007).

Os conselhos deliberativos das Unidades de Conservação de uso sustentável têm como função adicional aprovar o Plano de Manejo, promover a contratação de organizações para a gestão compartilhada da unidade e gerir o orçamento destinado à gestão desta. Além disso, o desenvolvimento efetivo das potencialidades do conselho gestor pode favorecer as relações dialógicas entre população local, órgão gestor e demais atores sociais envolvidos. A ideia é promover espaços locais de governança e empoderamento social.

Para Sueli Ângelo Furlan (2009) algumas iniciativas já representam mudanças no que se refere à busca pela participação social na concepção e elaboração de planos de manejo de unidades de conservação e à formação de conselhos consultivos e deliberativos. Entretanto, tais práticas ainda são recentes no que se refere às metodologias e ações práticas e muitas vezes deixam a desejar no que se refere a aspectos básicos de cidadania, de acesso ao conhecimento e de inclusão social.

3.3.2 O diagnóstico do meio físico, biótico e antrópico

A elaboração de um plano de manejo requer uma avaliação socioeconômica e ambiental do atual uso da área, identificando os bens e serviços ambientais disponíveis no território. Assim, é realizado pelo órgão gestor responsável um diagnóstico, buscando compreender as formas de utilização dos recursos naturais e atividades econômicas existentes. Nesse sentido, o diagnóstico deve ser norteado pela classificação e ordenação dos recursos naturais de interesse ao manejo (madeira, pescado, fauna, flora, etc.), dos usuários diretos e indiretos, sua mensuração e estimativas (kg/ano, kg/há, dias, etc.), e pelo mapeamento os recursos no território. Diante desta demanda, na maioria das vezes ocorre a contratação de consultores (empresas de consultoria ou pesquisadores), sendo criado um Termo de Referência (TR) apresentando as especificações para a realização dos estudos e levantamentos necessários.

A realização do diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico, antrópico e sócio-econômico, juntamente com os serviços ecossistêmicos, representa exercício trabalhoso que requer diversos elementos para o seu sucesso. A metodologia adequada, tempo, recursos financeiros e uma ação conjunta entre técnicos, comunidade local, pesquisadores, consultores, organizações não-governamentais e demais atores sociais envolvidos são apenas alguns destes elementos.

Um bom diagnóstico procura garantir uma integração das informações que irão embasar a projeção de cenários para o manejo adequado. Esta integração não só se refere aos diversos âmbitos do conhecimento científico, como também se refere à integração dos saberes tradicionais ao diagnóstico. A não participação das comunidades locais, assim como o uso de levantamentos rápidos e pouco rigorosos, não possibilitam o desenvolvimento de estratégias capazes de oferecer resultados significativos para a conservação da biodiversidade de modo amplo e duradouro (QUEIROZ, 2005). A seguir são apresentados os itens que devem estar inclusos num escopo mínimo dos diagnósticos temáticos.

DIAGNÓSTICO DO MEIO FÍSICO	
Geologia	Identificação e descrição da evolução geológica regional, as litologias, a tectônica e a distribuição estratigráfica regional. Relevo e geomorfologia: descrição das unidades geomorfológicas existentes na área terrestre, o tipo de relevo predominante na Unidade, as faixas de altitudes mais frequentes e a gênese e evolução de seu relevo. Indicação das condições de suscetibilidade à erosão, com enfoque nas áreas que sofrem pressão antrópica.
Pedologia	Descrição dos solos predominantes, destacando suas principais características físicas e químicas (textura, estrutura, densidade, permeabilidade, profundidade, capacidade de saturação), e a fragilidade natural (potencial natural à erosão), sobretudo nas áreas sob pressão antrópica. Unidades Fisiográficas Terrestres: identificação e descrição das principais unidades fisiográficas (unidades de paisagem), em âmbito regional e local.
Hidrografia e Hidrologia	Caracterização da rede de drenagem quanto à: hierarquização; sistemas de bacias e padrões de drenagem; épocas de cheias e vazantes; dinâmica das lagunas e contatos sazonais com o ambiente marinho (vazão média, mínima específica e vazão mínima, entre outros). Identificação e localização dos lagos naturais e artificiais, as lagunas, e/ou os banhados, relacionando sua importância e conexão com outros ambientes.
Clima	Caracterização do regime de precipitação, as temperaturas, a velocidade e direção de ventos, a umidade relativa, a evapotranspiração, a radiação solar e a pressão atmosférica.
Oceanografia Física	Identificação e caracterização dos aspectos da hidrodinâmica marinha e estuarina; caracterização física e química da água marinha e sedimentos; relacionar a qualidade de água existente no ambiente marinho e terrestre (rios e lagos) às fontes principais de poluição industrial, agrícola ou doméstica.

Quadro 2 – Caracterização do diagnóstico do meio físico

DIAGNÓSTICO DO MEIO BIÓTICO	
Vegetação	Caracterização das principais formações vegetais quanto: i) à distribuição, ao estágio sucessional e grau de conservação; ii) às espécies de interesse especial para a conservação (raras, endêmicas, bioindicadoras, invasoras, exóticas, espécies-chave, de importância econômica e/ou cultural, em perigo ou ameaçadas de extinção), indicando sua distribuição e analisando seu estado de conservação. Identificação e mapeamento das espécies da flora nativa de importância para o uso extrativista sustentável. Avaliar o impacto das espécies exóticas da flora sobre as espécies nativas. Identificação e mapeamento da ocorrência de Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e remanescentes florestais que possam funcionar como corredores ecológicos e elementos de conectividade. Identificação e mapeamento das áreas degradadas e descrição de seus estágios de regeneração. Identificação de áreas prioritárias para a proteção de espécies vegetais.
Fauna	Relação de espécies de interesse especial para a conservação na Unidade (raras, endêmicas, bioindicadoras, migratórias, invasoras, exóticas, espécies-chave, de importância econômica e/ou cultural, em perigo ou ameaçadas de extinção), indicando sua localização e relação com as diferentes comunidades vegetais identificadas, descrevendo as características ecológicas e comportamentais das diferentes espécies e/ou grupos registrados, com ênfase nos aspectos importantes para as ações de manejo. Identificar espécies que sofrem pressões decorrentes de alterações ambientais, a exemplo da pesca, da caça, do extrativismo, da coleta e de outras ações, avaliando as possíveis consequências no médio e longo prazo. Identificação de áreas prioritárias e estratégias para a proteção de espécies animais, e, quando possível avaliar o impacto ecológico sobre a fauna causado pela presença de espécies exóticas (fauna e flora).
Bens e serviços ecossistêmicos	Identificação e análise de bens e serviços ambientais ou ecossistêmicos oferecidos a partir dos atributos da Unidade; identificar a escala e o contexto dos bens e serviços; identificação dos beneficiários diretos e indiretos; identificação de desafios e potencialidades da gestão e manutenção desses.

Quadro 3 – Caracterização do diagnóstico do meio biótico

DIAGNÓSTICO DO MEIO ANTRÓPICO	
Histórico-cultural	Caracterização histórica da ocupação humana na região identificando as dinâmicas sociais e possíveis tendências futuras; caracterização da formação histórica e cultural das populações e os patrimônios cultural, material e imaterial identificando os efeitos de seus usos na Unidade; apresentação de dados georreferenciados dos sítios histórico-culturais, paleontológicos e arqueológicos encontrados na região, avaliação do estado atual de proteção e conservação destes sítios, os tipos de pressão a que estão submetidos e apresentação de recomendações para seu manejo (proteção, controle e outras formas de uso).
Sócio-econômico	Caracterização da estrutura fundiária da Unidade e sua área de abrangência; ii) o tipo de uso da terra, identificando as principais atividades econômicas e as tecnologias empregadas nos processos produtivos; iii) caracterização geral das ocupações consolidadas, especificação quanto aos sistemas de infraestruturas urbanas existentes; identificação de planos, programas e projetos governamentais (federais, estaduais e municipais) existentes; identificação e caracterização da população tradicional beneficiária da Unidade e outros usuários, suas formas de organização e de representações social.

Político-social	Identificação e caracterização das instituições governamentais e não governamentais, das principais associações, sindicatos, organizações civis e movimentos sociais; composição da estrutura de funcionamento do conselho deliberativo.
-----------------	--

Quadro 4 – Caracterização do diagnóstico do meio antrópico

As informações diagnosticadas e sistematizadas nas etapas anteriores deverão ser analisadas e debatidas com a população tradicional da Unidade e suas representações para construção do Plano de Manejo Participativo, podendo ser convidadas instituições parceiras para apoiar este processo. No processo de construção do Plano de Manejo Participativo envolve a definição da estrutura de gestão da Unidade; a infra-estrutura necessária; o plano de uso das áreas de manejo; o zoneamento da área; a definição da zona de amortecimento; análise de cenários; proposição de programas de sustentabilidade ambiental e sócio-econômica da Unidade (BRASIL, 2007).

3.3.3 O zoneamento e os programas de gestão de uma RDS.

Pode-se considerar que o zoneamento de uma unidade de uso sustentável é a materialização de uma série de informações integradas e também caracteriza os conflitos em torno do uso histórico e atual do território, juntamente com as informações coletadas no diagnóstico. Além disso, o zoneamento estabelece no território as delimitações e regras de uso e ocupação futuros.

O zoneamento é a ação de definir diferentes tipos de zonas para determinado território com a finalidade de viabilizar propostas, normas e recomendações de manejo adequadas às características bio-geo-físicas e antrópicas da Unidade: “O zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo da unidade de conservação, pois estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos” (IBAMA, 2002).

O desafio está, muitas vezes, na compatibilização dos objetivos da conservação da biodiversidade com o atendimento das demandas de uso e ocupação das populações tradicionais, além de contextualizar o zoneamento da Unidade de acordo com o território circundante. No caso de um Mosaico de UCs, o zoneamento de uma unidade deve ser planejado de acordo com o zoneamento do Mosaico, possibilitando a formação de corredores ecológicos, assim como a definição de zonas de amortecimento, notadamente para as unidades de proteção integral. São muitas as etapas de elaboração e definição do zoneamento de uma RDS, visto que é necessária a integração das diferentes propostas e de negociação daquelas que são conflitantes.

No caso das reservas extrativistas e das reservas de desenvolvimento sustentável, o zoneamento deve ser definido, procurando integrar os instrumentos técnico-científicos disponíveis e o etnoconhecimento, de maneira a identificar a diversidade dos ecossistemas, de espécies de flora e fauna presentes e as modificações existentes nas paisagens naturais da área, descrevendo os possíveis usos e restrições para cada zona a ser criada. O estabelecimento de zonas com normas e regras específicas de uso deve se dar de acordo com o manejo e ocupação da Unidade, com base na diversidade de paisagens e ecossistemas, na situação fundiária, na tradição e na forma como a população local divide, categoriza e utiliza seu espaço (ICMBio, 2007)

Nota-se que o desafio está em compreender o zoneamento como uma ferramenta de manejo que é dinâmica. O plano de manejo participativo pode ser alterado, de acordo com o estabelecimento de demandas da comunidade e de justificativas técnicas em um processo em transformação contínua, refletindo na medida do possível, a dinâmica da própria natureza na área da reserva. O plano de manejo deve apresentar a definição dos prazos de sua revisão, não devendo exceder 5 anos (ICMBIO, 2007).

O Roteiro metodológico para elaboração do Plano de Manejo das RESEXs e RDSs (IBAMA, 2006) estabelece que a definição do zoneamento da Unidade deve ser feito de forma participativa junto às comunidades, procurando integrar os instrumentos técnicos-científicos disponíveis e o etnoconhecimento, de maneira a identificar a diversidade de paisagens, ecossistemas, da vegetação, da fauna e o nível de intervenção humana existente na área, descrevendo os possíveis usos e restrições para cada zona criada. Contudo, este documento não apresenta uma definição específica para cada zona como ocorre em Roteiros metodológicos para elaboração do Plano de Manejo de Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas (IBAMA, 2002).

Assim, pode-se considerar que as zonas adotadas em uma RDS podem ser norteadas pelas zonas estabelecidas nas Unidades de Proteção Integral, como também podem ser definidas de acordo com o uso dos recursos naturais, ocupação do território e níveis de conservação do ecossistema local.

No caso das RESEXs e RDSs de gestão estadual o próprio órgão gestor pode estabelecer diretrizes específicas, como é o caso do Roteiro Metodológico de Elaboração de Planos de Gestão do Governo do Amazonas. A título de exemplo, são apresentadas a seguir as características de cada zona indicadas para algumas unidades de proteção integral.

<i>Zona Intangível (ZI)</i>	Área preservada na qual não é tolerada alterações humanas. Representa o mais alto grau de preservação da Unidade e deve ser dedicada à proteção integral, à pesquisa científica e às atividades de monitoramento. O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural.
<i>Zona Primitiva (ZP)</i>	Área preservada, com mínima intervenção humana, contendo elementos ou atributos significativos do ecossistema local. O objetivo de manejo nesta zona é facilitar a pesquisa científica e o uso público em escala restrita para determinados tipos de roteiros.
<i>Zona Histórico-Cultural (ZHC):</i>	Áreas onde são encontrados elementos materiais e imateriais do patrimônio histórico-cultural, arqueológico, paleontológico, devendo ser preservadas, analisadas, restauradas e interpretadas para o público. A área deve ser destinada à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos, culturais, paleontológicos ou arqueológicos.
<i>Zona de Recuperação (ZR)</i>	Áreas consideravelmente danificadas pelo uso humano e passíveis de recuperação, tanto por processos naturais quanto por processos induzidos. Zona de caráter provisório, visto que ao ser recuperada ou restaurada deverá ser reclassificada. O objetivo geral do manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área. Esta zona permite o uso público em escala restrita, para fins de pesquisa técnico-científica ou estudo do meio.
<i>Zona de Uso Extensivo (ZUE)</i>	Áreas de usos dispersos de forma controlada onde o ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, contendo algumas facilidades de acesso e de estruturas que garantam a segurança do ambiente e dos usuários. O objetivo geral de manejo é facilitar o desenvolvimento de atividades de baixo impacto.
<i>Zona de Uso Intensivo (ZUI)</i>	É constituída por áreas naturais que sofreram ações antrópicas. O desenvolvimento de atividades deverá ser controlado, podendo conter estruturas físicas e oferecimento de serviços. O objetivo geral do manejo é o de nortear as atividades existentes, de acordo com os objetivos de conservação e educação ambiental.
<i>Zona de Uso Conflitante (ZUC)</i>	Constituem-se em espaços localizados dentro de uma unidade de conservação, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da Unidade, conflitam com os objetivos da conservação. São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública (gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, etc.). Seu objetivo de manejo é estabelecer procedimentos que minimizem os impactos sobre a Unidade.
<i>Zona de Amortecimento (ZA)</i>	O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade, de acordo com a Resolução Conama n° 13/1990.

Quadro 5 – Zoneamento indicado pelo Roteiro Metodológico para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas do IBAMA (2002)

<i>Zona de Pesca (ZP)</i>	Compreende as áreas dos lagos, sacados, paranás, rios e igarapés. É uma área onde pode ser realizada a pesca de subsistência, esportiva e de manejo para fins comerciais de acordo com o plano de utilização da Resex do Baixo Juruá.
<i>Zona de Preservação (ZPP)</i>	Compreende as áreas onde não há ocupação e nem uso humano.
<i>Zona de Interferência Urbana (ZIU)</i>	Área da Resex no entorno da Cidade de Juruá, que de alguma forma sofre interferência do núcleo urbano da cidade. Área com possibilidade de desenvolvimento de projetos de extrativismo, pesquisa e educação em cooperação com a cidade de Juruá e parceiros externos.
<i>Zona de Potencial Ecoturístico (ZPE)</i>	Compreende áreas de especial beleza cênica, com potencial para a realização de atividades de ecoturismo (de base comunitária, de expedições, de experiência).
<i>Zona de Extrativismo (ZE)</i>	Área destinada ao extrativismo de recursos naturais (vegetais e animais), para manutenção do modo de vida e sobrevivência das comunidades residentes na Resex, permitindo o uso comercial pelos moradores.
<i>Zona Agropecuária (ZAP)</i>	Áreas naturais que sofreram ações antrópicas, utilizadas para a constituição das roças, plantios consorciados e pecuária.
<i>Zona de Amortecimento (ZA)</i>	O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade, de acordo com a Resolução Conama n° 13/1990.

Quadro 6 – Zoneamento apresentado no Plano de Manejo da RESEX do Baixo Juruá (ICMBio, 2006)

É possível que foram adotadas para o Plano de Manejo da RESEX do Baixo Juruá outras zonas, diferentes daquelas propostas para unidades de proteção integral, diretamente relacionadas ao manejo dos recursos naturais de interesse para as populações locais.

As zonas apresentam os objetivos de manejo para determinado polígono da Unidade, sendo estabelecidas a partir de critérios que podem originar dos diagnósticos da área, das pesquisas científicas, assim como das demandas da população tradicional. Os critérios utilizados para zonas ligadas às unidades de proteção integral envolvem o grau de conservação da vegetação, a biodiversidade, a fragilidade do ecossistema, áreas de cabeceiras, nascentes e de drenagem de recursos hídricos, além de atributos da paisagem e formações geológicas.

Já os critérios abarcados nas zonas propostas no contexto da RESEX do Baixo Juruá, além de considerarem os atributos citados anteriormente, também se apresentam relacionados ao potencial de uso e ocupação do solo, aos estoques pesqueiros, aos potenciais turísticos e da paisagem, às capacidades produtivas no que se refere à agropecuária e ao extrativismo.

A partir das informações anteriores, é possível considerar que o Plano de Manejo Participativo não deve ser tratado apenas como um elemento burocrático, no contexto da gestão. Ao contrário, o plano de manejo é uma ferramenta de gestão essencial para alcançar os objetivos da Unidade. No entanto, mesmo com a grande importância, poucas RDSs no Brasil possuem o documento já aprovado, principalmente pelo seu alto custo de elaboração e implementação.

Enquanto a Unidade não possuir o plano de manejo, deve ser elaborado um plano de uso que subsidie as regras de convivência no território, bem como o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), que faz parte do processo de regularização de ocupação da área da Unidade. O CDRU é um documento que pode ter prazo estipulado, e que legitima o uso sobre a terra, dando direito à moradia e utilização dos recursos conforme o plano de uso. O contrato não confere ao morador e seus familiares o direito de propriedade da área, mas sim o direito de uso e ocupação do solo que é apenas transmitido por caráter hereditário.

A partir da definição do zoneamento do território, o próximo passo do Plano de Manejo Participativo é o desenvolvimento de programas de gestão. São esses programas que deverão apresentar as medidas a serem tomadas para que a implementação do plano de manejo ocorra, de modo a garantir o alcance dos objetivos e a eficácia das ações.

Contudo, a complexidade dos programas, por vezes, demandam ações que necessitam de um alto valor de investimento que exigem do órgão gestor além do que é possível fazer em vias práticas.

De acordo com estimativas, para que o SNUC tenha efetividade, seriam necessários gastos correntes anuais da ordem de R\$ 543 milhões para o sistema federal e de R\$ 361 milhões para os sistemas estaduais, além de R\$ 611 milhões em investimentos em infraestrutura e planejamento no sistema federal e de R\$ 1,18 bilhão nos sistemas estaduais (MMA, 2009). Entretanto, os valores disponíveis nos orçamentos da União e dos estados têm estado muito abaixo disso. Em 2008, as UCs federais receberam somente R\$ 316 milhões do orçamento federal. Além disso, de 2001 a 2008, a receita do MMA revertida para as UCs federais aumentou 16,35%, enquanto a área somada das UCs federais teve uma expansão de 78,46% (MMA, 2009).

Nesse sentido, não é possível depender apenas de uma “fonte” de recursos. Algumas iniciativas, tais como já apresentadas no modelo de gestão do IDSM, já

preveem a criação de fundos de captação de recursos internacionais, ou de compensação ambiental, conforme previsto pelo Artigo VIII do Decreto 4.340 de 2002 que regulamenta o SNUC. Além disso, Rodrigo Medeiros (2011) sugere que deve haver um maior aporte de pesquisas científicas nas Unidades de Conservação, por meio de parcerias com instituições e universidades. Pesquisas orientadas para objetivos de gestão das UCs (revisão do zoneamento, controle de espécies exóticas, planejamento e monitoramento da atividades de uso público, monitoramento da qualidade ambiental entre outros) também podem ser desenvolvidas pela academia desde que adequadamente estimulada e fomentada, que consideramos muito.

3.4 A experiência francesa em gestão dos Parques Naturais Regionais franceses

Serão apresentados neste item os dados referentes ao processo de gestão de Parques Naturais Regionais franceses, analisados no âmbito do estágio doutoral no exterior. Cabe ressaltar que a ideia aqui não é a de realizar uma análise comparativa ou de colocar no mesmo patamar áreas naturais de proteção integral e territórios destinados ao desenvolvimento sustentável. Trata-se de compreender os processos de gestão estabelecidos pela noção francesa de patrimônios naturais associados aos patrimônios culturais.

3.4.1 Os *paysans* no contexto dinâmico dos territórios rurais franceses

O conceito de *paysan* abarca ao território rural francês a característica de um símbolo. Dar sentido a expressão ou a palavra é um desafio de construção histórica, na qual a sua própria evolução é significativa. Tentaremos aqui retomar um breve histórico com vistas a subsidiar as atuais interpretações do “homem do campo” francês.

No século XVIII, o *paysan* era considerado o homem de um *pays*, o habitante do campo e aquele que tece *le paysage*. As três palavras *pays*, *paysan* e *paysage* pertencem a uma mesma classe epistemológica, originadas dos radicais latinos *pax* (paz ou paix) e *pagus* (país ou pays). Assim, os homens e as mulheres do campo no século XVIII não tinham outra ocupação além de ser *paysan*. Eles sabiam perfeitamente semear, trabalhar a terra, produzir uvas, criar animais. Nesta época, três quartos da população se dedicava à atividade agrícola na França. No século XIX, com a Revolução Industrial, o termo *paysan* passa a ser sinônimo de rústico e

grosseiro. Ao mesmo tempo, os proprietários de terra, entusiastas das novas técnicas propostas pela agronomia, concorrem com os *paysans* ao título de agricultor (MOULIN, 1992).

A atividade *paysanne* passa por evoluções econômicas ao longo dos anos, só que numa velocidade diferenciada das atividades industriais e empresariais. O *paysan* mantém seu próprio ritmo, atrelado aos seus sistemas produtivos. Nesse sentido, há inúmeras controvérsias conceituais em torno da natureza de sua atividade econômica e de sua posição social, podendo variar entre um patrão capitalista possuidor de seus próprios meios de produção, sobretudo a terra, ou um trabalhador explorado pela sociedade que se beneficia de seus produtos alimentares oferecidos a um baixo preço.

A partir de 1945, com a valorização do agricultor tecnificado e apropriado às lógicas da produção agrícola convencional, oriundas das primeiras iniciativas relacionadas à revolução verde, o termo *paysan* passa a ser tratado com certo descrédito (MOULIN, 1992). No entanto, a partir de 1960 a atividade *paysanne* passa a ser reconhecida como um fator que proporciona a estabilidade urbana. Nesse sentido, há a real contribuição dos *paysans* na produção de alimentos, mas há também a geração de interpretações romantizadas da vida no campo. Assim a evolução do conceito de *paysan* traduz o modo pelo qual ele é definido, identificado e reconhecido pelo mundo exterior (MOULIN, 1992).

As sociedades *paysannes* contemporâneas passam por transformações, significando para alguns a perda de identidade e para outros um processo de ressignificação que é necessária para sua manutenção. A ampliação de acessos a benefícios de políticas agrícolas e a serviços públicos (tais como educação, saúde, saneamento etc.) representou um grande avanço no que se refere ao reconhecimento da importância da manutenção da cultura e das tradições do universo rural francês.

Com isto, houve notável melhoria da qualidade de vida desta população rural, tornando possível o desenvolvimento de iniciativas de promoção da identidade cultural dos territórios rurais franceses. Ou seja, o acesso às políticas e aos serviços no campo refletem o caráter de cidadania a esta população e esse fator não necessariamente extinguiu os modos de vida e os padrões produtivos. Ao contrário, deu bases para sua manutenção. Isto porque, há também um movimento urbano que passa a idealizar a vida no campo, sendo esta comparada a uma vida “natural”.

Os cidadãos urbanos fortalecem a cultura *paysan*, por meio de seu pensamento nostálgico e do seu desejo de melhoria das condições de vida na cidade, tal como citado a seguir:

Nous avons souhaité rencontrer celles et ceux qui pratiquent une agriculture aussi belle que nous l'imaginions: en accord avec les rythmes naturels, dans le respect des plantes, des animaux, des humains et pour le bonheur des papilles. Cette quête de la relation que l'homme entretient avec sa terre nous a permis d'appréhender la réalité d'une agriculture naturelle, auxiliaire de la biodiversité et du paysage, soucieuse aussi des bêtes, du travail et du consommateur¹⁶ (GANA & HERVOUET, 2007).

Assim, produtos produzidos de forma artesanal, as receitas antigas e o *savoir-faire* que os remetem às suas raízes familiares e culturais, são preferidos frente aos produtos industrializados e padronizados. Os rumos da vida do *paysan* francês passa então a receber interferências de especulações imobiliárias, que buscam nos *villages* (pequenas vilas em meio à área rural) a promoção de um modo de vida de maior qualidade, alternativa aos loteamentos suburbanos que buscam atender às demandas do crescimento das grandes cidades.

Além disso, há também o movimento denominado como neo-rurais, geralmente representados por jovens casais de agricultores, que possuem formação profissional, mas buscam outros meios de vida no campo, formando um novo estereótipo do *paysan*. Esse novo estereótipo não percebe a área rural somente como um local de produção agrícola, mas também como um ambiente propício para o desenvolvimento de outras funções. Desta maneira, surgem os conflitos de interesses ao futuro dos territórios rurais, travando significativas batalhas nos conselhos de desenvolvimento local e repercutindo nas tomadas de decisão políticas.

As desigualdades entre os territórios em termos de qualidade de vida e de potencial econômico foram reduzidas nos últimos vinte anos, transformando a paisagem rural francesa. No entanto, elas ainda existem e a partir da crise

¹⁶ Nós queríamos encontrar aqueles que praticam uma agricultura bela tal como a imaginamos: de acordo com os ritmos naturais, no respeito das plantas, dos animais, dos seres-humanos e para o deleite das papilas gustativas. Esta busca de relação entre o homem e a terra nos permitiu compreender a realidade da agricultura natural, auxiliar da biodiversidade e da paisagem, preocupada com os animais, com o trabalho e com os consumidores.

econômica recente se tornaram mais visíveis, tanto em nível nacional, quanto no quadro europeu.

De acordo com dados do Ministério do Espaço Rural e de Gerenciamento do Território (2009), grandes mudanças podem ser levadas em conta para melhor compreender a evolução dos territórios rurais na França. Frente a uma nova etapa da globalização, os territórios se inserem em um sistema que os coloca ao centro de relações de interdependências econômicas, sociais, culturais e ambientais. A integração europeia traz um reforço na política de desenvolvimento regional, na qual passa a ocorrer iniciativas de cooperação interfronteiras e a abertura de mercados entre os países europeus. Assim, a evolução do papel do Estado caracteriza-se por uma considerável descentralização, reforçando o papel das coletividades territoriais. O Estado passa por um processo de reorganização e de modernização, buscando aumentar a eficácia de suas ações e de seu papel em impulsionar, coordenar e regular.

Um fenômeno interessante a ser observado é aquele do crescimento da população francesa, de seu envelhecimento e do aumento de sua diversidade. O inchaço das grandes metrópoles acentua-se e a França é considerada atualmente majoritariamente urbana, principalmente pela expansão residencial. Os novos modos de vida se generalizam nas áreas rurais, modificando a sociologia das pequenas cidades e criando tensões e conflitos entre grupos sociais (SANSON, 2011). Na busca por novos territórios a serem habitados, além daqueles oferecidos pelas grandes capitais, notou-se o favorecimento geral da mobilidade e dos deslocamentos inter-regionais que valorizou, notadamente as regiões litorâneas voltadas para o oceano atlântico e mediterrâneo, constituindo-se em fator essencial no que se refere à atratividade de territórios anteriormente isolados.

Por consequência, os territórios rurais e as populações que os compõem estão em um processo de evolução e de diversificação notáveis. Para identificar esse processo evolutivo e de diversificação são adotados pelo governo francês alguns indicadores. Os territórios rurais se caracterizam por critérios demográficos (espaços de baixa densidade, reduzidos números de empregos, etc.), geográficos (presença de espaços naturais, áreas produtivas, mas também de áreas naturais degradadas), econômicos (baixa capacidade e variedade de oferecimento de empregos, dominados pelos setores da agricultura e da indústria), mas também por seu papel no equilíbrio econômico, ecológico e social, que podem ser analisados por

meio de quatro grandes funções (MINISTÈRE DE L'ESPACE RURAL ET DE L'AMÉNAGEMENT DU TERRITOIRE, 2009)

Além da função produtiva, destacada nas políticas rurais do pós-guerra, os territórios rurais também passam a possuir a função residencial, a função de recreação e de turismo, e uma função ambiental. Esse ponto de vista pode ser um pouco simplificado, mas ajuda a caracterizar os territórios rurais e os ecossistemas presentes nos mesmos, além de determinar os temas dominantes e as fontes de conflitos potenciais.

A função residencial toma um desenvolvimento significativo a partir dos anos de 1990. As áreas rurais passam por um processo de crescimento demográfico, ligado ao aumento da mobilidade das populações urbanas, tanto de trabalhadores quanto de aposentados, bem como à redução da saída do homem do campo, notadamente dos jovens. Dois fenômenos que encontraram um eco em nível europeu podem ser observados: o aumento da ocupação periurbana em zonas rurais decadentes, tornando-se novos polos urbanos; e a função residencial das áreas rurais. De acordo com o Ministério do Espaço Rural e de Gerenciamento do Território (2009), em 2006, 18% da população metropolitana residia em áreas rurais.

O conceito aplicado aos *bassins de vie* (bacias de vida) torna-se uma ferramenta interessante utilizada para facilitar a compreensão da estruturação do território metropolitano francês e melhor qualificar o espaço rural. Assim, *bassin de vie* representa a menor malha territorial sobre a qual os habitantes possuem acesso aos equipamentos sociais e às oportunidades de emprego. A definição detalhada do conceito norteia-se pela noção da dinâmica demográfica detalhada, além de analisar os equipamentos sociais (escolas, bancos, correios, equipamentos de saúde, supermercados, comércio, equipamentos esportivos, cinema, escola de artes etc.). No entanto, há certa desigualdade na repartição do oferecimento destes equipamentos sociais. Em alguns casos o oferecimento de serviços em *bassins de vie* periurbanas são menos elevados em comparação com determinadas *bassins de vie* em áreas rurais.

Assim, a partir de 1990, com exceção do emprego agrícola, que se encontrava em baixa, o crescimento na oferta de empregos é fortalecida nas zonas rurais. Tal dado deflagra que a agricultura não necessariamente é a atividade econômica de destaque (tanto em termos de oferta de empregos, como em seu valor agregado). Entretanto, ela continua atuante, desenvolvendo, entre os anos de 1999

a 2006, formas alternativas de produção, destacando-se: a agricultura biológica, agricultura de conservação¹⁷, a implantação de sistemas agroindustriais, a atividade de manejo florestal, a conservação de variedades produtivas ancestrais, o agroturismo, as iniciativas de venda direta na propriedade rural, visitas pedagógicas, realização de eventos e cursos de formação, entre outros.

Frente a esta realidade de condições propícias, é consolidado o desenvolvimento das funções de recreação e de turismo no território rural. O meio rural aberto, acessível e possuidor de recursos patrimoniais consideráveis e atrativos, é condição essencial que permite o desenvolvimento de atividades recreativas e turísticas. O desenvolvimento turístico em áreas rurais é diferenciado dos roteiros turísticos de regiões litorâneas ou de montanhas, os quais são escolhidos nos períodos de férias, para longas estadias. No caso das zonas rurais, ocorre um tipo de turismo mais atrelado ao público de centros urbanos circundantes, que fazem pequenos roteiros nos finais de semana e feriados, com número reduzido de pernoites (SANSON, 2011).

De maneira geral, há o oferecimento de alojamentos informais (*chambres d'hôtes*) nas propriedades rurais, alheios às estratégias mercadológicas das redes hoteleiras. O turismo rural busca atrair um público que se interessa pela variedade de paisagens, a tranquilidade dos ritmos de vida campestres e a proximidade à natureza. Esses são atrativos que favorecem, sobretudo as atividades em um contexto familiar.

Além disso, há muito tempo que o meio rural é considerado pelos franceses como local de práticas recreativas como caminhadas, caça, pesca, a pintura de paisagens, entre outros. Essas práticas utilizam-se dos recursos do meio rural, mas não são consideradas como atividades essencialmente turísticas e sim de visitaçã. Novas modalidades recreativas também têm sido desenvolvidas, buscando atrair o público interessado em práticas esportivas e de ecoturismo (ciclismo, canyoning, atividades equestres, escaladas etc.), gerando novos rendimentos e ocupando novos espaços que antes não utilizados no território.

¹⁷ Refere-se à aplicação de técnicas de manejo e conservação do solo na agricultura e não necessariamente está relacionada à conservação da biodiversidade ou à agricultura biológica. No entanto, a agricultura biológica utiliza-se de técnicas da agricultura de conservação em seus sistemas de produção.

A existência de residências secundárias localizadas no meio rural é uma especificidade de determinados territórios franceses, notadamente de territórios próximos ao litoral e à montanha, como ocorre na região de Provence, Côte D'azur e Alpes franceses. Em alguns casos, este tipo de ocupação torna-se um elemento de degradação de patrimônios naturais e culturais locais, exigindo dos órgãos governamentais a intervenção para o seu controle.

A conservação dos recursos e ecossistemas naturais é uma iniciativa recente na França, após anos de exploração do território europeu e das ex-colônias intramarítimas. Atualmente estas iniciativas representam diferentes interesses, notadamente mobilizadas: pela sociedade civil organizada que busca melhores condições de vida; por entidades governamentais, buscando a efetividade de acordos internacionais e da legislação vigente; por pesquisadores e instituições interessadas no desenvolvimento científico a partir da biodiversidade; e finalmente pelo setor econômico, interessado na sustentabilidade produtiva.

Destacam-se nesse sentido, as iniciativas de conservação dos recursos naturais, notadamente dos recursos hídricos e do solo, da sociobiodiversidade, a proteção contra riscos naturais, acidentes ambientais e a manutenção de áreas protegidas e de modos de vida sustentáveis. Assim, a criação de áreas protegidas tem como objetivo principal a recuperação de um ecossistema considerado de destaque, já que a maior parte do território possui estruturas ecossistêmicas frágeis em termos de biodiversidade e paisagem. Esta tendência contribui para a ampliação de áreas protegidas e para o favorecimento de novos dispositivos legais que garantam a implantação de corredores ecológicos e de territórios que priorizem atividades mais harmônicas com o meio natural.

Determinados territórios rurais franceses possibilitam o desenvolvimento destas iniciativas de conservação ambiental, aumentando o fator de atratividade dos mesmos. A evolução qualitativa e quantitativa dessas iniciativas é monitorada por órgãos competentes, mas seu sucesso depende principalmente da adesão dos atores sociais envolvidos no território. Estes atores sociais têm sido cada vez mais responsabilizados pela gestão e conservação das áreas naturais, agrícolas e florestais, considerados como bens públicos.

É possível notar que são significativas as divergências entre os modelos de conservação de ambientes naturais adotados pelos países da Europa e América do Norte. O caso francês norteou-se por enfoques antropocêntricos que buscaram a

convergência e interrelação entre a conservação dos patrimônios naturais e dos patrimônios culturais. As políticas públicas francesas buscam incorporar essas novas relações, criando mecanismos de gestão territorial. Dentre inúmeras iniciativas, estão os Parques Nacionais que se consolidam enquanto áreas protegidas e, destacam-se nesta pesquisa, os Parques Naturais Regionais, que se consolidam como territórios de desenvolvimento sustentável, em especial do PNR de Luberon e o PNR do Vexin Francês que serão melhor apresentados nos itens a seguir.

A escolha desses dois PNRs justifica-se a partir de alguns elementos: o PNR do Luberon encontra-se no contexto de parques da região de Côte d'Azur, região esta parceira do Governo do Estado de São Paulo no âmbito da Cooperação entre os dois países; o PNR do Vexin possui uma expressividade singular em relação à paisagem agrícola e está próximo de Paris; ambos apresentam iniciativas interessantes para a análise da pesquisa, além de ambos terem sido reconhecidos pela certificação da Carta Européia de Turismo Sustentável em espaços protegidos.

3.4.2 Os Parques Naturais Regionais franceses

A partir do ano de 1964 uma missão foi incumbida pelo Ministro da Agricultura, Edgar Pisani, a desenvolver um modelo diferenciado dos Parques Nacionais, que incluísse os territórios rurais habitados com particular patrimônio natural e cultural. Desta forma surgiu a categoria dos Parques Naturais Regionais como sendo:

Les Parcs naturels régionaux sont créés pour protéger et mettre en valeur de grands espaces ruraux habités. Peut être classé "Parc naturel régional" un territoire à dominante rurale dont les paysages, les milieux naturels et le patrimoine culturel sont de grande qualité, mais dont l'équilibre est fragile. Un Parc naturel régional s'organise autour d'un projet concerté de développement durable, fondé sur la protection et la valorisation de son patrimoine naturel et culturel¹⁸ (FÉDÉRATION DES PARCS NATURELS RÉGIONAUX DE FRANCE, 2008).

Três objetivos são elencados inicialmente para este tipo de delimitação territorial: promover às grandes metrópoles a melhoria das condições de poluição do

¹⁸ Os Parques Naturais Regionais são criados para proteger e valorizar os grandes espaços rurais habitados. Pode ser classificado como "Parque Natural Regional" um território predominantemente rural no qual as paisagens, os ecossistemas naturais e o patrimônio cultural são de grande qualidade, onde o seu equilíbrio é frágil. Um Parque Natural Regional se organiza em torno de um projeto combinado de desenvolvimento sustentável, fundado sobre a proteção e a valorização de seu patrimônio natural e cultural.

ar; apoiar e desenvolver os setores rurais excluídos e em dificuldades; encontrar uma via de novas formas de desenvolvimento, possibilitando uma mistura de valorização das riquezas naturais e culturais a partir da conservação da flora, da fauna, das paisagens (FÉDÉRATION DES PARCS NATURELS RÉGIONAUX DE FRANCE, 2007).

Assim, o Parque Natural Regional não se caracteriza como uma área natural protegida, mas reúne proprietários rurais que devem acordar um conjunto de normas de utilização do território, definido por conselhos participativos de gestão local e em assembleias. A filosofia francesa de conservação de ecossistemas naturais está presente, ao lado da realização de produção econômica e da proteção à cultura local, à educação, à saúde, à assistência social e à preservação das tradições.

De acordo com a Fédération des Parcs Naturels Régionaux de France (2008), o PNR é um território rural habitado, reconhecido ao nível nacional pelo seu forte valor patrimonialista e paisagístico, porém frágil, que se organiza em torno de um projeto participativo de desenvolvimento sustentável. Sua fragilidade advém das ameaças que o meio rural sofre com a desvitalização de seus potenciais, bem como com forte pressão urbana e uma atividade turística desordenada. Assim, o PNR tem por vocação proteger e valorizar o patrimônio natural, cultural, e humano de seu território, aplicando uma política inovadora de gestão e de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental.

Para ser criado um PNR deve ser elaborado um projeto sob responsabilidade do Conselho Regional, envolvendo os diferentes atores sociais locais. O projeto de criação é formalizado por um contrato que é composto da “Carta Parque” (de estrutura semelhante ao Plano de Manejo Participativo das Unidades de Uso Sustentável brasileiras) que deve ser submetido à consulta pública. Nesse processo, há a adesão voluntária dos parceiros à Carta Parque. A partir daí, os Conselhos Regionais envolvidos aprovam e solicitam a classificação do território em Parque Natural Regional ao Ministério do Meio Ambiente francês.

Depois da autorização do Conselho Nacional de Proteção da Natureza (CNPN), da Federação dos Parques Naturais Regionais da França e de outros ministérios envolvidos, o território é classificado por um decreto do Primeiro Ministro, tendo validade por 12 anos, podendo ser renovado. As ações de implantação de um PNR são realizadas pelo seu organismo gestor, sempre tendo como referência de gestão a sua Carta Parque. Esse organismo de gestão é formado por um sindicato

misto e conta com a participação dos diferentes arranjos sociopolíticos e dos atores envolvidos, notadamente por aqueles que aderiram de forma voluntária a iniciativa de gestão do território. É a partir da formação do sindicato misto que serão definidos os programas de ação dos PNRs.

Além disso, ele também é composto por um conselho científico que é encarregado de esclarecer as decisões e acompanhar o organismo de gestão, graças ao seu acúmulo de conhecimento. Este Conselho Científico geralmente é formado por pesquisadores de instituições públicas e universidades que se situam nas proximidades da região do parque, buscando com esta proximidade a facilidade e a efetividade da participação desses membros, por meio do desenvolvimento de pesquisas científicas nestes territórios. O Conselho Científico pode auxiliar nos diagnósticos iniciais do território de abrangência do parque, além de contribuir na elaboração da Carta Parque e das iniciativas de monitoramento e avaliação dos resultados no decorrer dos anos de implantação dos programas propostos na gestão do território.

O diagnóstico inicial do território porta uma análise das questões que envolvem os patrimônios, as questões socioeconômicas, e ecossistêmicas do território. A elaboração da Carta Parque inclui um projeto de proteção e de desenvolvimento do território para os doze anos previstos e as regras de gestão que devem ser aplicadas e adotadas voluntariamente pelos parceiros. Além disso, a Carta Parque apresenta um mapa que explicita as orientações previstas no documento, de acordo com vocações das diferentes zonas do Parque. Ela também apresenta o Estatuto do Organismo de Gestão e a caracterização da Marca do Parque.

A Marca “Parque Natural Regional” é composta de um emblema figurativo e de uma denominação própria a cada PNR. Esta é uma marca coletiva autorizada pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial ao Ministério do Meio Ambiente francês. Em virtude da classificação de determinado território em PNR, a Marca Parque é o fator que permite ao organismo de gestão do parque identificar o território e valorizar suas ações. A marca é utilizada para identificação de equipamentos específicos no território do PNR, tais como circuitos, patrimônios, trilhas e rotas, material de comunicação e também ferramenta de valorização de determinados produtos, serviços e receitas ou *savoir-faire* presentes no território.

Esta marca atribuída aos produtos, serviços e *savoir-faire* não se constitui como um selo oficial de qualidade ou do mesmo tipo de um título de origem controlada ou de agricultura biológica. Neste caso, a utilização da Marca Parque tem como objetivo dar identidade aos produtos beneficiários, pois além deles responderem às normas nacionais relacionadas ao setor da produção, eles são produzidos em territórios que seguem normas específicas de gestão que são apresentadas na Carta Parque. Assim, fica atribuído ao organismo de gestão do PNR o estabelecimento de modalidades de controle do uso da Marca Parque e fica à cargo da Federação dos PNR, no âmbito de uma comissão nacional específica do Ministério do Meio Ambiente francês, dar a autorização final.

A marca é concedida por um período de 3 anos e em caso de desrespeito da Carta Parque ou das modalidades de controle da marca o PNR pode suspender a autorização concedida. A Marca Parque carrega três valores: o território – contribuir com o desenvolvimento do território do PNR e participar da construção de sua identidade; a preservação e a valorização do meio ambiente – contribuir com a gestão do espaço, da preservação ambiental e da integração paisagística; a dimensão humana – participar do desenvolvimento promovido pelo homem e contribuir com as questões sociais. De acordo com a Federação dos PNRs franceses, em 2008 estavam autorizados a utilizar a Marca Parque mais de 150 produtos, serviços ou *savoir-faire*, envolvendo mais de 500 produtores, prestadores de serviços e empresas.

Para colocar em prática os programas, o organismo de gestão do parque recruta um diretor e uma equipe permanente (de aproximadamente trinta pessoas). Esses agentes são geralmente funcionários públicos que atuam no território. Para a efetivação de suas ações os PNRs contam com um orçamento de funcionamento e um orçamento de investimentos próprios. Ou seja, o orçamento global de funcionamento de um PNR, no ano de 2006, era estimado em 2.300.000,00 Euros. Esse valor é alimentado em média de 48% pelas regiões, 32% pelos outros membros coletivos (*departements, communes, etc.*), 12% pelo Ministério do Meio Ambiente, 5% de créditos europeus e 3% de recursos próprios ou operações específicas (FÉDÉRATION DES PARCS NATURELS RÉGIONAUX DE FRANCE, 2008).

Os objetivos da implantação dos programas de gestão são muitos, entre eles está a necessidade de aumentar a renda do agricultor local com a manutenção da

sustentabilidade da região. Os PNRs preveem a definição de um produto principal a ser explorado economicamente, os chamados *produits de terroir*, ou seja, o produto com identidade territorial. Neste contexto, os agricultores têm sido encorajados a adotarem sistemas produtivos mais sustentáveis e a comercializarem seus produtos por meio dos chamados circuitos curtos de comercialização (contatos diretos com os consumidores, por meio da atratividade do consumidor à área da produção) de hortaliças, carnes, frutas, queijos, vinhos, embutidos, geléias de frutas, artesanatos, além do oferecimento de serviços de hospedagem – pousadas rurais e atividades de agroturismo, ecoturismo e turismo rural.

Neste contexto, também são oferecidos ao público em geral uma gama de atividades, entre elas: as atividades a céu aberto, como trilhas e roteiros para a descoberta do meio natural; as visitas aos equipamentos relacionados ao patrimônio cultural, tais como exposições, museus, espaços temáticos, festas locais e animações culturais em geral; atividades turísticas voltadas aos produtos artesanais e agro-alimentares, como é o caso dos circuitos curtos ou das visitas às caves e à produção de vinho que são muito comuns. É possível observar que, no decorrer dos quarenta anos de experiência do governo francês na gestão destas áreas, houve adaptações e inovações, notadamente, no que se refere às propostas de gestão participativa do território, bem como, a inserção de pesquisas científicas nestas áreas.

3.4.3 A conservação da agrobiodiversidade e os produtos do território

O Parque Natural Regional do Luberon foi criado em 1977 e está localizado entre as regiões de Provence - Alpes - Côte d'Azur, ao sul da França, numa área de aproximadamente 185.000 ha, agrupando 69 *communes* (ver Anexo A – Mapa do território do Parque Natural Regional do Luberon). O território do parque é marcado por uma formação natural e paisagística notável composta por campos de altitude, florestas de carvalhos brancos e verdes, grotas e falésias e ribeirões em meio a um clima seco e de relevo cárstico, típico do solo predominantemente calcário da região mediterrânea (JORGE, 2003). O histórico de modificação da paisagem da região provençal ao longo dos anos, assim como o universo *paysan* francês é tratado em

um grande número de obras do escritor Gean Giono¹⁹, entre elas “O homem que plantava árvores”.

As demandas de criação do parque por parte da população local buscava: controlar a ação turística predatória; a recuperação de áreas degradadas decorrentes de um largo histórico de ocupações humanas; a redução da pressão especulativa em torno do aumento do valor das terras agrícolas, provocada pelo alto interesse em estabelecimento de residências secundárias de veraneio na região; e bloquear o projeto de construção de uma estrada que cortaria todo o território do parque, facilitando o acesso de turistas e provocando a destruição de maciços florestais de grande importância (JORGE, 2003). Cabe ressaltar que o entorno do PNR do Luberon é composto por outros Parques Naturais Regionais (Verdon, Alpilles, Camargue), e também por Parques Nacionais (Écris, Venoise e Cévennes), formando um quase contínuo corredor ecológico.

No quadro do zoneamento do território é possível notar que a agricultura é um dos vetores predominantes da economia local, envolvendo a produção de alimentos (maçãs, peras, figos, hortaliças, oliveiras, cerejas e demais frutas vermelhas) e de plantas aromáticas (destacando-se a lavanda), além de geração de emprego das cadeias produtivas e influenciando o modo de vida local. O desafio está na inserção de práticas mais sustentáveis e ambientalmente adequadas nas práticas agrícolas locais, mas também em garantir a permanência do homem no campo. Segundo dados apresentados na Carta Parque (2009), a área das explorações agrícolas não foram reduzidas. No entanto, a partir de 1999 houve uma redução no número de agricultores na região e poucos jovens têm demonstrado interesse por esta profissão. Assim, o espaço deixado pelos agricultores sem sucessores é muito cobiçado por aqueles que desejam possuir uma casa de campo.

Em contrapartida, é estimulado pelo organismo de gestão do PNR de Luberon o desenvolvimento de atividades que estimulem a multifuncionalidade da agricultura local, aproveitando o fluxo turístico da região de *Provence* e *Côte D'Azur*, por meio

¹⁹ Gean Giono nasceu em 30 de março de 1885 em Manosque e faleceu em 9 de outubro de 1970 e passou toda a sua vida na região de Provence, fazendo poucas viagens ao exterior. A história narrada em “O homem que plantava árvores” foi inspirada nos passeios e caminhadas que o autor fazia com o seu pai, quando criança. Já em 1957 Gean Giono é convidado pelo Governo francês a publicar seu livro de forma a incentivar a aplicação práticas de medidas de conservação ambiental e de proteção dos recursos hídricos na região. Em 1987 o texto é transformado em animação pelo desenhista Frédéric Back, artista engajado nas causas ambientais.

do oferecimento de acolhida aos turistas nos estabelecimentos rurais. Neste sentido, são promovidos roteiros de agroturismo, turismo rural, turismo gastronômico, atividades de lazer e ecoturismo nos domínios das propriedades.

Para auxiliar os agricultores nesta nova tarefa, o organismo de gestão do parque oferece processos de formação relacionados à recepção turística, além de possuir um quadro de profissionais que auxiliam na reabilitação dos alojamentos e no enquadramento destas estruturas às normas nacionais de qualidade, padronizando o oferecimento dos serviços. É neste cenário que ocorre a reaproximação dos jovens às atividades rurais, visto que a inserção da atividade turística na propriedade rural propicia o surgimento de novas tarefas de gestão que demandam uma mão de obra qualificada para sua execução.

A Carta Parque (2009) também prevê a contribuição do organismo gestor ao desenvolvimento de práticas agrícolas em favor da qualidade ambiental e da conservação da biodiversidade. O desenvolvimento de medidas agroecológicas, tais como o incentivo à agricultura biológica ainda representa um desafio para a gestão. O padrão mecanizado e de alta dependência de agroquímicos da agricultura local ainda é predominante no território.



Figura 1 – Produção convencional de lavanda

No entanto, puderam ser identificadas iniciativas de produção biológica em lojas de produtos *biologiques* na cidade de Apt, assim como o *Marché Paysan* que são feiras itinerantes dos agricultores localizados no território do parque. As feiras ocorrem semanalmente e cada dia da semana ela ocorre em um município (Maubec-Coustellet, Apt, Saint Martin de la Brasque, Lauris, Cadenet, La tour d'Aigues, Pertuis). Esse espaço possibilita a aproximação do consumidor ao produtor, que geralmente aproveita a ocasião para divulgar as atividades de visitação, hospedagem e lazer desenvolvidas em suas propriedades. Cabe destacar a imensa variedade de produtos oferecidos nestas feiras, além de alimentos (frutas, verduras,

legumes, queijos, embutidos, etc.) é possível encontrar uma grande variedade de plantas aromáticas típicas da região e produtos cosméticos produzidos a partir do óleo essencial destas plantas (sabonetes, hidratantes, óleos, colônias, etc.), além de artesanatos, roupas e sapatos em couro artesanal que representam a identidade cultural local.



Figura 2 – *Marché Paysan* em Apt – PNR do Luberon

Ações de incentivo à manutenção de variedades agrícolas ancestrais da região mediterrânea nos chama a atenção no contexto da gestão do PNR do Luberon. A *Maison de la Biodiversité* (Casa da Biodiversidade) integra a gama de programas de gestão do parque e trata-se de um *verger conservatoire* ou pomar de conservação que possui aproximadamente 300 variedades de espécies frutíferas e de flores (entre elas: macieiras, oliveiras, figueiras, pereiras, roseiras, lavanda, sempre-viva, entre outros). A *Maison de la Biodiversité* está situada na zona rural do município de Manosque, ao leste do parque, numa antiga estrutura típica das regiões rurais de *Provence*. Rogério Jorge (2003, p.114) traduz *verger conservatoire* como pomar-escola, por também desenvolver ações lúdicas e educativas na recepção de escolas, abrangendo um público infanto-juvenil.



Figura 3 – Iniciativas de conservação da sociobiodiversidade no PNR do Luberon

Neste mesmo propósito, uma iniciativa particular localizada em Mane é o Museu e Jardins de Salagon. Na área de um antigo mosteiro atualmente são desenvolvidas iniciativas de manutenção de agrobiodiversidade em jardins, além de ser também um monumento histórico e sítio arqueológico. Os jardins são divididos em diferentes padrões: o jardim medieval, o jardim dos tempos modernos, o jardim da castanheira-branca, o jardim de plantas ornamentais e o jardim dos sentidos.

As iniciativas relacionadas à conservação da agrobiodiversidade da região de Provence e Côte d'Azur são, em parte, fomentadas pela fundação ligada à empresa de cosméticos L'Occitane, criada em 1976 e sediada em Manosque. A proposta da empresa é a conservação e valorização das tradições da região, sendo que o nome da empresa faz referência à mulher de Occitania – território histórico da idade média referente ao sul da Europa, na qual era falada a língua Occitan. A empresa busca nas variedades de espécies aromáticas da região a inspiração para a elaboração de suas fórmulas. Neste processo produtivo, é essencial o envolvimento dos agricultores locais que produzem plantas aromáticas em sistemas norteados pela agricultura biológica e fazem a extração do óleo essencial das plantas, tais como: lavanda, *lavandin*, verbena e *immortel* ou sempre-viva. Os contratos entre a empresa e os agricultores envolve a repartição de benefícios e os agricultores são fornecedores do óleo essencial, agregando valor ao produto. A empresa também possui em sua sede um museu, no qual apresenta o seu histórico e o seu atual processo produtivo.

Além desta iniciativa, por toda região existem grandes extensões de campos de produção de lavanda e *lavandin*, caracterizando a paisagem local e fazendo desta um patrimônio local que atrai milhares de turistas, notadamente na primavera e no início do verão, período em que ocorre a floração dos campos. Essas extensas produções de lavanda atendem ao mercado nacional de cosméticos, produtos químicos e de fármacos, tendo um museu destinado somente para esta produção – o Museu da Lavanda.

Em 1987 foi criada na área do PNR do Luberon a Reserva Natural Geológica, buscando a preservação do seu rico patrimônio fóssil e de relevos peculiares. Destaca-se uma área localizada em Roussillon, possuidora de uma formação geológica singular decorrente das jazidas de ocre e argilas, denominada *Ocres, argiles e pierres du Luberon*. Antiga área de extrações de solo para a produção de

pigmentos, atualmente é um polo turístico, nas proximidades de Apt, onde está localizada a sede do parque.

Para que os turistas desfrutem deste potencial paisagístico, são delimitados roteiros de trilhas e de dois grandes itinerários para bicicletas. Um roteiro corta o território do parque de leste a oeste em 100 km de percurso e o outro roteiro que contorna 230 km em torno do parque (JORGE, 2003).

Em 1996 o território do PNR do Luberon passou a integrar a Rede de Reservas da Biofera da UNESCO, por apresentar um caráter voltado ao desenvolvimento sustentável, ao desenvolvimento de pesquisas científicas, além de promover ações de educação, informação e envolvimento do público ligado ao turismo. Assim, pode-se considerar a sobreposição de “títulos” voltados à conservação dos patrimônios territoriais reforça o processo de gestão, angariando recursos e infraestrutura necessária para o desenvolvimento de estratégias, valorizando a cultura, os produtos e paisagens locais.

3.4.4 Eco-museus, turismo sustentável e a valorização da paisagem rural

O Vexin francês é uma antiga região constituída de atributos naturais, históricos e culturais. O Parque Natural Regional do Vexin Francês é composto por pequenas cidades e vilarejos pitorescos que se relacionam com os vastos espaços naturais e agrícolas, formando uma paisagem típica das zonas rurais francesas. São encontrados nessa região numerosos vestígios da rica história do Vexin francês desde o neolítico que merecem ser valorizados, tais como sítios arqueológicos, passagens subterrâneas, estradas romanas, lugares sagrados, fortificações, castelos, paisagens retratadas por renomadas obras de arte, paisagens rurais, fachadas arquitetônicas, entre outros. No senso realizado em 2007, realizado pelo Instituto de Gerenciamento e de Urbanismo da Região de “Ille de France”, foi apresentado um inventário que lista mais de 2.000 elementos patrimoniais na região.

O Parque Natural do Vexin francês foi criado em 1995 e possui uma área de 73.100ha, envolvendo 103.000 habitantes distribuídos em 99 *Communes* na região de Val d’Oise e de Yvelines. A carta do parque propõe a regulamentação do uso do território, a proteção dos patrimônios locais, a promoção do desenvolvimento agrícola com bases sustentáveis, o gerenciamento energético, assim como a dinamização econômica da região.

A criação do parque ocorreu em 1995, buscando preservar este capital territorial que era ameaçado pela expansão urbana parisiense. A manutenção do território rural ativo foi uma demanda que exigiu a gestão racionalizada do território, respeitando e valorizando os seus potenciais e atributos. Foram desenvolvidas iniciativas em torno da regulamentação e controle da evolução demográfica e a conservação dos espaços naturais e agrícolas.

A Carta Parque do Vexin apresenta o resultado do zoneamento do território do parque, fruto de uma definição voluntária. O objetivo deste zoneamento é garantir a manutenção da vitalidade do território rural, frente à urbanização, contendo zonas que são apresentadas a seguir e de acordo com o Anexo B – Mapa do Território do Parque Natural Regional do Vexin Francês.

ZONAS	CARACTERÍSTICAS
<i>Zonas brancas</i>	Compreendem a 5.382 ha que são destinados a um eventual crescimento demográfico no território, que deverá necessariamente ser progressivo, sendo prioritário nas áreas já urbanizadas.
<i>Zonas amarelas -Zona de vocação agrícola ou natural:</i>	Compreendem a 47.802 ha que devem ser conservados ou fortalecidos, sendo uma questão prioritária por ser um capital essencial e ferramenta de trabalho dos agricultores.
<i>Zonas verdes – vocação florestal:</i>	Compreendem a 17.676 ha que devem ser destinados à conservação florestal.
<i>Zonas hachuradas – interesses paisagísticos prioritários</i>	Compreendem a 42.169 ha de áreas demarcadas como características e identitárias da paisagem local, notadamente nas áreas que mais sofrem pressão urbana ou nas comunidades que se comprometem a proteger a paisagem como uma questão prioritária.
<i>Áreas de interesse ecológico prioritário e importante</i>	Compreendem a 8.350 ha e 6.265 ha de áreas reconhecidas em nível europeu, nacional, regional ou departamental. Eles são objetos de uma proteção reforçada, frente à urbanização e demais transtornos, sendo eles prioritários.
<i>Área de interesse ecológico potencial</i>	Compreendem a 7.192 ha que deverão ser monitorados.

Quadro 7 – Zoneamento do Parque Natural Regional do Vexin francês

A estrutura de habitações agrupadas e o desenvolvimento da vocação agrícola em grandes extensões, entre estas construções e os espaços naturais, conferem ao território sua identidade. Assim, é previsto o planejamento destas áreas habitacionais com um perfil urbanístico que permita favorecer a diversidade social e geracional nesses territórios, mantendo a dinamicidade das relações sociais. No que se refere ao estabelecimento de novas construções, há a preocupação com a manutenção da qualidade ambiental e do padrão arquitetônico de acordo com as características do território, buscando uma integração paisagística. A promoção da

alta qualidade ambiental nas construções e reformas relegitima as práticas de construção tradicionais, mais econômicas em espaço, material, água e em sistemas de energias renováveis.

As *communes* abrangidas pelo PNR do Vexin comprometem-se a não ultrapassar 0,75 do crescimento anual de sua população, durante os 12 anos de validade da Carta Parque. Esta iniciativa busca conservar o tamanho das áreas de ocupação humana e limitar o avanço do crescimento sobre as áreas naturais e agrícolas por meio de novas construções e infraestruturas.

A fim de reforçar a proteção e a gestão dos patrimônios naturais e da biodiversidade, o capítulo VI da Carta Parque apresenta as áreas de interesse ecológico a serem protegidas e define as medidas necessárias para a efetivação da proteção. O capítulo defende que a restauração de ecossistemas favoráveis na manutenção de espécies animais notáveis e de práticas agrícolas eco-responsáveis. O capítulo 7 busca garantir a gestão sustentável dos recursos. A extração de recursos pode ser autorizada, sendo limitado o prazo de concessão, a área a ser explorada e é exigida a execução de um projeto de qualificação ambiental do processo e de recuperação de áreas degradadas.

Outro assunto que nos chama a atenção no contexto do PNR do Vexin é a problemática que envolve a qualidade de água. Há décadas o território conta com presença de grandes extensões agrícolas, denotando a sua identidade, assim como acarretando em impactos negativos aos ecossistemas locais. O problema com a qualidade de água surgiu neste contexto, fazendo com que fossem desenvolvidas ações de controle e mitigação do problema de contaminação dos mananciais de abastecimento da comunidade com resíduos agroquímicos.

Assim, a qualidade de água também ganha espaço prioritário nas ações de gestão do parque, previstas em sua Carta Parque, envolvendo diferentes atores sociais (habitantes, agricultores, coletividade), onde cada qual assume um nível de responsabilidade. Nesse sentido, no nível de responsabilidade dos agricultores locais envolve instigantes debates sobre a transição para agricultura biológica na região. No entanto, as reuniões do Sindicato Misto de Gestão apresentam reuniões fervorosas em torno da temática da redução do uso de agrotóxicos nas práticas agrícolas, mostrando-se como um ponto de conflito a ser trabalhado.

Para auxiliar neste processo conflituoso, o PNR do Vexin desenvolve um dos 12 projetos ligados ao programa nacional pela proteção à captação de água potável

da Agência de Água francesa. Este programa consiste em proteger as bacias hidrográficas onde foram constatadas contaminações por resíduos de agroquímicos, tendo como objetivo reduzir ao máximo a utilização destes produtos pelos agricultores, mas também nas práticas de jardinagem das comunidades.

Os incômodos e os riscos são assuntos discutidos no capítulo 8 da Carta Parque que ressalta a necessidade de uma política de gestão para os resíduos, envolvendo a instalação de estações de tratamento de esgotos, além da prevenção à erosão, do controle na criação de campos de golfe e o tráfego de veículos nos ecossistemas naturais.

No que se refere ao desenvolvimento sustentável do setor agrícola, turístico e econômico, têm-se buscado o equilíbrio entre rentabilidade, oferecimento de empregos e respeito às normas de proteção e controle ambiental. O comércio, os serviços oferecidos e a rede de associações e cooperativas são essenciais à coesão social do território. A gestão do parque busca o desenvolvimento de um modelo econômico que permita a geração de riquezas justamente repartidas no território. É incentivado o desenvolvimento de uma agricultura diversificada, interligada com o desenvolvimento turístico e de lazer, e de um manejo florestal adequado, buscando a conservação dos recursos madeireiros e dos ecossistemas locais.

A agricultura é vista neste sentido como um elemento motor essencial e indispensável para a proteção da paisagem, dos ecossistemas naturais e do desenvolvimento da vida rural. Tal interpretação acerca das multifuncionalidades da atividade agrícola fez o PNR do Vexin ser o primeiro beneficiário do Programa Regional Agrícola de Iniciativa em Respeito Ambiental (PRAIRIE) da região de *Ille de France*. Este dispositivo auxiliou 71 agricultores envolvidos a compreenderem estratégias e ferramentas de aplicação prática das medidas agroecológicas no contexto produtivo do território (somando 1.520 ha), tais como o estabelecimento de manejo rotacionado das culturas agrícolas e de pastagens, recuperação do solo, consórcio produtivo e a retomada da prática do pousio.

Além disso, a gestão do parque desenvolve um programa de ações que tem como objetivos a viabilidade econômica e territorial da produção agrícola, a qualidade de vida dos agricultores, a integração de iniciativas agroecológica, a experimentação de práticas agrícolas inovadoras, mas também o desenvolvimento de produtos de qualidade, que representem a identidade local, a criação de uma

ligação mais profunda entre produtores e consumidores (vendas diretas nas fazendas, mercados locais e lojas de produtos e artesanatos locais).

Um produto que representa a identidade local do PNR do Vexin é o pão. O território do parque é constituído pela cadeia produtiva da farinha de trigo e conseqüentemente as comunidades locais são possuidoras de um *savoir-faire* desta produção. Desde 2004 a gestão do parque busca conservar este patrimônio cultural material e imaterial por meio de um projeto que envolve diferentes atores sociais, ligados à cadeia produtiva do pão, sendo eles: os agricultores produtores de trigo, os proprietários dos moinhos da região e os padeiros. Juntos, eles rastreiam o processo produtivo, desde a escolha das sementes e das variedades de trigo, passando pela produção de farinha, até chegar à receita e o modo de preparo. Assim, o pão do Vexin é um produto territorial valorizado e reconhecido pela gestão do parque por utilizar matérias-primas locais, é produzido através de curtas cadeias produtivas que também seguem normas ambientais.

Uma das iniciativas de gestão do parque que promove as identidades e atributos do território é a instalação de museus, eco-museus e casas temáticas. Estas iniciativas buscam exprimir a história da sociedade rural do Vexin, sua evolução através dos séculos e as relações humanas com seu patrimônio natural e cultural. Esta rede de museus e casas temáticas permite sensibilizar a comunidade local e visitantes para a riqueza do patrimônio local e participar da sua valorização e descobertas.

A *Maison du Pain*, ou Casa do Pão, é uma destas iniciativas que atrai a atenção dos visitantes do parque. Situada na comunidade de Commercy, em meio ao planalto cerealista do Vexin francês, a *Maison du Pain* foi instalada em um antigo armazém de farinha e em uma padaria ainda em funcionamento. O roteiro histórico apresenta das receitas ancestrais, as variedades de cereais que podem ser utilizados na fabricação, até o atual sistema tecnológico de produção do pão, desvendando os fatores de demarcam a autenticidade da receita local.

A *Maison du Pain* apresenta um material audiovisual que apresenta o percurso do ciclo trigo-farinha-pão, evidenciando a arte da panificação através dos séculos. Além disso, são previstas animações pedagógicas para o público jovem de escolas, tais como oficinas de preparo das massas de pães e a organização de festividades anuais e datas comemorativas. O roteiro do trigo também integra a *Maison de la Moisson*, Casa da Colheita, em Sagy, que apresenta as ferramentas

ancestrais utilizadas na produção agrícola cerealista até as grandes tecnologias utilizadas atualmente. A casa promove anualmente as tradicionais festas da colheita e do espantinho na primavera. Partilhando da mesma ideia, o *Moulin de la Naze* – uma moenda tradicional da região, apresenta os maquinários e moinhos movidos a água.

O museu do Vexin francês está situado em Théméricourt juntamente com a *Maison du Parc* (Sede do Parque) em aproximadamente 400m² da estrutura patrimonial do Castelo de Théméricourt (construção do século XV). São apresentados aos visitantes os componentes geográficos, históricos e patrimoniais do território, em um enfoque lúdico e pedagógico. São apresentadas as características dos ecossistemas naturais que compõem o território: o relevo (o planalto calcário, zonas úmidas, encostas e vales), as espécies da fauna e da flora e as paisagens.

A Sede do Parque e o Museu do Vexin apresentam um calendário anual contendo as programações culturais, atividades ao ar livre, espetáculos, conferências e exposições temporárias. Na mesma estrutura há um espaço destinado ao centro de informações turísticas do parque e uma loja para a comercialização dos produtos e artesanatos do território.

Outra iniciativa que se destaca é a elaboração de um roteiro turístico em torno das paisagens retratadas nas obras de renomados pintores impressionistas franceses. Estas áreas foram demarcadas com placas indicativas nos locais de referência das obras e é oferecido ao visitante um roteiro de uma agradável caminhada ao longo das margens do Vale do Rio Senna e do Rio Oise. Pela proximidade do PNR do Vexin da capital Paris, a região tem atraído turistas de várias partes do mundo que se interessam em aprofundar os conhecimentos sobre a arte impressionista e suas inspirações na zona rural francesa.

A cidade de Anvers-sur-Oise se destaca por ter abrigado o pintor Vicent Van Gogh em seus últimos dias de vida, nos quais ele produziu aproximadamente 70 telas que retratam a vida pacata e as paisagens pitorescas do local. A *Maison de Van Gogh* é situada no prédio do antigo Albergue Ravoux, local de morada do pintor. Além disso, destacam-se também algumas obras de Cézanne, Pissaro, Corot, Daubigny, Bonard, entre outros. Também é possível encontrar, além do Museu e *Maison-Atelier Daubigny*, *Maison do Dr. Gachet* e *Galeria de Arte Contemporânea*, o

Museu do Absinto, que se destaca por ser o único da França a tratar dos mitos dessa bebida intimamente relacionada com a vida artística francesa do século XIX.



Figura 4 – Anvers-sur-Oise: sobre os passos de Vincent Van Gogh: patrimônio artístico, paisagístico e arquitetônico.

A experiência em agricultura biológica da Bergerie de Villarceaux

Situada no Domínio do Monumento Histórico de Villaceaux, a *Bergerie de Villarceaux* está situada ao oeste do PNR do Vexin, nas proximidades das margens do Rio Senna. É uma propriedade da Fundação Charles Leopold Mayer para o Progresso do Homem (FPH), detentora de uma área de 600 ha compostos por terras cultivadas em sistemas agropecuários em agricultura biológica (376 ha), pastos de gado de corte, gado leiteiro e de ovelhas, infraestrutura restaurada para acolher e alojar o público visitante, dois massivos florestais (250 ha).

O processo de transformação ecológica do território de Villarceaux teve início em 1995, quando passou a ser um local dedicado à reflexão e à promoção de iniciativas de sustentabilidade no meio rural, criando novos modos de vida, de produção e de consumo, além de novas formas de elaboração e divulgação do conhecimento gerado a partir de suas práticas. Atualmente, a produção agropecuária gera recursos que contribui em partes para a manutenção das experiências da Bergerie, notadamente a produção de gado de corte no sistema de agricultura biológica. O gado é enviado para um abatedouro numa região próxima e a carne retorna para a Bergerie, onde é comercializada nos mercados e lojas de produtos orgânicos da região. No entanto, a Fundação pelo Progresso do Homem também destina recursos para a sua gestão, permitindo a crítica de alguns ramos da

agricultura convencional que alegam que o sistema produtivo promovido pela Bergerie ainda não é auto-sustentável.



Figura 5 – Território de Villarceaux – PNR do Vexin Français

Frente a esta crítica reducionista, é necessário compreender que a gestão da Bergerie Villarceaux vai além da implantação de iniciativas relacionadas à produção agropecuária e recuperação florestal com bases no conceito na agricultura biológica. Neste contexto também são desenvolvidas: pesquisas científicas com parcerias de Universidades; cursos de formação e eventos de divulgação do conhecimento; atividades culturais; experiências de conservação de agrobiodiversidade relacionada à variedades ancestrais de trigo; o acompanhamento da gestão ambiental dos recursos hídricos da região, envolvendo a gestão do campo de golfe vizinho à propriedade da Bergerie; o apoio à criação de uma cooperativa de consumidores de produtos biológicos; e iniciativas de novos modos de gestão que podem ser replicados em outras propriedades rurais que circundam da região metropolitana de Paris.

Desde os anos 80, a Fundação pelo Progresso do Homem concentra esforços para que o território de Villarceaux venha a promover um protótipo de gestão sustentável para territórios rurais. A Bergerie se tornou de forma progressiva um território multifuncional respondendo às preocupações da sociedade moderna com relação ao meio ambiente, à agricultura, à alimentação e às relações sociais.

4 A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Quando escrevo, repito o que já vivi antes.
E para estas duas vidas, um léxico só não é suficiente.
(João Guimarães Rosa)

Este capítulo apresenta as análises e os resultados da coleta de dados no contexto de elaboração do Plano de Manejo, a partir da perspectiva de consolidação Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins, especialmente junto ao núcleo do Despraiado. As consultas bibliográficas e de base de dados sobre a área de estudo foram de grande valia para a construção do histórico de uso e ocupação da área. Além disso, são apresentadas as análises dos dados coletados a partir da observação participante em espaços democráticos de gestão do território, notadamente no âmbito das reuniões de planejamento, zoneamento e programas, das entrevistas semi-estruturadas e da coleta de relatos orais. Por fim, são discutidos os conflitos socioambientais em torno do processo de recategorização da EEJI, trazendo elementos que configuram os distintos paradigmas em torno da conservação da sociobiodiversidade no contexto da gestão ambiental do estado de São Paulo.

4.1 Conflitos socioambientais no contexto das áreas naturais protegidas do estado de São Paulo

A reprodução do processo de industrialização e de modernização experimentados pelos países do hemisfério norte foi imposto à América latina, notadamente em meados do século XX. Os polos de crescimento foram fundados na exploração e a transformação de recursos naturais no contexto dos grandes projetos e se inscrevem na lógica da substituição à importação, constituindo um dos paradigmas do antigo modelo de desenvolvimento para a América latina (RAMOUSSE, 2007).

No caso do Estado de São Paulo, no início do século passado, o sucesso das lavouras cafeeiras se devia, em grande parte, à fertilidade dos solos gerada pelo corte e queima das áreas de Mata Atlântica. A alta produtividade e as grandes safras

duraram aproximadamente três décadas, degradando as camadas férteis dos solos, acarretando na erosão e na perda de biodiversidade de grande parte destas áreas. Com o declínio do ciclo do café, foi dado espaço ao avanço das indústrias combinado à expansão da malha ferroviária, que tinham como matriz energética a lenha e o carvão vegetal, provenientes das florestas nativas (EHLERS, 2007).

A partir de 1930, pode-se considerar que o Estado de São Paulo representou o papel de um pólo de crescimento e expansão tecnológica e industrial que servia de referência para as políticas públicas dos outros estados brasileiros e até mesmo da América latina. Neste contexto, ocorreram significativos processos migratórios, notadamente das massas populacionais em busca de trabalho nas indústrias, foragidas dos períodos da seca nordestina ou e da expropriação de suas terras.

Ao longo dos anos, depois do surgimento de diversos problemas sociais e ambientais, as leis ambientais trouxeram, pouco a pouco, mudanças ao processo de uso e ocupação territorial no estado de São Paulo. Neste contexto, encontra-se os procedimentos e modelos adotados para a conservação da biodiversidade. Consideramos neste trabalho que a criação de unidades de proteção integral foi um modelo priorizado no âmbito das políticas ambientais do Estado, denotando uma tentativa de compensar os problemas ambientais e de degradação causados pelo modelo de produção agro-industrial em expansão em diferentes domínios do território paulistas, tal como nos apresenta Antônio Carlos Diegues em sua obra “O Mito Moderno da Natureza Intocada” (DIEGUES, 2000).

Frente ao contexto de supervalorização dos espaços urbanizados no contexto de uma sociedade capitalista e globalizada, as unidades de proteção integral representam ilhas de biodiversidade que devem ser protegidas das ações predatórias humanas, tais como as praticadas nos aglomerados urbanos. No entanto, a presença de populações humanas nestas áreas naturais lhes conferem uma territorialidade complexa, visto que se encontram sobrepostos diferentes interesses. Lidar com essa complexidade também inclui lidar com a polaridade entre níveis de desenvolvimento de determinadas regiões, por exemplo.

A criação de áreas naturais protegidas e de medidas de controle ambiental (controle da poluição, planejamento de uso e ocupação do solo, licenciamento ambiental, fiscalização) em termos do tratamento da questão da conservação da biodiversidade e de proteção de ecossistemas naturais complexos são estratégias recentes no âmbito da política pública estadual. Mesmo com todos os esforços da

construção de uma política de gestão ambiental, a capacidade de interferir nos modelos e em processos produtivos agro-industriais é ainda muito desafiador.

Segundo Enrique Leff (2000) a crítica de movimentos socioambientalistas ao modelo econômico, que rege os processos produtivos agro-industriais exploratórios, não está polarizada entre modelos econômicos capitalistas ou socialistas.

O histórico que envolve esta crítica é analisado por Leff no qual, em 1962, Alfred Schmidt - da Escola de Frankfurt - publicou "O conceito de natureza na obra de Marx". No entanto, segundo Leff o trabalho possuía um cunho filosófico e não era diretamente ligado ao debate moderno sobre meio ambiente. Provavelmente, o primeiro documento a esboçar uma resposta a partir do ponto de vista marxista sobre a crise ambiental foi o de Hans Magnus Enzenberger "Uma crítica da ecologia política", publicado em 1974. No mais, em 1977 Howard Parsons publicou "Marx e Engels na Ecologia", um longo artigo acompanhado de uma seleção de textos de Marx e Engels. Nesse contexto, Enrique Leff publicou a primeira edição de "Ecologia e Capital" (1986).

Todos esses autores se colocam numa posição de dissidência das correntes hegemônicas que têm analisado a questão ambiental. Nos anos 80 o mundo ocidental se confrontou com graves problemas ambientais que também ocorreram nos países socialistas. Assim, a questão ambiental passa a ser tratada como um problema da civilização moderna e não exclusiva do sistema capitalista.

Enrique Leff propõe o eco-marxismo que se caracteriza por: a) interpretar o materialismo histórico como ineficaz para compreender os problemas ambientais, pois estes apresentam contradições que não são baseadas na luta de classes; b) reconhecer os limites físicos e naturais frente ao desenvolvimento das sociedades humanas; c) fazer uma leitura crítica da teoria marxista do valor que é fundado exclusivamente sobre o valor de troca, não considerando o valor intrínseco dos recursos naturais e da geração de resíduo, por exemplo.

O eco-marxismo se propõe aprofundar o materialismo histórico com um olhar ecológico. Leff se integra definitivamente ao eco-marxismo a partir de sua segunda edição de "Ecologia e Capital", publicado em 1994. Entretanto, é na edição mais recente, de 2000, que o autor inclui novas análises que se referem ao papel da cultura, da democracia e da participação social. Pode-se considerar que o novo texto busca uma construção de uma racionalidade ambiental. Segundo Leff, as sociedades que são ditas modernas seguem a lógica produtivistas e, portanto, não

são ecológicas. Os ciclos naturais não são considerados na racionalidade econômica dos sistemas sociais e assim não são sustentáveis.

A busca de uma racionalidade ambiental ocorre a partir da identificação de elementos que são essenciais a uma estratégia de produção alternativa, onde a natureza é integrada à lógica de produção. A racionalidade ambiental deflagra a necessidade do desenvolvimento de uma eco-tecnologia, baseada nos ciclos ecológicos. Um bom exemplo é, segundo o autor, a agroecologia (ALTIERI, 1999). De acordo com Leff, a nova racionalidade deverá ser fundada sobre uma (re)apropriação social da natureza com formas diretas de democracia participativa – contrariando a democracia representativa tradicional. Por sua vez, a gestão direta de recursos naturais deverá ser baseada nas práticas tradicionais provenientes de culturas que apresentam um comportamento mais harmonioso e sustentável com a natureza.

Esse enfoque adotado por Leff é interpretado por alguns autores como localismo, no qual a ideia central se baseia na apropriação e controle da economia pelas comunidades e regiões, evidenciando a prioridade de autosuficiência na produção local. O autor critica os economistas ambientais neoclássicos que acreditam que os problemas ambientais serão regulados a partir do preço da natureza, por exemplo no caso do pagamento por serviços ambientais. Leff defende a ideia da participação social, a valorização de culturas tradicionais e as eco-tecnologias para a gestão comunitária de recursos naturais e de sociobiodiversidade.

O conflito socioambiental a que se refere este estudo se revela no âmbito da implantação de projetos de desenvolvimento sustentável que podem representar modelos alternativos à ideia da globalização, à economia mundial industrial e à lógica do mercado atual, tais como os propostos por Leff. Assim, o histórico de conflito socioambiental em torno do uso e ocupação de determinado território no contexto do Estado de São Paulo pode revelar as estruturas de poder, representadas por ideologias dominantes e subjugadas. No entanto, não se trata aqui de discutir sistemas sociais e políticos envolvidos, mas sim em que circunstâncias esses conflitos se evidenciam e quais as estratégias desenvolvidas para o estabelecimento de processos dialógicos de negociação.

Leff (2000) considera que os movimentos sociais rurais podem ser definidos também como movimentos socioambientalistas. As demandas de reconhecimento de relações tradicionais com a terra dos movimentos sociais rurais podem vir a legitimar

seu direito de auto-gestão dos recursos naturais. No entanto, nem todas as populações tradicionais se constituem, são consideradas ou se auto-referenciam enquanto movimento social rural, mas, na maioria dos casos, como movimento socioambientalista.

Assim, consideramos aqui como conflito socioambiental os conflitos sociais ligados ao acesso e à exploração de recursos naturais, envolvendo atores sociais que se encontram organizados de maneira distinta. Os conflitos socioambientais podem ocorrer em diferentes esferas, podendo chegar a situações de conflitos armados, de âmbito nacional e internacional.

A ecologia política, enquanto um quadro científico que dialoga com as ciências naturais e ciências humanas, apresenta como unidade de análise o território em sua dimensão ecológica e política. No âmbito da ecologia política é possível analisar os diferentes atores sociais (movimentos sociais organizados, movimento sócio/ambientalista, empresas privadas, poder público, ONGs, etc.) que disputam interesses sobre determinado território, notadamente no que se refere à reafirmação de identidade política e cultural de grupos sociais oprimidos, sendo eles autóctones ou não. Esses grupos buscam de alguma maneira defender sua identidade e seu território de processos culturais globalizantes ou predatórios (ALLIER, 2007).

Segundo Guillaume Fontaine (2010), é possível nos perguntar: o que o conflito socioambiental pode nos dizer sobre a sociedade em que ele se instaura? A partir da identificação de cada ator social envolvido no contexto a ser analisado, é possível caracterizá-los segundo seus interesses sob o território (interesse mundial, interesse cooperativo, interesse popular, interesse sociais, culturais, econômicos e políticos de determinadas camadas sociais), dando pistas acerca dos seus pontos de convergência e pontos de conflitos. Pode-se considerar também que o fenômeno da vida política de determinada população é um indicador social relevante para a análise do conflito. Visto que a formação política de determinado grupo social pode favorecer processos de reivindicação de direitos, de defesa dos interesses e, por fim, de negociação.

Os ritmos das negociações em torno de um conflito socioambiental geram em torno de diversos interesses, que vão além da capacidade de resolução do problema em si. Longos processos de negociação, que atravessam gerações, podem abarcar ao processo do conflito novas configurações ao longo dos anos.

Além disso, os processos de negociação de conflitos demandam a presença de uma entidade mediadora, que deverá promover ensaios dialógicos, utilizando-se de ferramentas de comunicação e de participação social (FONTAINE, 2010).

No entanto, para a linha da economia ambiental (fundamentada pela economia neoclássica) deve-se permitir que haja a regulação dos problemas ambientais e conflitos socioambientais por meio de mecanismos de mercado. Neste contexto, o poder público apresenta limitações em mediar este conflito em executar projetos inovadores de gestão. Cabe então à sociedade civil organizada persistir em suas reivindicações e defesa de interesses, possibilitando o surgimento de efeitos políticos que podem levar a uma solução.

Os primeiros passos para a criação de estruturas e ferramentas de gestão ambiental do Estado de São Paulo ocorreram por meio da criação de instituições governamentais. Elas podem ser observadas a partir de 1886 com a criação do Instituto Florestal de São Paulo, desenvolvendo ações pioneiras em manejo e conservação de recursos florestais, além do desenvolvimento de pesquisas científicas essenciais à gestão. No entanto, somente em 1983, a partir da influência do movimento ambientalista e do surgimento de problemas de saúde pública ligados às questões ambientais nas grandes cidades²⁰, é criada uma estrutura mais complexa de política ambiental. Trata-se do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), do qual decorre a criação da Secretaria de Meio Ambiente, em 1986. A criação do CONSEMA também ocorre em um momento de redemocratização do país, no qual era possível reconstruir estruturas mais dialógicas dentro da própria estrutura de gestão pública, permitindo maior interação entre Estado e sociedade civil. Sua composição é de 36 membros, entre os quais, 18 são representantes dos órgãos do governo do Estado e os outros 18 membros são entidades da sociedade civil. Dentre estes 18 membros representantes da sociedade civil, 6 são representantes das ONGs ambientalistas cadastradas na Secretaria Executiva do Conselho. Anualmente, essas entidades se reúnem em assembleia e elegem os 6 titulares e 6 membros suplentes. A presidência do Conselho fica a cargo do secretário do meio ambiente, indicado pelo Governador.

²⁰ Em 1983 surgem os sérios problemas de contaminação em Cubatão e a cidade de São Paulo foi considerada possuidora de um dos mais altos índices de poluição.

A gestão das áreas naturais protegidas do Estado de São Paulo esteve sob responsabilidade do Instituto Florestal até o ano de 2007, quando foi criada a Fundação Florestal que passou a dividir esta função com o Instituto. Na mesma época foi instituído o decreto nº 51.453 de 29 de dezembro de 2006 que cria o Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR).

O Sistema Estadual de Florestas é composto pelas unidades de conservação de proteção integral, pelas florestas estaduais, estações experimentais, hortos e viveiros florestais, e outras áreas naturais protegidas, que tenham sido ou venham a ser criados pelo Estado de São Paulo e estejam sob a administração do Instituto Florestal, da Secretaria do Meio Ambiente, e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

O SIEFLOR tem como órgão consultivo e deliberativo o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, com as atribuições de acompanhar a implementação do sistema; tem como órgão central a Secretaria do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o sistema; e tem como órgãos executores a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo e o Instituto Florestal, da Secretaria do Meio Ambiente.

Em 2009 o decreto estadual nº 54.079 altera os artigos 5º, 6º do decreto anterior. O Artigo 5º trata das ações para a conservação, manutenção, proteção e fiscalização das áreas protegidas, pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado e o Artigo 6º aborda a gestão da pesquisa, que deve ser desenvolvida em conjunto com a Fundação Florestal, definindo em seus incisos:

III - a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico das áreas integrantes do SIEFLOR, considerando, entre outros, os seguintes temas: a) as funções e serviços ambientais dos remanescentes nativos do Estado de São Paulo; b) as mudanças climáticas e suas conseqüências para a biodiversidade; c) os indicadores de qualidade e sustentabilidade ambiental da biodiversidade; d) a sustentabilidade dos sistemas produtivos agro-silvo-pastoris; e) o manejo e o melhoramento genético das florestas de produção; f) o manejo das florestas naturais e demais formas de vegetação para a obtenção de produtos não madeireiros; g) a fauna silvestre; h) os ecossistemas costeiros e marinhos;

IV - a pesquisa da produção de sementes e mudas de espécies florestais exóticas e nativas;

V - a pesquisa de produtos florestais não madeireiros e madeireiros;

VI - a pesquisa para subsidiar ações de proteção e recuperação de recursos hídricos, edáficos e paisagísticos (SMA, 2009).

Este modelo reforça a importância do desenvolvimento tecnológico e da pesquisa científica no âmbito das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. No entanto, não apresenta em seus itens ações prioritárias relacionadas à questão da presença humana em áreas naturais protegidas, da conservação da sociobiodiversidade e do etnoconhecimento. A criação de unidades de conservação integral ganham neste contexto uma noção prioritária, em detrimento da reprodução cultural das populações tradicionais que vivem e se relacionam com a floresta.

Os esforços em conservação da biodiversidade parecem estar centrados em preservar as áreas naturais ainda existentes, em detrimento do maior controle da expansão de uma cultura exploratória dos territórios do interior paulista. Neste sentido, ao mesmo tempo em que o número de áreas naturais protegidas aumenta no âmbito estadual, estão também em expansão as áreas de fronteiras agrícolas no interior do estado, buscando alcançar o modelo convencional agroindustrial de exportação, notadamente manifestado pela expansão da cana-de-açúcar nos últimos anos. Em ambas as situações, na expansão da cana-de-açúcar e na expansão das áreas de unidades de conservação, os pequenos agricultores familiares e populações tradicionais são pressionados a sair de suas terras.

Na atual lógica de desenvolvimento observada no Estado de São Paulo, intensifica-se a agricultura em grande escala, libera-se áreas para a conservação integral de ecossistemas, mas ainda é muito incipiente os incentivos para a integração entre agricultura e natureza. Conforme Chapell e colaboradores (2009) este fenômeno é conhecido como *land sparing x land sharing*, representado, de um lado, pela biologia da conservação e, de outro, pelos projetos desenvolvimentistas para a agricultura convencional. “O discurso tradicional biologia da conservação traz um enfoque exclusivo nas unidades de conservação (UCs), prejudicando os esforços de preservação da matriz paisagística como todo” e o desenvolvimento das populações tradicionais e pequenos agricultores localizadas no interior das mesmas. Além disso, a modernização da agricultura também trouxe consequências catastróficas para a agricultura familiar, criando verdadeiros vácuos sociais nas áreas rurais e naturais. Ainda para os autores:

Através da crítica agroecológica, ambas as correntes, a conservacionista e a desenvolvimentista, se baseiam em preceitos

falaciosos. Tendo em vista essas contradições, o estudo da agroecologia, mais especificamente o estudo dos sistemas agroflorestais diversificados, contribui para a conservação e traz uma maior responsabilidade social para a produção agrícola (CHAPELL et.al., 2009).

Para ilustrar a expansão dos modelos apresentados acima, são apresentados o Anexo C – Mapa das Unidades de Conservação no estado de São Paulo de 2009 e no Anexo IV – Mapa de porcentagem das regiões administrativas ocupadas pelo cultivo da cana-de-açúcar na safra 2008/2009 no estado de São Paulo. A tabela abaixo apresenta os dados sobre as áreas protegidas no Estado de São Paulo:

Número de UCs	Categoria de Unidade de Conservação (SNUC, 2000)	Área – hectares*
29	Área de Proteção Ambiental – APA	1.513.267,08
03	Área de Proteção Ambiental Marinha	1.123.104,68
04	Área de Relevante Interesse Ecológico - AIREIS	19.226,02
02	Reserva Extrativista (RESEX)*	2.790,46
05	Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS	12.665,06
11	Reserva Particular do Patrimônio Natural	3.604,62
1	Floresta Estadual	2.230,53
38	Parque Estadual	767.681,88
16	Estações Ecológicas	240.528,30
TOTAL		3.685.098,63 ha

Quadro 8 – Unidades de Conservação do estado de São Paulo

(Fonte : Tabela criada a partir dos dados da Fundação Florestal – www.fflorestal.sp.gov.br)

* A RESEX é de gestão federal realizada pelo ICMBio.

É possível observar que o número de unidades de proteção integral, conforme apresentado na tabela acima, é elevado frente ao número de unidades de conservação de uso sustentável, conforme as linhas em destaque no quadro. No entanto, por englobar as áreas das APAs e APAs Marinhas, em hectares, as áreas de uso sustentável são maiores, em comparação com as áreas das unidades de proteção integral.

No que se refere às Reservas de Desenvolvimento Sustentável paulistas, pode-se considerar que estas foram áreas criadas recentemente, notadamente aquelas que se encontram no âmbito da criação de novos mosaicos de UCs no Vale do Ribeira. Atualmente esta região conta com 5 RDSs, apresentadas a seguir:

Nome	Número de famílias	Município	Área
Barreiro/Anhemas	176	Barra do Turvo	3.175,07 ha
Quilombos de Barra do Turvo	136	Barra do Turvo	5.826,46 ha
Pinheirinhos	60	Barra do Turvo	1.531,09 ha
Lavras	4	Cajati	889,74 ha
Itapanhapima	----	Cananéia	1.242,70 ha
Área total de RDSs paulistas		Vale do Ribeira	12.668,06 ha

Quadro 9 – As Reservas de Desenvolvimento Sustentável do estado de São Paulo
(Fonte : Tabela criada a partir dos dados da Fundação Florestal – www.fflorestal.sp.gov.br)

Entre as RDSs paulistas, destacam-se a RDS Barreiro/Anhemas que é marcada por áreas de pecuária e áreas de implantação de sistemas agroflorestais. A área é destinada a alojar populações tradicionais que residiam anteriormente na área de criação do Parque Estadual do Jacupiranga; a RDS Quilombos de Barra do Turvo é composta por famílias de remanescentes quilombolas de Ribeirão Grande, Terra Seca, Cedro e Pedra Preta; e a RDS de Itapanhapima compõe o Mosaico de UCs do Jacupiranga (Lei n. 12810, 2008) e aloca populações tradicionais e pescadores artesanais oriundas do Parque Estadual Lagamar de Cananéia. Estas RDSs encontram-se em fase de implementação e ainda não possuem plano de manejo.

Acredita-se que a escolha de áreas para a criação de Unidades de Conservação, assim como as mobilizações que giram em torno da gestão eficaz dessas áreas podem corresponder a ideologias e a modelos de desenvolvimento e de conservação antagônicos. Além disso, o processo de escolha da categoria de uma UC em determinados territórios não significa necessariamente um processo construído de maneira consensualizada entre os atores sociais envolvidos, deflagrando os conflitos socioambientais.

Mesmo considerando os aspectos científicos em primeiro plano, as escolhas de áreas para criação de UCs não necessariamente estão isentas de tomadas de decisão políticas ou especulativas, que vão além do interesse ecológico, caracterizando-se também como de ordem econômica. Afinal, os territórios onde se encontram as UCs possuem significativas concentrações de recursos naturais tais como a biodiversidade, recursos hídricos, recursos energéticos e minerais. Considera-se nesta análise que as disputas em torno do acesso aos recursos naturais são os principais fatores que impulsionam conflitos socioambientais e que não podem ser desconsiderados no processo de definição de um determinado território a ser transformado em unidade de conservação.

4.2 O histórico dos ciclos econômicos no Vale do Ribeira

O primeiro registro sobre a ocupação e o povoamento da região do litoral Sul do Estado de São Paulo é de sambaquieiros. Acredita-se que por volta de 8.000 anos atrás surgiram na região grupos que se caracterizaram como pescadores, coletores e caçadores do litoral. Esses grupos, com populações grandes e estáveis, se estabeleciam preferencialmente nas planícies costeiras e nas zonas lagunares, onde viviam principalmente da pesca, da coleta de vegetais e da caça de animais de pequeno porte.

Ao analisar o caso do Vale do Ribeira, região que possui um dos menores IDH – Índice de Desenvolvimento Humano do Estado de São Paulo, pode-se considerar que as populações de migrantes, desprovidas de condições técnicas para atuarem nas atividades industriais modernizadas advindas do progresso paulista, encontraram naquela região verdadeiros refúgios de culturas isoladas e desvalorizadas frente à lógica capitalista. Assim, tais populações passaram a desenvolver não somente técnicas de convivência com a produtividade natural dos ecossistemas, mas também práticas exploratórias a custo de sua sobrevivência (tais como extração de palmito, madeiras de lei, carnes de caça, etc.). Neste processo evidencia-se a perturbação de determinado sistema econômico frente ao desenvolvimento de uma cultura tradicional, que deixa de interagir com o ecossistema local e passa a reproduzir a lógica de um modelo explorador, numa busca incessante pelo reconhecimento social, aos moldes da modernidade.

Assim, na atualidade pode-se considerar que existem diversos modelos de florestas culturais, tanto aquelas que se mantêm de uma forma mais conservadas (no que se refere à manutenção da biodiversidade local), como as florestas que sofreram intervenções de uma cultura exploratória e que apresentam fortes traços de modificações nos padrões da biodiversidade, caracterizando os interesses culturais, sociais e políticos em torno das espécies priorizadas.

Efetivamente, o Vale do Ribeira apresenta um real interesse para a reflexão sobre estratégias de proteção com desenvolvimento: i) a agricultura familiar é a mais numerosa no estado, o que favorece uma ebulição de propostas com vistas a um desenvolvimento rural sustentável; ii) as populações tradicionais quilombolas, ribeirinhas, caiçaras e indígenas são numerosas e se mobilizam por uma defesa e reconhecimento de seus direitos; iii) os índices de desenvolvimento humano, na maior parte dos seus municípios, são modestos; iv) os remanescentes de Mata

Atlântica constituem uma grande reserva do patrimônio natural do estado. Ademais, a região foi declarada Patrimônio Natural da Humanidade, em abril de 1999, pela Unesco, órgão das Nações Unidas, justamente por ser a maior área preservada de floresta atlântica da região Sudeste do Brasil. (MORUZZI MARQUES et.al., 2009)

Para uma análise dos conflitos nesta região, a identificação de duas visões polares pode ser útil: por um lado, a proteção do patrimônio natural e das comunidades tradicionais é vista freqüentemente como um entrave ao desenvolvimento e, por outro lado, as peculiaridades naturais e culturais da região são consideradas como uma potencialidade, tendo em vista algumas tendências contemporâneas em torno das representações sobre qualidade de vida, tais como aquelas apontadas por Ângela Damasceno Ferreira (2002) acerca da ruralidade. É neste quadro que grandes projetos industriais, agropecuários, madeireiros, imobiliários e turísticos são justificados por discursos que apontam estas atividades como aquelas que podem trazer desenvolvimento econômico para a região, permitindo seu desbloqueio (MORUZZI MARQUES et.al., 2008).

Aqui, convém lançar um olhar histórico sobre a ocupação desta região. Bacia hidrográfica com a maior preservação do bioma da Mata Atlântica, o Vale do Ribeira conheceu uma exploração antiga pelos portugueses que desembarcaram no Brasil. Tratava-se de uma região estratégica, visto que Cananéia se situava no ponto extremo do domínio português, segundo o Tratado de Tordesilhas. No entanto, esta ocupação ocorreu de forma dispersa, provocando o isolamento da maioria de seus habitantes (MORUZZI MARQUES et.al., 2008).

Assim, o Vale do Ribeira pouco se integrou as principais dinâmicas econômicas paulistas (notadamente, em torno da expansão da cultura do café). Em poucos momentos históricos o Vale do Ribeira se destacou como centro econômico de envergadura. Entre o final do século XVIII e meio do século XIX, a Vila de Iguape conheceu um período de apogeu graças aos recursos vindos ainda da mineração, mas também à expansão da rizicultura e da construção naval. Nos dias de hoje, os casarões do centro histórico de Iguape revelam este período de prosperidade (VALENTIN, 2003).

No caso da rizicultura, a força de trabalho escrava permitiu seu avanço pelas várzeas do Vale do Ribeira, especialmente aquelas perto do porto de Iguape. Foi assim que este município tornou-se o maior produtor brasileiro de arroz. Portanto, o

porto local explica, em grande medida, o fenômeno: o acesso precário por vias terrestres era totalmente compensado pelo excelente atracadouro de Iguape.

A ideia de reduzir o tempo e as dificuldades do transporte das sacas de arroz (realizado, numa primeira etapa, em canoas das áreas de produção até o Porto do Ribeira e, numa segunda etapa, em carroças deste ponto até aquele de Iguape) e também diminuir as despesas com frete levou à concepção de um projeto de construção de um canal com três quilômetros de comprimento. Iniciada em 1827, as obras de implantação de tal canal, Valo Grande, foram completamente concluídas vinte e cinco anos depois, em 1852. Porém, os enormes desequilíbrios em torno desta construção já originam prejuízos desde a década de 1840.

Provocada pelo aumento da velocidade das águas com a grande declividade do canal, a forte erosão, agravada nas épocas de cheia, leva a um acelerado processo de assoreamento do mar de Iguape nos arredores do porto. Ademais, este encurtamento do Ribeira de Iguape implicará em inundações constantes nas comunidades ribeirinhas. Em poucos anos, os bancos de terra tomam o porto por completo, impedindo a navegação de embarcações de grande porte (VALENTIN, 2003). Portanto, esta limitação do transporte naval provoca um gargalo econômico com implicações consideráveis: tal fenômeno aciona um freio para o crescimento da economia regional.

Desta forma, muitas comunidades de pequenos agricultores, caiçaras ou quilombolas permanecem bem isoladas por muito tempo. O bloqueio econômico permite a preservação de relações de pronunciada autonomia local, as atividades agrícolas estando voltadas sobremaneira para o auto-sustento.

É apenas a partir de 1950 que uma nova ocupação altera a rotina das populações tradicionais da região: a extração do palmito. Esta última se desenvolve na medida em que se reduz gradualmente o isolamento da localidade, em razão de múltiplos agentes, dos quais se pode destacar: a implantação de projetos de colonização fundados, sobretudo, na imigração japonesa e a expansão da apropriação privada das terras florestadas do Vale do Ribeira, favorecida pela construção da BR 116 (no final dos anos de 1950).

Quanto ao projeto de colonização oficial, tratou-se de uma ocupação que precedeu aquela data chave mencionada anteriormente (1950), atingindo um território cuja penetração foi favorecida pela estrada de ferro Santos-Juquiá. Com vistas a promover o progresso de uma região considerada pelos gestores públicos

do governo estadual como “decadente” e “vazia”, tal intervenção privilegiou um modelo de empreendimento agrícola fundado em critérios exclusivamente mercantis. As famílias trabalhadoras selecionadas deveriam ser dotadas de uma “capacidade de trabalho”, comprovada pela implementação de cultivos agrícolas em 1/3 do lote ao fim do terceiro ano de sua instalação. Tal comprovação era um passo primordial para se alcançar a plena propriedade privada da terra pelo colono. O contingente populacional alvo desta política de colonização foi os imigrantes de origem nipônica, considerados como portadores de qualificações profissionais e atributos psicossociais adequados aos objetivos modernizantes. Durante 10 anos nos idos de 1930, grandes ondas de migrantes japoneses (média anual de 10.000 pessoas) desembarcaram no Brasil em razão, sobretudo, da experiência paulista de colonização (QUEIROZ, 2006).

Em 1950, a política de colonização, que privilegiou o trabalhador de origem nipônica e desconsiderou por completo as populações locais, já tinha sido abandonada. A bananicultura, meio pelo qual deveria se operar a modernização e o progresso do Vale do Ribeira mostrava que podia avançar sem maiores intervenções governamentais em razão da consolidação dos interesses capitalistas na região. Evidentemente, esta expansão deixa em abandono os pequenos posseiros, há muito tempo ali instalados (MORUZZI MARQUES et.al., 2008).

Estes últimos integram, como sugere o debate em torno da obra de Jessé Souza (2003), o grande grupo de brasileiros dotados de um “*habitus precário*”²¹. Em outras palavras, estes brasileiros incorporam esquemas cognitivos que orientam para disposições e condutas consideradas pouco adequadas e pouco úteis à sociedade e ao capitalismo. Assim, este enorme contingente populacional tende a marginalização, ainda mais que, nas modernas sociedades periféricas como a brasileira, não se constituiu um acordo trans-classista com vista à integração social. Desta maneira, ocorre a propagação e o enraizamento da sub-cidadania brasileira.

²¹ Inspirado no conceito de Pierre Bourdieu, “a apropriação de esquemas cognitivos e avaliativos transmitidos e incorporados de modo pré-reflexivo e automático no ambiente familiar desde a mais tenra idade, permitindo a constituição de redes sociais, também pré-reflexivas e automáticas, que cimentam solidariedades e identificação, por um lado, e antipatia e preconceito, por outro” (SOUZA, 2003, p, 158), este autor brasileiro aponta para a ampla disseminação do *habitus precário* (certo tipo de personalidade julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo) como problema central da desigualdade social no Brasil. O abandono do negro cria condições perversas de perpetuação deste *habitus precário*, o que leva a um ciclo ininterrupto de vida marginal e humilhante, na qual o preconceito de cor é algo secundário.

No Vale do Ribeira, este fenômeno é notório: sem crédito, infra-estrutura ou outro estímulo oficial, a população de pequenos agricultores se torna mão-de-obra barata e pouco qualificada dos empreendimentos modernizantes (MORUZZI MARQUES et.al., 2008).

Enquanto protótipo destes empreendimentos modernos na região, a bananicultura conhece um crescimento incessante, partindo, no final do século XIX, do litoral, mais precisamente dos municípios da Baixada Santista ao redor do porto de Santos, até alcançar Sete Barras e Eldorado, nos anos de 1970. Efetivamente, a expansão da rede de rodovias, permitindo o escoamento da banana, sobretudo, para a cidade de São Paulo, impulsiona o crescimento dos bananais.

A atividade desenvolvida no contexto da Juréia-Itatins se centralizou na a extração do palmito, como em boa parte do Vale do Ribeira, a partir dos anos de 1950. Portanto, este fenômeno modifica profundamente os estilos produtivos locais. O corte da palmeira juçara (*Euterpe eduli*) foi estimulado pela instalação de indústrias beneficiadoras na região. Esta atividade conheceu um forte incremento com a instalação na região de indústrias de processamento do palmito.

A retirada e venda do palmito permitia aos moradores locais um acesso, mesmo que reduzido, à renda para a compra de novos produtos que penetravam na localidade e provocaram alterações nos padrões de consumo e modos de vida. No final dos anos de 1970, a extração do palmito juçara passou a ser legalmente proibida. Em seu lugar, palmitos oriundos de outras palmeiras foram experimentados na região, sobretudo a pupunha. Esta última conhece, nos últimos anos, grande expansão, chegando a ocupar entre 8.000 a 10.000 ha da superfície cultivada, segundo estimativa de Edson Nomura, pesquisador da APTA regional do Vale do Ribeira (entrevista realizada em fevereiro de 2008). Desta maneira, o cultivo da pupunheira toma gradualmente o lugar do chá preto. A propósito, a teicultura teve muita importância na região em razão das escolhas dos agricultores de origem japonesa, porém conhece acentuada decadência desde a década de 80.

A ameaça que pesa sobre a palmeira juçara motiva a elaboração e implantação de uma série de projetos de restauração desta palmácea nas terras do Vale do Ribeira. Nesta perspectiva, as populações locais passam, em alguma medida, a serem potenciais guardiãs da conservação, recuperação e uso

sustentável da palmeira juçara²². A proposta de ressignificação do papel social, ambiental e cultural das populações que habitam os territórios das Unidades de Conservação constitui uma questão maior dos debates e conflitos contemporâneos na região.

4.3 A criação da EEJI: o marco da conservação no estado de São Paulo

O Estado de São Paulo abriga parcela extremamente significativa da Mata Atlântica, uma das mais importantes e ameaçadas florestas tropicais do planeta, que ocorre principalmente ao longo das encostas da Serra do Mar e Vale do Ribeira. Neste conjunto, abrangendo dois maciços e uma ampla planície litorânea, destaca-se a Estação Ecológica de Juréia-Itatins. Nessa região, um mosaico de ambientes ainda bem conservados recobre a planície – com brejos, lagunas, dunas, a restinga arbórea e arbustiva/herbácea, além de manguezais; e ambientes serranos com a Mata Atlântica inserida em três segmentos: a floresta Baixo-Montana, a Montana e a Topo-Montana ou mata de neblina (SANCHES, 1997).

No processo de devastação da Mata Atlântica muito se perdeu e ainda se perde em termos de conhecimentos biológicos em torno das espécies endêmicas e ainda desconhecidas deste bioma (MARQUES, 2004). Certamente, a criação de Unidades de Conservação nos fragmentos ainda existentes foi um primeiro passo importante, mas os entraves de gestão dessas áreas as tornam insuficientes no que se refere à efetiva conservação de biodiversidade. Neste contexto, ressalta-se a importância das pesquisas desenvolvidas por institutos de pesquisa e universidades do estado de São Paulo nestas áreas, destacando-se como os principais detentores do conhecimento do meio físico, biológico e antrópico.

A Estação Ecológica Juréia-Itatins atraiu, desde a sua criação, a atenção do movimento ambientalistas, de intelectuais e muitas pesquisas científicas, notadamente muito incentivadas pelo Programa Biota da Fundação de Amparo à

²² Tal como sugere um projeto do Instituto Socioambiental, que prevê “a participação efetiva de representantes comunitários na implantação e monitoramento das atividades, de repovoamentos realizados em mutirões, a implantação de módulos de sistemas agroflorestais e a construção de pequenos viveiros de mudas. O projeto também busca fomentar espaços de discussões sobre o uso múltiplo do palmito juçara para geração de renda nas comunidades, com a conseqüente diminuição da exploração clandestina do palmito na Mata Atlântica” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2008). Aliás, O Instituto Socioambiental, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, desenvolve inúmeros projetos junto às comunidades quilombolas, tais como o incremento da produção, processamento e comercialização da banana orgânica e o ecoturismo.

Pesquisa do Estado de São Paulo. Nos últimos anos algumas publicações buscaram sistematizar os inúmeros dados coletados na região, mostrando-se também como um desafio – a divulgação científica acessível não somente à comunidade acadêmica, mas também disponível e aplicada aos processos de tomada de decisão de políticas públicas, aos técnicos, gestores, populações tradicionais e demais atores sociais envolvidos.

A Estação Ecológica Juréia-Itatins, com quase 80.000 hectares, é uma das maiores Unidades de Conservação do sudeste do Brasil e tornou-se um símbolo para a preservação da Mata Atlântica. Esta reserva está situada no litoral sul do estado de São Paulo, um dos estados brasileiros mais desenvolvidos em relação à pesquisa científica. No entanto, para a maioria das pessoas, a EEJI é um local intangível, guardando uma enorme riqueza de informações (MARQUES 2004, p.13).

Tais características conferem à área uma intrincada trama de relações ecológicas. Complementando essa paisagem natural, há alguns bairros rurais, de baixa densidade demográfica que mantém ainda sistemas tradicionais de produção concomitantemente às produções agrícolas convencionais degradantes. Trata-se de populações caiçaras e cablocas que conseguem seu sustento através da agricultura, pesca, extração de recursos naturais com baixa capitalização (INSTITUTO FLORESTAL, 2008).

A primeira iniciativa legal para a conservação da Mata Atlântica na área que hoje faz parte da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) é de 1958, quando foi criada a Reserva Estadual de Itatins através do Decreto Estadual 31.650 de 8 de abril, numa área de 12.058 hectares de terras declaradas devolutas na vertente atlântica da área montanhosa da Serra do Itatins. Através do Decreto nº 41.538 de 28 de janeiro de 1963 foi criada a Reserva Indígena de Itariri, destinada ao estabelecimento de índios Guarani. Porém somente em 1979 os órgãos governamentais representados pela Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA – governo federal) e o Conselho do Meio Ambiente de São Paulo iniciaram a implantação de áreas naturais protegidas, consideradas pelo estado como sendo “mais efetivas” para a proteção ambiental.

A justificativa do Estado para a implantação de tais áreas protegidas girou em torno da necessidade de controle do crescente interesse de vários setores

econômicos, principalmente no campo imobiliário e turístico (SANCHES, 1997) em ocupação daqueles territórios, que não é diferente do assombroso movimento que assola a toda região litorânea do país.

A partir destas iniciativas governamentais, foi assinado um contrato de comodato (25 de julho de 1979) entre a SEMA e os proprietários da região, possibilitando a criação da EEJI com uma área de 1.100 hectares (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2010). Entretanto, ressalta-se que o órgão público em questão, apenas levou em consideração os acordos feitos com os indivíduos que apresentaram o documento de propriedade, que para a região compõem a minoria. A maioria dos moradores locais não possuem tais documentos e subsídios burocráticos, apresentado uma certa superficialidade na análise da situação fundiária do território, antes da criação da EEJI.

O CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), por meio da Resolução 11, declara o Maciço da Juréia como Área Natural Tombada, que posteriormente seria agregada ao Tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba, mediante a Resolução 40/85. Em 4 de julho de 1980 um Decreto Federal declara, em benefício da NUCLEBRAS (Empresa Nuclear Brasileira S/A), todo o Maciço da Juréia e Parnapuã, e a extensa planície costeira circundada pelo Rio Una do Prelado como terras de utilidade pública para fins de desapropriação, visando a implantação de usinas nucleares. Apesar de inúmeros protestos contra a construção da usina na região, os moradores dos bairros envolvidos no território da “Estação Ecológica Nuclear” acreditavam que com a construção da usina alguns benefícios chegariam na região, como estradas, sistemas de água, esgoto e luz, além de proporcionar empregos para os moradores.

Entretanto, como a NUCLEBRAS não efetivou a desapropriação das áreas declaradas de utilidade pública, em 1985, a empresa perdeu o direito de permanecer com a posse da terra. Sendo assim, toda área retornou aos seus antigos proprietários. Nesses termos, a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins adveio da desistência da desapropriação de 23.600 ha, por parte da NUCLEBRAS, local onde seriam implantadas as usinas de energia nuclear do Programa Brasileiro de Centrais Nucleares (PATIRE *et al.* 2004). Cabe também lembrar que com a instituição das Áreas de Proteção Ambiental (APA) no país, parte da área da Juréia foi englobada pela APA de Cananéia, Iguape e Peruíbe, criada pelo Decreto Federal n° 90.347/84 e pelo Decreto Federal n° 91.892/85.

Em 20 de janeiro de 1986, o Decreto Estadual 24.646/86 passou esta área, que antes era compreendida como Estação Ecológica Federal sob regência da NUCLEBRAS, para Estação Ecológica Estadual englobando também a reserva Estadual de Itatins. Assim, configurou-se a Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) criada pela Lei Estadual n° 5.649, de 28 de abril de 1987, com o objetivo básico de assegurar a integridade dos ecossistemas, bem como proporcionar sua utilização para fins educacionais e científicos (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2010). Além desta lei, pode-se encontrar um arcabouço jurídico que subsidia os objetivos da EEJI, como por exemplo: a Emenda Constitucional no 56/86, estabelecendo que deve permanecer sob a proteção especial do Estado a biota da vertente atlântica da Serra do Mar. O Anexo E apresenta a localização da EEJI e os seus limites iniciais.

Em outubro de 1991, o Decreto Estadual n° 32.412 propõe o cadastro de identificação dos moradores integrantes das populações tradicionais situadas na EEJI, no qual seriam estabelecidos quais deles teriam o direito de desenvolver as atividades agrícola e/ou pesqueira na área. Neste caso ainda não havia a perspectiva fortalecida na proposta de criação de uma RDS, mas sim, embasada pelo artigo 42 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC que prevê a manutenção da qualidade de vida das populações tradicionais enquanto não se soluciona a questão da regularização fundiária, a qual pode levar anos para acontecer. Este artigo será melhor apresentado no decorrer do trabalho.

Segundo dados do censo realizado na EEJI no início da década de 90 havia a existência de treze principais núcleos de população e várias unidades familiares dispersas. Ao todo, foram identificadas 385 famílias (em torno de 1.285 pessoas) que diferiam umas das outras em relação à origem cultural e regional, quanto ao tempo de permanência na região, quanto à situação jurídica da posse da terra que ocupam e quanto a atividade econômica, político-social e cultural. Nesta mesma época se deu a incorporação de técnicos da SUDELPA no quadro de funcionários da SMA e o governo reconheceu pela primeira vez a existência de moradores chamados tradicionais.

Esse passo foi firmado com a pressão de algumas lideranças locais que habitavam a EEJI para que fossem dadas condições de desenvolvimento às famílias que dependiam de suas terras e da agricultura para viver.

Foi realizado o cadastro da população humana – Cadastro Geral de Ocupantes, ou CGO –, com o fim de identificar e caracterizar os ocupantes e seus

modos de vida. A EEJI compreendia, como até hoje, uma diversidade de ocupações humanas, segundo sua origem, cultura e na sua relação com a terra (SANCHES, 1997). O CGO serviu como respaldo aos técnicos da SMA para viabilizar autorizações, em caráter emergencial, para roças e aproveitamento de madeiras “mortas”, entre outros, àqueles moradores tradicionais que dependiam da agricultura para sobrevivência. Ainda em Sanches (1997), foi nesta época que os técnicos da SUDELPA auxiliaram significativamente na elaboração de laudos de vistorias para requisições de uso agrícola das áreas buscando minimizar os impactos do uso e ocupação humana e as primeiras conversas em torno das propostas de agroecologia foram realizadas com as famílias, buscando soluções para os conflitos gerados. Iniciativas em torno de processos mais participativos e a busca de acordos entre moradores, instituições e ONGs também foram realizadas, mas muito se perdeu após a desvinculação destes funcionários da SUDELPA ao quadro da SMA.

Com base no decreto estadual nº 32.412 de 1º de outubro de 1990, os ocupantes da EEJI foram classificados em duas categorias, segundo os critérios:

1) Tradicional: oriundos da própria região do Ribeira, descendentes de portugueses, índios e/ou negros e que vivem há mais de duas gerações na EEJI. Possuem características peculiares de sua cultura e praticam tradicionalmente a agricultura de coivara, ou de corte-queima, uma herança indígena e principal prática que lhes garante a subsistência. Os principais produtos cultivados por essas famílias são a mandioca doce, mandioca brava (para a fabricação da farinha), o arroz (plantado secularmente nas áreas inundáveis e nos brejos), feijão e milho. A principal fonte protéica hoje advém da pesca, embora no passado a caça também era freqüente e complementar na dieta.

2) Adventícios: aplicado às famílias provenientes de outras regiões, mas que chegaram na EEJI no período anterior à data de sua criação em 1986 (“adventícios antigos”) ou posterior a mesma (“adventícios recentes”) e que, em alguns casos, incorporaram elementos da cultura de subsistência local. Geralmente sua agricultura está voltada ao cultivo da banana (SMA, 1990).

Essa categorização deu origem, portanto, ao Cadastro de Ocupantes da EEJI (batizado de CGO/1990) e ainda é o principal documento que embasa grande parte das decisões referentes ao tema da ocupação humana. Assim, segundo técnicos da SMA, o conceito de “tradicionalidade” serviu enquanto critério para sustentar o direito social desses grupos. Queiroz (1992) entrevistando técnicos, posseiros e membros

dos movimentos ambientalistas envolvidos com a criação da EEJI constatou uma arbitrariedade e controvérsias na demarcação dos limites da EEJI. Segundo o autor, não existia um consenso entre os técnicos sobre as áreas que deveriam ser incluídas dentro dos limites da referida UC. Ocorreu também a inclusão de áreas, apesar de haverem densos núcleos populacionais e o ambiente tivesse sido bastante modificado em função das atividades agrícolas e extrativistas, são elas: Barro Branco, Barra do Una, Itinguçu e Despraiado.

Os motivos que levaram áreas de relevância ecológica não serem incluídas e áreas com intensa ocupação e ambientalmente degradadas serem incluídas nos limites da Estação Ecológica não foram totalmente esclarecidos. No entanto, o autor cita que muitas das áreas que ficaram de fora da EEJI pertenciam a grandes empresas e, por isso, seus donos haviam impedido que fossem transformadas em Estação Ecológica. Outro motivo foi que a incorporação de áreas populacionais à EEJI evitaria a especulação imobiliária e os conflitos pela posse da terra.

Queiroz (1992) entrevistando os técnicos responsáveis pela criação da EEJI afirmou que os limites foram definidos por algumas poucas pessoas, a partir de cartas e mapas da região. No que se refere aos limites da região do núcleo Despraiado, a região conhecida como Vista Grande foi excluída por ter sido destinada à reforma agrária. Nesta mesma área, o divisor de águas estava fora por possuir um nível de ocupação grande e a degradação ambiental da área não justificava a sua inclusão. Entretanto, esta tomada de decisão acarretou em significativos problemas que serão tratados abaixo.

Uma questão interessante é verificar como o estado se posicionou na solução de conflitos na área de Itinguçu. A inclusão desta área à EEJI foi motivo de discussão entre os técnicos, pois se sabia que ali era uma região de conflito. Até aquele momento, já tinham sido assassinadas 11 pessoas pelo confronto entre grileiros e posseiros. Como solução, adotou-se o critério de colocar o Itinguçu dentro da EEJI como princípio para cessar o conflito. Segundo as entrevistas, os técnicos acreditavam que no futuro a área poderia ser retirada da EEJI, mas decidiram incluir a área para que as terras passassem a ser do Estado e, conseqüentemente, perdessem o valor (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2010).

Na região do Despraiado, apesar de possuir uma ocupação humana razoável, havia uma área de relevância para a conservação da biodiversidade que deveria ser preservada. Além disso, como o traçado da EEJI impediu que a BR-101 passasse

pelo litoral, a alternativa então seria transferir a passagem da BR-101 do Itingucú para o Despraiado. Ao incluir o Despraiado nos limites da EEJI foi criado um novo empecilho à construção da estrada. A preocupação em afastar a passagem da estrada nas proximidades da EEJI refere-se ao amplo conhecimento dos impactos negativos que uma estrada gera, ampliando a ocupação e induzindo a expulsão das populações locais, criando eixos de urbanização (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2010).

De acordo Queiroz (1992), os técnicos envolvidos na criação e determinação dos limites da EEJI afirmam ter adotado como critério geral a importância ecológica. Alegam que não se pretendia incluir áreas povoadas, a não ser que fosse para sua própria proteção, e por isso a região do Guaraú foi excluída. Entretanto, os conflitos maiores surgiram com o Itinguçu e Despraiado e tão pouco foram consideradas as populações tradicionais caiçaras que habitavam o interior da EEJI, distribuídas em pequenos núcleos familiares por todo território.

A importância da EEJI passaria a não ser restringida em sua proporção regional, nesta época já havia o consenso de que possuía uma importância mundial. Nos termos dos responsáveis pela criação da EEJI, observou-se a busca pela preservação de um patrimônio que não era somente dos moradores de lá, era do Estado de São Paulo, do Brasil e da humanidade (QUEIROZ, 1992)

Como acima mencionado sobre o histórico do Vale do Ribeira, os ciclos de extração da palmeira juçara para produção de palmito e da caixeta para o uso da madeira, em especial da região da Juréia-Itatins, caracterizam as principais atividades extrativistas, que alteraram por muitos anos os ecossistemas locais, mesmo após a criação da EEJI. No que se refere ao controle da especulação imobiliária, pode-se considerar que a EEJI cumpriu seu papel.

Entretanto, a ausência de planejamento, gestão e de um sistema de proteção, nas áreas ocupadas pelas centenas de moradores, promoveu significativa pressão na exploração dos recursos naturais. Muitos moradores locais optaram por tentar a vida em outras regiões, parte dos que resistiram tiveram que recorrer às extrações ilegais de recursos naturais em busca de sua sobrevivência e reprodução social. Outros, ocupantes e moradores adventícios recentes ainda mantém suas produções convencionais de banana ou praticam suas atividades enquanto veranistas. Com relação ao objetivo de proteção e conservação dos ecossistemas locais, em especial as espécies vegetais ameaçadas de extinção, a não solução dos conflitos resultou

num descontrol e intensificação das atividades extrativistas ilegais e sem critérios de manejo, impedindo que estes objetivos fossem atingidos.

Desde então, as populações tradicionais caiçaras e moradores da Juréia se encontram em situação irregular. Muitos passaram a viver da exploração ilegal do palmito, em condições precárias de acesso à direitos e serviços públicos. Segundo dados obtidos, o final da década de 1980 foi marcado pela ação da força policial carregada da herança do governo militar e foram cometidos atos de violência, destruindo roças e casas.

4.4 O mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins: negociações e conflitos

No caso do Estado de São Paulo, as populações que se encontravam no interior de unidades de conservação de proteção integral, inspirados na história de luta de Chico Mendes, passaram a se organizar e a lutar pela desafetação do seu território e, mais recentemente, passaram a lutar pela recategorização por meio da criação de um mosaico de unidades de conservação, dentre elas, a delimitação das áreas de Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Vale ressaltar que, ao analisar o modo de vida das populações caiçaras, verifica-se que as mesmas sempre manejaram diferentes ambientes da Floresta Atlântica, transformando-os em um mosaico de áreas em diferentes estágios sucessionais de regeneração (SANCHES 2004). Entretanto, a reivindicação em torno da criação de mosaicos de unidades de conservação está relacionada às categorias de gestão e não necessariamente às transformações da paisagem.

Segundo Sanches (2004), as populações de moradores da EEJI passam, a partir de 1990, a incluir em seus discursos de reivindicação dos direitos de permanência nas áreas a possibilidade de tornarem-se protagonistas de outros estilos de desenvolvimento territorial.

É desta maneira que o presidente da União dos Moradores da Juréia - UMJ considera que o debate sobre a sustentabilidade socioambiental tem favorecido um reconhecimento dos modos de vida das populações caiçaras, na medida em que seu modo de exploração agrícola e de ocupação territorial é muito menos agressivo que aquele da sociedade moderna urbana e industrial. Conclui ainda que as Unidades de Conservação de proteção integral são “modelos impostos por técnicos e pesquisadores que vivem na cidade e possuem um modo de vida predatório e

precisam defender a natureza para se sentirem mais tranquilos” (manifestação ocorrida em Audiência Pública, fevereiro de 2010).

“A Estação Ecológica Juréia-Itatins é considerada uma área de administração difícil, pela sua diversidade de características e também pela sua ocupação humana relativamente grande” (NOGUEIRA NETO, 2004, p. 13). Além disso, o autor ainda afirma que a solução para os conflitos socioambientais da EEJI seria a criação de um Mosaico de UCs (NOGUEIRA NETO, 2004).

Sem nenhuma dúvida, o debate em torno da perspectiva de implantação deste mosaico revela as diferentes concepções de desenvolvimento em jogo no Vale do Ribeira. Para nossos propósitos, cabe interrogar em que medida a história de marginalização das populações afetadas favorece a manutenção de sua "invisibilidade política", levando ao fortalecimento de modelos preservacionistas. Neste caso, estes últimos obrigam tais populações a tentativas de inserção subordinada no sistema capitalista imposto, implicando em contradição entre suas críticas e suas práticas.

Com esta perspectiva de investigação, convém assinalar que o cenário social em Juréia e Itatins se altera nos anos noventa, quando surgiram as primeiras associações que representavam os moradores locais. Assim, passaram a buscar de forma organizada o reconhecimento pelos seus direitos, a receber o apoio de entidades atuantes nas causas socioambientais e a denunciar os abusos cometidos pelos órgãos gestores e fiscalizadores. Nota-se neste histórico que a eclosão de conflitos foram decorrentes da falta de planejamento e inoperância dos mecanismos de gestão até então adotados. Segundo dados do Instituto Socioambiental, pode-se considerar que o representativo aumento das áreas protegidas no estado de São Paulo não tem sido acompanhado por um planejamento realista e nem por uma implantação efetiva das áreas. Ademais, o levantamento das propriedades e a desapropriação das terras, que se apresentam como entraves a fluência do processo de gestão, não são levadas a termo.

Após anos de luta pelo reconhecimento dos direitos das populações tradicionais e com a oportuna inovação do SNUC no que se refere ao conceito de mosaicos e unidades de conservação de uso sustentável, em dezembro de 2006 foi criado pela lei estadual nº 12.406/2006. Trata, portanto da instituição do mosaico de unidades de conservação Juréia-Itatins que era composto de sete unidades de conservação: Parque Estadual do Itinguçu, Parque Estadual do Prelado, Reserva de

Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Despraiado, Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una e Refúgios Estaduais de Vida Silvestre das ilhas do Guaraú e da Guaritama. O projeto ainda propunha a criação da RDS Una da Aldeia, com 6.789 ha, visando elevar a área total do mosaico para mais de 117 mil hectares. A lei também previa a ampliação da área de 79.230 hectares para 85.270 ha de parte terrestre, que se soma a 6.953 ha de parte marítima. O Anexo F apresenta a formação do Mosaico Juréia-Itatins instituído em 2006 e o Anexo G traz os dados sobre a distribuição da ocupação humana no território do mosaico.

As alterações dos limites decorreram da necessária compensação da área excluída da estação ecológica (encarada como uma área perdida por parte dos técnicos e preservacionistas atentos) para a criação das RDS e parques (que representam uma categoria menos restritiva, por isso o sentido de “perda”) e pela absorção de outras duas estações ecológicas vizinhas, a dos Banhados Grande e a dos Banhados Pequeno.

No decorrer do processo de elaboração do plano de manejo do Mosaico Juréia Itatins (2008-2009) ocorreram diversos questionamentos relacionados à constitucionalidade da Lei de criação do Mosaico. Em junho de 2009 o Tribunal de Justiça de São Paulo acatou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (nº 153.336.0/-00) movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, pedindo a nulidade da Lei nº 12.406/06 por apresentar um vício de origem (visto que o projeto de lei foi proposto pelo legislativo e não pelo órgão executivo do estado) e por considerar que os estudos que fundamentaram as alterações previstas eram insuficientes, havendo a necessidade do desenvolvimento de um Estudo de Impacto Ambiental da área. Neste momento todos os trabalhos e atividades do plano de manejo foram suspensos. Esta situação provocou nos moradores locais e em alguns técnicos mais comprometidos com a questão socioambiental, por um lado, indignação e desânimo e, por outro, uma expectativa de corrigir os erros do projeto anterior e aprimorar os níveis da participação social.

O Governo do Estado de São Paulo, representado pela Fundação Florestal, órgão da Secretaria do Meio Ambiente, responsável pela criação e gestão das UCs, comprometeu-se em constituir e direcionar um novo projeto de mosaico para a região. Algumas reuniões junto às comunidades e uma audiência pública foram realizadas, sem muitos indicativos de alterações metodológicas que buscassem as efetivas construções dialógicas. A visualização de uma nova proposta ainda se

mostrava nebulosa e com alterações que não representavam a demanda dos moradores. A morosidade em promover os espaços de diálogo e construção de um novo projeto tem proporcionado o aumento dos conflitos e mais uma vez a gestão destas áreas se encontra numa trama truncada.



Figura 6 – Audiências públicas para discussão do novo projeto de Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins

Frente à nova configuração da área de estudo, propomos aqui uma reflexão teórica acerca das questões socioambientais que envolveram este processo, bem como, readequamos a coleta de dados da pesquisa perante ao novo ordenamento e gestão do território, a volta da EEJI. O vínculo estabelecido a partir da participação nas reuniões do plano de manejo e nos espaços democráticos de gestão do território proporcionou contatos com pesquisadores, gestores e lideranças locais. O acompanhamento destas atividades fortaleceu ainda mais o envolvimento com a população local e possibilitou a identificação de demandas, as quais deram embasamento para as discussões aqui apresentadas.

Buscou-se o subsídio da legislação para melhor compreender a situação dos moradores que atualmente se encontram no modelo de gestão da uma UC de proteção integral que não permite a presença humana. Assim, surge a seguinte questão: qual é o encaminhamento a ser tomado pelo órgão gestor com relação à presença das populações, enquanto não se resolve a questão jurídica da nova proposta de lei de criação de um mosaico de UCs?

O caso da presença humana em UCs de proteção integral, é tratado no artigo 42 do SNUC:

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e

devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

§ 1o O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2o Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

§ 3o Na hipótese prevista no § 2o, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento (SNUC, 2000).

Este regulamento citado acima se refere ao termo de compromisso de ocupantes – TCO elaborado pelo órgão gestor e que deve ser assinado pelas famílias. Este termo deve conter todas as informações relacionadas às permissões de uso e ocupação do território no decorrer da situação transitória, até que se efetive a regularização fundiária. Atividades como moradia, instalação de infra-estrutura, roças, caça e produção agrícola não relacionadas ao auto consumo deverão ser normatizadas para que com o tempo estas se adéquem à proposta e objetivos da UC. Neste sentido deve-se considerar a importância deste artigo do SNUC, que prevê a garantia das condições mínimas de vida das populações envolvidas.

Se no âmbito da gestão de uma RDS a temática da agroecologia podia ser considerada, por parte de alguns dos técnicos e gestores, como possível ferramenta e princípio norteador do uso e ocupação do território, após a ADIN a agroecologia não obteve o mesmo espaço. De acordo com os referenciais conceituais apresentados no Capítulo II, a agroecologia pode ser encarada como ferramenta de recuperação das áreas degradadas decorrentes da ocupação humana, bem como, como mecanismo de garantia de auto-consumo de agricultores familiares. Assim, a agroecologia poderia ser tratada como uma ferramenta para a efetivação do art. 42 do SNUC, buscando atender as demandas da população local da EEJI, sobretudo os moradores do núcleo do Despraiado. No entanto, alguns pesquisadores e técnicos do órgão gestor se manifestaram contra esta proposta, justificando-se a partir da impossibilidade de incentivar a introdução de espécies exóticas no território EEJI.

Em 2010 também foram divulgadas duas novas resoluções da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo (SMA 027 e SMA 029) que buscaram regulamentar os

processos de recategorização das UCs no estado de São Paulo, bem como, as roças das populações que se encontram nestas situações transitórias. Nota-se que a possibilidade de regulamentação das roças ainda se mostra complexa, burocrática e alguns dos moradores afirmaram encontrar dificuldades para atender aos requisitos solicitados no processo.

No que se refere ao processo de elaboração de um novo projeto de lei de Criação de um Mosaico de UCs na área da EEJI, o Consema aprovou - por 20 votos favoráveis, um contrário e seis abstenções - encaminhar ao Governador Geraldo Alckmin projeto de lei que altera os limites da Estação Ecológica da Juréia-Itatins e institui um novo Mosaico de Unidades de Conservação local, em novembro de 2011. As sugestões apresentadas pelos conselheiros foram anexadas ao documento e este projeto foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, buscando novamente resolver o impasse criado em 2009 com a ADIN, além dos conflitos com relação à presença humana que ocorre há décadas.

No entanto, esse novo projeto de lei discutido defende a proposta da criação do mosaico, aumentando a área de proteção integral e as áreas de uso sustentável, com consideráveis equívocos metodológicos do ponto de vista da participação social. A Procuradoria Geral do Estado considera importante aprovar plano de manejo local para evitar que, em caso de judicialização, novamente os estudos para fundamentar as alterações sejam considerados insuficientes. Os representantes da União dos Moradores da Juréia apresentaram contraproposta protocolada pelo Consema, mas suas reivindicações pouco foram consideradas ou debatidas entre os técnicos, prevalecendo a delimitação do território proposta pelo órgão gestor.

Para melhor ilustrar as duas propostas de recategorização, ver Anexo H – Proposta de Alterações da RDS do Despraiado - da Fundação Florestal e no Anexo I – Proposta de recategorização da EEJI da União dos Moradores da Juréia.

Frente à proposta da UMJ, destacou-se a necessidade a elaboração do laudo antropológico conforme proposto pelo pesquisador e antropólogo Mauro de Almeida (IFCH – Unicamp) e sua equipe, buscando evitar futuros conflitos entre “beneficiários” e “não-beneficiários” das RDSs como já ocorridos no contexto da gestão e do plano de manejo anterior.

É possível compreender que as duas propostas (da UMJ e da FF) ainda necessitam ser devidamente discutidas ou adequadas de acordo com muitos elementos não considerados. No caso da proposta apresentada pela Fundação

Florestal, entendemos que há um histórico de discussões a partir da elaboração do plano de manejo do extinto Mosaico de Unidades de Conservação Juréia Itatins. Entretanto, o desenho proposto não abarca todas as demandas das famílias. Por exemplo, o projeto expande a área da RDS do Despraiado para uma região que já apresenta um histórico de conflitos e de geomorfologia pouco adaptada ao desenvolvimento da agricultura, não prevendo um projeto produtivo sustentável viável para as áreas indicadas.

A proposta apresentada pelos Moradores da Juréia representa, em nosso ponto de vista, o real mapa de usos potenciais do território da EEJI, pois além de incluir áreas que são significativas em termo de acesso a recursos naturais também considera as áreas passíveis de desenvolvimento turístico como, por exemplo, o acesso a sítios histórico-culturais.

Entretanto, entendemos que a indicação dessas áreas para manejo também representam um grande desafio para a gestão. Além da necessidade de compensação do território de proteção integral convertido em uso sustentável, o planejamento e controle do manejo é inovador no campo da gestão de UCs paulistas e cabe aos diversos atores sociais discutirem com base em dados científicos e saberes tradicionais, de forma integrada, a melhor maneira de equacionar as demandas de uso e de conservação.

Numa perspectiva de aprofundamento democrático, a eleição de áreas prioritárias de manejo, assim como de áreas prioritárias de conservação integral e de recuperação ambiental, constitui uma solução das mais adequadas. Nesta linha, o desenvolvimento de fontes produtivas diversificadas nas RDS, com vistas a não exaustão dos recursos naturais locais, também parece oportuno. Ferramentas de planejamento ambiental, tais como a do zoneamento ecológico econômico são previstas nesses processos e podem ser utilizadas para auxiliar o processo de tomada de decisão no que se refere à delimitação do território, processo este anterior ao plano de manejo.

No debate sobre a implantação do mosaico, a questão seguinte era central: qual é o planejamento estratégico de produção sustentável para as áreas selecionadas como RDS na proposta de recategorização da EEJI?

Entende-se que a demarcação do território de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável deve atender às demandas produtivas das populações de forma planejada e sustentável, notadamente do ponto de vista econômico e de

geração de renda, visto que o objetivo dessa categoria de Unidade de Conservação vislumbra a reprodução social das famílias de forma intrínseca à conservação da biodiversidade.

Este quadro de busca de conciliação entre proteção ambiental e desenvolvimento socioeconômico é muito propício para projetos de experimentação agroecológica, que podem ser elementos chave para a estruturação de um planejamento estratégico produtivo e de acordo com o zoneamento ecológico-econômico previsto para as RDSs. A proposta de transição para modelos de agricultura mais sustentáveis e mais biodiversos pode se dar de diferentes formas, a partir de diferentes desenhos que sejam adequados à realidade da população local e às demandas de conservação dos ecossistemas locais. Acredita-se que a transição agroecológica pode ser iniciada a partir de áreas experimentais de produção que, a partir de resultados iniciais, podem ser ampliadas no decorrer dos anos. Para esse processo são indicados o diagnóstico, o planejamento, a implantação e o monitoramento dos resultados por meio de indicadores sociais, econômicos e ecológicos de forma participativa. Nossa pesquisa se volta portanto para uma discussão sobre a incorporação destas ideias nos termos do debate em torno das perspectivas de implantação de RDSs na região.

4.5 O núcleo do Despraiado: território e paradigmas em concorrência

O núcleo do Despraiado está situado no vale do rio Espraiado, entre as serras de Itatins e Bananal. Segundo Payes, este vale “é cortado por outros 22 afluentes que compõem a rede de drenagem local” (2010, p.14).

A região do Despraiado, além de possuir uma ocupação humana razoável, é também uma área de relevância para a conservação da biodiversidade. No entanto, a ideia inicial de inclusão deste núcleo nos limites da EEJI se deu a partir do interesse de impedir a instalação do trecho da BR-101 nas proximidades do litoral sul paulista. A instalação desta rodovia era vista pelos gestores e ambientalistas como um grande impacto negativo à conservação da biodiversidade local, ampliando a ocupação humana e criando eixos de urbanização (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2010). Nesta perspectiva, as evidências mostram uma reação desconfortável e inamistosa entre gestores e a população local. Isso porque, a área não se caracterizava efetivamente como uma EE, devido à sua ocupação humana e áreas de produção. No entanto, a opção por incluir o território do Despraiado na área

da EEJI revelava a ancoragem de muitos gestores públicos implicados em diferenciadas interpretações sobre as estratégias de conservação da biodiversidade.

Se por um lado a inclusão do núcleo do Despraiado favoreceu, em partes, a conservação do maciço florestal e ecossistêmico da Juréia-Itatins, por outro acirrou os conflitos de uso e ocupação do território pela população local. A partir das mudanças nos cenários florestais do núcleo do Despraiado em quatro momentos históricos; Payes (2010) avaliou as transformações na paisagem local, segundo os critérios de conformidade da legislação ambiental. A autora constatou que a evolução na paisagem se assemelha ao perfil de uma RDS ou de uma Zona de Amortecimento de uma UC, não atendendo aos critérios de conservação estabelecidos por uma Estação Ecológica. Além disso, pode-se observar que as restrições em relação às práticas agrícolas ocasionaram numa redução drástica das áreas de roças destinadas ao auto-consumo das famílias, além da redução da área destinada à bananicultura convencional. A figura a seguir pode ser melhor visualizada no Anexo N .

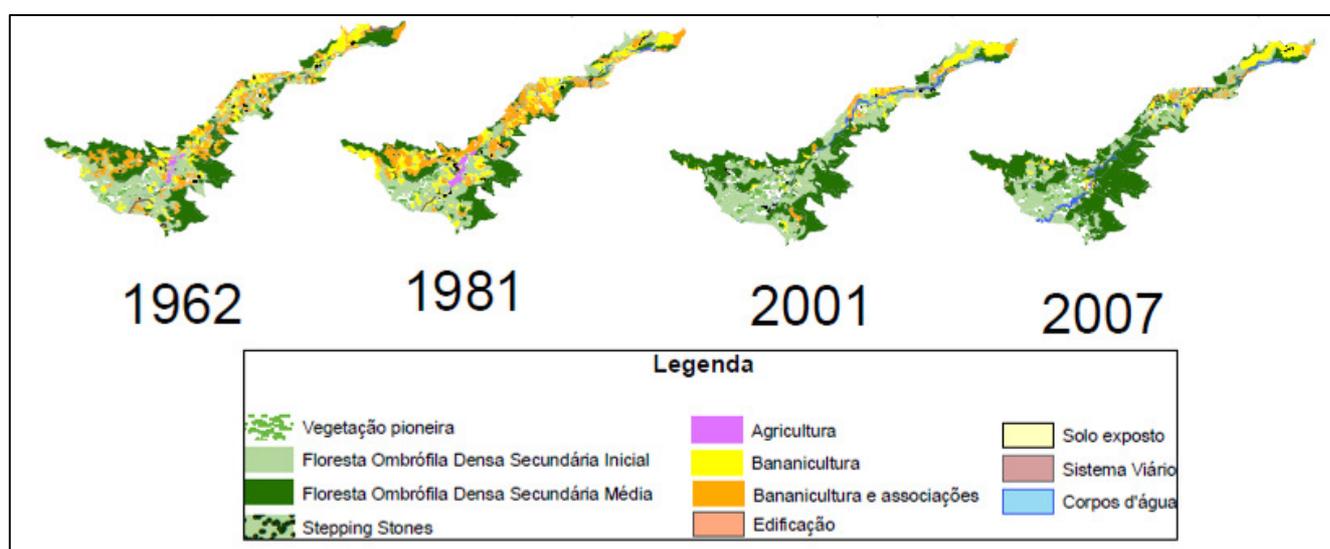


Figura 7 – Alterações na paisagem em séries históricas

Fonte: adaptado de Payès (2010, p. 55)

Além das populações caiçaras que habitam o território da EEJI há mais de 300 anos, no núcleo Despraiado são encontradas famílias descendentes de migrantes nordestinos, descendentes de imigrantes japoneses, e famílias da região de Iguape, Peruíbe, Santos e demais municípios do entorno. Estas últimas, em sua

maioria foram atraídas para aquela localidade em busca de empregos na extração do palmito e atualmente para serem empregados nas atividades da bananicultura.

O núcleo do Despraído, por suas características históricas e geográficas e pelo número de moradores – cerca de 86 famílias (entre residentes e não residentes) distribuídas aproximadamente em 2.028,00 ha – foi uma das parcelas do projeto de mosaico que sofreu e ainda sofre significativos problemas relacionados ao acesso a equipamentos sociais fundamentais à promoção da cidadania. A ocupação humana ocorre basicamente ao longo de um sistema viário desativado que liga o município de Pedro de Toledo àquele de Iguape. Em grande medida, a ausência de infra-estrutura no local se dá porque este núcleo se encontra mais isolado geograficamente, desenvolve atividades estritamente agrícolas, diferentemente dos demais núcleos que se beneficiam do fluxo turístico e atividades pesqueiras, por estarem mais próximos do litoral.

Os dados coletados no diagnóstico da área, realizado pelos pesquisadores do plano de manejo, nos apresentam que o núcleo do Despraído apresenta uma população dividida entre residentes e não residentes. Para a análise do plano de manejo, foi considerado apenas os números relacionados à população residente. Estima-se que aproximadamente 51 famílias são residentes e 31 famílias não residentes (ISA, 2009, p.87). A população de residentes estimada é de 180 indivíduos, na qual 57,1% é masculina e 42,9% feminina. O número de jovens entre 15 e 30 anos é baixo, devido à saída dos mesmos para os centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida. Segundo o diagnóstico, a população está dividida em “22,6% de crianças (até 14 anos); 40,9% de adolescentes e adultos em idade reprodutiva (até 44 anos) e 36,5% de adultos e idosos” (ISA, 2009, p.87).

Este diagnóstico também ressalta que há uma significativa diferença entre a população de adultos, destacando-se que a população masculina é mais idosa e a feminina mais jovem. Ou seja, “44,7% dos homens estão acima dos 45 anos em comparação aos 25,7% das mulheres. Além disso, 48,6% das mulheres estão acima dos 15 anos e em idade reprodutiva” (ISA, 2009, p.87), em comparação aos 35,10% da população masculina que também se encontram nesta faixa etária.

Segundo relatos dos moradores da área e também dos gestores da Fundação Florestal, este fato se explica em razão do perfil da atividade econômica das famílias. Os homens mais velhos são, em grande parte, aqueles que desenvolvem a

bananicultura e a extração de palmito e poucos chegaram a constituir família naquela área. O vínculo destes homens com o local se dá, principalmente, por meio das atividades de exploração e uso do solo. Já a população feminina é, em grande parte, filhas de moradores do local, pertencentes aos grupos familiares que mantêm outro tipo de relação com a área. Numa análise mais profunda acerca da questão de gênero no local, foi possível notar que os filhos jovens saíram para buscar emprego e melhores condições de vida nos centros urbanos e as filhas permaneceram no seio familiar. Geralmente, a ação dos jovens de áreas rurais de saírem da casa dos pais se explica pelo casamento e em menor parte pelos estudos, principalmente no que se refere às mulheres.

No que se refere à escolaridade, o diagnóstico constatou que “há uma condição geral de baixa escolaridade entre os chefes de família: cerca de 1/3 dos chefes assinam o nome ou são analfabetos e 62% possuem o ensino fundamental incompleto. Apenas um pequeno percentual, 6% e 5%, respectivamente, possuem o fundamental e o colegial” (ISA, 2009, p.87).

No que se refere à origem dos chefes de família, 35% são nascidos na região da Juréia-Itatins. Cabe ressaltar que há inúmeros relatos destes moradores acerca dos inúmeros conflitos fundiários e de ocupação do território, que sofreram ao longo dos anos. Por serem terras devolutas, as famílias não possuíam nenhuma documentação que comprovasse a propriedade das terras. Assim, o território do Despraiado foi por muitos anos palco de disputas entre posseiros e grileiros. Dos demais moradores, 31% dos chefes de família são originários de outros estados, 20% de outras cidades e 4% são nascidos na capital de São Paulo (ISA, 2009).

De acordo com os dados coletados a partir do diagnóstico do plano de manejo:

Embora parte dessas famílias apresente uma forte relação de parentesco e vizinhança, a população não se reconhece como um único grupo, ou “comunidade”, visto que se diferenciam de acordo com as localidades onde se situam: Costão do Despraiado, Forquilha, Magalhães e Divisor (ISA, 2009, p. 89).

Devido à necessidade de se organizarem socialmente para o desenvolvimento de projetos e também para a participação mais efetiva no conselho gestor da RDS, em 2008 foi criada a Associação dos Moradores do Despraiado e era composta, naquele momento, por 27 associados.

De acordo com o perfil das famílias do núcleo Despraiado, pode-se notar que estas não apresentam práticas de produção coletiva, tão pouco o uso comunal da terra. Mesmo que no processo de regularização fundiária muitas destes moradores sejam caracterizadas enquanto posseiros, muitos se auto-declaram proprietários de sítios nos quais desenvolvem atividades econômicas e de produção para o auto-consumo.

Foi possível identificar que a baixa capitalização na agricultura desenvolvida pelos moradores locais não necessariamente significa ausência de uso de insumos químicos e mecanização nas práticas agrícolas. No caso da bananicultura, são utilizados tais insumos em altas concentrações, pois nota-se que em diversas áreas o ecossistema se encontra degradado, fazendo-se necessário o alto implemento de nutrientes externos. Esta situação representa a aplicação precária dos elementos da revolução verde em conjunto com a ausência de assistência técnica para a produção agrícola nestas áreas.

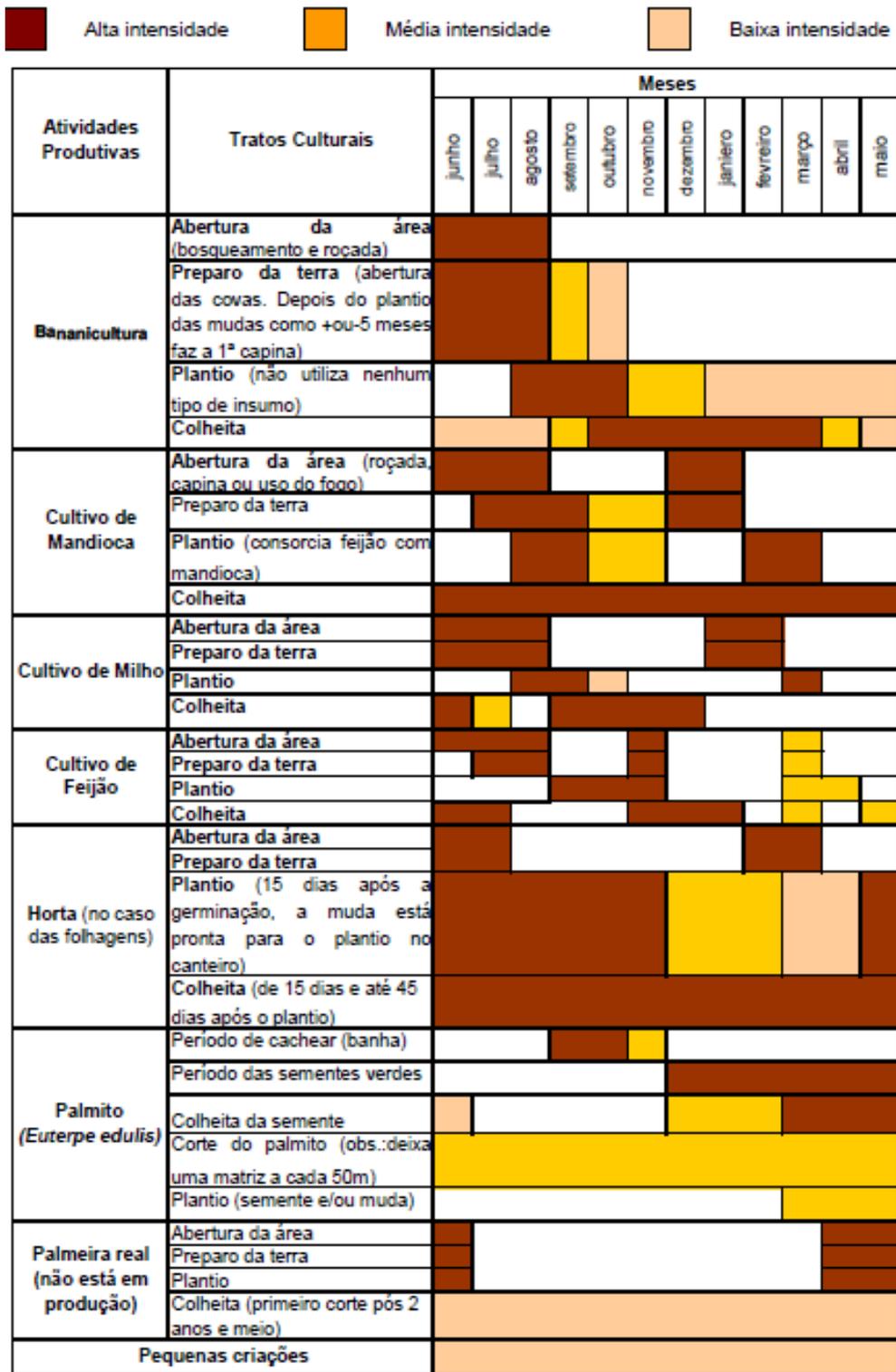
O uso da terra atual no Despraiado é predominantemente agrícola e se mantém assim (roças, bananal, pomares, etc) há mais de 20 anos. Em 1989, era 1.618,00 hectares (São Paulo, 1989a) e hoje são 1.390,00 hectares sob uso direto e 513,0 hectares de uso indireto. Nestas áreas incluem-se as matas e a vegetação rasteira, consideradas como reservas de coleta de recursos florestais pelas famílias, e os “bananais afogados”: antigos bananais abandonados e encobertos pela mata secundária (ISA, 2009, p. 90).



Figura 8 – Reuniões do Conselho Gestor deliberativo da RDS do Despraiado



Figura 9 – Bananicultura convencional



Quadro 10 – Calendário agrícola e intensidade das atividades produtivas no núcleo Despraiado (ISA, 2009, p. 93)

As práticas produtivas voltadas para o auto-consumo sofreram e ainda sofrem significativas restrições, negligenciando as manifestações de tradições culturais, que ocorre, notadamente, a partir do preparo de alimentos com receitas ancestrais. Além disso, as práticas culturais relacionadas à agricultura tradicional, tais como festas religiosas, celebração de colheita, bailes de mutirão e fandango foram deixadas de lado. Segundo Nunes (2003), muito deste esquecimento se justifica pela chegada e presença significativa da religião evangélica na comunidade.

Estas tradições culturais foram evidenciadas pelos moradores, durante as reuniões do plano de manejo, que as consideram como muito importantes e que devem ser reconhecidas e revalorizadas, sobretudo aquelas atualmente abandonadas – p.e. preparo da geleia de Cambuci (*Campomanesia phaea*), geleia de Jambo (*Syzygium jambos* L.), produção de farinha d'água a partir da Mandioca (*Manihot esculenta*), artesanatos em Caixeta (*Tabebuia cassinoides*), práticas de horticultura e roças, criação animal, extração de óleos, tinturas e essências para a elaboração de produtos de usos medicinais. Iniciativas de colocar em evidência tais valores apresentam profunda complexidade, podendo ser promissoras para um desenvolvimento sustentável. Ademais, também apontam para potenciais rumos para a geração de pesquisas científicas com base nos princípios agroecológicos.

Em diversas reuniões do plano de manejo, os momentos de pausa, entre uma atividade e outra, foram preciosos para a apreciação dos produtos oferecidos pelos moradores do Despraiado. A degustação das geleias de cambuci e de jambo preparadas pela esposa de um morador foi uma experiência que nos chamou a atenção. Além disso, uma agricultora deste mesmo núcleo apresentou em diversas ocasiões seus produtos em uma banca de feira. Segundo esta moradora o objetivo é: “mostrar pros outros o que a gente faz lá no sítio e aproveitar pra vender também”. A agricultora em questão representa uma das poucas adeptas de prática agroecológica no interior do núcleo. Em busca de formação e melhoria de sua produção ela entrou em contato com instituições da região do Vale do Ribeira, tais como o Programa da Terra – PROTER e a partir disso foi possível participar de cursos de formação e se inserir em feiras livres da região.



Figura 10 – Moradora da RDS do Despraiado apresentando seus produtos em uma oficina do plano de manejo do Mosaico de UCs Juréia-Itatins

Alguns dos moradores do Despraiado também apresentaram a necessidade de inclusão da produção agrícola local em um mercado mais amplo, evidenciando a necessidade do estabelecimento de um diálogo sobre adequações nos modos de produção agrícola. Assim, os moradores locais demandam não somente uma proposta de inclusão social a partir do reconhecimento e valorização da identidade local e de desenvolvimento territorial com assistência técnica, mas, acima de tudo, propostas efetivas de geração de renda que possam promover a transição das práticas agrícolas para maiores patamares de sustentabilidade ecológica, sócio-econômica e cultural.

Neste contexto, alguns moradores se interessaram pela possibilidade de comercialização de produtos locais com empresas ligadas ao ramo de fármacos e também de cosméticos. Muitas vezes os moradores citaram a empresa de cosméticos Natura como uma potencial parceira no desenvolvimento de projetos, tomando como exemplo as experiências desta empresa junto a populações tradicionais na região Amazônica e junto a agricultores familiares do interior de São Paulo. Foi possível notar que o interesse dos moradores acerca da temática da agroecologia se associa ao desejo de conhecer a certificação orgânica dos produtos, com a finalidade de facilitar este tipo de comercialização.

De acordo com os relatos dos moradores locais, as restrições relacionadas à produção agrícola só fizeram aumentar a pressão sob os recursos florestais, por meio de práticas extrativistas predatórias, notadamente no que se refere à extração da palmeira Juçara, de madeira e de práticas de caça. Nota-se também que houve

no decorrer dos anos uma significativa evasão de mulheres e crianças para os centros urbanos da região, em busca de melhores condições de vida e acesso a escolas e equipamentos públicos, visto que as escolas, serviços de transporte, de saúde, oferecimento de energia elétrica e serviços de comunicação foram interditados no interior da EEJI.

Estes indicadores nos mostram a fragilidade da manutenção da cultura local, além da perda do etnoconhecimento e da sociobiodiversidade, visto que as mulheres e os jovens possuem papel essencial na manutenção das roças de auto-consumo e também são considerados fatores chave para o desenvolvimento endógenos e de práticas agroecológicas. Além disso, nota-se que mesmo no caso da situação transitória dessas populações que ocupam o território da EEJI, o artigo 42 do SNUC é por vezes negligenciado pelo órgão gestor, colocando em risco a manutenção da cultura tradicional local e a sociobiodiversidade associada. Nesta perspectiva, torna-se também oportuno discutir as estratégias de produção agrícola atualmente adotadas pelos moradores do Núcleo do Despraiado e em que medida elas representam seus pontos de vistas e suas necessidades adaptativas.

Muitos dos moradores se baseiam em referências produtivistas e se mostraram, inicialmente, desfavoráveis aos projetos alternativos de desenvolvimento e de práticas agroecológicas. Isto porque, estes moradores ainda reivindicam seus direitos básicos de acesso às condições de vida, tais como o acesso às tecnologias de comunicação (como telefonia e internet), melhoria das estradas, transporte público, postos de saúde, escolas, entre outros.

Em seu depoimento, um jovem morador do núcleo Despraiado, descendente de moradores tradicionais, diz que atualmente trabalha no corte ilegal do palmito juçara. Ele manifestou-se inúmeras vezes nas reuniões do plano de manejo buscando alertar os técnicos e gestores para a questão do modelo produtivo proposto e da necessidade de geração de renda para as famílias:

[...] vou tirar palmito até quando for preciso e nós não iremos deixar de usar o agrotóxico na banana, nós estamos aqui porque queremos nossos direitos, não podemos pensar em manejo enquanto não tivermos nossos direitos. [...] nós não somos obrigados a voltar no tempo ou então ficar numa gaiola pra poder manter a tradição [...] (Relato coletado em reunião do plano de manejo em agosto de 2009).

O reconhecimento dos direitos dos moradores locais a que o depoimento acima se refere é aquele ligado ao direito de permanência a partir da comprovação da tradicionalidade das famílias. Esta última conforma um debate complexo e nos leva à discussão desenvolvida no item 4.6 Cabe ressaltar aqui que a questão fundiária e de identificação dos beneficiários da RDS foi muito polêmica e, por esta razão, as atividades do plano de manejo aconteceram mesmo antes da definição dos beneficiários das RDSs. Esta opção dos gestores públicos e pesquisadores gerou diversos momentos de incômodos na população local, pois até mesmo aqueles que seriam considerados não-tradicionais estavam participando das reuniões do plano de manejo, gerando profunda sensação de insegurança nestes participantes.

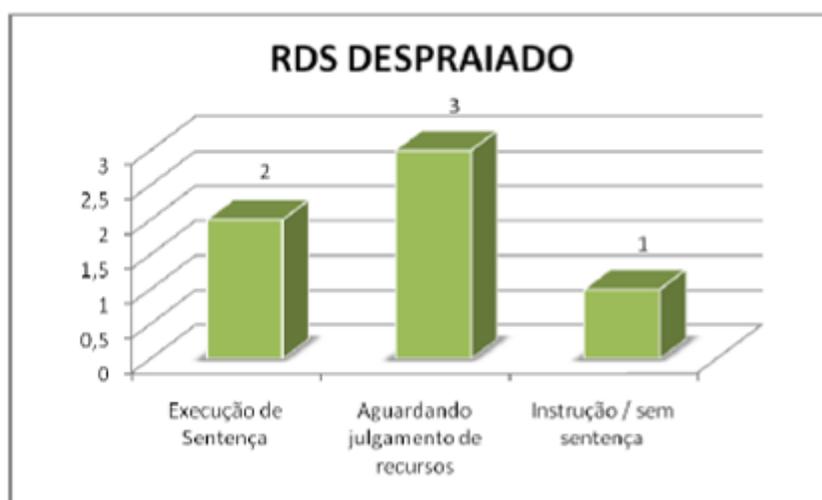


Gráfico 2 – Situação dos processos de regularização fundiária no núcleo do Despraiado

Fonte: SMA, 2010, p. 112

Outro morador, mais idoso e também considerado tradicional já apresenta um ponto de vista menos radical no que se refere ao manejo: “Se nós recebermos incentivos do governo nós podemos fazer outras práticas, mas o problema é que é sempre muita exigência e nunca tem apoio pra nada” (Relato coletado em reunião do plano de manejo em agosto de 2009).

Em mais de uma ocasião em nosso trabalho de campo, alguns técnicos do plano de manejo consideraram que os beneficiários de uma RDSs seriam um grupo

que passariam a obter um apoio diferenciado por parte das políticas públicas de incentivo à produção sustentável. Esta seria uma boa notícia para os moradores e aos olhos dos técnicos e gestores, este incentivo, além das demais oportunidades de geração de renda, poderia potencializar o interesse de ex-moradores (que migraram em busca de melhores oportunidades em grandes capitais da região) a retornarem para as casas dos pais e parentes que ali ainda permanecem. A possibilidade deste fluxo demográfico inverso provocou forte preocupação por parte dos gestores, visto o cálculo da capacidade de suporte do ecossistema local em relação à pressão demográfica nas áreas de ocupação, de produção e de manejo dos recursos naturais. Assim, além da preocupação com a definição de beneficiários ou não beneficiários da RDS, havia também a questão do parentesco e das possibilidades de retorno dos familiares.

Este tema é tratado por Nunes (2003), que estima como sendo numerosos os indivíduos que saíram da área da EEJI, sobrevivendo em condições precárias nas áreas urbanas. Muitas vezes desprovidos de qualificação técnica, são direcionados às situações precárias de trabalho e conseqüentemente de moradia e de alimentação. Com o apoio de relatos de ex-moradores, a autora traz uma análise acerca da possibilidade de seu retorno aos locais de origem numa situação mais promissora, como seria o caso da proposta de recategorização da EEJI. Este retorno corresponderia ao mesmo movimento, em sentido inverso, que muitos migrantes realizaram rumo à grande capital paulista.

Pode-se novamente aqui insistir sobre a interpretação de Jessé de Souza, segundo a qual estas populações são consideradas como um grupo despossuído das disposições empreendedoras ajustadas às lógicas capitalistas, incorporando um *habitus* precário. Muitos migrantes em busca de melhores oportunidades na grande capital, em São Paulo, são excluídos dos processos modernizantes. Pelo despreparo técnico e inadaptabilidade à vida em periferias urbanas, estas famílias encontraram no Vale do Ribeira um reduto onde seria possível a manifestação de suas culturas e habilidades. A mesma lógica pode ser aplicada aos caipiras do interior do estado de São Paulo que, expulsos de suas terras, agora pertencentes ao mercado especulativo pautado pelo grande capital agroexportador, também encontraram no Vale do Ribeira uma possibilidade de manutenção dos seus modos de vida.

No que se refere ao processo de adequação da produção agropecuária no interior da RDS, os moradores se mostraram muito incomodados com a extensa lista de restrições. As justificativas dos gestores e técnicos sempre giram em torno das restrições legais de uso e ocupação do território, além da grande preocupação em torno da introdução de espécies exóticas no interior das UCs, sobretudo naquelas de proteção integral. Tanto no que se refere à produção animal, quanto à produção vegetal, existem sérias restrições legais. Da mesma forma, é o caso do manejo de espécies ameaçadas de extinção, como os frutos da palmeira juçara. Em entrevista com um gestor da Fundação Florestal, foi possível compreender as barreiras jurídicas que giram em torno da aprovação de um projeto de produção da polpa do juçara.

A justificativa de manejo das sementes deve se embasar na intenção de repovoamento da espécie no contexto das Unidades de Conservação de proteção integral. Assim, a despolpa das sementes seria um processo secundário, no contexto do objetivo principal que deveria ser a produção de mudas dessa palmeira. Além disso, seria muito oportuno o aprofundamento dos estudos com relação à alimentação da fauna que depende dos frutos da palmeira, além da estruturação de uma rede de comercialização da polpa, garantindo a estrutura de todos os setores que envolvem o processo produtivo.

Alguns dos moradores do núcleo do Despraiado desejam sua inclusão a um mercado mais amplo, tendendo a modelos produtivos inaptos às condições ecossistêmicas locais e a redes de comercialização de caráter explorador, os chamados atravessadores que transportam e comercializam a banana nos entrepostos dos centros urbanos.

Portanto, trata-se de uma trajetória de inserção extremamente marginal nos esquemas produtivos e nas organizações sociais. Assim, o diálogo sobre adequações nos modos de produção agrícola junto aos moradores do Núcleo Despraiado parece exigir não somente uma proposta de inclusão social a partir do reconhecimento e valorização da identidade local e de desenvolvimento territorial com assistência técnica de bases agroecológicas, mas, acima de tudo, sólidas propostas de geração de renda que possam promover a transição das práticas agrícolas para maiores patamares de sustentabilidade ecológica, sócio-econômica e cultural.

Segundo relatos de um ex-gestor do Núcleo do Despraiado, no momento inicial de sua gestão foram realizadas junto aos moradores visitas de intercâmbio em áreas que já apresentavam experiências de produção agroflorestal estabelecidas. Uma das visitas foi realizada na região da Barra do Turvo, na sede da Cooperafloresta. Os moradores participaram de uma oficina sobre os conceitos básicos de um sistema de produção agroflorestal e também realizaram uma experiência prática de manejo. Entretanto, o resultado não foi o esperado pelo gestor. Alguns moradores consideraram esta vivência como não exitosa, pois não houve uma identificação com o sistema de produção visitado. Por outro lado, o fato da distância e as dificuldades de acesso demandarem que os agricultores pernoitassem no local não favoreceu a visita. Na interpretação do gestor, essa vivência pareceu pouco agradável aos participantes, pois efetuaram atividades pouco habituais. Ademais, o sistema de produção visitado pouco representa as práticas que estes estão acostumados a desenvolver em suas roças.

Esta experiência revela as dificuldades de sensibilização e envolvimento de determinadas populações com características culturais e hábitos cotidianos específicos, diferenciados, que, aparentemente, no planejamento de uma atividade de descoberta agroecológica, não são identificados como problemas. Entretanto, é a partir destas experiências que é possível identificar as percepções e, daí, o surgimento de novas propostas. Nota-se também, que o papel do gestor não está somente relacionado ao processo burocrático de gestão da UC em si, mas, sobretudo, ao exercício diário do contato, da aproximação, do envolvimento e da conquista da confiança dos diferentes agentes sociais que compõem o cenário da gestão.

Para tais tarefas, a definição de uma carreira profissional parece essencial, associada ao treinamento relacionado às legislações pertinentes e aos mecanismos de fiscalização (já previsto em um curso oferecido pelo ICMBio), além de uma formação continuada do gestor em temas relacionados às práticas participativas, educação ambiental, agroecologia e demais conteúdos que auxiliem a gestão em sua rotina. Entende-se que tais embasamentos podem possibilitar não somente a qualidade da relação entre UC e população, mas propiciar ações mais eficazes de proteção do patrimônio natural, por meio da aproximação dos agentes sociais envolvidos para o campo da gestão participativa do território.

Segundo relatos de um morador reconhecido como tradicional e membro da associação de moradores do núcleo do Despraiado, algumas pequenas mudanças ocorreram após a criação, e pouca duração, da RDS, como a vinda de uma escola para perto da comunidade. Entretanto, o morador destaca que muitas “promessas” deixaram de ser cumpridas. Os gestores alegavam que só se poderia dar início aos projetos e viabilizar as demandas da população quando o plano de manejo estivesse pronto. Neste meio tempo, os moradores sofreriam restrições semelhantes às da Estação Ecológica.

Em entrevista com gestores, foi possível identificar a fragilidade deste cargo perante à aplicação das leis e ao relacionamento conflituoso com a população. Na verdade, o cargo de gestor é, por vezes, de confiança do governo do estado ou, em outros casos, destinado a um funcionário concursado. Em ambas as situações, nota-se que não há nenhuma vantagem em termos de definição de carreira, supostamente tendo direitos e deveres bem definidos. Assim, ao aplicar ou não uma lei, o gestor se encontra em situação vulnerável diante das diferentes interpretações que seus superiores ou a comunidade podem fazer de suas ações. Neste sentido, o gestor não está isento de receber uma Ação de Improbidade Pública, o que também o fragiliza do ponto de vista de sua relação com a população local.

Portanto, a definição da carreira do gestor de unidade de conservação é considerada, notadamente por estes próprios profissionais, como essencial para o bom andamento dos processos junto à comunidade, principalmente no que se refere à solução de conflitos socioambientais. Além disso, a estrutura montada para a elaboração do plano de manejo é centralizada no papel do pesquisador, dos técnicos e consultores contratados. Neste processo, há um significativo afastamento do gestor da UC e da população local, sendo incapazes de interferir diretamente e significativamente nos resultados, apesar dos esforços em se garantir uma participação mínima dos atores sociais envolvidos.

No entanto, após a elaboração do plano de manejo, é o gestor e a população local que deverão interagir, embasados nas diretrizes estipuladas. Neste momento, não há mais uma equipe de pesquisadores, técnicos e consultores e nem sempre a estrutura para a execução do plano é a mesma daquela de sua elaboração. Assim, esta descontinuidade implica em que, por vezes, o plano de manejo não passe de um instrumento burocrático.

4.5.1 A delimitação do território e o zoneamento da área

Conforme apresentado no capítulo 3, a delimitação do território e o zoneamento da área de uma RDS podem materializar os reais usos e ocupação do solo e também pode evidenciar os conflitos em torno desses usos (conforme apresentado no Anexo J – Vetores de Pressão). O estudo deste processo, cuja duração neste caso foi bem curta, é bastante fecundo para os propósitos de nossa tese. No caso do Plano de Manejo do Mosaico Juréia-Itatins, os objetivos apresentados pela equipe técnica responsável por sua elaboração foi o de “apresentar um zoneamento que considerasse as potencialidades, as vocações, as fragilidades, as suscetibilidades, os acertos, os interesses e os conflitos de seu território” (SMA, 2009). Para tanto, o zoneamento apresenta segmentos da região em porções territoriais, obtidos pela avaliação dos atributos segundo sua relevância e de suas dinâmicas.

Cada setor foi apresentado como uma unidade territorial da paisagem, que passa a ter uma condição de zona quando lhe é atribuída uma destinação, seja para preservação, para pesquisa, para recuperação, para educação, para visitação, para uso sustentável, entre outras (SMA, 2009).

O zoneamento do Mosaico de UCs Juréia-Itatins exigiu das equipes técnicas e demais atores sociais um exercício dialógico que buscasse cruzar os objetivos de cada Unidade de Conservação juntamente com as especificações relacionadas ao uso e à ocupação humana, tipos de uso e atividades impactantes decorrentes. Para a elaboração do zoneamento do mosaico, as equipes técnicas e de pesquisadores contratados (LAPLA – Unicamp e ISA) realizaram coletas de dados em campo, coleta de dados a partir de sistemas de informação geográfica, entrevistas junto aos moradores da área, reuniões públicas, além da criação de um banco de dados acerca do histórico de uso e ocupação da área.

Cabe ressaltar que as reuniões públicas são previstas nos processos de elaboração de um plano de manejo e contam com a presença dos diversos atores sociais envolvidos no território, notadamente os representantes de governo, a comunidade local e organizações não governamentais. Neste contexto, é essencial que o órgão gestor garanta as condições necessárias para o envolvimento e participação efetiva da comunidade.

O modelo de reunião pública adotado neste processo foi o de oficina, buscando apresentar uma estrutura em que os atores sociais pudessem desenvolver

exercícios dialógicos, sistematizar e apresentar suas propostas de zoneamento para serem debatidas em plenárias.

A oficina de zoneamento do núcleo Despraiado, assim como as demais oficinas, teve início com a seleção de critérios prioritários, que pudessem expressar as temáticas cruciais para a definição das zonas da RDS. Discutiu-se no primeiro encontro a necessidade de atividades prévias de preparação da comunidade para a participação na oficina de zoneamento. Assim, foram desenvolvidas em paralelo, dois outros encontros de “capacitação” da comunidade. Esta demanda foi apresentada pelos participantes, pois se fazia necessário um nivelamento mínimo acerca dos conhecimentos dos critérios, das técnicas de análises e diagnósticos que embasariam o zoneamento. A primeira “capacitação” envolveu o conhecimento acerca da leitura de mapas, interpretação de imagens de satélite e significados dos termos técnicos utilizados no plano de manejo. Já a segunda “capacitação” apresentou os objetivos e as restrições legais de cada UC.

A partir destes dois momentos de “capacitação” é que ocorreram os passos seguintes, buscando a construção do zoneamento das áreas. No entanto, a comunidade do Despraiado se manifestou apresentando aos técnicos as dificuldades encontradas pelo grupo, devido ao pouco tempo que tinham para assimilar e processar tantas informações. Esta dificuldade exposta pela comunidade do núcleo Despraiado também ocorreu nos demais grupos que envolviam a participação da comunidade e muitos dos participantes apresentaram dificuldades de selecionar e hierarquizar critérios, já que os interesses deveriam ser coletivos.

Inúmeras vezes foi possível coletar relatos dos moradores que apresentavam suas preocupações em escolher determinada zona ou sub-zona para uma área que ia além do seu “pedaço” de terra. Em um dos relatos podemos notar o questionamento do morador: “Como vamos decidir a zona para uma área que não é a minha? E se eu escolher uma zona pra área de um vizinho e ele nem tá aqui pra se defender?”. Tais relatos apresentam, notadamente, a preocupação do morador em prejudicar um vizinho e esta preocupação está diretamente relacionada com a participação de todos os moradores da área afetada no processo de construção do zoneamento.

O grupo de técnico propôs uma estrutura de divisão de zonas para o território, cada qual com a sua definição já formatada. Notou-se que foram sucintos os debates que possibilitavam a proposição de novas zonas pela comunidade. Havia

certa imposição por parte dos técnicos no que se refere ao perfil de zonas a serem adotadas, mesmo que a metodologia proposta tenha buscado fazer uma “análise múltipla e integradora”.

A estratégia desenvolvida pelos técnicos do plano de manejo foi a de elaborar previamente o pré-zoneamento técnico do Mosaico sendo este o resultado, num primeiro momento, da análise dos diagnósticos do meio físico, biótico e antrópico e do debate técnico e institucional realizado em 2 reuniões, que ocorreram em fevereiro de 2009 na UNICAMP, envolvendo equipe da Fundação Florestal, ISA e UNICAMP (SMA, 2009). Essa etapa prévia à reunião pública buscou definir os critérios técnicos que seriam usados na elaboração do zoneamento do Mosaico.

A primeira reunião (11 e 12 de fevereiro de 2009) teve o objetivo de nivelar toda a equipe técnica com a apresentação dos diagnósticos técnicos citados e a apresentação dos critérios selecionados pela coordenação do Plano de Manejo. A segunda reunião (18 e 19 de fevereiro de 2009) se concentrou numa discussão aprofundada de cada critério e na sua aplicabilidade técnica e espacial por todos os presentes (SMA, 2009).

Num segundo momento, de forma paralela a construção do pré-zoneamento técnico, ocorre o processo de divulgação dos resultados dos planos e de capacitação das comunidades. Entre os meses de novembro a dezembro de 2008 foram feitas 4 apresentações dos resultados dos diagnósticos técnicos às comunidades do Mosaico, nas reuniões de Conselho das UCs. Entre os meses de janeiro a maio de 2009, as reuniões de Conselhos Consultivos e Deliberativos passam a ser abertas a todos os atores sociais interessados (moradores ou não) e utilizadas para os trabalhos de capacitação das comunidades, desenvolvidos pela equipe do ISA (SMA, 2009).

Um dos objetivos apresentados pela equipe técnica foi o de:

Apoiar as comunidades na compreensão do método de análise e síntese das características do meio, resultando no conceito de Zonas, de forma a estimular os presentes a realizar novas análises em grupos e a trazerem suas propostas para a II Oficina de Zoneamento (Relato coletado em reunião de pré-zoneamento em maio de 2009).

Nota-se que as comunidades pouco participaram do processo de construção ou escolha do método para as reuniões de zoneamento. O modelo sempre foi proposto pelos técnicos e segundo relatos dos moradores houve pouco envolvimento dos moradores locais no processo de coleta de dados em campo para o diagnóstico. Alguns moradores do Despraiado acompanharam as equipes de pesquisadores por possuírem profundo conhecimento acerca das trilhas e ecossistemas locais. No entanto, alguns moradores relatam que muito pouco foi considerado de seus saberes e poucos se sentiram empoderados e aptos à propor novas zonas, diferentes daquelas apresentadas pelos técnicos.



Figura 11 - Oficina de pré-zoneamento da RDS do Despraiado

Buscando responder à esta situação, a União dos Moradores da Juréia (UMJ) desenvolveu os chamados “Pré-Planos de Manejo” para as duas RDS, PEIt, PEPre e EEJI, mas de forma dissociada aos trabalhos de elaboração dos Planos de Manejo das UCs do Mosaico Jureia-Itatins coordenado pela Unicamp e ISA. Os resultados obtidos a partir desses trabalhos foram apresentados e discutidos nas Oficinas de Zoneamento (ciclos 1 e 2).

Foram realizadas sete reuniões preparatórias para a oficina de Zoneamento – ciclo 2, buscando organizar e alcançar a complexidade de interesses envolvidos neste processo. Segundo relatos dos técnicos contratados, a orientação central para esta oficina foi assegurar que os trabalhos permitissem e facilitassem a exposição dos interesses, preocupações e expectativas dos participantes.

Os objetivos principais da Oficina de Zoneamento: (a) compreensão sobre a técnica de zoneamento de unidades de conservação, considerando sua categoria de

manejo; (b) reconhecimento das diretrizes de cada unidade de conservação e de cada zona; c) identificação das situações de transição, reconhecendo o artigo 42 do SNUC (SMA, 2009).

O quadro a seguir apresenta as definições de cada zona, apresentadas na proposta de pré-zoneamento elaborada pelos técnicos responsáveis pela elaboração do plano de manejo do mosaico. O mapa do zoneamento da área se encontra no Anexo K – Zoneamento da RDS do Despraiado.

ZONEAMENTO DA RDS DO DESPRAIADO	DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS
(1) <i>Zona de Uso Extensivo</i>	Características Técnicas: Trilhas e caminhos que dão acessos a residências e roças e que poderão ser usadas para visitação, mas que atravessam a zona de recuperação intensiva. Vocação de uso social. Nesta zona foram identificadas as trilhas que são usadas pelos moradores.
(2) <i>Zona de Recuperação Agroflorestal</i>	Terrenos em escarpa ou de altas declividades, altamente suscetível a escorregamentos e demais processos erosivos. Presença de florestas degradadas, fragmentadas, substituídas pela banana ou com banana sob o dossel (banana afogada), ou alteradas por lavouras e/ou pasto. Vocação de recuperação. Esta zona foi amplamente discutida pela comunidade e sua definição gerou polêmica entre técnicos e moradores. O principal motivo é que há residências nessas áreas. Assim, a comunidade discutiu que era necessário garantir os usos - roças, bananais, moradia, enquanto não houver outra alternativa de renda garantida para esta zona. Foi acordado que os termos de compromisso de uso seriam discutidos no conselho deliberativo e que a recuperação seria gradativa com os acordos garantidos.
(3) <i>Zona de uso comunitário</i>	Centro de recepção de visitação e educação ambiental, localizada na escola da antiga base da TELESP. Vocação: Gestão e Uso Social e Público. Nesta zona não houve nenhuma discordância da comunidade com a proposta. No entanto, os moradores indicaram a necessidade de haver um outro local para o centro de recepção de visitantes, em uma região mais central e mais acessível.
(4) <i>Zona de Administração</i>	Equivale a Zona de Uso Especial em áreas onde já existam outras instalações. No caso do Despraiado, a instalação se encontra próxima a estrada. É um ponto estratégico para orientação de serviços e controle de visitantes. Vocação de gestão.
(5) <i>Zona de Manejo Agroflorestal</i>	Florestas em diferentes estádios sucessionais, em terrenos escarpados ou sem aptidão ou com restrição ambiental. É necessária a sua proteção. Apresenta potencial de manejo de produtos madeireiros e não madeireiros pelos moradores e com boas potencialidades para enriquecimento com espécies de interesse comercial. Vocação de manejo e extrativismo. A comunidade argumentou que as melhores áreas para a roça são aquelas de capoeirão e que necessitam abrir roças anuais em sistema rotativo para que garantam a alimentação da família. Os moradores que possuem roças nesta zona, exigiram garantias dos técnicos e gestores de que serão autorizados a praticar o sistema de rotação de roças (pousio) por meio de termos de compromissos.
(6) <i>Zona de uso Agroflorestal</i>	Áreas intensamente alteradas, onde estão concentradas as atuais residências, pomares e rancho. Vocação de uso intensivo. Esta área é onde se concentram a maior parte dos usos da comunidade do Despraiado.

Quadro 11 – Zoneamento proposto para a RDS do Despraiado

A partir da apresentação das descrições e características de cada zona, os técnicos e a população local discutiram o que “pode e o que não pode” em cada uma delas. O método adotado, mesmo que elucidativo, pareceu-nos conflituoso. Isso porque, conforme deflagrado pela comunidade que participava das reuniões, a lista de “não pode” era maior do que a lista do que “pode” em cada zona. Ficou evidente para a população que poucas propostas estavam sendo feitas em termos de geração de renda e garantia da possibilidade de produção agropecuária. No entanto, os técnicos do plano de manejo se defenderam dizendo que essa impressão deveria ser melhor esclarecida a partir da oficina de programas, na qual os moradores poderiam propor novas alternativas produtivas e novos projetos de desenvolvimento local.

Em princípio, a perspectiva de gestão participativa de uma RDS implica que as propostas geradas a partir da oficina de programas pela população sejam elementos-chaves para escolha das áreas prioritárias para o manejo e também para a conservação, além de zonas e subzonas. Essas escolhas podem ser cruzadas com os levantamentos científicos com prioridades estabelecidas, resultando num zoneamento mais consensuado. .

Um exemplo acerca do que “pode e do que não pode” discutido na oficina de zoneamento se refere à impossibilidade do desenvolvimento de atividades ligadas à piscicultura na chamada “zona de uso agroflorestal”. Os técnicos do plano de manejo apresentaram suas considerações acerca dos impactos da piscicultura para a conservação da biodiversidade local. A propósito, alguns moradores possuem tanques de criação de peixes de espécies exóticas em suas áreas, tais como o bagre (*Bagre ssp* – ARIIDAE) e a tilápia (*Tilapia rendali*).

Nesta ocasião, a diretora de assistência técnica da Fundação Florestal, Wanda Maldonado, esclareceu aos moradores que não será necessária a retirada imediata dos tanques existentes na região, mas que este processo será gradativo à medida em que os moradores possuam outras alternativas de renda. Depois de um extenso debate, foi consensuado que a prática da piscicultura seria permitida, mas sob efeito do termo de compromisso definido a partir do conselho deliberativo. Enquanto isso seriam consultados pesquisadores e especialistas da área para o levantamento de possibilidades de criação de espécies de peixes menos impactantes para a região.

Outro ponto polêmico no contexto do zoneamento foi a questão da presença da produção agropecuária na área da RDS. A regulamentação apresentada pelos técnicos do plano de manejo limita em 03 cabeças de gado por família, o que não foi aceito pelos moradores. Existem famílias no núcleo Despraiado que desenvolvem a atividade da pecuária leiteira e de corte e têm esta atividade como principal fonte de renda, sendo uma grande preocupação dos moradores presentes na reunião.

Sobre esta questão, a pecuária ecológica, associada à produção agroecológica, apresenta características de adequação ambiental, como nos casos de sistemas agrosilvopastoris, sistemas de pastoreio *voisin*, tratamento homeopático para animais, análise da capacidade suporte do ecossistema local, entre outros, o que mereceu consideração dos moradores. Com efeito, tais práticas podem reduzir os impactos negativos no ecossistema local, além de contribuir com os interesses de conservação a partir da inserção de elementos arbóreos na pastagem.

De fato, houve muito interesse sobre o sistema, o próprio gestor da unidade favoreceu bastante este debate. Portanto, um sistema de tipo agroecológico foi aceito, em princípio, com vistas a constituir instrumentos de gestão da unidade de conservação (dados coletados no relatório da oficina de zoneamento).

No que se refere aos beneficiários da RDS, a Fundação Florestal se deparava com um grande entrave burocrático, que é o da regularização fundiária, como apresentado anteriormente. O mesmo decreto estadual nº 32.412 aplicado na década de 90, o qual apresenta critérios para a identificação das populações tradicionais, foi utilizado para definir quais seriam os beneficiários das RDSs e quais deverão sair mediante indenização. Como já apresentado anteriormente também, a questão da tradicionalidade e suas diferentes interpretações são motivos de conflitos, os quais deflagram disputas paradigmáticas.

O conceito de modo de vida, tal como concebe Guerra (1993), os acordos de gestão territorial podem ser muito mais interessantes no ponto de vista do manejo que se pretende realizar nestas áreas do que a razão histórica da presença das famílias no local (p.e. um morador tradicional pode atualmente desenvolver práticas muito mais predatórias do que um morador adventício recente).

Acordos territoriais de gestão e manejo atrelados à promoção de qualidade de vida e viabilização de acesso à informação parecem ser mais adequados a uma perspectiva de conciliação do desenvolvimento com a proteção ambiental do que a simples seleção de moradores beneficiários e não-beneficiários a serem

indenizados. Em seus estudos, Nunes (2003) apresenta que a indenização incentiva as famílias a buscarem oportunidades em centros urbanos, onde pouco se adéquam às lógicas de trabalho e podem acabar marginalizadas. Neste caso, o próprio Estado pode estar incentivando processos de genocídio cultural se a indenização se der de maneira generalizada, não considerando a possibilidade da realocação. Entretanto, a realocação das famílias também tem sido tema de polêmica e atualmente é um desafio encontrar áreas disponíveis (considerando as mesmas características) para este fim.

Foi possível notar que as pressões na exploração dos recursos naturais não são exercidas apenas pelas famílias de moradores do Núcleo Despraiado. Há muitos anos, esta pressão tem sido efetuada, principalmente nos últimos anos, por agentes externos. É o caso da prática do corte de palmito, da produção de banana aos moldes da agricultura convencional extensiva, da caça e do corte de madeira. Os moradores deste núcleo sinalizaram ao governo do estado todas as práticas que estes agentes externos vêm promovendo em seu território ao longo dos anos, mas muito pouco se fez em termos de iniciativas de fiscalização para conter tais atividades ilegais.

Segundo relatos de um morador, os gestores públicos "ficam fiscalizando a gente, não pode isso, não pode aquilo, mas quem está devastando a Juréia de verdade tá fazendo tudo o que bem quer e ninguém faz nada, ninguém fala nada." (depoimento realizado em janeiro de 2009). Um outro morador dizia estar recebendo ameaças de morte por madeireiros, pois estes não queriam ser delatados novamente. Tudo porque, em agosto de 2005 e em julho de 2007, os moradores do Despraiado e a UMJ, se mobilizaram e organizaram os "empates" (em homenagem aos empates promovidos por Chico Mendes) com vistas a denunciar os desmatamentos clandestinos ocorridos há anos na região do divisor de águas, que também divide os municípios de Iguape e Miracatu. Poucas iniciativas foram tomadas e o desmatamento aumentou no decorrer dos anos, segundo os mapas produzidos pelo plano de manejo. Um outro dado interessante é que, no decorrer das discussões sobre um novo projeto de lei de mosaico para a EEJI (em dezembro de 2009), a Fundação Florestal sugeriu a ampliação da área da RDS do Despraiado, incluindo esta área do divisor de águas. Os moradores se manifestaram muito descontentes com esta inclusão:

[...] lá naquela área deve ser uma área de proteção integral e deve ser fiscalizada e não cabe aos moradores do Despraiado enfrentar de novo este conflito. Além do que, lá não podemos manejar, é área de APP, portanto, queremos a ampliação da área da RDS numa área que possa haver manejo e que solucione conflitos, e não crie mais conflitos (depoimento de um morador em uma reunião com os gestores da Fundação Florestal, dezembro de 2009).

Atualmente, a situação dos moradores de toda a EEJI é de expectativa com relação à recategorização em um novo mosaico de UCs, mas existem dúvidas de que este projeto se concretize. Nesta medida, a população está muito receosa, pois há a possibilidade de serem expulsos de suas terras, caso no qual o território permaneça como Estação Ecológica. No decorrer dos meses (entre novembro de 2009 até o presente), após a promulgação da ADIN, os moradores promoveram inúmeras reuniões e debates buscando acelerar o processo de criação de um novo mosaico, mas muito pouco foi feito em termos de ações que dependiam do comprometimento do órgão gestor. Manifestações de apoio, bem como manifestações contra a proposta de criação de um novo mosaico, foram realizadas (ver documentos no Anexo L e Anexo M). É possível notar que tais manifestações são bastante representativas dos modelos de gestão de unidades de conservação e de participação social concorrentes.

4.5.2 A roça caiçara e o extrativismo no núcleo do Despraiado

A partir de revisões bibliográficas e depoimentos dos moradores do núcleo do Despraiado, pode-se notar uma grande importância atribuída aos “quintais” caiçaras e suas variedades de espécies utilizadas na alimentação das famílias. Esses agroecossistemas podem ser elementos estratégicos para o uso e a conservação da sociobiodiversidade no território.

A promoção do uso e manejo da diversidade de espécies de plantas nativas presentes nas áreas agrícolas e a compreensão do processo de sucessão vegetal é um componente importante para avançar nas propostas de manejo agroecológico. Associado a outras práticas, um melhor condicionamento e manejo destas espécies podem contribuir para solucionar questões, como o uso de herbicidas – extremamente danoso à biodiversidade. Outro benefício é o incremento da ciclagem

de nutrientes, que contribui com a melhoria da estrutura, fertilidade e biologia do solo.

Diversas pesquisas tratam das comunidades caiçaras como comunidades de pescadores-lavradores (MALDONADO, 1986; SANCHEZ, 1997, ADAMS, 2002, GARROTE, 2004) e a agricultura praticada ainda representa grande parte da fonte de autoconsumo das famílias. Após a instituição da EEJI, pode-se considerar que houve uma drástica redução das áreas de agricultura e quintais caiçaras. Com o fechamento das escolas e com a dificuldade de transporte, muitas mães de família juntamente com seus filhos se mudaram para a cidade em busca de melhores condições de acesso à infraestrutura.

Assim, houve também a redução efetiva das roças para auto-consumo, predominando as ações extrativistas predatórias e as áreas de bananicultura. No entanto, algumas famílias mantêm ainda suas áreas de moradia e suas roças agroalimentares. Uma característica marcante das roças e quintais é o grau de diversidade das plantas, geralmente realizadas em sistemas de policultivos (VIANA, 2004). Os quintais caiçaras possuem uma importância medicinal, estética e até mesmo cultural (GARROTE, 2004).

O caiçara, homens de terra e água, agricultor e pescador ribeirinho, por necessidade premente ou falta de opção, apropriou-se da cultura agrícola indígena cujos princípios foram incorporados pelos seus mais antigos antepassados, juntamente com os cestos de peri, os samburás e as redes de fibra de tucum (BRANCO, 2005, p.91).

Numa população caiçara, geralmente abrir o roçado, a pesca e a caça são consideradas atividades tradicionalmente masculinas. No âmbito das atividades femininas, “à mulher cabe a plantação, a sua limpeza, manutenção e a colheita” (QUEIROZ, 1978). Tal divisão mostra a importância da estrutura de uma agricultura familiar para a manutenção da roça e das variedades selecionadas frutos da sociobiodiversidade local.

No decorrer das oficinas do plano de manejo foi possível observar que os moradores classificavam os ecossistemas a partir dos seus potenciais produtivos. Ou seja, foi apresentado por um morador que na região da Barra do Morrinho (entre os rio Carvalho e o rio das Pedras) há um grande potencial para a produção de arroz, já que é uma área que sofre inundações sazonais e, inclusive, é área de

ocorrência de sambaquis. Esse potencial diferencia esta área das áreas de escarpas, por exemplo. Já os terrenos arenosos são destinados ao plantio de mandioca, milho e feijão (SMA, 2009).

Como na maioria dos casos, as roças são distantes das residências, os agricultores costumam construir uma estrutura denominada pelos mesmos como “rancho”. Lá eles armazenam sementes, ferramentas, os produtos colhidos, além de dar estrutura durante o tempo de permanência nas atividades produtivas.

Destacamos aqui o relato de um morador na medida em que classificou as áreas de manejo de seu sítio. Essa apresentação nos chamou a atenção, pois ele diferenciou a estrutura geográfica do local a partir de uma denominação própria *morro, lombada, rio, cachoeira, jardim*.

Na *lombada*, que se localiza no pé do morro, se realiza o cultivo de feijão, banana, horta, laranja, limão, café, goiaba, cana e a criação de galinhas. No morro é feita a plantação de mandioca, milho e feijão. Em outro morro há o manejo de madeira para remo e cipó timbopeba e a plantação de jaca, laranja, lima, abacate. Há também no pé deste morro roça de mandioca milho e feijão. Na frente da sua casa há o jardim e um caminho até a *cachoeira*. A pesca é feita com vara, covo, rede e cerco. Na margem esquerda da cachoeira fica a casa dele. Na margem direita ele indica uma área de manejo de onde extrai lenha e palmito e onde cultiva arroz (ISA, 2009).

É notável a presença de sambaquis em pontos significativos do território da Juréia-Itatins, além de outras ocorrências de sítios arqueológicos e patrimônios culturais materiais e imateriais. Assim, supõe-se que trata-se de uma área de uso ancestral, formada por mosaicos de paisagens manejadas há séculos.

Segundo relatos dos pesquisadores envolvidos no plano de manejo, em visita aos roçados e capoeiras antigas dos moradores do Despraiado (utilizando um aparelho receptor GPS) observou-se uma alteração no padrão da dimensão dos roçados em comparação a períodos anteriores à criação da EEJI.

Os roçados naquela época se espalhavam pelas encostas dos morros e mediam entorno de 1 ou 1,5 hectares. Esses roçados hoje são *capoeirões*, áreas identificadas pela fiscalização da Estação Ecológica como sendo de mata virgem, mas que são áreas deixadas em pousio há mais de vinte anos pelos moradores. Os roçados atuais se localizam mais próximos das residências, são menores e mais numerosos e, principalmente, são áreas utilizadas durante anos sem o recurso do pousio, já que é só ali que a gestão da Estação

Ecológica autoriza o plantio, assim inviabilizando o sistema tradicional de rotação de áreas de cultivo e de pousio florestal. Os roçados hoje estão em áreas de 0,2 hectares, escondidos dos olhares da estrada por meio de pequenos *aceiros* de mata (pequenos trechos de mata utilizados para marcar a divisão entre roça e mata e entre propriedades) (ISA, 2009).

Segundo depoimentos dos moradores, com as restrições a partir da gestão da EEJI, os roçados são feitos obrigatoriamente no mesmo local, esgotando os nutrientes. Esta prática, após anos de uso, pode levar à degradação do agroecossistema, tornando cada vez mais complexo seu processo de recuperação.

No decorrer das reuniões do plano de manejo entre janeiro de 2008 e agosto de 2009, foram realizados debates ligados ao tema da caça, alguns pesquisadores enfatizaram a necessidade de erradicação da prática da caça. Porém, não apresentaram uma proposta para sensibilização dos caçadores e alternativas de fonte de proteínas para compor a alimentação das comunidades que praticam tal atividade. A prática da caça de animais silvestres, embora seja proibida, faz parte da cultura tradicional de caiçaras, caipiras e demais culturas com forte relação com a terra.

Com vistas à compatibilizar o desenvolvimento com qualidade de vida das populações à proposta de conservação do patrimônio natural da unidade de conservação, é recomendável, no âmbito da gestão, a elaboração de propostas para sensibilização dos caçadores e a promoção de alternativas de fonte de proteínas para compor a alimentação das comunidades. Nos debates com as famílias nas reuniões do plano de manejo, é possível observar que o conhecimento tradicional em torno da prática da caça abarca aqueles acerca do comportamento, da dinâmica e das ocorrências destes animais. Assim, os conhecimentos trazidos por um caçador são também de extrema importância aos olhos da pesquisa e do monitoramento destas espécies no território de uma RDS. Nesta ótica, convém mencionar que alguns moradores delinearam a proposta do desenvolvimento de atividades que busquem ao mesmo tempo a valorização deste conhecimento, por meio da inclusão dos indivíduos envolvidos com a caça, em projetos ligados à pesquisa e monitoramento, garantindo a remuneração destes indivíduos.

Tais iniciativas favorecem uma ressignificação da prática cultural, bem como uma possível geração de renda, garantindo o acesso aos nutrientes/alimentos que

são necessários às famílias. Além disso, também foi indicada pelos moradores a necessidade de conhecer melhor as técnicas de produção de animais silvestres em cativeiro para a produção de carne, como é o caso do jacaré no Pantanal. Entretanto, os gestores se mostraram resistentes a esta possibilidade dizendo que é muito difícil aprovar projetos desta ordem junto aos órgãos ambientais.

De todo modo, estes debates revelam uma receptividade importante das famílias residentes a ajustes em suas práticas, em grande medida incorporando ideias próximas à agroecologia. Foi possível notar que há uma grande demanda por acesso à informação no que se refere à novas ferramentas e técnicas de manejo. Os moradores, inicialmente, apresentaram certo estranhamento à temática proposta por esta pesquisa. No decorrer das atividades do plano de manejo, foi estabelecido um contato e uma relação dialógica que foi capaz de traduzir aos moradores do núcleo do Despraiado, ainda que de maneira tímida, do que tratam as práticas da agroecologia.

No entanto, segundo os moradores, ainda restaram muitas dúvidas acerca das terminologias adotadas para as zonas da RDS (zona de uso extensivo, intensivo, uso agroflorestal, recuperação agroflorestal, etc.). Tais terminologias não fazem parte do vocabulário cotidiano das famílias e tão pouco possibilitam uma única interpretação. Além disso, o interesse pelos primeiros diálogos acerca da agroecologia surtiu efeito na oficina de programas, o qual será apresentado a seguir.

4.5.3 Os programas de gestão

Após o conturbado processo de definição do zoneamento das unidades do Mosaico Juréia-Intatins, iniciou-se o processo de elaboração dos programas de gestão deste território. Acompanhamos as atividades junto ao núcleo do Despraiado e podemos constatar que este foi um dos momentos mais fecundos no nosso trabalho de campo, pois permitiu revelar expectativas dos moradores locais com relação a esta pesquisa.

Além de ser um dos momentos finais na elaboração de um plano de manejo, os espaços de elaboração das propostas aos programas de gestão promoveram verdadeiros momentos de esperança aos moradores locais. Certamente, as dúvidas em torno da regularização fundiária e a incerteza de permanência de certas famílias eram um incômodo. No entanto, este aqui foi em alguns momentos ofuscado pela

vontade de planejar o futuro e fazer com que a elaboração do tão esperado plano de manejo chegasse ao fim de forma satisfatória.

Pode-se considerar que a identificação das principais ações de manejo teve início ainda na Oficina de Zoneamento e foram melhor detalhadas na Oficina de Programas. Nessa última, o procedimento foi embasado pelas necessidades apresentadas no âmbito de cada zona da RDS.

Os técnicos e pesquisadores responsáveis pela elaboração do plano de manejo apresentaram três elementos-chaves de discussão entre os participantes da oficina: (a) apresentação, discussão e consolidação do zoneamento das unidades de conservação, considerando sua categoria de manejo; (b) reconhecimento das responsabilidades e compromissos de cada agente envolvido no processo; c) identificação das principais ações de manejo que pudessem compor os seus respectivos programas.

Foi possível notar que, se do ponto de vista dos moradores do Despraiado, a oficina de programas representava um ponto muito importante em seus processos de lutas e de conquistas, por outro, esta oficina representou aos técnicos e pesquisadores um grande desafio dialógico. O primeiro desafio se deu na presença de moradores que não haviam participado dos processos do zoneamento. Assim, passaram a criticar e a discordar do zoneamento proposto, significando um passo atrás no processo de elaboração dos programas de gestão. O segundo ponto surgiu da dificuldade de entendimento das zonas estabelecidas, pois ainda haviam muitas dúvidas com relação à nomenclatura e ao que “pode e ao que não pode” em cada zona por parte dos moradores. Além disso, os itens em que era indicada a necessidade de estabelecimento de termos de compromisso junto ao conselho gestor ainda gerava muita desconfiança por parte dos moradores (SMA, 2009).

Os técnicos que conduziram os trabalhos deste grupo de residentes fizeram uso da construção de uma tabela (com cartelas coloridas) que apresentava algumas questões, buscando nortear a elaboração de propostas de programas de gestão para a RDS. A primeira cartela constava da indicação da “necessidade ou demanda; a segunda de “quais ações para solucionar a demanda”; a terceira “quem pode ajudar nisto”; a quarta “quando” e, finalmente; a quinta “grau de importância”. Além desta tabela, havia a projeção do mapa de zoneamento da RDS, buscando orientar os moradores nas indicações das ações com relação às características de cada zona.

O tempo destinado a esta oficina foi curto, principalmente pelo fato dos moradores ainda apresentarem dúvidas das oficinas anteriores e foi possível notar que esta redução do tempo prejudicou o aprofundamento das discussões em torno de algumas propostas. Tal fato justifica a ausência de informação em alguns itens das tabelas que serão apresentadas a seguir.



Figura 12 – Oficina de programas de gestão – grupo de moradores da RDS do Despraido

As primeiras demandas apresentadas pelos moradores estavam relacionadas à qualidade de vida. Estas demandas envolviam questões ligadas à acesso à serviços, educação e também infra-estrutura local. Só depois começaram a surgir as propostas relacionadas ao manejo, às práticas agrícolas e à gestão. Por isso, dividimos estas demandas e propostas nas tabelas que seguem abaixo.

Efetivamente, a demanda por instalação de uma antena que possibilite aos moradores do núcleo acessar os equipamentos de comunicação (telefonia móvel e internet, principalmente), além do acesso à energia elétrica foram as primeiras reivindicações. Os moradores alegam que sem a garantia de condições mínimas de qualidade de vida e acesso à equipamentos de cidadania, dificilmente haverá um comprometimento no desenvolvimento de novas formas de manejo e novas atividades de geração de renda. No entanto, a questão da instalação de antena de telefonia móvel foi polêmica, pois não foi consensuada entre os técnicos e pesquisadores do plano de manejo. Estes últimos alegam que as antenas de telefonia móvel gerariam impactos visuais na área, além dos contratos com as prestadoras destes serviços serem conflitantes com a regulamentação das UCs. No que se refere à chegada da energia elétrica, alguns pesquisadores alegaram que a

partir desta infra-estrutura, os moradores passariam a acessar bens de consumo que poderiam ser incompatíveis com os objetivos de conservação da unidade. Este posicionamento foi foco de muita polêmica, visto que os moradores responderam dizendo que quem faz esta crítica, nunca viveu restrições em seu bem-estar, pois “sempre morou na cidade”.

A demanda por uma estrutura de saneamento ambiental, envolvendo coleta seletiva de resíduos sólidos, desenvolvimento de técnicas de compostagem de resíduos orgânicos e tratamento dos esgotos domésticos foram consensuadas entre técnicos, pesquisadores e moradores. Esta demanda também envolve a ampliação da visitação turística e as estruturas do órgão gestor no interior da RDS.

A perenização das estradas é um item de extrema importância para os moradores locais, por viabilizar o transporte público, o escoamento da produção agrícola e demais produtos, além de viabilizar o acesso aos centros de saúde dos bairros circunvizinhos. No entanto, a perenização das estradas, do ponto de vista dos pesquisadores do plano de manejo, também representa significativo impacto ambiental (interferências no fluxo de fauna, impermeabilização e compactação do solo, perda de biodiversidade no entorno da estrada), além de facilitar o acesso de grupos de extrativistas não residentes e maior fluxo turístico, demandando maior controle por parte do órgão gestor da unidade. Foi considerada por alguns técnicos viabilizar a implantação de projetos das chamadas “estradas-parque”, com regulamentação específica e adequada para UCs. Foi também discutida a possibilidade de indicação de outras técnicas de perenização que evitem o asfaltamento das estradas.

NECESSIDADE OU DEMANDA	QUAIS AÇÕES PARA SOLUCIONAR A DEMANDA	ONDE	QUEM PODE AJUDAR NISTO	QUANDO	GRAU DE IMPORTÂNCIA
Educação	- Manter o funcionamento; - Reativar o EJA (Educação de Jovens e Adultos); - Manter o transporte escolar.	Escolas já existentes	Prefeitura Municipal de Iguape	Contínuo	1
Posto de saúde e atendimento médico	- Construção do PS; - Equipar o PS; - Destinar agentes de saúde; - Garantir presença de corpo médico	Ao lado da escola do Despraiado há uma área da Prefeitura.	Prefeitura Municipal de Iguape	Imediato e continuado	1
Energia elétrica	- Melhorias na estrada; - Solicitar à companhia de fornecimento de energia a instalação do programa “Luz para Todos” do Governo Federal.				
Saneamento (água,	- Organizar o sistema de				

esgoto e lixo)	captação de água e de tratamento de esgoto das casas e das estruturas de gestão; - Incentivo à compostagem de resíduos orgânicos; - Coleta seletiva pela Prefeitura.				
Perenização das estradas da RDS	- Parcerias/Convênios; - Contratar conserveiros (moradores do núcleo que atuam na manutenção continuada das estradas); - Instalação de pontes de metal; Fazer comissão para pedir pontes metálicas para a Prefeitura Municipal de Iguape e Pedro de Toledo.	- Estrada: Zona Agroflorestal; - Pontes: área do Sr. João da Serra e área do Luso	-Prefeituras; - DER / DAEE; - Defesa civil, ONGs, empresas; - Moradores da RDS; - Deputados estaduais.	Curto e médio prazo	1
Transporte coletivo	- Arrumar a estrada; - Solicitar restabelecimento de linha de ônibus; ou - Fazer projeto para "Território da cidadania".	Zona de uso agroflorestal	Prefeitura Iguape/Pedro de Toledo -Empresas de transporte -Câmaras de vereadores -Vans: AMD ou particular	Imediato (até 1 ano)	1
Telefone	-Conhecer o projeto de telefone via 'rádio' (avaliar custo/funcionamento) -Solicitar à empresa de telefonia para instalar sistema. -Ratificar projeto MDA de internet para comunidades rurais	Moradias, escolas, centros comunitários, etc.	Comunidade (Conselho) e Fundação Florestal.	Imediato	1

Quadro 12 – Demandas dos moradores do núcleo do Despraiado relacionadas à infra-estrutura

No que se refere às demandas relacionadas ao manejo, destacou-se a necessidade apresentada pelos moradores e pelos gestores das UCs de desenvolvimento de processos formação em manejo sustentável dos recursos naturais locais. Houve, uma declaração acerca da importância de desenvolvimento de cursos em agroecologia, sendo este momento de grande importância para esta análise. Além disso, a importância da diversificação nas fontes de geração de renda foi destacada como essencial para a sustentabilidade das famílias do interior do núcleo do Despraiado. Por se encontrarem numa área mais isolada, o desenvolvimento das atividades de turismo seria secundária, ligada mais fortemente à grupos de pesquisadores, escaladores e grupos de estudantes. Em contrapartida, a produção agrícola com foco no abastecimento turístico dos municípios da região se mostrou como potencial mais fecundo. Além disso, os moradores se mostram interessados na produção de recursos naturais para o atendimento de indústrias de

fármacos, cosméticos, e de inserção à projetos ligados à programas de pagamento por serviços ambientais. A proteção e fiscalização foi um ponto polêmico, no qual a população local demandou uma maior eficácia por parte do órgão gestor. Segundo relatos, há maior restrição para com os moradores do que para os grupos de extrativistas “de fora”.

NECESSIDADE OU DEMANDA	QUAIS AÇÕES PARA SOLUCIONAR A DEMANDA	ONDE	QUEM PODE AJUDAR NISTO	QUANDO	GRAU DE IMPORTÂNCIA
Proteção e Fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar aceiro na divisa da EEJI (forte vetor de degradação vindo da Vista Grande, etc.) - Sinalização para controle de invasão -Intensificar fiscalização na divisa com Vista Grande /Fiscalização Diária -Elaborar plano integrado de fiscalização com as outras UCs do mosaico. -Curso de capacitação 	Divisa com Colinas Verdes, Barra Funda e Vista Grande			
Associação para produção e comercialização	<ul style="list-style-type: none"> -Adequação do Estatuto da associação pré- existente -Capacitação dos associados para gestão 				
Geração de renda diversificada	<ul style="list-style-type: none"> -Viveiros de mudas de spp nativas -Processamento dos produtos locais agregando valor matéria prima local -Desenvolver agroecoturismo -Resgatar conhecimentos sobre recursos naturais/ervas medicinais -Gerar renda para jovens <ul style="list-style-type: none"> - Contratar prioritariamente pessoas da comunidade (Fundação Florestal) -Manejo de caxeta -Pupunha - Manejo Palmito Juçara 				
Recuperação agrícola (com boas práticas agrícolas)	<ul style="list-style-type: none"> -Resgate das práticas agrícolas - Banco de sementes - Viabilizar Assistência técnica (engenheiro agrônomo) 				
Centro de capacitação	<ul style="list-style-type: none"> -Capacitar a comunidade - Realização de Cursos, por exemplo, sobre Conhecimentos locais e cursos Profissionalizantes -Curso de capacitação para escrever projetos -Elaborar projetos 	Escolas e centro comunitários Zona Agroecológica e Comunitária	-SEBRAE -Secretária de Educação ONG's, Universidade, Ministério da Cultura, Banco do Brasil, INCRA, ITESP, FURNAS	Curto e médio prazo	2
AgroEcoTurismo					
Manejo de Fauna					

Quadro 13 – Demandas dos moradores do núcleo do Despraiado relacionadas ao manejo e à geração de renda

Foi possível notar que o grupo possui muitos conhecimentos e experiências acumuladas na busca de parcerias com órgãos públicos e na busca da solução de seus problemas. Entretanto, conhecem poucos resultados concretos. Por outro lado, os moradores possuem muito interesse na geração de novas alternativas de renda sustentáveis. Sua forte identidade com a agricultura leva assim a muito interesse em resgatar adequadamente atividades mais tradicionais (roça de feijão, milho, arroz de sequeiro, mandioca, inhame, etc.), numa perspectiva mais sustentável. Aparentemente, o interesse desses moradores parecia ser de abandonar gradualmente as atividades exploratórias. Porém, para desenvolverem novas atividades, baseadas em novos paradigmas, um apoio significativo é essencial, o que corresponderia a uma atribuição da gestão da unidade, com incumbências em elaborar projetos e captar recursos oriundos de políticas públicas e de iniciativas privadas.

4.6 A tradicionalidade em questão

A criação de unidades de conservação de uso sustentável no Estado de São Paulo, em especial o Vale do Ribeira, permite identificar claras distinções de interesses que se encontram em jogo. Em primeiro lugar, a agricultura familiar, muito numerosa aqui, aposta em seu reconhecimento para conseguir maior vigor. Em segundo lugar, as comunidades quilombolas, caiçaras, caboclas e indígenas reivindicam seus espaços no debate sobre o desenvolvimento, encorajadas notadamente pelo reconhecimento constitucional de seu direito ancestral à terra e pelo decreto federal n.6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. De fato, sua ênfase consiste no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Por outro lado, empresas agrícolas, florestais, companhias industriais, empreendedores imobiliários e turísticos propõem grandes investimentos com vistas a uma aceleração do desenvolvimento econômico regional. Enfim, entidades ambientalistas alertam para os riscos crescentes que pesam sobre uma das últimas grandes reservas naturais do estado. Neste quadro, este trabalho considera as

mudanças recentes em termos de arranjos democráticos, de orientação do debate social e de políticas públicas, que favorecem, em certa medida, o reconhecimento social de populações marginalizadas no contexto da proposta de conservação do bioma Mata Atlântica.

As transformações e as mudanças socioculturais têm sido uma constante nas populações caiçaras. Marcada pela pequena produção de mercadorias, a economia caiçara organizou-se na periferia dos ciclos de monocultura no litoral sudeste, fornecendo-lhe gêneros alimentícios e mão de obra. Quando esses diversos ciclos chegaram ao fim, como o da cana-de-açúcar e a da rizicultura, as populações caiçaras, em geral, voltaram-se a uma produção de subsistência, com a geração de pequenos excedentes vendidos às cidades litorâneas com as quais sempre mantiveram relações comerciais mais ou menos intensas. Essas cidades quase sempre atraíram parte da população caiçara que, em várias delas, estabeleceram bairros urbanos e periurbanos, onde passaram a viver exclusivamente da pesca artesanal mantendo, ao mesmo tempo, relações sociais com os parentes que continuavam a viver nas praias e sítios. Entretanto, a urbanização crescente das cidades litorâneas passou a ser um elemento fundamental para a compreensão das mudanças socioculturais recentes. Parte considerável dos moradores passaram a desenvolver atividades distintas das tradicionais, como a construção civil, serviços urbanos, sempre como subempregos (DIEGUES, 2004b).

Convém aqui abrir parêntese para apresentar alguns conceitos presentes nos trabalhos da Enciclopédia da Cultura Caiçara – O olhar do pesquisador, organizada por Diegues (2004b). A cultura caiçara é pelo autor definida como um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados, que orientam os indivíduos em suas relações com a natureza e com os outros membros da sociedade que se expressam também em produtos materiais (tipos de moradias, embarcações, instrumentos de trabalho) e não materiais (linguagem, música, dança, rituais religiosos).

A tradição caiçara é entendida como um conjunto de valores, de visões de mundo e simbologias, de tecnologias patrimoniais, de relações sociais marcadas pela reciprocidade, de saberes associados ao tempo da natureza, músicas e danças associadas à periodicidades da terra e do mar, de ligações afetivas fortes com o sítio e com a praia. Essa tradição herdada dos antepassados é constantemente atualizada e transmitida às novas gerações pela oralidade. A tradição é entendida

não como algo imutável, mas como um processo histórico pelo qual elementos da cultura chamada moderna são continuamente reinterpretados e incorporados ao modo de vida. Essas populações desenvolveram instrumentos cognitivos para identificar as mudanças/respostas do no meio ambiente, para buscar novas alternativas e adaptações (DIEGUES, 2004b).

As adaptações induzidas pela modernidade e pela globalização têm se dado de forma problemática, colocando em perigo a reprodução do modo de vida tradicional. Modo de vida caiçara pode ser entendido como a forma pela qual as comunidades praianas ou praiieras do sudeste organizam sua produção material, as relações sociais e as simbólicas, dentro de um determinado contexto espacial e cultural. A produção material e não material de vida não são espaços separados, mas combina-se para produzir seu modo de vida (DIEGUES, 2004b).

A história da constituição das cidades litorâneas na região sudeste se deu a partir das grandes famílias proprietárias dos grandes engenhos de arroz, cana-de-açúcar e escravos e as populações dispersas na zona costeira, ligaram-se de certa maneira aos ciclos econômicos regionais, fornecendo gêneros de primeira necessidade, como farinha de mandioca, peixe, lenha, etc. O fim da monocultura litorânea e, praticamente, o final da escravatura fizeram com que a mão-de-obra escrava permanecesse na região, integrando-se e mesclando-se com as populações que já estavam inseridas na pequena produção mercantil baseada na pequena agricultura, pesca e extrativismo. A partir de então, as primeiras décadas do século XX, a maioria dos municípios litorâneos estavam em isolamento profundo.

De início a pesca servia para o consumo dos próprios caiçaras, sendo, no entanto, vendido o excedente na forma de peixe salgado seco. Nas primeiras décadas do século XX intensifica-se a pesca comercial e aparece maior especialização nas atividades pesqueiras à medida que a lavoura passa para segundo plano. Com o abandono quase completo da agricultura na maioria das áreas caiçaras, a pesca é a principal atividade econômica à qual se juntam o turismo, os serviços e o artesanato. A entrada da pesca comercial no ambiente sociocultural caiçara promoveu a destruição de determinados valores e mudanças nos modos de vida caiçara, uma vez que apresentou a dependência quase total do mercado, transformando o caiçara em um pescador artesanal (DIEGUES, 2004b).

Pôde-se observar que o mesmo fato aconteceu no âmbito da agricultura. Os indivíduos mais resistentes ou os que não se adequaram ao modelo da pesca comercial, de uma outra forma tiveram que adaptar suas culturas agrícolas à produção de banana.

A invasão do território caiçara se associa à inexistência de título legal da terra. Portanto, os caiçaras são considerados posseiros. O território caiçara se caracteriza pelo uso comum; sua gente pratica a agricultura, a coleta, a caça e a pesca. Estudos consideram que a especulação imobiliária no território caiçara propiciou a ocupação desordenada das encostas das serras e o desenvolvimento de atividades de exploração do trabalho e subempregos. Tudo porque, os caiçaras se mostraram desorganizados politicamente, sem forças sociais que motivassem a resistência e as reivindicações em defesa de suas terras, levando à expulsões contínuas e ocupações desordenadas de outras áreas. Além disso, a especulação imobiliária atraiu uma massa de trabalhadores da construção civil de outras regiões do país que se manteve na região. Fechando o ciclo de expulsões e de desvalorização cultural, surgiram as leis ambientais de criação de áreas naturais protegidas, com atenção especial para os últimos remanescentes de Mata Atlântica do estado de São Paulo.

A resposta encontrada para estes ciclos de pressão que a cultura caiçara sofreu foi a migração, na maioria dos casos não exitosas. Quer dizer, os indivíduos que migraram para outras regiões, em busca de maior estabilidade e melhores condições de vida, não encontraram melhores soluções. Foram jogados à sorte para enfrentar diferentes culturas, tornando-se e marginalizados de qualquer tipo de acesso aos benefícios do desenvolvimento, como pode-se constatar no trabalho de Nunes (2003).

Neste contexto, nota-se a real perturbação de um modelo de sistema socioeconômico sobre uma cultura tradicional, que deixa de interagir com o ecossistema local e passa a reproduzir a lógica de um modelo explorador. Neste quadro, a comunidade subalterna busca incessantemente um reconhecimento social, sob os moldes excludentes da modernidade.

Entretanto, esta reflexão nos permite considerar nos dias de hoje, em razão do debate sobre a sustentabilidade, um potencial meio de reconhecimento das comunidades ditas tradicionais em razão da revalorização ou incorporação de práticas sustentáveis, sob uma nova lógica de desenvolvimento territorial baseada na noção da conservação. Assim, em determinados casos, as populações

tradicionais podem ser consideradas como protagonistas da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agroflorestais, podem atuar como guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade. Desta forma, elas são protagonistas de uma forma alternativa de ocupação do território, fundada em critérios sociais e ambientais. Em unidades de conservação de uso sustentável, este tipo de ocupação se consolida, em princípio, com um processo de tomada de decisão com a participação da comunidade nos conselhos de gestão deliberativos.

Trata-se de meio para adequar os modos de vida com valorização da diversidade cultural: da precariedade e do bom selvagem segue-se para outros paradigmas de desenvolvimento territorial.

Segundo o § 2º do artigo 7º do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC:

As unidades de conservação de uso sustentável têm como objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”, e se dividem em: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, prevista no artigo 18 do SNUC é definida como uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (SNUC, 2000).

O projeto de lei do SNUC trazia a definição de populações tradicionais no inciso XV do artigo 2º, como grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável. Este conceito foi vetado sob o argumento de que “o conteúdo da disposição é tão abrangente que nela, com pouco esforço de imaginação, caberia toda a população do Brasil”, e que ele “alcançaria, praticamente, toda a população rural de baixa renda, impossibilitando a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais”.

Frente às dificuldades de se estabelecer um conceito definitivo, Antonio Carlos Diegues (2006) enumera diversas características das culturas tradicionais, dentre as quais destaca-se: a relação com a natureza, seus ciclos e recursos, a partir da qual é construído um profundo conhecimento norteador do seu modo de vida; forte noção de território e conseqüentemente de pertencimento herdado dos antepassados; importância da unidade familiar, doméstica ou comunal e das relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; reduzida acumulação de capital, importância das atividades de subsistência e alguma relação com o mercado; tecnologia simples, com impacto limitado sobre o meio; auto-identificação ou identificação pelo outro de se pertencer a uma cultura diversa.

O decreto federal 6.040/07 apresenta uma nova tentativa de conceituação:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (BRASIL, 2007).

Entretanto, para o caso específico do estado de São Paulo, foi promulgada recentemente a resolução SMA 029 de 30 de março de 2010:

Dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de Unidades de Conservação, bem como, sobre Termos de Compromisso a serem celebrados com os ocupantes de Unidades de Conservação até sua definitiva regularização fundiária, e dá outras providências.:

Artigo 4º - a identificação e caracterização de comunidades tradicionais conforme indicado no artigo 4º, inciso XXVII, da Lei Estadual 13.798, de 09-11-2009, com exceção de comunidades

indígenas e quilombolas que possuem amparo constitucional diferenciado e disciplina jurídica própria, deverá ser constituída por laudo histórico e laudo antropológico, que confirmem o histórico de sua relação de dependência dos recursos naturais da respectiva unidade de conservação para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental.

§ 1º - a caracterização das comunidades tradicionais deverá estar amparada em histórico de ocupação da área específica da Unidade de Conservação, apresentando peculiaridades culturais e atividades produtivas diferenciadas ou artesanais, bem como formas de manejo do meio apoiadas no conhecimento tradicional (SMA, 2010).

Além de todo o arcabouço legal, que traz as diferentes interpretações acerca da tradicionalidade cultural, considerou-se nesta análise também os referenciais teóricos e metodológicos da Ecologia Evolutiva Humana que podem fornecer subsídios para a análise do desenvolvimento de culturas tradicionais de determinadas de populações humanas. Este tem sido um tema polêmico frente às novas demandas sociais de reconhecimento de populações tradicionais, que buscam cada vez mais construir espaços para defesa de seus direitos e da manutenção de suas culturas e modos de vida. Assim, nota-se a grande importância dos estudos sobre adaptabilidade humana na análise sobre a evolução cultural destas populações.

Brondizio (2010) observa, em trabalhos recentes junto a populações ribeirinhas envolvidas com a produção e comercialização da polpa do fruto do açaí, o fenômeno da unidade doméstica multi-localizada, na qual há uma expansão da unidade doméstica destas famílias buscando facilitar a circulação de seus integrantes entre o universo rural e urbano. Segundo o autor, essas famílias buscam no meio rural a base do seu sustento (culturas de milho e mandioca em sua maioria) e a coleta do fruto do açaí como “carro chefe” da sua produção comercial. Na cidade, principalmente a mulher e filhos se instalam, buscando maiores aberturas e inserção em mercados regionais de diferentes nichos, além de visualizarem uma maior expectativa de vida, por meio do acesso aos equipamentos sociais (comunicação, saúde, transporte e escolas) e expectativas para o consumo de produtos com maior nível de beneficiamento, diferenciados daqueles que consumiam quando da moradia no rural.

Entretanto, concomitantemente à necessidade de reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais, segundo Brondizio (2010), em muitos dos casos de

estabelecimento de critérios do que é e do que não é tradicional é possível ocorrer a apropriação do conceito de forma circunstancial e idealizada. A construção conceitual é recente, não consensuada e geralmente apresentam-se como expectativas externas ao comportamento do “outro”. A tradicionalidade foi inventada por agentes externos às culturas em questão e esses mesmos agentes buscam de forma verticalizada impor padrões de comportamentos determinados, como se transferisse ao outro o que todos os seres-humanos, numa visão mais planetária, deveriam tomar como mecanismos de reprodução social.

Assim, deixa-se de lado as condições de transformação e de adaptação cultural desenvolvidas por estas populações, bem como a questão da justiça social relacionada à dinamização das oportunidades às populações excluídas dos grandes projetos desenvolvimentistas baseados na lógica capitalista.

No que se refere ao conceito de capacidade suporte Hogan (1999) apresenta que:

O valor do conceito de capacidade suporte é que ele deve direcionar a nossa atenção a ecossistemas específicos, explorados com tecnologias específicas, para produzir um padrão específico de vida [...] estudos cuidadosos e localizados da dinâmica populacional e o ambiente são raros.(HOGAN, 1999. p.34).

Ainda em Hogan (1999), a análise do crescimento populacional deve considerar seus componentes: fecundidade, mortalidade e migração. Entretanto, o autor destaca a necessidade de se conduzir pesquisas sobre os efeitos do crescimento populacional no uso da terra em termo das dinâmicas e interações de fatores, indo além da indicação de limites fixos. Notadamente, a pressão populacional sobre os recursos naturais pode ter pouca relação com a densidade populacional em si, mas pode estar relacionada de forma intrínseca ao modo de vida da população e ao tipo de uso e ocupação do solo.

Pode-se considerar que muitos avanços em termos de pesquisas e de políticas públicas já ocorreram, conforme apresentado por Lucila Pinsard Vianna (2008). No entanto, a autora destaca que:

[...] o poder público é fragmentado e setorizado, e abriga posições técnicas, políticas e ideológicas diferentes. Muitas vezes, a atuação e as propostas dos técnicos não tiveram o apoio institucional necessário e a continuidade desejada, em função das diversas mudanças administrativas e de falta de políticas definidas, de

metodologias, de planejamento e, principalmente, de legislação” (VIANNA, 2008, p. 219).

Ainda em Vianna (2008), as ciências sociais e a antropologia têm aprofundado os estudos acerca de grupos sociais mais restritos, sem fomentar a noção de populações tradicionais, diretamente em suas definições. A autora cita diversos trabalhos significativos que apontam para o estudo das “culturas rústicas”, englobando diferentes tipos culturais brasileiros tais como aquele proposto por Antônio Cândido (1964), em seus instigantes estudos acerca da cultura caipira. A autora ainda faz referência à Berta Ribeiro (1987) e Darcy Ribeiro (1995) que destacam a miscigenação e o contato interétnico como fatores que favorecem o fortalecimento destas “culturas rústicas”.

Tais argumentos reforçam nossa ideia de que a definição de um modo de vida mais adequado para o uso sustentável dos recursos naturais e para a conservação da sociobiodiversidade pode representar um maior sucesso do que aqueles ligados somente à origem territorial das famílias a serem beneficiárias de uma RDS. Sob esse ponto de vista, nos parece que a supervalorização da tradicionalidade passa a ser instrumento de diferenciação, de exclusão, tornando-se um elemento vago no âmbito de culturas miscigenadas. No contexto da seleção de beneficiários de um projeto de RDS, o fator tradicionalidade nos pareceu como a única estratégia de controle populacional. Neste sentido, fica menos evidente a valorização do potencial endógeno e de efetivos modos de vida que levem à patamares mais elevados de sustentabilidade.

No que se refere aos estudos sobre população e meio ambiente no contexto das unidades de conservação de uso sustentável, pode-se considerar que os desafios são muitos. Entretanto, ressalta-se a necessidade de repensar as unidades de análise para poder captar as dinâmicas ecológicas nas relações homem-natureza de forma mais aprofundada.

5 AGROECOLOGIA: ESTRATÉGIA ADEQUADA PARA A CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE EM QUESTÃO

Voa baixo araçari
suas cores tudo infesta
sobre as folhas de açaí
colorindo a floresta
(Júlio Costa – Grupo Batucajé)

Neste último capítulo buscamos mobilizar os conceitos apresentados nos capítulos anteriores, juntamente com os dados coletados em nossas atividades de campo. Efetivamente, a escolha do Vale do Ribeira, focada no contexto de um núcleo da EEJI, foi desafiadora e muito instigante. Tratou-se de uma grande experiência que nos possibilitou ricas reflexões acerca dos modelos de conservação e de desenvolvimento adotados para este território. Seus atores, suas lutas e paradigmas são complexos e nos instigam cada vez mais a aprofundar nossas discussões. Assim, este último capítulo busca apresentar análises e reflexões direcionadas a contribuir com o debate acadêmico sobre as estratégias simultâneas de conservação e desenvolvimento, o que pode fornecer elementos de apoio para as futuras tomadas de decisão de gestão de territórios que passam por processos históricos de conflitos socioambientais.

5.1 Disputas paradigmáticas para a conservação da sociobiodiversidade

5.1.1 A crítica preservacionista ao socioambientalismo

Conforme apresentado no capítulo III, o histórico de criação das áreas naturais protegidas nos apresenta os diferentes paradigmas que envolvem os processos de tomada de decisão na gestão de territórios naturais. No caso da EEJI, estes paradigmas impregnam efetivamente as concepções que orientam os atores implicados. A partir do nosso trabalho de campo foi possível identificar diferentes discursos acerca dos modelos de conservação da sociobiodiversidade e da biodiversidade, fundados em paradigmas distintos.

O histórico das políticas públicas ambientais e da formação do movimento ambientalista, notadamente no estado de São Paulo, revela a ancoragem da criação de áreas naturais protegidas no modelo preservacionista. Além disso, este histórico

também apresenta significativos embates desta perspectiva frente ao discurso socioambientalista, que defende os direitos de permanência de populações tradicionais em áreas naturais protegidas.

De todo modo, a partir desta última orientação crítica, inúmeras ações são direcionadas à elaboração de políticas públicas estaduais de gestão de áreas naturais protegidas, com a presença de populações humanas. Nestes casos de unidades de conservação de uso sustentável, a própria formação de conselho deliberativos constitui um grande desafio frente ao paradigma preservacionista e à política pública paulista centralizada, conforme os depoimentos apresentados no capítulo anterior. As evidências identificadas nos discursos de técnicos, pesquisadores, gestores e interlocutores da população local permitem analisar a seguir as controvérsias no âmbito da conservação da biodiversidade e da prática agroecológica, enquanto ferramenta de gestão de unidades de conservação.

O discurso preservacionista paulista foi embasado por inúmeras referências teóricas, entre elas destacam-se as formulações de Warren Dean: “Tão pouco resta que nada pode ser destinado a experimentos de “desenvolvimento sustentado”; de fato, todas as propostas do tipo com relação à Mata Atlântica devem ser vistas como insinceras e hipócritas” (DEAN, 1996, apud OLMOS E GALETTI, 2004, p. 360).

Ainda Olmos e Galetti (2004) apresentam que, apesar das controvérsias acerca dos modelos de gestão, a criação das Unidades de Conservação ainda é a melhor estratégia para a proteção da biodiversidade. No entanto, os autores ressaltam que a presença humana nestas áreas naturais protegidas representam grandes ameaças à efetividade da preservação.

Mesmo que caçadores e moto-serras não sejam mais um problema, existem ameaças da invasão por espécies ruderais (em geral exóticas), mudanças climáticas induzidas por padrões regionais de uso da terra, poluição, pesticidas, desequilíbrios biológicos e incêndios provenientes de áreas circunvizinhas (OLMOS & GALETTI, 2004, p. 363)

Em geral, nota-se que a introdução de espécies exóticas é indicada como primeiro problema da presença humana em áreas naturais protegidas. Neste sentido, os autores mencionados acima criticam propostas de presença humana em áreas naturais protegidas, com o argumento contrário à introdução de espécies

exóticas. Paradoxalmente, autores ligados aos movimentos socioambientalistas interpretam tal fenômeno como “aumento de biodiversidade”.

Para os primeiros autores, com a presença humana a UC pode até ganhar em diversidade de habitats, mas pode perder em qualidade (exóticas x nativas) ou em diversidade real. Além das espécies vegetais, tais como gramíneas africanas, bananeiras, entre outras (notadamente de origem europeia), os autores em questão também citam a presença de animais domésticos, tais como cachorros, gatos, marrecos, patos, peixes, cavalos, porcos e gado criados pelos moradores, animais que, por vezes, possuem acesso livre à floresta (OLMOS & GALETTI, 2004).

Outra contestação apresentada pela linha preservacionista se refere à suposta sustentabilidade das práticas agrícolas tradicionais. Conforme apresentamos no capítulo IV, a roça caiçara apresenta a prática do corte e queima – a coivara, que é considerada por alguns autores (GARROTE, 2004) como uma prática sustentável, pois garante o aporte de nutrientes ao solo, lhe favorecendo a fertilidade. No entanto, a coivara pode também favorecer a perda de espécies-chaves para o alcance de maior complexidade do sistema. Além disso, a prática do pousio e da rotação de culturas, cujo ciclo dura no máximo 12 anos (ADAMS, 2006), não é considerada sustentável para outros autores, pois não favorece a formação de estágios avançados (p.e. secundários que necessitam de no mínimo 150 anos para atingir seu clímax).

Considerando-se que as áreas destinadas à agricultura na EEJI correspondem a aproximadamente 4% de sua área total (SANCHEZ, 1997) e que a localização desta área cultivada ou cultivável se dá nos ambientes de planície litorânea e encostas, pesquisas citadas por Olmos e Galletti são capazes de concluir que a agricultura caiçara compete diretamente por espaço com as espécies restritas aos ecossistemas de restinga e de encostas (OLMOS & GALETTI, 2004).

Além dos argumentos apresentados anteriormente, a crítica ao socioambientalismo formulada pela corrente preservacionista, no contexto da Mata Atlântica, também se norteia pelo questionamento da sustentabilidade, supostamente promovida pela cultura caiçara. Ou seja, assim como houve a difusão da crítica ao modelo preservacionista por meio do mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 2006), por outro lado, há também a difusão do mito do “bom selvagem” por determinados pesquisadores ligados à linha socioambientalista. Deste modo, Cristina Adams identificou a falta de uma “abordagem ecológica séria e

de uma base empírica confiável na literatura, o que muitas vezes tem levado a considerações na linha do discurso ecológico romântico, que tendem a vincular a imagem dos caíçaras ao mito do bom selvagem” (ADAMS, 2000, p. 145), aquele que em todas as situações contribui com o aumento e conservação da biodiversidade.

Os diversos ciclos econômicos pelos quais passou a cultura caiçara do litoral paulista foram significativos no que se refere às alterações nos processos culturais e à inserção de hábitos comerciais, de consumo e de relação com o meio (ADAMS, 2000). Neste sentido, estamos de acordo com a necessidade de aprofundamento dos estudos interdisciplinares acerca da tradicionalidade, dos hábitos e modos de vida de populações que habitam UCs e demais áreas naturais de interesse para a conservação. Além disso, o envolvimento e a participação das populações tradicionais nos diagnósticos, levantamentos e estudos se mostram como fatores essenciais para a qualificação destes trabalhos.

A promulgação da ADIN contra a lei que instituiu o Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins nos dá pistas sobre a manifestação dos interesses preservacionistas no âmbito da gestão de UCs no Estado de São Paulo. O indicativo acerca da necessidade de aprofundamento dos estudos do impacto ambiental da presença humana naquelas áreas nos parece adequado. No entanto, também nos pareceu que a descontinuidade no diálogo e nas atividades em torno do plano de manejo desmotivou ainda mais as populações locais e desarticulou as propostas que estavam sendo construídas. De acordo com os depoimentos dos moradores locais, com a ADIN há uma grande possibilidade da pressão sobre os recursos naturais continuar ou até mesmo aumentar. Para eles, a ADIN não significa o aumento da fiscalização das áreas da EEJI, bem como os moradores locais não estarão de agora em diante motivados a entrar em conflito com os grupos de extrativistas externos. Lembrando que, enquanto moradores de RDS, os moradores se propunham a auxiliar na proteção, por meio da fiscalização e monitoramento, contra a entrada de grupos de palmiteiros externos, por exemplo.

Tal circunstância nos mostra que uma tentativa não participativa de garantir a preservação dos recursos naturais pode, provocando uma situação conflituosa, reverter a processos de sobre-exploração dos mesmos. Ou seja, não somente o posicionamento assumido por aqueles que promoveram a ADIN, mas a descontinuidade e a morosidade por parte do órgão gestor em constituir um novo projeto de lei, favoreceram uma lógica de gestão de UCs preservacionista que não

prioriza o desenvolvimento de novos paradigmas que consideram a possibilidade de unir a conservação da biodiversidade à presença humana, conforme proposto pela lógica socioambientalista.

5.1.2 Aproximações entre o socioambientalismo e agroecologia

Muitos autores da linha socioambiental, inspirados pelas obras de Antônio Carlos Diegues, se atrelam aos hábitos e modos de vida ancestrais dos caiçaras para falar da sua sustentabilidade, que muitas vezes não correspondem mais com suas práticas atuais. De acordo com os relatos dos moradores do núcleo do Despraiado apresentados no capítulo IV, muitas das práticas ancestrais não ocorrem mais por conta das restrições impostas pela gestão da EEJI. Como por exemplo, o fechamento das escolas, notadamente da escola caiçara – localizada no núcleo da cachoeira do Guilherme – representou um impacto de intensificação de perda de transferência cultural. Desta forma, entendemos que a noção de sustentabilidade da cultura caiçara, apresentada pelos autores da linha socioambientalista, se refere não somente às suas práticas culturais passadas, mas também ao potencial de uma adaptação cultural desta população favorável a uma relação parcimoniosa com os recursos naturais.

É a partir desta ótica que é possível encontrar afinidades da análise socioambiental com a proposta paradigmática da agroecologia. Se do ponto de vista teórico, social e antropológico, a manutenção e a ressignificação da cultura caiçara pode apresentar potenciais de adaptação com novos meios de uso e sustentação em relação à floresta, do ponto de vista prático, a agroecologia pode garantir um aporte conceitual e técnico para a produção e o manejo sustentável, por meio de uma abordagem científica que promove o resgate e a valorização das bases empíricas do conhecimento.

Neste sentido, para Sevilla Guzmán (2001), a agroecologia é vista como estratégia metodológica de transformação social e de emancipação do agricultor. Para Maristela do Carmo e colaboradores (2008):

É no sentimento de localidade que se aflora mais um pilar da Agroecologia, que é o potencial endógeno local, como contraponto importante à dimensão global. Cada comunidade é um espaço peculiar, específico e diferenciado, tanto no que se refere aos recursos naturais disponíveis, quanto às ações socioculturais das pessoas ali viventes (CARMO et. al., 2008 p.249).

Frente ao debate sobre a agroecologia e a dinamização do potencial endógeno local, destacamos que a questão da tradicionalidade – tratada como um requisito para a que determinadas populações possam ser beneficiárias num processo de criação de uma RDS, tal como ocorreu na EEJI – pode estar restrita aos laços ancestrais desta população com o meio em que vivem, mas não necessariamente garante que os modos de vida atuais estejam de acordo com o manejo adequado e sustentável. Para que este último seja assegurado, além da comprovação da tradicionalidade, a população deve assinar acordos de gestão no âmbito do conselho deliberativo da UC. Esses acordos devem ser norteados pela noção do uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, estes termos de conduta, por vezes, nos pareceu muito vagos, possibilitando dúbias interpretações. Assim, mais uma vez nos pareceu justificado analisar até que ponto é reconhecida neste processo a ideia de que certos preceitos agroecológicos podem auxiliar na definição das práticas de manejo e no estabelecimento mais efetivo desses acordos.

De outra maneira, a noção de participação social pode incentivar um maior envolvimento dos moradores em acordos de gestão que promovam práticas produtivas atreladas a modos de vida igualmente mais adequados e menos impactantes. Ou seja, não basta apresentar elaboradas propostas de técnicas e práticas de manejo sustentável se não houver a efetiva participação social e o envolvimento cotidiano das populações de acordo com os princípios da sustentabilidade em seus hábitos e modos de vida. No sentido do potencial endógeno, pode-se considerar que ele deve ser pensado como algo dinâmico e que pode ser favorecido não somente pela valorização da sua lógica adaptativa e do etnoconhecimento ancestral, mas também pela capacidade de digerir novas informações externas e transformá-las em inovações adequadas à realidade local.

Portanto, o desenvolvimento do potencial endógeno depende de atitudes de abertura, que não leve ao isolamento das comunidades em suas localidades e territórios. O intercâmbio coerente com elementos externos deve ser favorecido, buscando incentivar o desempenho da população em sua capacidade adaptativa, criativa e inovadora (CARMO, 2011). “Porém, mesmo na perspectiva endógena do desenvolvimento rural é preciso um esforço para que não nos tornemos consumidores de modelos culturais amalgamados pelo mercado” (CARMO, 2011, p. 314).

Sobre este ponto de vista, poderíamos arriscar a ideia de que não necessariamente os beneficiários de uma RDS necessitariam comprovar sua tradicionalidade e vínculo cultural diferenciado, mas acima de tudo necessitariam demonstrar seu envolvimento com a proposta de uso e ocupação sustentável do território. Considerando a presença de moradores não tradicionais no interior de uma RDS, como ocorreu no núcleo Despraiado, poderíamos discutir se a "tradicionalidade" seria a melhor noção para contribuir com escolhas de gestão desta categoria de UC. Contudo, o debate sobre regularização fundiária é complexo e envolve outros aspectos que não foram abordados por esta pesquisa.

De todo modo, o debate sobre a melhor categoria de unidade de conservação para o caso do Despraiado é elucidativo sobre diferentes perspectivas em jogo. Desta forma, cabe ressaltar que, conforme a demanda inicial dos moradores locais, a categoria adequada seria uma APA. Ela possibilitaria a permanência de todos os residentes com regulamentações adequadas às atividades produtivas locais. Em alguns debates, no decorrer das oficinas de zoneamento, alguns pesquisadores arriscaram a considerar a possibilidade da criação de um assentamento rural na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), viabilizando a regularização fundiária e o reordenamento de suas terras. Esta proposta foi apenas uma hipótese e não foi o foco das discussões acerca da recategorização por parte dos moradores. Isso porque os representantes dos moradores locais se reconhecem enquanto população tradicional caçara que lutam pelo reconhecimento cultural e pelo direito de permanência no território ancestral e, assim, não necessariamente se sentem caracterizados enquanto movimento social de luta pela terra.

No entanto, pode-se considerar que esta sugestão é finalmente plausível acerca do modelo de gestão do território, na medida em que considera dimensões negligenciadas por uma ótica puramente preservacionista. De fato, em algumas discussões sobre regularização fundiária durante a elaboração do plano de manejo, alguns técnicos chegaram a pronunciar que "Unidade de Conservação não é lugar de fazer reforma agrária" e em outro momento "Unidade de Conservação não é lugar de justiça social". Tais pronunciamentos foram impactantes para os moradores locais e para os participantes ligados à corrente socioambientalista, sendo elemento instigante também para as reflexões desta pesquisa.

Assim, convém aqui uma breve apresentação sobre a proposta dos assentamentos PDS, considerando que foi levantada no debate da recategorização

da EEJI. Trata-se, então, de elucidar o leitor sobre as linhas de raciocínio desenvolvidas em torno das diferentes possibilidades de gestão territorial.

Os assentamentos rurais PDS são iniciativas recentes de gestão de territórios rurais destinados à reforma agrária e buscam convergir os objetivos de movimentos sociais de luta pela terra e o movimento ambientalista, após anos de recorrentes disputas e conflitos. Tais conflitos tiveram início a partir dos anos de 1990 com a criação de assentamentos rurais em áreas de Floresta Amazônica. A preocupação do movimento ambientalista nesta ocasião se nutria, no âmbito dos projetos de reforma agrária, da carência de uma estrutura pública voltada à assistência técnica e à capacidade de desenvolvimento de um manejo adequado dos recursos naturais para os recém-assentados. A falta de infra-estrutura e de projeto produtivo para as áreas de assentamento poderiam levar à sobre-exploração dos recursos naturais e à vulnerabilidade da biodiversidade circundante.

Do ponto de vista dos movimentos sociais de luta pela terra, muitas vezes as terras destinadas à reforma agrária se encontram em estados avançados de degradação ambiental (herança dos anos de exploração da agricultura convencional de grande escala), fazendo com que muitas famílias assentadas enfrentem dificuldades produtivas e por consequência dificuldades econômicas (RAMOS FILHO et.al., 2010). Neste sentido, os assentamentos PDS foram concebidos de sorte a “compatibilizar os objetivos sociais de inclusão social, uso do solo e acesso à terra, com a preservação ambiental” (RAMOS FILHO et.al., 2010, p.212). Ao mesmo tempo, os movimentos sociais de luta pela terra passam a adotar o discurso ambientalista e agroecológico, fortalecendo seus objetivos.

Ainda para Luiz Octávio Ramos Filho:

O PDS é uma normativa do INCRA criada a partir da solicitação dos movimentos sociais, no sentido de conciliar o assentamento humano de populações não tradicionais, em áreas de interesse ambiental, com a promoção do desenvolvimento sustentável (2010, p.222).

O assentamento PDS foi criado por meio da Portaria INCRA n. 477/99, sendo que o projeto de desenvolvimento sustentável é definido como “uma modalidade de projeto de assentamento, de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado a populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de

baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área” (RAMOS FILHO et.al., 2010, p.222).

Dois exemplos emblemáticos desta modalidade no estado de São Paulo estão no assentamento Sepé Tiarajú, localizado na região de Ribeirão Preto, e no assentamento Prof. Luiz de Macedo, localizado na região de Apiaí, enquanto aqui zona de amortecimento do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR. Em ambos assentamentos são desenvolvidos projetos de implantação de sistemas agroflorestais com bases agroecológicas e processos alternativos de comercialização. Há ainda perspectivas para o desenvolvimento de projetos relacionados ao turismo rural, ao oferecimento de cursos de formação em agroecologia e ao pagamento por serviços ambientais. No entanto, o principal impasse burocrático desses projetos ainda está vinculado ao processo de licenciamento ambiental dessas áreas.

Pode-se considerar que a principal diferença entre uma RDS e um assentamento PDS está na presença de população tradicional. Esta última em RDS pode acessar diferentes mercados, selos, serviços, assim como desenvolver projetos focados na valorização e manutenção cultural, o que nem sempre é garantido às famílias assentadas da reforma agrária.

No caso do núcleo do Despraiado, podemos considerar que este diferencial relacionado à cultura pode ser elemento decisivo que favorece a escolha pelo modelo da RDS. Além disso, a presença de um assentamento rural, tal como Vista Grande, na zona de amortecimento da EEJI, nos limites deste núcleo, tem sido motivo de grandes conflitos territoriais. O referido assentamento, localizado no município de Miracatu – SP, possui 2.469ha de extensão contando com aproximadamente 300 famílias de agricultores, em sua maioria bananicultores convencionais com baixa capitalização.

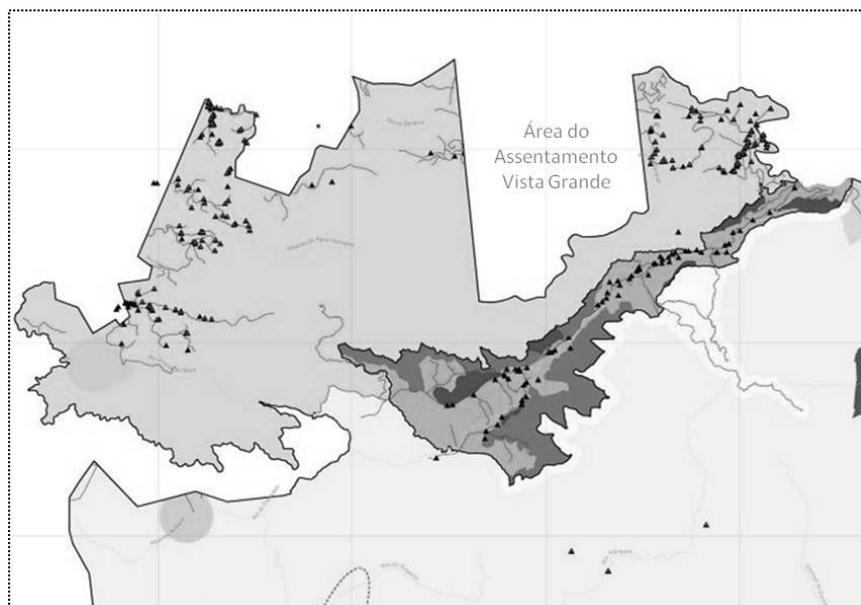


Figura 13 – Indicação da área do Assentamento Vista Grande – Miracatu – SP

Fonte: Adaptado de SMA (2009)

O conflito entre moradores do núcleo do Despraiado, segundo seus relatos, e do assentamento Vista Grande surgiu a partir da entrada de madeireiros e de palmiteiros “de fora” pela área da Vista Grande. Os moradores do Despraiado, inspirados pelos empates promovidos por Chico Mendes, também realizaram este tipo de manifestação nas áreas de fronteira da EEJI, buscando atentar os gestores públicos para a questão do conflito socioambiental naquela região. Depois de anos de ausência de assistência técnica, em 2010 o INCRA deu início ao cadastro das famílias da Vista Grande e passou a planejar sua organização produtiva.

Além do conflito destacado anteriormente, inúmeros incidentes puderam ser acompanhados durante nossa coleta de dados em campo. Nota-se que os moradores do núcleo do Despraiado sofrem ameaças de grupos de extrativistas externos. Aliás, este território pode ser hostil mesmo para pesquisadores desavisados. Há conflitos entre os diferentes grupos de palmiteiros, havendo, por vezes, troca de tiros entre os mesmos no interior da mata.

Frente a este cenário, pode-se considerar que a situação de vulnerabilidade social de moradores de áreas naturais, sendo populações tradicionais ou famílias de agricultores familiares, pode levar à vulnerabilidade da biodiversidade local. Consideramos aqui que este não é só mais um caso a ser tratado pela fiscalização

policial, mas, sobretudo, por projetos de inclusão social, de desenvolvimento local e de geração de renda.

Entendemos que as preocupações e as questões apresentadas pelos autores da linha preservacionista são plausíveis frente às situações de conflitos socioambientais e coincidem com as questões levantadas pelos gestores de UCs no estado de São Paulo. No entanto, não estamos de acordo com as afirmações de que “Unidade de Conservação não é lugar de fazer justiça social”, pois nos parece ser justamente a vulnerabilidade e a invisibilidade dessas populações locais que acarretam na sobre-exploração dos recursos naturais. Nesta perspectiva, é importante reforçar o debate sobre as ações visando justiça social enquanto medida de prevenção dos impactos negativos sobre a conservação da biodiversidade.

Com efeito, as experiências e práticas agroecológicas já consolidadas permitem discutir algumas respostas para estas questões. Evidentemente, a agroecologia não propõe a “salvação da lavoura” para todos os problemas enfrentados na gestão de uma UC, mas há evidências de que determinadas experiências em práticas agroecológicas podem favorecer a gestão, amenizando os impactos da presença humana. Além disso, as questões apresentadas pelos autores da linha preservacionista podem nos fornecer pistas para o direcionamento de futuras pesquisas em agroecologia, buscando alcançar maiores patamares de abrangência ecológica destas práticas.

5.2 Iniciativas agroecológicas na Mata Atlântica: elementos de reflexão para a recategorização da EEJI

5.2.1 Os Sistemas Agroflorestais biodiversos na Mata Atlântica

Os fragmentos de Mata Atlântica existentes no sudeste brasileiro guardam não só ecossistemas complexos ou riquezas naturais, mas também significativas experiências de relação com a floresta em pé que dão novos significados à relação homem e natureza. Destacamos, nesse sentido, os sistemas agroflorestais biodiversos, que buscam reproduzir em sua estrutura produtiva os modelos ecossistêmicos da vegetação nativa.

Conforme já apresentado no Capítulo II, um dos precursores na implantação de sistemas agroflorestais biodiversos, o suíço Ernst Götsch, desenvolve sua produção em uma área de remanescente de Mata Atlântica no sul da Bahia. Sua

experiência e suas áreas produtivas atraíram interessados nesses sistemas e Götsch passou a oferecer vagas para estagiários em sua propriedade. Neste processo, Götsch foi responsável pela formação de muitos “multiplicadores” dos SAFs biodiversos na Mata Atlântica. Atualmente, muitas demandas surgiram de diversas regiões do Brasil e Götsch, juntamente com outros grupos de técnicos e especialistas, promovem diversos cursos e oficinas sobre manejo de sistemas agroflorestais. Além da herança “ernstiana” para o desenho e o manejo de SAFs, é também no sul da Bahia que podemos encontrar outras experiências interessantes de Sistemas Agroflorestais associados à produção de cacau-cabruca.

A cabruca é um sistema de produção do cacau que é utilizada há aproximadamente dois séculos na região do sul da Bahia e apresenta um grande potencial para a conservação da biodiversidade, do solo e da água no agroecossistema, sendo considerado também como um sistema produtor de serviços ecossistêmicos. Além disso, o sistema cacau-cabruca apresenta um grande potencial do desenvolvimento do agroecoturismo e do turismo gastronômico ligado à produção de chocolate. “O sistema é caracterizado pelo plantio de cacau sob a sombra das árvores da Mata Atlântica após a mata ter sido “cabrucada”, isto é, ter sido raleada, removendo as madeiras mais finas deixando-se árvores sombreadoras escolhidas em função das características favoráveis ao cacau” (INSTITUTO CABRUCO, 2012).

Destacamos também os SAFs biodiversos e culturas orgânicas desenvolvidos no estado do Rio de Janeiro, buscando abastecer com alimentos saudáveis e frescos os municípios litorâneos e respondendo às demandas turísticas da região. Algumas dessas experiências são desenvolvidas no interior de áreas naturais protegidas localizadas no estado do Rio de Janeiro. Em especial, destaca-se o sítio São José, localizado no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Para muitos estudantes de Engenharia Florestal, Engenharia Agrônoma, Biologia, Ecologia, Turismo, entre outros, o sítio São José é, sobretudo, um local de aprendizado e de vivências práticas acerca do manejo de SAFs biodiversos. Além dos cursos de formação e estágios promovidos pela família do pernambucano Sr. José Ferreira, a produção das áreas de SAF (que se encontram em diferentes estratos sucessionais) é comercializada na região de Paraty – RJ, atendendo as demandas de restaurantes e pousadas do município.

O Sr. Ferreira chegou na localidade em 1987, encontrando na área do sítio uma monocultura de banana e café desenvolvidas em áreas degradadas por intensos anos de exploração. Em 1999, o Sr. Ferreira, oportunamente, conheceu os SAFs biodiversos desenvolvidos pelo grupo que deu início e, atualmente, integra a Cooperafloresta, no Vale do Ribeira. A partir da sua experiência no Vale do Ribeira, o Sr. Ferreira passou a desenhar e manejar seu sítio de uma forma diferente. O que antes era, na paisagem, ilhas de banana e café em meio à Mata Atlântica, hoje já não é mais possível definir na paisagem o que é área de Mata e o que é área de produção.



Figura 14 – Entrada do Sítio São José e área de SAF n.6. – Parque Nacional da Serra da Bocaina – Paraty, RJ

No entanto, por estar localizado em uma área natural protegida, o órgão responsável pela gestão da UC – o ICMBio, apresenta resistência em dialogar acerca da possibilidade de permanência da família naquela área e as técnicas de manejo desenvolvidas pelo Sr. Ferreira não são autorizadas pelo órgão. Por consequência, o morador já foi multado pelo ICMBio algumas vezes por algumas práticas de manejo que foram consideradas enquanto crimes ambientais. Ainda assim, o Sr. Ferreira e sua família angariam recursos para o desenvolvimento de projetos e desejam implantar futuramente uma Escola Prática de Sistemas Agroflorestais.

No que se refere aos sistemas agroflorestais biodiversos localizados na região do Vale do Ribeira, é oportuno apresentar um breve histórico e das atuais repercussões desse tipo de manejo na região.

A Cooperafloresta – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR – iniciou a implantação de Sistemas Agroflorestais de maneira tímida, a partir da iniciativa de alguns multiplicadores da formação agroflorestal promovida por Ernst Götsch, contando em 1996 com apenas duas famílias de agricultores familiares envolvidas. Porém, não tardou para o grupo conquistar novos membros. Em 1998 a associação já contava com a reunião de 30 famílias, em sua maioria originárias de áreas remanescentes de quilombos da região, notadamente interessadas em ações ligadas à comercialização coletiva.

A partir daí, com o número crescente de famílias, o grupo buscou organizar a estrutura administrativa da associação, possibilitando a certificação dos sistemas produtivos pela Rede Ecológica de Agroecologia. Além disso, a demanda é significativa no que se refere aos processos de formação em técnicas de desenho e manejo de sistemas agroflorestais. Assim, a Cooperafloresta recebe em média 700 visitantes ao ano, entre eles estão: agricultores familiares de diversas regiões do país, técnicos, estudantes, pesquisadores, consumidores, entre outros.

Contemporânea da criação da Cooperafloresta, a experiência dos irmãos Clodoaldo e Marçal Bernardo também contou com ensinamentos de Ernst Götsch, contribuindo na implantação de sistemas agroflorestais no Sítio N. Sra. Aparecida, no município de Cananéia/SP. As áreas do sítio, herdado da família, eram anteriormente destinadas à bananicultura convencional, tal como ainda ocorre em suas imediações e em toda a região do Vale do Ribeira. No entanto, os irmãos Bernardo e seus familiares deram início a um processo de transição agroecológica e atualmente possuem diferentes áreas de produção em sistemas agroflorestais que representam diferentes estágios sucessoriais.



Figura 15 – Área de bananicultura convencional vizinha ao SAF de 15 anos do Sítio N.Sra. Aparecida, Cananéia – SP

Pode-se considerar que o modelo de transição adotado por este sistema tem início com a introdução de uma “floresta-hortícola” (ÂNGELO FURLAN, 2006, p.10). Esta “floresta-hortícola” vai se complexificando com o tempo, a partir da introdução de novos elementos e também com o crescimento das plantas introduzidas inicialmente, a partir de um coquetel de sementes, por exemplo.

A sequência de fotos abaixo nos permite visualizar os processos sucessionais induzidos a partir do desenho e manejo de um sistema agroflorestal biodiverso:



Figura 16 – Diferentes processos sucessionais em um Sistema Agroflorestal Biodiverso - Sítio N.Sra. Aparecida, Cananéia – SP

A consolidação das experiências de produção a partir de SAFs no Vale do Ribeira irradiou ideias para outras comunidades e é, atualmente, referência para a agroecologia. Dois exemplos dessa irradiação agroflorestal são: primeiro o SAF do quilombo Ivaporunduva, localizado no município de Eldorado/SP, que tem como “carro-chefe” a produção de diferentes variedades de banana em Sistema

Agroflorestal biodiverso (aproximadamente 13 variedades de banana), o qual recebeu certificação pelo Instituto Biodinâmico, o IBD. Esta certificação permitiu a entrada do produto em mercados diferenciados, além de libertar os agricultores envolvidos dos processos de comercialização convencional, que dependem do baixo valor pago pelos atravessadores. O segundo exemplo está no caso dos agricultores familiares do Assentamento PDS Alves Teixeira Pereira, localizado no bairro rural de Guapiruvú, entre os municípios de Eldorado e Sete Barras/SP. Mesmo com as dificuldades enfrentadas em meio à falta de infra-estrutura, assistência técnica (no contexto da extração ilegal de palmito juçara e da bananicultura convencional), esses agricultores, assim como os quilombolas de Ivaporunduva, resistem e buscam na agricultura orgânica e nos sistemas agroflorestais biodiversos uma alternativa produtiva e econômica para a bananicultura.

De acordo com Sueli Ângelo Furlan: “o manejo por sistemas agroflorestais tem demonstrado ser capaz de satisfazer as necessidades das famílias ao longo do ano inteiro, e em muitos casos produzem excedentes para comercializar em mercados regionais, nacionais e internacionais” (ÂNGELO FURLAN, 2006, p. 10) Assim, a partir do enriquecimento, manejo e manutenção da biodiversidade local, os sistemas agroflorestais podem ser considerados uma alternativa potencial de desenvolvimento territorial sustentável para a agricultura familiar, aliando a produção de alimentos e serviços ecossistêmicos de recuperação e conservação ambiental (MAY & TROVATTO, 2008).

A partir das experiências concretas de produção a partir dos SAFs biodiversos do Vale do Ribeira, foi possível identificar o desenvolvimento de análises da viabilidade financeira para geração de renda através da produção e levantamento de indicadores de sustentabilidade econômica destes sistemas. Estes dados contribuem com o processo de formulação de políticas públicas para sistemas diferenciados de desenvolvimento, notadamente no que se refere à liberação de créditos para financiamentos agroflorestais. Trata-se de considerar a capacidade deste sistema em reembolsar o crédito, com maior aproveitamento dos agentes de produção (terra, mão-de-obra e capital), bem como, assegurando serviços ecossistêmicos.

Os resultados positivos das experiências de produção em Sistemas Agroflorestais traz, para os agricultores que detêm esta técnica, uma enorme demanda no que se refere a processos de formação e qualificação de pessoal nesta

área e na agroecologia em geral. Assim, os agricultores e agricultoras agrofloreiros vivem diferentes jornadas de trabalho, entre produção, ensino, formação, recepção, colheita, comercialização, sistematização de dados, planejamento, administração, entre outros. Buscando atender as diversas demandas na área de formação e qualificação de pessoal com estas mudanças de paradigmas na agricultura e na conservação da biodiversidade, o grupo denominado Mutirão Agroflorestal (organização não-governamental instituída em 2004) destaca-se pela criação de uma “rede de integração de pessoas em torno da aprendizagem, vivência, experimentação e estímulo à produção agroflorestal” (MUTIRÃO AGROFLORESTAL, 2012), inspirando-se nos ensinamentos de Ernst Götsch e promovendo cursos periódicos em diferentes níveis de aprofundamento acerca do desenho e do manejo agroflorestal.

5.2.2 A multifuncionalidade da agricultura e da conservação da biodiversidade no âmbito da cultura caiçara

Pode-se considerar que a ocorrência de uma significativa demanda em acesso ao conhecimento relacionado a práticas agroecológicas, notadamente no caso dos SAFs, deve ser encarado com o um grande potencial de reconhecimento da multifuncionalidade da propriedade agroecológica. Conforme apresentado anteriormente, os agricultores pioneiros e, conseqüentemente, mais experientes no manejo de sistemas agroflorestais biodiversos, passam a ser identificados como multiplicadores do conhecimento agroecológico, cuja mobilização permite visualizar diferentes papéis da atividade agrícola.

Desta forma, foi possível identificar nas iniciativas agroecológicas do Vale do Ribeira certa correlação entre os programas de agro e ecoturismo, de produção em sistemas agroflorestais, de espaços de formação em agroecologia e comercialização direta de produtos. O desenvolvimento de novas estratégias de dinamização territorial atraem aqueles indivíduos interessados em conhecer novas referências de produção e de desenhos de agroecossistemas, em diferentes níveis de sustentabilidade.

Este conjunto de experiências – em produção a partir de sistemas agroflorestais, em agroecoturismo e em espaços de formação em agroecologia – nos permite considerar que, em grande medida, a agroecologia associada ao agroecoturismo cria oportunidades inéditas para um reconhecimento de diferentes

papéis da agricultura familiar, notadamente recolocando a mulher no centro das atividades desenvolvidas. A gastronomia, a diversificação agroflorestal, o embelezamento da unidade produtiva pertencem a uma esfera de atividades na qual o papel da mulher reencontra seu espaço de atuação no universo rural.

Em nossas entrevistas e visitas no decorrer da pesquisa “Participação social e discursos sobre a sustentabilidade: um estudo das dinâmicas e conflitos em torno de projetos e políticas públicas de desenvolvimento rural no Vale do Ribeira”, foi possível constatar que o manejo agroflorestal se mostra adequado às características pedológicas, climáticas e socioculturais da região, e que a oferta de um “café caiçara”, fruto de um aprendizado culinário transmitido de mãe (ou avó) para as filhas, ou então um aprendizado de manejo em um SAF seguido de um almoço na propriedade preparado com recursos locais, nos dá pistas para identificar os diferentes produtos da sociobiodiversidade e da multifuncionalidade que podem valorizar determinado território.

A comercialização direta, aquela que se pratica entre produtores e consumidores sem intermediários, dá um significado diferente à certificação da produção de base agroecológica, das atividades pesqueiras e do manejo de espécies florestais. A certificação efetuada por órgãos competentes e/ou por métodos de certificação participativa também se apresenta como uma ferramenta que garante a sustentabilidade do uso e ocupação do território de uma RDS, pois além de promover economicamente os produtos de lá oriundos, pode inserir os produtores numa cadeia mais justa de comercialização. No entanto, quando a comercialização está atrelada ao agroecoturismo, por exemplo, não necessariamente o produto certificado é uma prioridade, visto que o próprio consumidor vai até o local de produção, compreendendo os processos produtivos e percebendo, ao seu modo, a qualidade ali estabelecida.



Figura 17 – Circuito Turístico da Agricultura Familiar de Cananéia - SP – Sítio Guanandi – Café Caiçara



Figura 18 – Feira de produtos da agricultura familiar e experiências de venda direta no sítio N.Sra. Aparecida, Cananéia – SP

Efetivamente, grande parte das iniciativas de agroturismo e do ecoturismo no contexto do Vale do Ribeira se constituem em experiências relativamente bem sucedidas de reorientação produtiva de agriculturas familiares. Como exemplo, a criação da reserva extrativista de Mandira e a propagação de projetos de agroflorestas são tomados aqui como referências para esta análise.

A Reserva Extrativista do Mandira, criada em 2002, possui uma área de aproximadamente 1.175 hectares e localiza-se na região litorânea do Estado de São Paulo, município de Cananéia. Abrange ecossistemas marinhos, estuarinos e manguezais, sendo que a pesca artesanal a principal atividade realizada pela população da unidade, estimada em cerca de 100 famílias. Como instrumento de gestão, a unidade contou com um plano de uso elaborado em 1990, possui Conselho Deliberativo instituído e em 2010 foi publicado o Plano de Manejo da RESEX.

De fato, a Comunidade do Mandira se constitui em Reserva Extrativista e também em território quilombola. Os serviços turísticos nesta comunidade se sustentam na proposta de conhecer o manejo e a implantação de cultivo de ostras e também na visitação das ruínas históricas da antiga fazenda que ali se encontrava. Visitas no mangue e aos parques ostrícolas, degustação deste alimento, trilhas ecológicas, associado ao artesanato local valoriza uma atividade que ao mesmo tempo oferece renda (de tal modo que os jovens parecem, em alguma medida, preferir participar da atividade da família) e preserva os manguezais.

O agroturismo familiar em Cananéia oferece oportunidades inéditas de renda e de satisfação profissional compatíveis com as intenções de proteção da natureza e, portanto, de desenvolvimento de agriculturas menos intensivas. Tais iniciativas no campo do turismo se inscrevem numa perspectiva de crescimento da demanda por serviços e produtos típicos dos lugares visitados, de tal modo a valorizar a cultura local e a descoberta de particularidades territoriais.



Figura 19 – O cultivo de ostras e iniciativas de turismo comunitário na RESEX do Mandira – Cananéia – SP

Nestas circunstâncias, o agroturismo favorece igualmente o reconhecimento dos papéis femininos nas atividades agroalimentares, mesmo que referências assentadas no poder masculino orientem muitas práticas dos agentes considerados. Em todo caso, a valorização de uma gastronomia rural ou o desenvolvimento da acolhida nas áreas de produção levam potencialmente a mulher para o primeiro plano na gestão do agroturismo, tal como foi possível constatar em algumas situações estudadas.

Por outro lado, os esforços com vistas a constituir um espaço de concertação notadamente no âmbito das organizações populares, a Rede Cananéia, impulsionaram a idéia do desenvolvimento local do agroturismo. De fato, este último está associado com as inovações acerca das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, especialmente no que se refere ao reconhecimento crescente de seus outros papéis não propriamente produtivos. O pouco apoio dos poderes públicos locais revela, entretanto, uma negligência com estas perspectivas de desenvolvimento e permitem explicar em parte as dificuldades em torno das iniciativas de implantação de serviços turísticos pela agricultura familiar (MORUZZI MARQUES & NAREZI, 2010).

5.2.3 As possibilidades da prática extrativista sustentável: manejo e certificação

Destacaremos igualmente aqui a questão do manejo sustentável da palmeira juçara, por ter sido uma das grandes discussões entre pesquisadores, técnicos e gestores no âmbito do plano de manejo da RDS do Despraiado. Os representantes dos moradores deste núcleo apresentam a proposta do manejo sustentável como a principal saída para a redução da pressão sobre a espécie. Notamos que a proposta ainda é muito criticada e pouco aceita por muitos pesquisadores e técnicos do órgão gestor. A análise dos motivos de recusa, os entraves e também as possibilidades apresentadas pelas experiências que já se encontram em desenvolvimento oferece elementos pertinentes para insistir sobre as diferentes concepções em concorrência em termos de estratégias de conservação.

Segundo Sales et. al. (2000) a palmeira Juçara foi explorada livremente pela indústria alimentícia até o ano de 1989 em que foi promulgado o Decreto Federal 750 que proibiu a exploração comercial de todos os recursos da Mata Atlântica, gerando a situação de ilegalidade para aqueles que deram continuidade nas ações de forma clandestina. Ainda, para os autores, em 1993 algumas instituições (entre elas a Fundação Florestal, o extinto DPRN, o IBAMA) “permitiram a criação de um plano de manejo de rendimento sustentável do palmito juçara, que passou a vigorar nesse mesmo ano” (SALES et. al., 2000, p.82). As instituições indicaram a necessidade de realização de um inventário florestal seguindo especificações técnicas para o manejo (média de 50 matrizes por ha, diâmetro de 9 cm e respeito de altura mínima) (SALES et.al, 2000).

No entanto, o problema maior identificado pelos autores no que se refere ao o manejo da palmeira não está nas especificações técnicas, mas principalmente na questão fundiária. Grande parte das práticas extrativistas ocorrem em terras devolutas e em Unidades de Conservação, onde há a presença de posseiros, grileiros e pequenos proprietários, não sendo possível regularizar a prática do manejo. Seja como for, inúmeros esforços vêm sendo realizados, buscando definir linhas de ação e alternativas para a geração de renda e dinamização da economia local a partir de novas possibilidades de exploração da palmeira Juçara.

As primeiras ações se deram em torno do levantamento do estoque e inventários florestais da palmeira Juçara e, a partir disso, foram realizados cursos de formação em produção de mudas para as populações locais, objetivando as ações de repovoamento da espécie. Os projetos efetivos de geração de renda para as comunidades locais foram deixadas para um segundo plano.

O principal argumento dos pesquisadores e técnicos que defendem a linha preservacionista é que o manejo comercial da palmeira Juçara não deve ser autorizado por se tratar de espécie ameaçada de extinção. Além disso, a palmeira Juçara é considerada uma espécie-chave na conservação de várias outras da fauna, notadamente de mamíferos e aves silvestres da Mata Atlântica, que se alimentam de seus frutos (SALES et.al, 2000). Seus benefícios dizem respeito também à insetos polinizadores de grande importância ecossistêmica. Sendo assim, são indicadas por alguns pesquisadores e técnicos apenas ações de replantio da palmeira, ou seja, o manejo deve ser realizado com o único objetivo de recuperação do número de indivíduos na Mata Atlântica. No entanto, sabe-se que, na prática, esta recuperação apresenta sérias dificuldades de ser implantada, principalmente pela presença de grupos ilegais de palmiteiros no interior da floresta, que são estimulados por um movimento contrabandista de palmito que realiza o processo de comercialização junto aos grandes centros urbanos consumidores.

Nesta cadeia produtiva com base na ilegalidade, encontramos diferentes atores sociais envolvidos. De seu ponto de partida nos grupos de palmiteiros “invisíveis” – ou seja, aqueles que realizam o trabalho braçal de adentrar a mata em busca das quase extintas palmeiras em condições precárias (segundo relatos nos últimos anos os palmiteiros necessitam andar muito para encontrar bons indivíduos da palmeira adequados para o corte, sendo necessário, por vezes, caminhar mais de 5 horas por dia no interior das florestas), que cortam e transportam o produto –

chegamos até as áreas onde são realizadas a fervura e o seu envasamento em condições também precárias de higienização.

Do interior da Mata Atlântica, o palmito já envasado segue até as estradas vicinais onde se encontram os caminhões que irão realizar o transporte ilegal. Das estradas vicinais os caminhões partem para os grandes centros onde o produto é distribuído em supermercados e restaurantes, chegando desta maneira até a mesa do consumidor. Ainda segundo relatos de nossos interlocutores (durante a oficina de zoneamento), a situação de trabalho dos palmiteiros é sub-humana, chegando a casos de semi-escravidão. Por vezes, mesmo casos de assassinatos decorrentes de disputas territoriais entre diferentes grupos, conforme já apresentado anteriormente, podem ocorrer.

Recentes estudos analisam a possibilidade de manejo, desde as técnicas de replantio mais adequadas para a região, assim como para a realidade das populações tradicionais do Vale do Ribeira. Em um estudo realizado junto a comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, os autores apresentam como alternativa à proibição do manejo do juçara em áreas florestadas, “a possibilidade de manejo do palmito durante o pousio das roças itinerantes de queima e corte” (FANELLI et.al., 2012, p.58).

[...] observou-se que há um consenso entre os comunitários de que durante o período de pousio nas áreas de roça, que são mais abertas, o palmito cresce mais rápido, podendo inclusive produzir sementes com quatro ou cinco anos de idade, enquanto que na mata fechada, o período reprodutivo leva no mínimo sete ou oito anos, podendo chegar a dez ou doze anos para frutificar (FANELLI et.al., 2012, p.58).

Além disso, é indicado por Fanelli e colaboradores (2012) que há um significativo sucesso em plantio da palmeira juçara em SAFs, tal como faz a família Bernardo, os agricultores da Cooperafloresta e o Sr. José Ferreira em seus SAFs biodiversos, conforme apresentado anteriormente.

Neste sentido, é muito promissora a proposta de manejo sustentável e a extração da polpa do fruto da palmeira juçara, que muito se assemelha ao fruto do açaí. O litoral paulista já apresenta algumas iniciativas em torno desta prática, mas ainda de forma pontual. Mesmo com os inúmeros potenciais de geração de renda para as populações do Vale do Ribeira, os principais entraves com relação à

produção de polpa de juçara estão no cenário econômico, envolvendo a comercialização e a estruturação da cadeia produtiva, ainda incipiente, e na necessidade de estudos técnicos mais aprofundados acerca da sustentabilidade do manejo com a finalidade de regulamentar a prática.

Fanelli e colaboradores (2012) discutem a questão da exploração predatória do palmito juçara de maneira muito interessante, reforçando a importância do papel da conscientização do consumidor na prevenção do comércio ilegal do produto. Além disso, os autores concluem em sua análise que a exaustão dos estoques da palmeira juçara na região do Vale do Ribeira “constitui um exemplo quase-perfeito da tragédia dos recursos comuns” (HARDIN, 1968 e 1971). Aqui, convém sugerir que uma regulação comunitária, que evitaria tal tragédia, é bloqueada por uma visão que descarta a participação das comunidades locais nas estratégias de conservação e por um aparelho de gestão e fiscalização estatal muito aquém do necessário.

Esta análise nos pareceu oportuna, pois vai ao encontro dos discursos dos moradores do núcleo do Despraiado quando eram interpelados com relação ao modelo de gestão e de exploração dos recursos naturais antes e após a criação da EEJI. Ou seja, enquanto o manejo era autorizado e realizado pelas indústrias alimentícias, os palmiteiros (empregados pelas mesmas) se preocupavam com a manutenção dos estoques respeitando o tamanho mínimo das plantas para o corte. No entanto, com a proibição do manejo os moradores alegam que a exploração não deixou de acontecer e passou a ser realizada sem a preocupação de antes, já que deveriam aproveitar ao máximo as investidas ilegais ao interior da mata e passariam a concorrer com outros grupos de invasores. Além disso, ainda segundo relatos dos moradores, alguns palmiteiros “externos” (não residentes na área da EEJI) manifestaram sua preferência pela continuidade da EEJI, pois com a criação da RDS haveria o estabelecimento de regras acordadas junto à população local no plano de manejo, além da entrada e saída de mais pesquisadores e técnicos, dificultando as ações ilegais naquele território.

Tal declaração nos mostra que não necessariamente a manutenção da categoria de proteção integral garante a conservação efetiva da biodiversidade. Ao contrário, neste caso pode aumentar a pressão sobre os recursos naturais locais e dificulta os processos de gestão e fiscalização.

Segundo Clóvis J.F. Oliveira Júnior (2010), pesquisador do Instituto de Botânica de São Paulo, no território da EEJI e seu entorno há um grande potencial

de aproveitamento econômico a médio e longo prazo de espécies de bromélias, orquídeas e samambaias, que podem ser inseridas em cadeias produtivas sustentáveis, regulamentadas por leis ambientais e de proteção. A produção de “plantas nativas são capazes de ocupar espaço crescente no mercado da floricultura e paisagismo, por seus requisitos diferenciais” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2010, p. 1068). Além disso, também destacam-se os potenciais de produção de plantas aromáticas e medicinais para a produção de óleos essenciais de interesse para a indústria de fármacos e de cosméticos (setor em destaque de crescimento no Brasil nos últimos anos).

Neste sentido, os processos de adequação da produção agrícola e do manejo sustentável podem ser orientados para a obtenção de certificação ambiental e florestal, muito aplicados aos casos de manejo sustentável em comunidades amazônicas. Entende-se que a certificação pode transformar os processos de exploração predatória e pode estimular ações em prol do consumo consciente, atingindo mercados diferenciados e agregando valor aos produtos da biodiversidade. A geração de renda diversificada tem como seu objetivo maior a valorização da sociobiodiversidade local e a redução da pressão ocasionada pela prática extrativista ilegal predatória.

5.2.4 Infra-estrutura e qualidade de vida em territórios rurais e áreas naturais isoladas

As demandas apresentadas pelos moradores do núcleo Despraiado, sintetizadas nas tabelas produzidas na oficina de programas do plano de manejo apresentadas no Capítulo IV, podem ser identificadas em outras áreas rurais ou áreas naturais com presença humana, notadamente naquelas localizadas no Vale do Ribeira. Mesmo com a proximidade da grande região metropolitana de São Paulo, o Vale do Ribeira ainda sofre com a falta de acesso à infra-estrutura básica de saneamento ambiental, às redes de comunicação, aos serviços de saúde, às escolas e centros de formação. Além disso, é evidente o desejo da população por um projeto que contemple a geração de renda diversificada, infra-estrutura para a recepção turística, a recuperação das áreas de produção já degradadas, entre outros.

Ressalta-se que a demanda por formação em sistema de manejos sustentáveis foi unânime entre os moradores do núcleo do Despraiado. De acordo

com os relatos dos moradores, as cobranças do órgão gestor com relação às normas de permanência das famílias no interior de uma RDS são muitas, mas poucas são suas contrapartidas. É fato que os gestores das UCs reconhecem não possuir formação adequada para orientarem sistemas de manejo mais adequados. Tanto os moradores quanto os gestores das UCs evidenciaram seus desejos de frequentarem cursos de formação em diversos temas de interesse. A questão da formação técnica é um elemento chave para alavancar novas possibilidades de geração de renda e processos de desenvolvimento territorial sustentáveis. Tomando como exemplo as experiências agroflorestais e de agroecoturismo na Mata Atlântica apresentadas anteriormente, vale a pena salientar que todas as iniciativas tiveram início a partir de espaços de formação em agroecologia ou temas afins.

Além disso, nota-se que os principais entraves das experiências agroecológicas do Vale do Ribeira são comuns a diferentes localidades. A questão da melhoria das estradas de acesso às áreas, o transporte dos produtos para comercialização em feiras livres ou em mercados ou a comunicação ainda são elementos que dificultam o sucesso efetivo destas experiências.

Tais demandas relacionadas ao atendimento das necessidades básicas podem promover a manutenção mínima da qualidade de vida e de acesso à cidadania em muitas áreas rurais e áreas naturais isoladas, dinamizando as possibilidades de desenvolvimento endógeno. No entanto, estas demandas trazem para a gestão pública paulista um desafio estrutural significativo. Isso porque, este modelo de gestão parece estar voltado a oferecer um conjunto de serviços focados nas “megacidades”, de acordo com a teoria da economia de ilhas analisada por Veltz (2009), conforme apresentado no Capítulo II.

Pierre Veltz nos apresenta a lógica da concentração de esforços e de investimentos da gestão pública nos grandes centros urbanos e o conseqüente isolamento das áreas periféricas, no caso paulista, as áreas rurais e naturais protegidas. Neste sentido, a presença humana em áreas naturais protegidas, assim como o desenvolvimento da agricultura familiar de pequena e média escala não se encontram na pauta das prioridades deste modelo de gestão pública. As análises de Veltz dialogam com a análise de Chapell e colaboradores (2009) acerca do fenômeno conhecido como *land sparing x land sharing*, tratando dos verdadeiros vácuos sociais encontrados nessas áreas isoladas e periféricas.

Assim, a luta pela garantia dos direitos e do reconhecimento sociocultural nos parece ser a mais efetiva medida contra a invisibilidade e a dinâmica globalizante das grandes cidades que homogeneíza toda forma de diferença, conforme apresentado por Bauman (2005), discutido no Capítulo II. Neste sentido, evidencia-se a importância da organização social local, a indicação de membros comunitários para as disputas eleitorais dos municípios da região, o incentivo à participação em conselhos municipais, entre outros mecanismos de empoderamento popular, buscando o efetivo engajamento dos representantes sociais com vista à promoção de soluções criativas e apropriadas para as demandas destas populações.

5.3 Modelos de conservação da sócio e da biodiversidade em concorrência no estado de São Paulo

A proposta de análise realizada por esta pesquisa focou nas iniciativas de criação e de gestão de uma RDS no contexto do bioma Mata Atlântica. A partir dos dados coletados e dos resultados obtidos na pesquisa, pudemos identificar o quadro atual da gestão de UCs de uso sustentável no estado de São Paulo. Entre seus desafios e seus potenciais, identificamos que, diferentemente do histórico das ações destinadas à promoção das APAs ou mesmo das RDSs, as RPPNs tomaram um lugar diferenciado e de destaque em termos dos caminhos da conservação de tipo "uso sustentável".

Conforme apresentado no Capítulo III, as RPPNs representam uma inovação no campo da gestão de UCs, principalmente por apresentar um caráter de certa independência da estrutura do órgão gestor, além de não apresentarem conflitos relacionados às questões de regularização fundiária. Ou seja, são iniciativas privadas que apresentam pró-atividade em termos de conservação de biodiversidade e, em grande parte, os atores sociais envolvidos não possuem naquele território laços e vínculos de dependência ou não tem aí seu único meio de vida.

As características desta categoria possibilitaram a rápida expansão do número de RPPNs na Mata Atlântica, notadamente no território paulista, visto que grande parte das terras deste bioma se encontram em poder privado. O cenário da gestão pública de UCs do estado de São Paulo nos mostra um grande incentivo aos proprietários de terras para a criação de RPPNs, por meio de programas de financiamento, cursos de formação para gestores, além de uma resolução específica

que apresenta as diretrizes para a execução do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - a Resolução SMA Nº 37/2012.

Segundo dados do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica (2011), realizado pela Conservação Internacional, SOS Mata Atlântica, The Nature Conservancy, e apoiado pelo Atlantic Forest Conservation Fund, as RPPNs abrangem mais de 690 mil hectares do território brasileiro, em 1034 reservas. Na Mata Atlântica são 702 reservas, envolvendo 136 mil hectares. Ainda segundo o programa, as RPPNs são categorias estratégicas indicadas para as zonas de amortecimento de UCs públicas, além de viabilizarem a conectividade de fragmentos de ecossistemas ao longo da paisagem.

No entanto, entende-se que o modelo de categoria estabelecido no âmbito da gestão de uma RPPN pode favorecer o esvaziamento social nestas áreas naturais, corroborando assim para a lógica criticada por Chapell e colaboradores (2009) do *land sparing x land sharing*. Além disso, entende-se que o pouco incentivo dado à gestão das APAs e à criação de novas RDSs no estado de São Paulo representa o desinteresse da gestão pública na promoção de iniciativas com bases em novos paradigmas de desenvolvimento socioambiental e de conservação da sócio-biodiversidade.

Seja como for, é possível identificar no âmbito das iniciativas privadas e de gestão das RPPNs do contexto paulista a promoção de práticas agroecológicas e permaculturais, tais como aquelas das experiências apresentadas anteriormente. Tal fato nos possibilita considerar que a agroecologia pode permear, apesar dos pesares, as diferentes iniciativas de conservação da sóciobiodiversidade no bioma Mata Atlântica, fortalecendo a ideia de se tornar uma ferramenta de gestão de RDSs.

Na zona de amortecimento da EEJI podemos encontrar a RPPN Recantos da Juréia, criada em 2008, numa área de aproximadamente 16 hectares, dos 21 hectares do total da propriedade. A área da RPPN é destinada a pesquisas e há um projeto de desenvolvimento de atividades de visitação pública com fins de educação e sensibilização ambiental. O proprietário da RPPN Recantos da Juréia também é responsável pela iniciativa da Escola da Terra, que desenvolve atividades de difusão de tecnologias alternativas com bases permaculturais e que busca—promover medidas de conservação ambiental e sustentabilidade. A Escola da Terra promove cursos de formação em diversas áreas de interesse, entre conservação e tecnologias sustentáveis. Trata-se de um potencial multiplicador destes

conhecimentos e técnicas de manejo no âmbito da formação dos moradores do interior da EEJI. No entanto, segundo relato de alguns moradores do núcleo Despraiado, trata-se de um grupo elitizado que os moradores do Despraiado não possuem afinidades para interagir.

Entendemos, considerando discussões durante a elaboração do plano de manejo, que há conflitos políticos entre as organizações não-governamentais ambientalistas e as associações de moradores da EEJI. Há uma significativa disputa política para o cargo de representante das ONGs no conselho do CONSEMA. Assim, a partir dos conflitos políticos, as relações de cooperação e de possível envolvimento da população local nas atividades promovidas pelas ONGs ambientalistas, tornam-se comprometidas, tal como ocorre no caso da Escola da Terra.

Ainda ressaltando a difusão da agroecologia no âmbito da gestão das RPPNs destacamos a iniciativa de criação da RPPN Duas Cachoeiras, composta por 6 hectares dos 30 hectares totais do Sítio Duas Cachoeiras. Mesmo no período anterior à criação da RPPN, o sítio Duas Cachoeiras, localizado no município de Amparo, na Serra da Mantiqueira, já promovia espaços de educação e sensibilização ambiental, além de processos de transição para a produção agroecológica. O sítio conta com produção em sistemas agroflorestais, produção de plantas medicinais e hortaliças orgânicas, gerenciamento dos resíduos orgânicos em sistema de compostagem, produção animal, uso de energia solar e hidroelétrica, produção de artesanato, mel, doces e tecelagem. Assim, o sítio e a RPPN Duas Cachoeiras passaram a ser foco de pesquisas de Institutos e Universidades da região, além de promoverem cursos de formação para agricultores familiares, gestores de RPPNs, técnicos, estudantes e demais públicos interessados.

Estas iniciativas nos parecem promissoras no que se refere à promoção de novos paradigmas de desenvolvimento e conservação da sócio-biodiversidade. Além disso, conferem à RPPN um papel socioambiental, não se configurando como uma área de esvaziamento social, tornando-se um exemplo de ressignificação da proposta e de inovação na gestão desta categoria.

5.4 Contribuições da experiência francesa à gestão de unidades de conservação de uso sustentável

As iniciativas de gestão dos Parques Naturais Regionais franceses já inspiram pesquisas brasileiras há alguns anos, notadamente no caso da experiência de implantação do Parque Natural Regional do Pantanal/MT, conforme tratado por Rogério Ribeiro Jorge (2003) e Icléia Vargas (2006).

A dissertação de mestrado de Rogério R. Jorge (2003) discute as estratégias territoriais para o desenvolvimento de regiões rurais, com base nas recentes discussões em torno das experiências francesas de ordenamento do território. Além disso, compara os arranjos territoriais do PNR do Luberon, no sudoeste francês e a primeira experiência brasileira – o PNR do Pantanal/MT. A tese de doutorado de Icléia Vargas (2006) analisa os conflitos e os embates decorrentes dos processos de gestão do território e da paisagem no PNR do Pantanal/MT e aprofunda o debate sobre território, territorialidade, identidade, paisagem, sustentabilidade, governança, pertencimento. A tese trata de maneira pertinente ainda os conflitos e o que permeia as perspectivas do discurso da sustentabilidade ambiental no território pantaneiro.

Cabe ressaltar que foi estabelecida uma cooperação franco-brasileira sobre áreas protegidas e questões territoriais, iniciada em 1998, pela Federação dos Parques Naturais Regionais da França, através de acordo com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, resultando na criação do mencionado primeiro parque regional do Pantanal, em 2002. Essas ações foram consolidadas com a assinatura do Memorando de Entendimento, em 2004.

Em outubro de 2004, o Ministério do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil e o Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da República da França firmaram um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Este documento fortaleceu o processo de integração entre os parceiros franceses e brasileiros sobre a cooperação em meio ambiente nos últimos anos. Dentre os objetivos estabelecidos no Memorando de Entendimento destacam-se:

- I. promover o intercâmbio de suas reflexões sobre as questões ambientais globais;
- II. implementar intercâmbios de experiências e conhecimentos por meio da cooperação técnica entre suas administrações e instituições especializadas;

- III. cooperar em projetos ambientais e de desenvolvimento sustentável ajustados às demandas e prioridades das políticas de meio ambiente dos dois países;
- IV. cooperar em projetos na região de fronteira entre a Guiana Francesa e Brasil, e fortalecer ações de cooperação regional (MMA, 2010).

Neste acordo, as partes decidiram priorizar aos seguintes temas: a gestão sustentável de áreas protegidas; a gestão sustentável dos recursos florestais, hídricos e outras fontes naturais; as pesquisas comuns sobre as políticas públicas e o desenvolvimento sustentável na Amazônia; as poluições industriais e o meio ambiente urbano (MMA, 2006).

No que tange à gestão sustentável de áreas protegidas, a Diretoria de Áreas Protegidas (DAP) buscou promover a articulação institucional para desenvolver os principais eixos estratégicos desta cooperação, no âmbito do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (Decreto 5758/06): a gestão colaborativa em áreas protegidas de fronteira entre o Estado do Amapá e a Região da Guiana Francesa; e a qualificação profissional para a gestão territorial e o desenvolvimento sustentável em mosaicos de áreas protegidas.

Com relação ao segundo eixo, a DAP e o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA elaboraram um edital para seleção de projetos demonstrativos com o objetivo de apoiar a consolidação de mosaicos de Áreas Protegidas – previstos no SNUC – e a elaboração e implementação de Planos de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista. Os principais objetivos desta abordagem foram o fortalecimento da gestão integrada e participativa das áreas protegidas e o desenvolvimento de cadeias produtivas/econômicas (produtos e serviços) com base no manejo sustentável dos recursos naturais, orientados à articulação das iniciativas promotoras da gestão ecossistêmica do território, resultando na conservação da biodiversidade e na melhoria da qualidade de vida das populações dos diferentes biomas brasileiros (MMA, 2006).

Considerando as experiências de gestão dos espaços protegidos na França e de seus respectivos arranjos institucionais, os entendimentos com a Embaixada da França no Brasil evoluíram para a construção de um projeto de cooperação técnica bilateral para apoiar a implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP. Neste sentido, em 2005 foram realizados dois seminários, um

em Brasília e o outro na Guiana Francesa, além de reuniões técnicas no Estado do Amapá, envolvendo entidades de ambos países na discussão e no detalhamento das atividades a serem desenvolvidas nas áreas protegidas de fronteira. Os resultados desses eventos constituem a base para elaboração desse componente no projeto de cooperação técnica.

Em 2006, após uma Missão Oficial do Brasil à França, composta por representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA), da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) e do Governo do Estado do Amapá, por ocasião do Primeiro Encontro de Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira em Marselha, foram validados os temas de interesse das partes e concluídos os entendimentos sobre a base territorial para o desenvolvimento do projeto de cooperação técnica relacionado ao segundo componente: gestão territorial e desenvolvimento sustentável em mosaicos de áreas protegidas.

O objetivo dessa cooperação foi de melhorar o manejo sustentável das áreas protegidas, contribuindo para as trocas de experiências entre os atores franceses e brasileiros. Norteou-se numa parceria multissetorial que agregou as diversas esferas institucionais ambientais brasileiras, administrações, ONGs, Universidades. Tratou-se de desenvolver ações experimentais e contribuir para a constituição de mosaicos pilotos no Brasil (representando os diversos biomas brasileiros: floresta amazônica, cerrado, caatinga, mata atlântica), em vínculo com os atores franceses, através da realização de seminários e cursos anuais em cada um dos países. Os resultados obtido foram: capitalização das experiências realizadas; a aplicação da Política Nacional Brasileira de Áreas Protegidas (PNAP); identificação de programa de capacitação de manejo sustentável das áreas protegidas.

Além da cooperação bilateral, existiram programas de cooperação descentralizada, envolvendo os governos locais franceses, as chamadas coletividades territoriais. Três regiões – Provence Alpes Côte d’Azur (PACA), Rhône-Alpes e Nord-Pas de Calais – estabeleceram parcerias com a participação da Federação dos Parques Naturais Regionais da França. A região PACA integrou a temática das áreas protegidas num acordo de cooperação descentralizada com o Estado de São Paulo, assim como a Região Rhône Alpes, com o Estado do Paraná.

Em abril de 2009, a Região Nord-Pas de Calais assinou um acordo de cooperação descentralizada com o Estado de Minas Gerais, estabelecendo parcerias entre seus dois mosaicos. Posteriormente, se deu a aprovação de um protocolo de intenções na área ambiental entre o Estado da Bahia e a Coletividade Territorial da Corsa.

Este programa já foi encerrado, apresentando alguns produtos, que visaram divulgar os resultados da cooperação: exposição bilíngue itinerante, obra bilíngue apresentando os resultados da cooperação, tais como Mosaicos de Áreas Protegidas: Reflexões e Propostas da Cooperação Franco-Brasileira, organizado por C. Delelis, T. Cardoso, T. Rehder, e site internet da rede dos mosaicos de áreas protegidas.

O Brasil apresentou como critério de definição dos territórios aqueles abrangidos pelos projetos selecionados e já conveniados com o Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, referente ao Edital 01/2005: *Mosaicos de Áreas Protegidas: uma estratégia de desenvolvimento territorial com base conservacionista*. Os temas que foram objeto desse componente do projeto de cooperação são: a) intermunicipalidade; b) articulação entre diferentes esferas administrativas de governo; c) ferramentas de contractualização para gestão de território; d) valorização do patrimônio natural e cultural; e) formação para animação e negociação de projeto para desenvolvimento sustentável do território.

De acordo com os relatórios do evento, os resultados alcançados deixam transparecer um diálogo positivo entre os atores de ambos os países, visando consolidar os Mosaicos de Áreas Protegidas como instrumentos efetivos de promoção da gestão territorial de maneira integrada, com enfoque socioambiental.

Entretanto, acredita-se que há ainda um grande potencial a ser desenvolvido em termos de parcerias e trocas de experiências, notadamente no que se refere ao envolvimento das populações que habitam essas áreas protegidas. Não foi encontrado nenhum elemento de discussão no âmbito dessas parcerias que pudesse estar relacionado ao aprofundamento e ao desenvolvimento efetivo de possibilidades de compatibilização da presença humana em áreas naturais protegidas, como é proposto para o caso dos Parques Nacionais franceses. Seria este um caso de trocas de experiências em que a lógica preservacionista prevaleceu?

Determinadas iniciativas desenvolvidas pelos PNR foram consideradas como elementos de interesse para a discussão desta tese enquanto meios para encorajar

estratégias de conservação associadas ao desenvolvimento local. Entre elas, pode-se citar os ecomuseus, o incentivo à agricultura biológica, a prática do turismo rural e do ecoturismo, os circuitos curtos de comercialização, os produtos do território. Apesar das numerosas diferenças entre os dois países, acredita-se que as experiências dos Parques Naturais Regionais podem fornecer elementos para pensar a gestão do território e promover iniciativas promissoras para a gestão das unidades de uso sustentável brasileiras. Notadamente, trata-se da consolidação da identidade territorial, possibilitando dinamizar economias locais e o desenvolvimento de políticas públicas apropriadas para os territórios protegidos. A presença humana neste sentido deixa de ser um impasse e passa a ser tratada como um potencial de conservação da biodiversidade, a partir da valorização da cultura ancestral e da paisagem, gerando renda e dinamizando economias estagnadas.

Além das técnicas e estratégias de gestão do território, cabe ressaltar aqui que no campo das contribuições teóricas, das pesquisas etnológicas e etnográficas a experiência francesa também tem muito a contribuir, começando pela herança deixada por Claude Lévi-Strauss. Atualmente, um dos ícones da antropologia francesa, o Prof. Dr. Philippe Descola discute o enfoque antropológico na interface entre natureza e sociedade, transformado profundamente nos últimos 40 anos. O estudo das representações e práticas culturais ameríndias promovem inúmeras reflexões acerca dos modelos de interpretação e de relação com a natureza que vão além de meras análises calóricas e proteicas. As diferenciadas relações com os recursos naturais e a sistematização do etnoconhecimento por meio de um sistema simbólico parecem estar no foco das atuais pesquisas francesas, nas linhas da antropologia ecológica e geografia territorial, notadamente.

Isso porque, não se trata de pensar a conservação da biodiversidade, meramente por um aspecto antropocentrista como critica a linha preservacionista, mas sim de compreender as diferentes possibilidades de relação com o meio, para além da exploração capitalista e predatória, que verdadeiramente deixa o homem no centro das atenções. A crítica ao modelo preservacionista norte-americano feita pelo socioambientalismo, muito influenciado pelas reflexões das escolas francesas, traz a noção de que o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade deveriam permear todos os aspectos das atividades humanas, não ficando apenas restrito a reservas em unidades territoriais definidas com isolamento social. No mais, estas iniciativas deveriam transitar entre os espaços urbanos, o rurais e naturais,

evitando a polaridade que há entre o preservar uma área, tornando-a “intocável” de um lado e de outro exaurindo recursos naturais e degradando ecossistemas, chegando a situações extremas e incontornáveis de poluição.

A proposta de criação de mosaicos de UCs nos parece muito fecunda para o desenvolvimento sustentável atrelado à conservação de biodiversidade, notadamente em áreas possuidoras de representativos fragmentos florestais. Nesta perspectiva, as diferentes categorias e modalidades de gestão devem ser respeitadas, a partir, sobretudo de diálogos entre as diversas linhas do conhecimento. Nesta linha, a participação da sociedade civil e demais atores sociais nos parece fundamental. A predominância da lógica preservacionista no âmbito da gestão pública paulista parece favorecer poucos modelos de gestão, negligenciando as inúmeras possibilidades e oportunidades de promoção de níveis mais avançados de desenvolvimento endógeno territorial com bases sustentáveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afagar a terra
conhecer os desejos da terra
cio da terra propícia estação
e fecundar o chão.

(Cio da Terra – Chico Buarque de Holanda e Milton Nascimento)

Efetivamente, nossa pesquisa pôde lançar luzes sobre diferentes referenciais de sustentabilidade em torno do debate sobre a conservação e sobre o desenvolvimento no Vale do Ribeira. No caso da Estação Ecológica Juréia-Itatins – em especial no que se refere à proposta de recategorização para o modelo de mosaico de Unidades de Conservação, considerando a implantação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável – é marcada pela forte luta das populações tradicionais e demais moradores locais, cujas representações imprimem traços que evoluem para além do reconhecimento dos direitos de permanência. Trata-se dos arranjos de uma mudança paradigmática nos referenciais de desenvolvimento e de conservação da biodiversidade para esta região.

Se repetidas vezes no decorrer do histórico do Vale do Ribeira, as populações tradicionais foram consideradas como um entrave ao desenvolvimento, o debate socioambientalista e a perspectiva agroecológica parecem favorecer um reconhecimento da cultura e modos de vida destas populações. De fato, as lideranças interrogadas manifestam a idéia segundo a qual primeiro é necessário reconhecer o direito de permanência, mas não se pode esquecer que o debate sobre o desenvolvimento sustentável pode realocar a cultura e modos de vida dos moradores para outros patamares de legitimidade. Nestes termos, por exemplo, a ressignificação das práticas agrícolas nas bases da agroecologia, a valorização dos referenciais alimentares locais e das práticas culturais desenvolvidas em um território detentor de paisagens e atrativos naturais esplêndidos podem ser apontados como fermento para a constituição de outras referências de sustentabilidade que vão além da proteção de áreas naturais. É sobre estas bases que se torna possível construir um projeto concorrente e alternativo de desenvolvimento para a região, no qual as populações tradicionais se tornam protagonistas incontornáveis de iniciativas.

No que se refere à questão das práticas agrícolas e extrativistas, pode-se considerar que são desenvolvidas de maneira precária no interior dos núcleos da

EEJI. Porém, existem expectativas de que uma agricultura adaptada às exigências da RDS possa se disseminar. A propósito, para uma nova proposta de recategorização, após a Ação Direta de Inconstitucionalidade aplicada à lei de criação do Mosaico de UCs Juréia-Itatins, há a exigência de se realizar a elaboração de laudo antropológico e um Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente acerca da presença humana.

Quanto às nossas hipóteses, consideramos que o lugar do debate agroecológico no âmbito da gestão de uma RDS é, de fato, incipiente. Porém cresce a defesa de uma transição do modelo produtivo atual, buscando a recuperação de áreas degradadas e a adequação dos modos de vida das famílias, enquanto não se decide a situação legal da gestão do território. Entretanto, existem significativos impedimentos burocráticos e resistências ideológicas referentes à proposta da produção agroecológica, sobretudo pela possibilidade de introdução de espécies exóticas em áreas destinadas à conservação da biodiversidade. Estas oposições nos pareceram ser um indicativo de um aprofundamento necessário no campo das pesquisas em agroecologia, priorizando o desenvolvimento de investigação acerca da funcionalidade agroecológica das espécies nativas.

Seja como for, foi possível identificar nas experiências agroecológicas na Mata Atlântica que, com o manejo adequado, não necessariamente há problemas com espécies exóticas, sendo algumas destas últimas consideradas como espécies-chaves para a alimentação e geração de renda das famílias. Podemos considerar que este caso é eloquente na produção de bananas, que move a economia do Vale do Ribeira nos últimos anos.

Do ponto de vista da análise de sustentabilidade de agroecossistemas, pode-se considerar que o fluxo de energia que é necessário para garantir a produção de bananas atualmente é significativamente alto. O aporte de insumos químicos externos, a aplicação de fungicidas por meio de aviões, a substituição de áreas de capoeiras e florestadas pela monocultura da banana, a dependência da mão-de-obra sobre-explorada compõem a realidade da bananicultura no Vale do Ribeira. Aqui é possível todavia identificar a possibilidade de adequação agroecológica dos modos de produção desta espécie, notadamente a partir da introdução de elementos biodiversos no sistema e da redução ou da eliminação do uso dos agroquímicos.

Por outro lado, o manejo sustentável da palmeira juçara ganha notoriedade e uma regulação científica e comunitária são destacadas em sua implementação. Este

tipo de manejo de espécie nativa muito ameaçada permite pensar na sustentabilidade da ocupação humana em áreas naturais protegidas no âmbito da Mata Atlântica. Ela contribui com a diversificação das fontes de renda, favorecendo o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura, com a valorização da paisagem, dos serviços ecossistêmicos e dos produtos locais.

Frente à proposta paradigmática da agroecologia, considerou-se a tradicionalidade de uma cultura não como um fator estático, pois é constante a adaptação dos modos de vida, padrões de consumo (que se relaciona diretamente com a densidade populacional do grupo) e modelos produtivos (sejam eles obtidos por meio da exploração agrícola, do extrativismo ou do próprio trabalho fora da localidade). Com efeito, a criação de uma RDS demanda a reflexão e readequação acerca das técnicas que serão adotadas para a produção, considerando se as mesmas correspondem ao contexto socioambiental e ecossistêmico em que serão desenvolvidas. No âmbito sócio-econômico paulista, entre a lógica do “explorar demais e conservar demais”, evidencia-se o desafio de se realizar ações que promovam a solução de conflitos socioambientais no território do Vale do Ribeira. Trata-se de desenvolver estratégias de conservação da biodiversidade por meio de áreas naturais protegidas com presença humana, transcendendo a esfera da “ficção jurídica” que se tornaram as Unidades de Proteção Integral nos últimos anos.

A proposta de criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável possibilita, em princípio, às populações tradicionais locais a prática de atividades compatíveis com a preservação da mata e de suas culturas. Há evidências de que, a partir das práticas agroecológicas desenvolvidas por agricultores familiares na Mata Atlântica, entra em curso um processo que favorece a reprodução dos modos de vida tradicionais. Este processo apresenta também meios de fortalecimento da segurança alimentar e nutricional das famílias, de diversificação da produção agrícola, buscando atingir novas cadeias econômicas, bem como, outras fontes de renda a partir de um caráter multifuncional das Unidades de Conservação de uso sustentável. Está em jogo aqui a sustentabilidade nos fluxos de energia e a transição para o alcance de agroecossistemas mais biodiversos. De fato, a transição para um sistema de manejo agroecológico é complexa pelo seu caráter sistêmico, exigindo mudanças nas práticas de campo, na gestão cotidiana da unidade de produção agrícola, no planejamento e na filosofia. Assim, a transição agroecológica pressupõe

uma análise profunda de diversas dimensões da sustentabilidade de um agroecossistema (ecológicas, sociais, econômicas e culturais).

Os objetivos da elaboração do Plano de Manejo da RDS do Despraiado permitem considerar a pertinência de tal análise multidimensional. Neste sentido, a proteção ambiental se funda no uso sustentável do território com estratégias de geração de renda e manutenção da cultura tradicional. Nesta perspectiva, o comprometimento dos diversos agentes sociais envolvidos com o processo de construção da proposta do manejo sustentável em áreas de RDS deve se situar no centro da análise. Foi para subsidiar este olhar analítico que procuramos identificar, no contexto de vida atual das populações lá existentes, suas múltiplas reivindicações, que vão desde a necessidade de instalações de infra-estrutura, fomento da geração de renda até demandas por acesso ao conhecimento para uso e conservação dos recursos naturais.

Este último aparece como parte da proposta apresentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no qual uma UC tem como objetivo não somente a conservação de ambientes naturais de extrema relevância, mas, também, a conscientização ambiental, fazendo parte de um processo educador ambientalista mais amplo. Neste foco, a educação ambiental surge não somente como um item da modalidade de uso público, mas principalmente como processo norteador para todo o processo de construção do plano de manejo e gestão das categorias de UC de uso sustentável. Neste sentido, crescem as demandas em torno do acesso à informação por meio de cursos técnicos de formação para moradores-beneficiários da (eventual) RDS do Despraiado, implantação de centros de pesquisas com apoio de agências de financiamento, convênios com Universidades e principais centros de pesquisas do estado de São Paulo para implantação de unidades experimentais de produção agroecológica, certificação do manejo florestal e implantação de projetos de recuperação de áreas degradadas, com acompanhamento e monitoramento dos resultados com métodos participativos.

A proposta de criação de mosaicos de UCs fecunda o debate sobre o desenvolvimento sustentável atrelado à conservação de biodiversidade, notadamente em áreas possuidoras de representativos fragmentos florestais. Nesta linha, a participação da sociedade civil e demais atores sociais torna estes processos incertos, mas ricos em ensinamentos. A implantação de uma RDS no âmbito de um mosaico permite examinar ideias, debates e conflitos, resultando em

decisões mais ou menos favoráveis a um desenvolvimento endógeno. A perspectiva de escolhas por experiências (tal como aquelas dos agricultores familiares da Mata Atlântica envolvidos com a prática agroecológica), que buscam maiores patamares de sustentabilidade motiva muitos atores engajados nestes debates. É aqui que os projetos de experimentação agroecológica são vistos como elementos chave para a estruturação de um planejamento estratégico produtivo com vistas à implantação das RDSs. Nota-se, no entanto, que esta perspectiva conhece muitos obstáculos.

Os dados coletados nesta pesquisa nos mostram também que a sustentabilidade não necessariamente é algo intrínseco à tradição cultural, mas sim resultado de acordos e novas escolhas em torno de ocupação de determinada área natural. A demarcação do território de uma RDS pode ser concebida como meio inicial para o estabelecimentos destes acordos, que possam favorecer serviços ecossistêmicos. Estes acordos pressupõem atender às demandas produtivas das populações de forma planejada e sustentável, notadamente do ponto de vista econômico e de geração de renda, visto que o objetivo dessa categoria de Unidade de Conservação vislumbra a reprodução social das famílias de forma combinada à conservação da biodiversidade. No âmbito da elaboração do plano de manejo da RDS do Despraiado, nossas interpretações permitem realçar que estes acordos foram pouco desenvolvidos, sendo o zoneamento da unidade definido sem bases concretas de planejamento econômico e de geração de renda.

De alguma maneira, a proposta de transição para modelos de agricultura mais sustentáveis e mais biodiversos e com diferentes desenhos, constitui um trunfo para que as comunidades tradicionais em unidades de conservação possam fazer valer suas aspirações. Adequados à realidade da população local e às demandas de conservação dos ecossistemas locais, os sistemas agroflorestais biodiversos, como parte da experimentação agroecológica, têm ganhado notoriedade nos últimos anos.

Neste quadro, há evidências de que o modo de vida e de produção agrícola favorecem uma sensibilidade das populações locais ao início de um processo de transição agroecológica. Entretanto, as disputas em torno da implantação da RDS em estudo aqui revelam que a perspectiva de conservação da natureza com desenvolvimento – na qual a agroecologia está, em princípio, em primeiro plano – enfrenta muitos obstáculos para sua disseminação. O empoderamento social em torno da agroecologia – enquanto mudança de paradigmas seja da conservação da biodiversidade, seja da produção agrícola – constitui, de certa forma, um tabu no

âmbito das políticas públicas paulistas agroambientais. A promulgação da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei que instituiu o Mosaico de UCs Juréia-Itatins reforça a manifestação dos interesses preservacionistas no âmbito da gestão deste território no estado de São Paulo. Mesmo com a repercussão de experiências agroecológicas de sucesso no Vale do Ribeira, são muito incipientes as iniciativas de conservação da sociobiodiversidade e de valorização cultural para o desenvolvimento sustentável das populações tradicionais no interior de UCs paulistas.

A propósito, a predominância da lógica preservacionista no âmbito da gestão pública paulista parece favorecer poucos modelos de gestão, negligenciando as inúmeras possibilidades e oportunidades de promoção de níveis mais avançados de desenvolvimento endógeno territorial com bases sustentáveis. Assim, foi possível avaliar que o estímulo às práticas agroecológicas e sua incorporação nos novos acordos de gestão territorial de Unidades de Conservação, notadamente o caso das Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo, ocupam um lugar muito reduzido. Finalmente, este cenário nos possibilita considerar que está em aberto o convite para a construção de um novo percurso para a gestão de Unidades de Conservação de uso sustentável em termos de aprofundamento sobre os processos de participação social, além de novos e contínuos estudos sobre a temática tratada nesta tese.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012. 247p.

ADAMS, C. As **florestas virgens manejadas**. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Ser. Antropol. 10(1). 1994. p.3-20.

_____. **Caiçaras na Mata Atlântica**: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000a. v.1 337p.

_____. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.43 n.1, 2000b. p.145-182.

AGUIAR, D.A. SILVA, W.F.; RUDORFF, B.F.T.; SUGAWARA, L.M.; MAGOG, A.C. Expansão da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo: safras 2003/2004 a 2008/2009. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14., 2009. Natal., **Anais...**, Natal: INPE, 25-30 abril 2009. p. 9-16.

ALIER, J.M. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. 379p.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Edição AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. RJ, 1989. 237p.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 110p.

_____. Agroecology, small farms & food sovereignty. In: **Monthly Review**. July-August. 2009. p. 102-113.

ANDRADE, D.C. **Modelagem e valoração de serviços ecossistêmicos**: uma contribuição da economia ecológica. 2010. 269p. Tese (Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas, 2010.

ÂNGELO FURLAN, S. **Florestas Culturais**: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. **Agrária**, São Paulo, n.3, p.3-13, 2006.

ÂNGELO FURLAN, S.; COSTA NETO, J.B.; BARGUIL, S. Proteção de florestas e outros conjuntos vegetacionais, criação e implantação de espaços naturais protegidos no Brasil. In: LEMOS, A.I.G., ROSSM J.L.S., LUCHIARI, A. (Org.). **América Latina**: sociedade e meio ambiente. São Paulo: Expressão Popular – CLACSO - LIVROS, 2008. v. p.85-107.

ARL, V. (Org.). **Uma identidade que se constrói em rede**. Caderno de Formação, n. 1. Curitiba: Rede Ecológica de Agroecologia, 2007. 46p.

BALÉE, W. **Footprints of the forest – Kaapor ethnobotany: the historical ecology of plants utilization by an Amazonian people**. Nova York: Columbia University, 1994,s.n.

_____. The research program of historical ecology. **Annual Review of Anthropology**, Nova York, v., 35, p.75-98, 2006.

BAUMAN, Z. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 258p.

BEGHAIN, P. **Le patrimoine: culture et lien social**. Paris: Presses de Sciences Po, 1998. 120p.

BEGOSSI, A. LEME, A. ; SEIXAS, C. S. ; CASTRO, F. de ; PEZZUTI, J. ; HANAZAKI, N. ; PERONI, N. ; SILVANO, R. A. M. **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 2004. 332p.

BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. 2 ed. São Paulo: Ed.34, 2011. 383p.

BOEF, S.; THIJSSSEN, M.H.; PGLIARI, J.B.; STHAPIT, B. **Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2007. 271p.

BONI, P.C. ;MORESCHI, B.M. **Fotoetnografia: a importância da fotografia para o resgate etnográfico**. Doc On-line, n.03, dez. 2007, www.doc.ubi.pt, p. 137-157.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484p.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989. 311p.

BRANCO, A. Roça caiçara. In: BRANCO, A.; CASEIRO, F. **Cultura caiçara: resgate de um povo**. Peruíbe: Oficina do Livro e Cultura, 2005. 169p.

BRANDÃO, C.R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris** Revista do Centro de Estudos Rurais, Campinas , v.1, n.1., 2007. p.37-64.

BRANDÃO, M.G.L. **Plantas Úteis de Minas Gerais, na Obra dos Naturalistas**. Belo Horizonte: Código, 2010. v. 1. 120p.

BRASIL; **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: IBAMA/DIREC, 2000.

BRASIL, **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

BRODIZIO, E. **Pequenos produtores na Amazônia: Conexões locais-globais e a formação da complexidade regional**. In: Workshop em Ecologia Aplicada. Piracicaba: CENA – ESALQ – USP, 2010. Palestra.

BRUNET R. ; FERRAS, R. ; THERY H. **Les mots de la géographie**: dictionnaire critique. Paris: Reclus-la Documentation française, 1992. 470p.

BURG, I.C. A construção do Conhecimento em Agroecologia. In: LOVATO, P.E.; SCHMIDT, W. (Org.). **agroecologia e sustentabilidade no meio rural. agroecologia e sustentabilidade no meio rural**. Chapecó - SC: ARGOS, 2006. 151p.

CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 788p.

CAMARGO, E.; BEGOSSI, A. **Os diários de campo da Ilha de Búzios**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC, 2006. 127p.

CAMPOS, J.B. ; TOSSULINO, M.G.P ; MULLER, C.R.C. (Org.) **Unidades de Conservação**: ações para a valorização da biodiversidade. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2006. 348p.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. 239p.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, 2002. p.13-16.

CARMO, M.S.; PINTO, M.S.V.; COMITRE.V. Estratégias agroecológicas de intervenção em assentamentos humanos: extensão para um rural sustentável. In: FERRANTE, V.L.S.B. ; WHITAKER, D. (Org.) **reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniará [co-ed.], 2008. 239-270p.

CARMO, M.S. Pensar e agir localmente: a mediação para a transição agroecológica, um caminho possível para os assentamentos rurais? In: **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.14, n.1, p.305-322, 2011.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230p.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Editora Gaia, 2010. 327p.

CARROLL, C.R. ; MEFFE, G.K. (Org.). **Principles of conservation biology**. 2 ed. Sunderland: Sinauer Associates, 1997. 729p.

CASTRO, A.B. **Introdução à economia**: uma abordagem estruturada. 31ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988. 162p.

CASTRO, J. **A geografia da fome**: o dilema brasileiro, pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 318p.

CHAPPELL, M.J.; VANDERMEER, J.; BADGLEY, C. ; PERFECTO, I. Wildlife-friendly farming versus land sparing (Peer-reviewed letter). **Frontiers in Ecology and the Environment**, Michigan, v. 7, p. 183, 2009.

CHAUVET, M. De l'acclimatation aux ressources génétiques. In: HAUDRICOURT, A.G.; HÉDIN, L. **L'Homme et les plantes cultivées**. Paris :Éditions A.-M. Métailié, 1987.p 12-15.

CLEMENT, C.R. (a). 1492 and the Loss of Amazonian Crop Genetic Resources: The Relation between Domestication and Human Population Decline. **Economic Botany**, New York ,v.. 53, n.2, p. 188-202, Apr. - Jun., 1999.

CLEMENT, C.R. (b) 1492 and the Loss of Amazonian Crop Genetic Resources Crop Biogeography at Contact. In: **Economic Botany**, New York,v.53, n.2, pp. 203-216, Apr. - Jun., 1999.

CLOTTE, J. **Chauvet Cave: The Art of Earliest Times**. Salt Lake City: University of Utah Press, 2003. 225p.

COLLOT, M. Point de vue sur les paysages. In: **Lectures du paysage**. Paris: Foucher, 1986. p 18-22.

CORDEIRO, Â.; PETERSEN, P.; ALMEIDA, S.G. **Crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 121p.

COSTABEBER, J.A.; CLARO, S.A. Experimentação participativa e referenciais tecnológicos para a agricultura familiar. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria , v. 1, n.29, p. 31-48, 2004.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. 484p.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, Nupaub, USP, 2004a. 168p.

DIEGUES, A.C. (Org.). **Enciclopédia Caiçara: o olhar do pesquisador**. São Paulo: Hucitec, Nupaub, USP, v.1, 2004b. 382p.

DIEGUES, A.C. Saberes tradicionais e etnoconservação. In: DIEGUES, A.C.; VIANA, V.M. (Org.) **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Altântica**. São Paulo: NUPAUB / USP; LASTROP / USP, 2000. 273p.

DUFUMIER, M. Os riscos para a biodiversidade desencadeados pelo emprego das plantas geneticamente modificadas. In: ZANONI, M. (Org.) **Trangênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade**. Brasília: MDA, 2011. 538p.

DUVAL, H.C. **Da terra ao prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural**. 2009. 194p.Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2 ed. Guaíba: Agropecuária. 1999. 157p.

_____. Empreendedorismo e conservação ambiental no interior de São Paulo. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45,n.1, p.185-203, jan/mar, 2007.

EISENMAN, S.F. **From corot to monet: the ecology of impressionism**. Skira, :Northwestern University, 2011. 384p.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes, v.1, São Paulo: Jorge Zahar,1995. 308p.

_____. **O processo civilizador. Formação do Estado e civilização**, v. 2, São Paulo: Jorge Zahar, 1994. 308p.

FANELLI, L.A.; TATTO, N.I.; GOMES, E.P.C.; OLIVEIRA JÚNIOR, C.J.F. Incentivos e impedimentos na conservação de *Euterpe edulis* Mart. em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v.7, n.2, p. 51-62, 2012.

FÉDÉRATION DES PARCS NATURELS RÉGIONAUX DE FRANCE (FPNRF). **Les Parcs Naturels Régionaux de France en 18 questions – réponses**. Paris, mai. 2008, 69p.

FERRAZ,J.M.G. Proposta metodológica para escolha de indicadores de sustentabilidade. In: MARQUES,J.F; SKORUPA,L.A .;FERRAZ,J.M.G. **Indicadores de Sustentabilidade**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003. 281p.

FERREIRA, A.D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002. p. 28-46.(**Estudos sociedade e agricultura**, 18).

FERREIRA, L.C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 7, n.1, p. 47-66, jan.-jun., 2004.

FIAMENGUE, E.C. Metodologia. In: WHITAKER, D.C.A. **sociologia rural questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002. 256p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 253p.

FONTAINE, G. **Gaz et pétrole em Amazonie – conflits en territoires autochtones**. Paris: L'Harmattan, 2010. 318p.

GANA, F.; HERVOUET, T. **Tour de France des paysans et des artisans**. Paris: Transboreal, 2007. 127p.

GARROTE, V. **Os quintais caiçaras, suas características sócio-ambientais e perspectivas para a comunidade do saco do Mamanguá, Paraty – RJ**. 2004.

198p. Dissertação (Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais) - Universidade de São Paulo, 2004.

GODELIER, M.A. **A parte ideal do real**. São Paulo: Ed. Ática, 1973. 348p.

GOTSCH, E. **Homem e natureza na agricultura**. 2. ed. Recife (PE): Centro Sabiá, 1997. 1v.

----- Importância dos SAFs na recuperação de áreas degradadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 4., 2002, Ilhéus (BA). **Anais...** Ilhéus: CEPLAC, 2002.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005. 653p.

GUERRA, I. **Modo de vida**: novos percursos e novos conceitos. 1993. p. 59-74. (Sociologia problemas e práticas,13).

GUSSON, M. A importância das feiras ecológicas para o resgate e preservação da biodiversidade na agricultura familiar do Alto Uruguai - RS. In: LOVATO, P.E. ;SHIMIDT, W. (Org.). **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural**: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local. Chapecó: Argos, 2006. p. 86-100.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, v.162, p.1243-1248, 1968.

HAUDRICOURT, A.G. ;HÉDIN, L. **L'Homme et les plantes cultivées**. Paris : Éditions A.-M. Métailié, 1987. 289p.

HOGAN, D.J. A relação entre população e ambiente: desafios para a demografia. In: TORRES; COSTA (Org.). **População e meio ambiente**: debates e desafios. São Paulo: Ed. SENAC, 1999. p.21-49.

IANNI, O. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 255p.

IBAMA, **Roteiro Metodológico de Planejamento**: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, 2002. 29p.

IBAMA, **Roteiro Metodológico para elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável Federais**. Brasília – DF, 2006. 17p. (no prelo).

IBAMA; WWF-Brasil, **Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil**: Implementação do Método RAPPAM – Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação, 2007. 96p

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. **Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM-OS**. Tefé (AM): IDSM, 2011. ,v.1 42p.

INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL. Módulo 5 - Análise Sócio-Cultural e Econômica nas RDS. **Relatório Final para elaboração do Plano de Manejo do Mosaico de Unidades de Conservação de Juréia-Itatins**. Peruíbe, 2008. 24p.

JEAN, B. **Les territoires ruraux dans la modernité avancée et la recomposition des systèmes ruraux**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002. p. 5-27. (Estudos Sociedade E Agricultura, 18).

JORGE, R.R. **Do território como estratégia de desenvolvimento de regiões rurais**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. 2003. 156p.

KAGEYAMA, A.A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. 229p.

KHATOUNIAN, C.A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348p.

KITAMURA, P.C. Biodiversidade na Amazônia: por uma abordagem regional das unidades de conservação. In: GARAY, I.; DIAS, B. (Org.). **Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de normas e metodologias de avaliação e monitoramento**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 102-111; p. 430.

KORMONDY, E.J.; BROWN, D.E. **Ecologia humana**. São Paulo: Atheneu, 2002. 503p.

KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975. 260p.

KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.8 (suplemento), p. 863-880, 2001.

LACERDA, T.F.N. ;MORUZZI MARQUES, P.E. Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da Encosta da Serra Geral em Santa Catarina. **Ruris**, Campinas, n.2, p. 137-158, 2008.

LEÃO, R.M. **A floresta e o homem**. São Paulo: EDUSP: IPEF, 2000. 434p.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Edifurb, 2000. 373p.

LOBATO, M. **Urupês**. 37ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 179p.

MacCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 224p.

MALDONADO, S.C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1986. 77p.

MALINOWISK, B. **Agronautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 436p.

MARTINS, J.S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975. 161p.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas. Estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.41-59, jan./abr. 2000.

MAZOYER, M. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora Unesp / NEAD, 2010. 568p.

MAY, P.H.; TROVATTO, C.M.M (Coord.). **Manual Agroflorestral para a Mata Atlântica**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2008. 196p.

MEFFE, G.K.; CARROLL, C.R. **Principles of conservation biology**. Sunderland, Mass: Sinauer, 1997. 729p.

MINISTÈRE DE L'ESPACE RURAL ET L'AMENAGEMENT DU TERRITOIRE. **Les territoires ruraux**: quels enjeux, quel avenir? Assies des territoires ruraux. Document support de la consultation. Out. 2009. pp. 1-13. Fotocópia.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Monitoramento e Avaliação de projetos: métodos e experiências**. Secretaria de Coordenação da Amazônia, Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 243p.

_____. **Agrobiodiversidade e diversidade cultural**. Brasília: MMA/SBF, 2006. 88p.

_____. **Plano de Manejo Reserva Extrativista Baixo Juruá**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (Diusp). Juruá, 2009.

_____. **Mosaïques d'aires protégées: réflexions et propositions de la coopération franco-brésilienne**. DELELIS, C.J.; REHDER, T.; CARDOSO, T.M. (Org.). Brasília: Embaixada da França no Brasil – CDS UnB, 2010.197p.

MOLLISSON, B.C.; SLAY, R.M. **Introdução à permacultura**. Tagari Publicações, Universidade da Califórnia, 1994. 216p.

MONTEIRO, A.C. **O cooperativismo coletivizado no assentamento rural de Promissão-SP**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado na área de

Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) - Faculdade de Engenharia Agrícola/ UNICAMP, 1996. 132p.

MOREIRA, A.C. **Reserva Extrativista do Bairro do Mandira – a viabilidade de uma incerteza.** São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000. 231p.

MORUZZI MARQUES, P.E. ; NAREZI, G.; CHAHIN, C.B. Participação social e perspectivas concorrentes de desenvolvimento: questões em torno do reconhecimento do direito quilombola de acesso sustentável aos recursos naturais. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2., 2008. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2008. 1 CD-ROM.

MORUZZI MARQUES, P.E.; NAREZI, G.; HADDAD, C. L. ; CHAHIN, C. B. Agricultura de sustentação quilombola e desenvolvimento: estudo de projetos em concorrência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA - SOCIOLOGIA: CONSENSOS E CONTROVÉRSIAS, 14., 2009. . Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SBS. 2009,1 CD-ROM.

MORUZZI MARQUES, P.E. ; NAREZI, G. O Agroturismo Familiar em Cananeia, no Vale do Ribeira/SP: multifuncionalidade da agricultura em questão. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Campinas, v. 9, p. 1-14, 2010.

MOULIN, A. **Les paysans dans la société française:** de la révolution à nos jours. Paris: Editions du Seuil, 1992. 316p.

NAREZI, G. **Transição agroecológica no assentamento rural fazenda Pirituba: percepções, práticas e perspectivas.** 2008, 161p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2008.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, p.83-100 set / dez., 2001.

NEVES, D.P. **Assentamento Rural:** reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança de posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói:EDUFF, 1997. 436p.

NOGUEIRA, F. Da terra nua ao prato cheio: produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. In: Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 3., 2007. Campinas, **Resumos...** Campinas: Feagri – Unicamp, 2007. 1 CD-ROM.

NOGUEIRA-NETO, P. Prefácio. In: MARQUES, O.A.V. **Estação Ecológica Juréia-Itatins: Ambiente físico, flora e fauna.** Ribeirão Preto: Holos Editora, 2004. 386p.

NUNES, M. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins / SP.** 2010. 168p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, 2010.

ODUM, E. **Fundamentos da ecologia**. 7ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 927p.

OLIVEIRA JÚNIOR, C.J.F.; NEVES, Y.T.R.; JUNQUEIRA, P.S. População caiçara, Mata Atlântica e situação atual do palmito-juçara (*Euterpe edulis* Mart.) na região do rio Uma da Aldeia (Iguape – SP), entorno da Estação Ecológica Juréia-Itatins. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.34, n.6, 2010, p.1065-1073.

OLMOS, F.; GALETTI, M. A conservação e o futuro da Juréia: isolamento ecológico e impacto humano. In: MARQUES, O.A.V. **Estação Ecológica Juréia-Itatins: Ambiente físico, flora e fauna**. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2004. 386p.

PARC NATUREL RÉGIONAL DU LUBERON. **Charte Parc – Objectif 2021**. Apt: Fédération des Parcs Naturels Régionaux. 2009. 162p.

PARC NATUREL RÉGIONAL DU VÉXIN FRANÇAIS. **Charte Parc – Objectif 2019**. Théméricourt: Fédération des Parcs Naturels Régionaux. 2007. 98p.

PATIRE, D. **Luta sem vencedores: o desastre da política ambiental da Juréia**. 2004. 121p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdade Casper Líbero, São Paulo, 2004.

PAYÉS, A.C.L.M. **Medida da conformidade da proteção legal na conservação ambiental – estudo de caso: Despraiado – SP**. 2010. 121p. Dissertação de (Mestrado na área de Recursos Hídricos Energéticos e Ambientais) Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Campinas, 2010.

POSEY, D. A. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapó Indians of the Brazilian Amazon. **Agroforestry Systems**, Holualoa - Hawai v.3, n.2, p. 139-158, 1985.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 2001. 549 p.

QUEIROZ, H.L. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. **Estudos Avançados – Dossiê Amazônia Brasileira II**, São Paulo, v.19, n.54, p.183-203, May/Aug. 2005.

QUEIROZ, R.C. **Atores e retores na Juréia: idéias e práticas do ecologismo**. 1992. 240p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

QUEIROZ, R.S. **Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 128p.

RAMOS FILHO, L.O.; SZMRECSÁNYI, T.; PELLEGRINI, J.B.R. Biodiversidade e reforma agrária: uma experiência agroecológica na região canavieira de Ribeirão Preto, Brasil. **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 13, p. 207-238, 2010.

RAMOS, P. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, 141-156p. set / dez., 2001.

RAMOUSSE, D. Des pôles de croissance au développement durable. **Cahiers des Ameriques Latines: la question environnementale em Amérique latine**, Paris, v.54-55, n.1/2, p 15-30, 2007.

REIJNTJES, C. HAVERKORT, B. WATERS-BAYER, A. **Agricultura para o futuro, uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos**. Rio de Janeiro : AS-PTA, 1994. 323p.

RIBEIRO, B. **O índio na cultura brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1987. 186p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 437p.

RIBEIRO, W.C. Governança da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, São Paulo, v.8, n.16, p. 19-32, 2009.

RICKLEFS, R.E. **A economia da natureza**. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 546p.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Fundap / Studio Nobel, 1993. 103p.

SAINT-HILAIRE, A. **Plantas usuais dos brasileiros**. In: BRANDÃO, MGL.; PIGNAL M. (Org.) Belo Horizonte: Codigo, 2009. v. 1. 392p.

SALES, R.R.; MARETTI, C.C.; PORTILHO, W.G.; SOARES, S.G. Programa de regularização da exploração commercial do palmito juçara *Euterpe edulis*. In: DIEGUES, A.C.; VIANA, V.M. (Org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB e LASTROP, 2000. 273p.

SAMAIN, E. “Ver” e “Dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. In: **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. n. 2, p. 19-49.

SANCHES, R.A. **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia – Itatins: litoral sul de São Paulo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004. 207p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2002. 174p.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estudo técnico para recategorização de unidades de conservação e criação do mosaico de unidades de conservação Juréia-Itatins**. São Paulo: Fundação Florestal, 2010. 187p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

SERVOLIN, C. *L'agriculture moderne*, Paris: Editions du Seuil, 1989. 318p.
SEVILLA GUZMÁN, E. As bases sociológicas da agroecologia. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2001. Botucatu. **Anais...** Julho de 2001, Botucatu: FCA/UNESP, 2001. 1 CD-ROM.

_____. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar., 2001. p.35-45.

_____. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar., 2002. p 18-28.

SIXEL, B.T. **Agricultura biodinâmica**. Botucatu, SP: Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, 2003. 279p.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. 207p.

STEINER, R. **A ciência oculta: esboço de uma cosmovisão supra-sensorial**. 4.ed. São Paulo: Antroposófica, 1998. 287p.

THEYS, J. L'approche territoriale du "développement durable ", condition d'une prise en compte de as dimension sociale. In: **Développement durable et territoires**, Dossier 1: Approches territoriales du Développement Durable, septembre 2002. p. 1-13.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 16ed. São Paulo: Cortez, 2008, 132p.

THOMAS, G. **Art and Ecology in Nineteenth-Century France: The Landscapes of Théodore Rousseau**. Princeton University Press, 2000. 288p.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454p.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 427p.

VALENTIN, A. Comércio marítimo de abastecimento: o porto de Iguape (SP), 1798-1880. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., 2003. Caxambu. **Anais...** Caxambu/MG: ABPHE, 2003. 1 CD-ROM.

VAN TILBEURGH, V. **La mer d'Iroise – négociations sur le principe de protection**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007. 221p.

VARGAS, I.A. **Território, identidade, paisagem e governança no Pantanal Mato-Grossense: um caleidoscópio da sustentabilidade complexa**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006, 283p.

VEIGA, J.E. A Face Territorial do Desenvolvimento. Interações - **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v.3, n.5, 5-19p. set., 2002.

_____. Agricultura no mundo moderno: diagnósticos e perspectivas. In: TRIGUEIRO, André. **Meio Ambiente no Século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, 368p.

_____. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: SENAC, 2010. v. 1. 160p.

VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territoires**. Paris: Presses Universitaires de France – PUF, 2009. 288p.

VIANNA, L.P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008. 340p.

WANDERLEY, M.N.B. A emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas – O Rural como Espaço Singular e Coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 15, p 87-145, 2000.

WEID, J.M. Construindo políticas públicas em apoio à agroecologia. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1. Ed 03/06: LEISA – Brasil, 2006.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural Questões Metodológicas Emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002. 256p.

ZIMMERMANN, N.C. **Depois da terra, a conquista de cooperação**. 1989. 159p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 1989.

AB SÁBER, A. **Do código florestal para o código da biodiversidade**. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/site/home/home.php?id=1305>. Acesso em: set,2010.

HONORA, A.C. **As reservas de desenvolvimento sustentável como alternativa para a conservação do meio ambiente e manutenção da cultura caiçara**. Disponível em: www.usp.br/nupaub/honora.pdf. Acesso em: 10 out. 2008.

INSTITUTO CABRUCO. Disponível em: www.cabruca.org.br. Acesso em: 14 janeiro 2012.

INSTITUTO FLORESTAL. **Unidades de Conservação**. Disponível em: www.iflorestal.sp.gov.br. Acesso em: 02 set.2008.

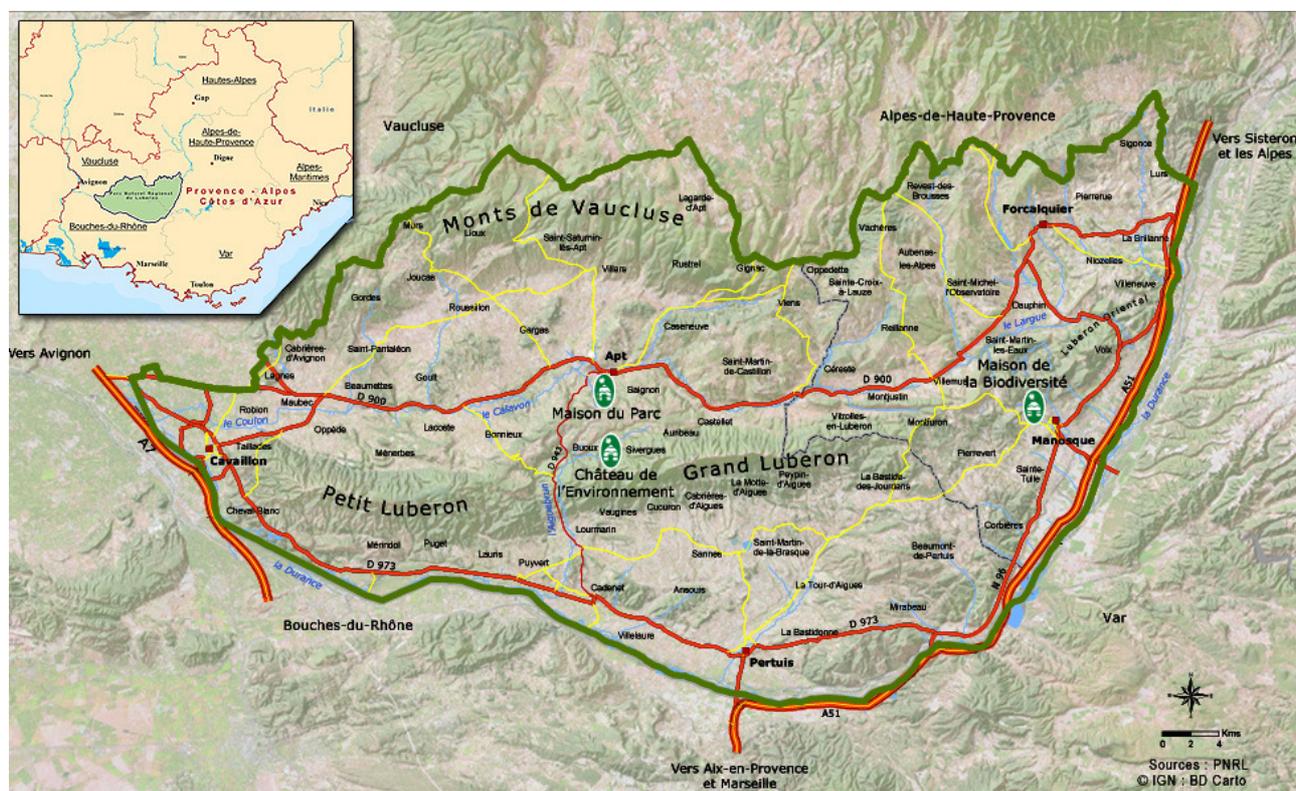
MUTIRÃO AGROFLORESTAL. Disponível em: www.mutiraoagroflorestal.org.br. Acesso em: jan. 2012.

SANSON, B. La proximité entre l'espace rural et la métropole francilienne invite à tisser de nouveaux équilibres autour d'une agriculture citoyenne et territoriale. In: **L'Encyclopédie du Développement Durable**. Disponível em: <http://encyclopedie-dd.org/encyclopedie/la-proximite-entre-l-espace-rural.html>. Acessado em: jun.2011.

ANEXOS

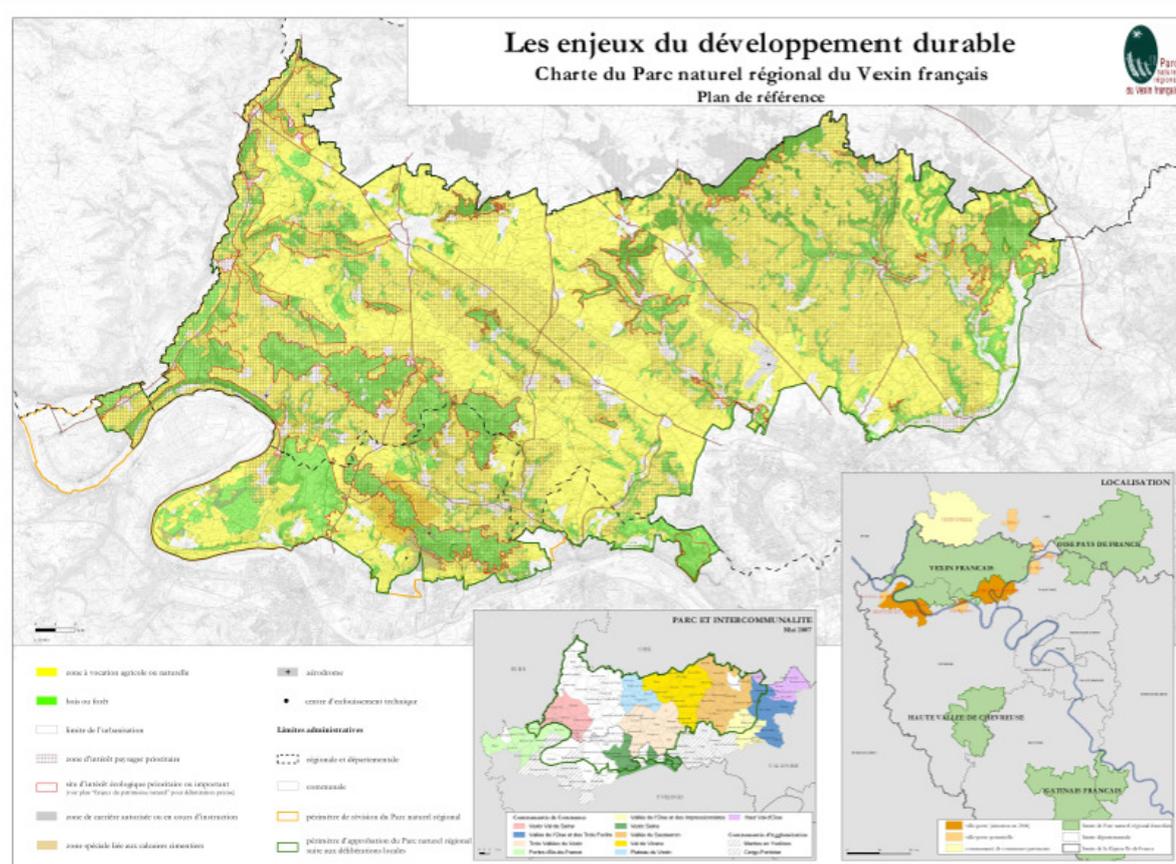
ANEXO A - MAPA DO TERRITÓRIO DO PARQUE NATURAL REGIONAL DO LUBERON – FR

Fonte: parc naturel régional du luberon, 2009.



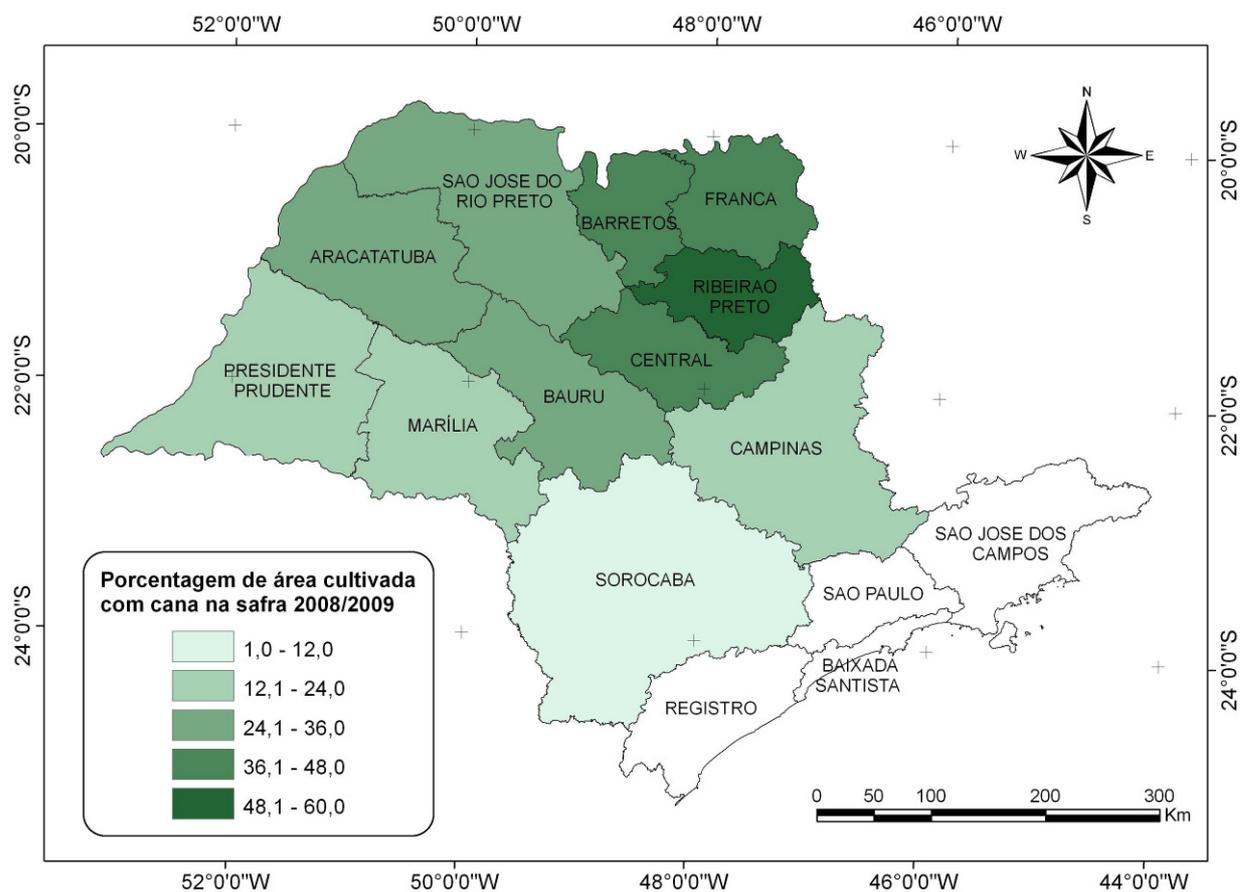
ANEXO B - MAPA DO TERRITÓRIO DO PARQUE NATURAL REGIONAL DO VEXIN FRANÇAIS

Fonte: Parque Natural Regional do Vexin Français, 2007.



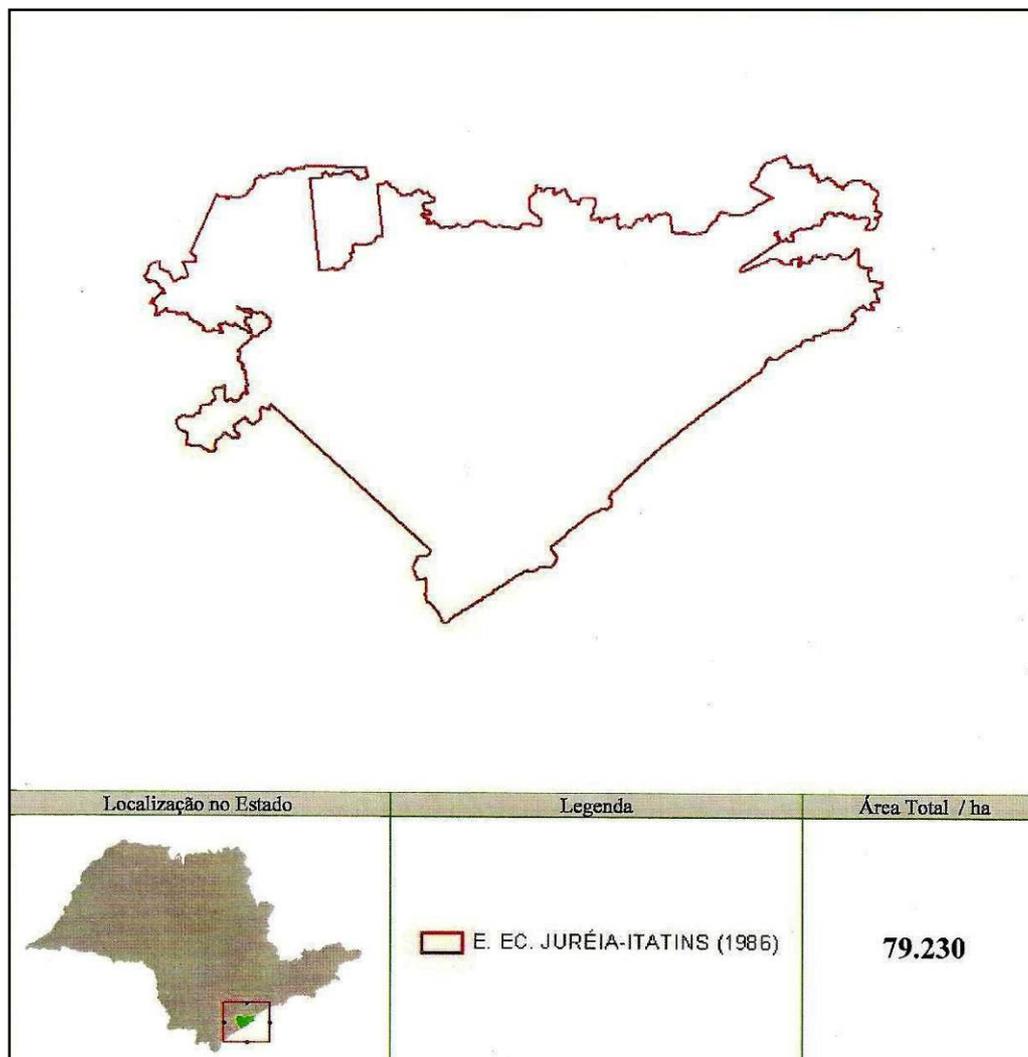
ANEXO D - MAPA DE PORCENTAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS OCUPADAS PELO CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA SAFRA 2008/2009

(Fonte: AGUIAR, D.A. et.al., 2009)



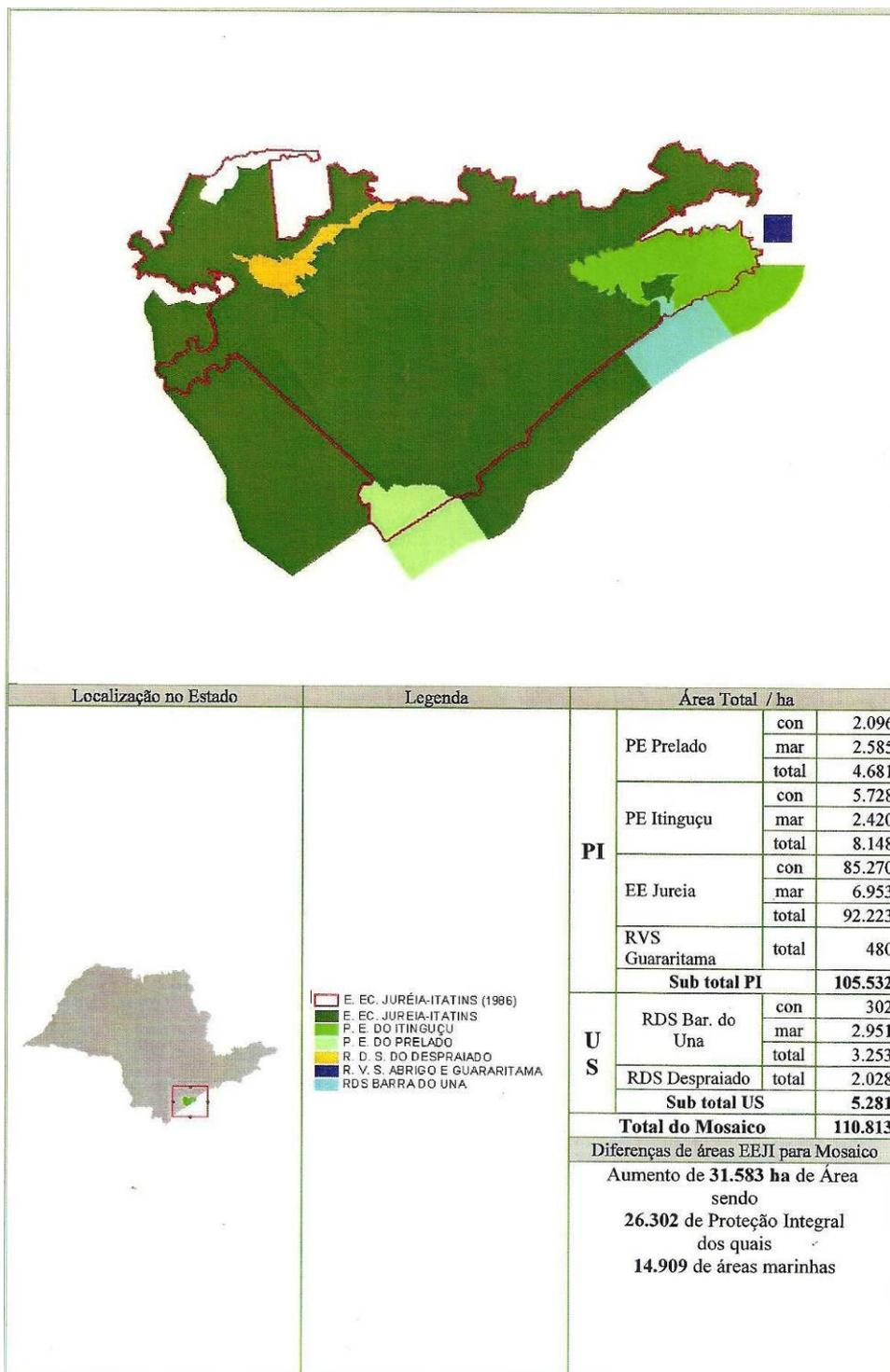
ANEXO E - MAPA DOS LIMITES INICIAIS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS

(Fonte: Fundação Florestal, 2009).



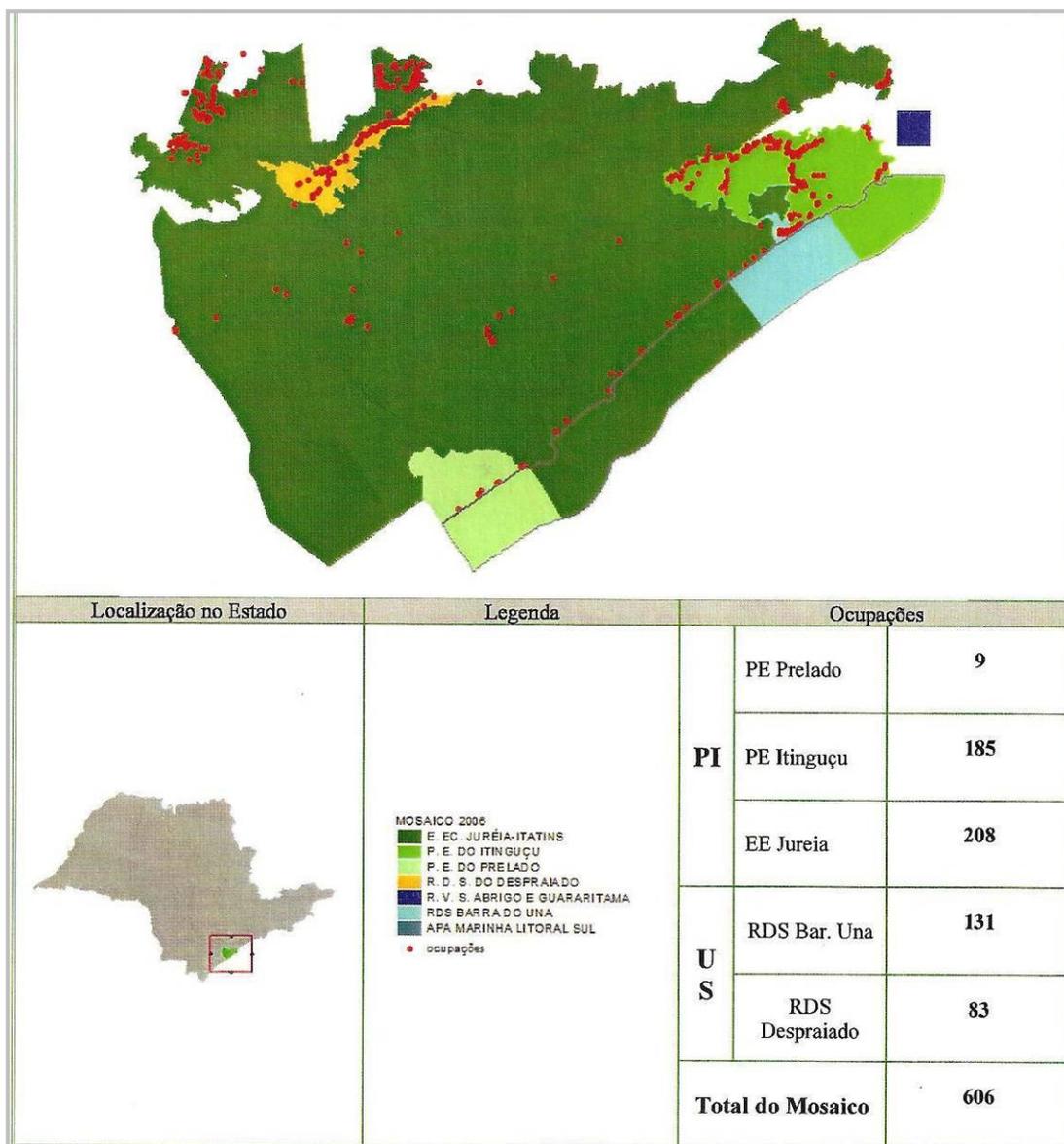
ANEXO F - LIMITES DO MOSAICO DE UNIDADES DE COSERVAÇÃO JURÉIA-ITATINS, 2006.

(Fonte: Fundação Florestal, 2009).



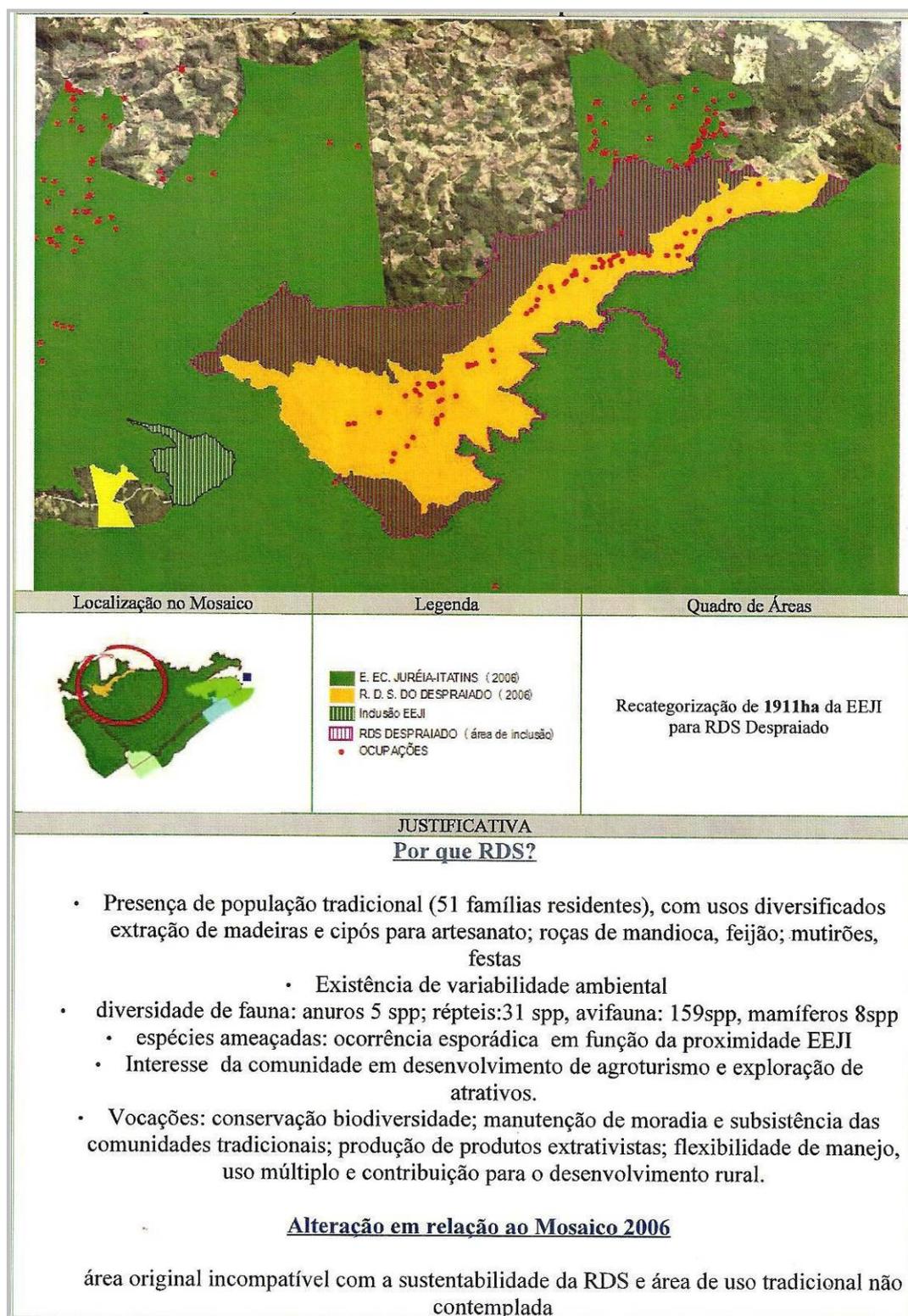
ANEXO G - OCUPAÇÃO HUMANA NO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO JURÉIA-ITATINS, 2006

(Fonte: Fundação Florestal, 2009).



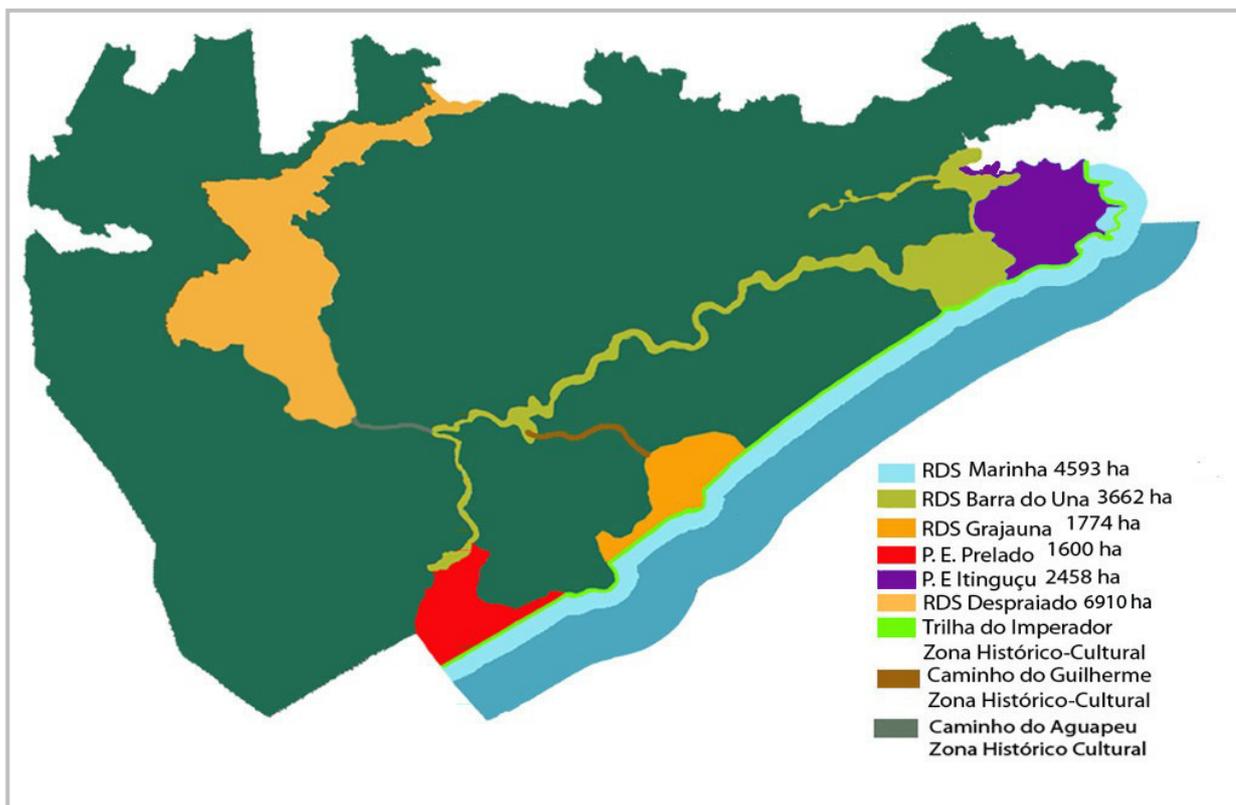
ANEXO H - PROPOSTA DE ALTERAÇÕES DE LIMITES DA RDS DESPRAIADO.

(Fonte: Fundação Florestal, 2009).



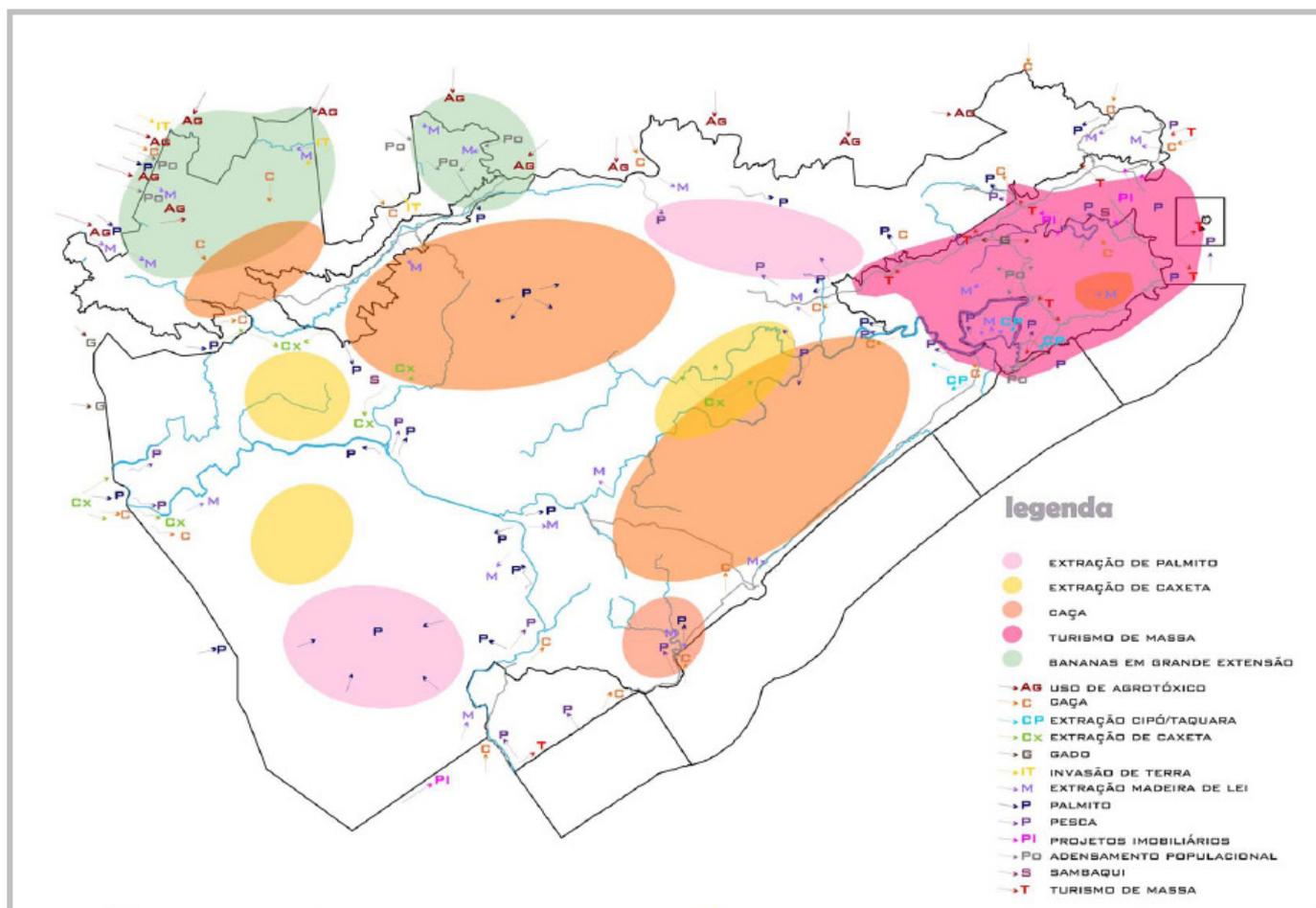
ANEXO I - PROPOSTA DE ALTERAÇÕES DE LIMITES DA EEJI - UMJ

(Fonte: UMJ, 2012).



ANEXO J - VETORES DE PRESSÃO MATERIAL ELABORADO PELA EQUIPE DO PLANO DE MANEJO DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO JURÉIA-ITATINS – 2009

(Fonte: SMA, 2010)



ANEXO L - CARTA ABERTA DE PESQUISADORES BRASILEIROS AO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO SOBRE A ALTERAÇÃO DOS LIMITES DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JURÉIA-ITATINS

Exmo. Sr. José Serra

Governador do Estado de São Paulo

Em 1980 foi implantada a Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI) que delimitou um trecho de Mata Atlântica, bioma considerado um dos hotspots do planeta. Isso significa que, devido à sua elevada biodiversidade e ao grau de ameaça desse bioma, toda a comunidade científica mundial reconhece a Mata Atlântica como uma das áreas mais importantes para conservação no mundo. Neste contexto, a EEJI é apontada como um dos últimos cinco santuários do mundo, detendo cerca de 4% dos 13% restantes de Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Assim, a sua importância para a conservação é inquestionável, corroborada em cerca de 760 títulos acadêmicos e protegida por, pelo menos, 175 atos legais. Uma das singularidades dessa Unidade de Conservação Integral é a complexa heterogeneidade de relevo, solo e clima, que evoluiu ao longo do tempo e faz com que a região possua características únicas quando comparadas a outras porções de Mata Atlântica. A história das nossas florestas e seus primeiros habitantes pode ser averiguada na Juréia-Itatins, razão pela qual ela é citada como patrimônio natural e arqueológico. Apesar de todo o reconhecimento acadêmico e legal, ações gerenciais concretas para sua proteção vêm sendo adiadas. Paralelamente, sem orientação e com pouco apoio governamental, a pequena população tradicional do início do século passado cresceu e somaram-se a ela outros grupos sociais, formando, ao longo desses anos, grandes conjuntos populacionais mistos dentro da EEJI.

A saída encontrada até o presente momento foi instituir duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável em territórios antes destinados à Estação Ecológica, que supostamente protegeriam a própria floresta e a comunidade tradicional, além de dois Parques Estaduais, que permitiriam insumos econômicos para a população. Essa alternativa foi estabelecida em 2006, com a criação do Mosaico Juréia-Itatins e derrubada em 2009, por um Ato de Inconstitucionalidade. Hoje, estamos novamente diante de propostas para a criação de um novo Mosaico de Unidades de Conservação de Juréia-Itatins, como um caminho para a solução dos conflitos gerados por esses anos desgovernados.

Nós, pesquisadores do Estado de São Paulo, queremos, nessa carta, declarar nossa posição em relação a EEJI, frente às alternativas que se apresentam em diferentes grupos sociais. Somos e seremos contrários a qualquer proposta que segmente o complexo de ambientes ainda conservados na EEJI, que interrompa os elos de conectividade ainda existentes. Em síntese, defendemos com veemência que o coração de Juréia, que abrange

a Serra do Itatins, as planícies dos rios Una do Prelado, Comprido e Rio Verde e os Maciços da Juréia e do Parnapuã, sejam destinados à conservação integral. Nessas áreas, a proposta ideal é eliminar as pressões humanas, ou no mínimo reduzi-las significativamente, mas nunca ampliá-las. Pode-se, sem dúvida, considerar a possibilidade da co-existência dessas florestas voltadas para conservação integral com a população realmente tradicional e residente nessa área, cuja sobrevivência e subsistência dependem 100% dessas terras. Se o conceito de tradicionalidade for de fato obedecido, segundo critérios autênticos, o número de famílias com direito a moradia e acesso irrestrito será bastante reduzido. Nessa situação, deverão predominar os impactos ambientais de menor magnitude e, talvez, possam ser respeitados os princípios biológicos que norteiam a cadeia alimentar e a pirâmide energética, garantindo a conservação da biodiversidade remanescente da região.

Na situação atual de cobertura florestal do Estado de São Paulo, não estamos em condição de perder áreas importantes para conservação biológica, mas reconhecemos os conflitos existentes. Algumas áreas dispostas na faixa de borda da Estação Ecológica estão depauperadas em função dos desmatamentos, usos inadequados, excessivo número de moradores e partições de terrenos por proprietários. É evidente que para uma Unidade de Conservação Integral o caminho é a restauração dessas áreas historicamente degradadas. Essa é a nossa proposta. No entanto, se o consenso for pela perda de território dentro da referida Unidade, seja para um outro tipo de uso ou mesmo para uma outra Unidade de Conservação, cabe lembrar que cada hectare subtraído da atual Estação Ecológica deverá ser repostado por uma área de igual ou de melhor qualidade ambiental adjacente a essa UC. Em suma, qualquer negociação deverá vir acompanhada por medidas compensatórias, claramente dispostas em Lei. Se a opção for pela criação de áreas de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, então a conservação será a linha mestra e a negociação deverá considerar que somente a comunidade realmente tradicional poderá viver e usufruir dos recursos desse terreno. Com essa decisão, chácaras de lazer, segundas residências, casas de veraneio, entre outros, não poderão persistir na área e seus terrenos deverão ser desapropriados, ou seja, esse acordo junto à comunidade deverá acompanhar as decisões sobre as novas Unidades e os novos limites. Além disso, para uma situação de equilíbrio, as fronteiras entre áreas com predomínio de uso humano e de conservação da biodiversidade deverão ter, obrigatoriamente, gradientes que tamponem as interferências e impeçam o seu avanço. Se esses requisitos não estiverem claros no novo desenho do Mosaico, então não há a intenção de conservar, pois essas são as premissas mínimas para garantir a conservação da biodiversidade remanescente e dos processos ecológicos, para manter a variabilidade genética, as comunidades de plantas e animais e para assegurar os gradientes ambientais e as paisagens do bioma.

Não podemos tripudiar sobre os conceitos ecológicos elementares. Não podemos apoiar a caça e o extrativismo ilegal em Unidade de Conservação. Algumas dessas ações podem criar um agrupamento de densa cobertura de copas, mas sem composição, estrutura e laços funcionais das cadeias e fluxos, criando uma “floresta” sem vida, sem equilíbrio, sem sustentação e sem razão para investirmos esforços na sua conservação. Não vamos gastar recursos do Estado para proteger tal tipo de “floresta”.

Não se pode perder de vista o que é uma Unidade de Conservação. Elas não foram estabelecidas para veranistas, para moradores pseudotradicionais ou para conter segundas residências. Precisamos questionar sobre o que fundamenta um discurso politicamente correto sob a perspectiva da Natureza. Precisamos discutir o que são valores morais, éticos, de recursos, de serviços e de equilíbrio e como efetivamente colocá-los em prática na conservação de um território ambientalmente protegido. Precisamos sempre lembrar que o significado do valor da biodiversidade é sua contribuição para o equilíbrio climático, para a manutenção dos ciclos biogeoquímicos, para a manutenção dos reservatórios naturais de água, para a absorção de resíduos e para a proteção frente a distúrbios ambientais, como enchentes e pragas. Isso é sobrevivência, isso significa vida.

É muito importante ressaltar que quando tratamos de conservação biológica, valor de recurso é valor para controle biológico, para pesquisa científica, para educação, para estocagem de elementos destinados à sobrevivência e à saúde humana, e não para acúmulo de riquezas ou para fazer justiça social. Para isso, os caminhos e as instâncias são outros.

**ANEXO M - CARTA ABERTA ASSINADA PELO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
SOBRE O MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA JURÉIA-ITATINS
JULHO DE 2009**

Prezados,

Por meio deste comunicado, o ISA vem manifestar sua posição depois da recente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que acatou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade anulando a Lei do mosaico da Jureia, e fazendo com que a região volte a ser uma Estação Ecológica. Com isso foram interrompidos os trabalhos do plano de manejo que vinham sendo executados pela Fundação Florestal juntamente com a Unicamp e o ISA. Queremos destacar nossa opinião em relação aos trabalhos executados, à situação dos beneficiários das Unidades de Conservação e às ações planejadas para um futuro próximo visando a elaboração de um novo Projeto de Lei que recrie o mosaico. É urgente que a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo encaminhe esse Projeto de Lei, em respeito aos trabalhos ora desenvolvidos e às comunidades locais, que se empenharam em participar e discutir o plano de manejo durante mais de um ano.

Apresentamos aqui uma análise do processo e do contexto de elaboração do plano de manejo do mosaico Jureia-Itatins, que é um exemplo dos conflitos socioambientais representados por populações que habitam Unidades de Conservação e seu entorno e têm estreitas relações com a natureza. Em curto espaço de tempo (três anos e meio) criou-se um mosaico em substituição à Estação Ecológica criada havia mais de 20 anos. O mosaico, agora anulado, gerou expectativas de mudança, e com o início do plano de manejo, os moradores, foram mobilizados, e os processos participativos fortalecidos. Diante destes fatos, o ISA acredita que é necessário fazer uma reflexão sobre o processo e os resultados, já obtidos e atentar para os caminhos que indicam os próximos passos na criação de uma nova lei que dialogue com as populações tradicionais e garanta a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica.

Durante os anos de 2008 e 2009 foram realizadas uma série de ações no mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins (litoral Sul de SP, e interior do Vale do Ribeira), por meio de um intenso e rico processo de discussões e elaboração de seu plano de manejo. Pela primeira vez, diferentes comunidades que convivem e habitam o mosaico participaram de uma ação ao lado de cientistas e técnicos do governo do Estado de São Paulo, de diversos fóruns de debate e de estudos coordenados por pesquisadores de universidades, lideranças locais e organizações não governamentais. Foi um momento histórico no processo de elaboração dos planos de manejo no Estado de São Paulo e de implantação de Unidades de Conservação na região de Jureia-Itatins.

Nesse período, o ISA foi contratado pela Fundação Florestal para elaborar, em um primeiro momento, o diagnóstico socioeconômico das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Barra do Una e do Despraiado. Em seguida, passou a coordenar junto a Unicamp os processos de envolvimento e participação da sociedade civil na elaboração das demais etapas de elaboração do plano de manejo de todo o mosaico. Em mais de 20 oficinas e reuniões dos conselhos gestores nas diferentes etapas, com 50 a 100 participantes em média em cada uma, foram explicados os conceitos de RDS e de plano de manejo e realizado o diagnóstico junto às comunidades. A partir daí, iniciou-se a elaboração do zoneamento de cada Unidade de Conservação (UC) do mosaico e a proposição de ações em cada programa de gestão.

Infelizmente esse processo foi interrompido pela recente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, acatando Ação Direta de Inconstitucionalidade (nº 153.336.0/-00) movida pelo Ministério Público, pedindo a nulidade da Lei nº 12.406/06, que criou o mosaico da Jureia-Itatins. Independentemente do mérito dessa decisão, nós do ISA estamos consciente de que essa medida implica um retrocesso ao transformar aquele território novamente na Estação Ecológica da Juréia-Itatins e conseqüentemente paralisar os trabalhos que vinham ocorrendo.

Criada em 1986, a Estação Ecológica tinha como objetivo principal a conservação dos ecossistemas naturais e a pesquisa. Se por um lado esta Unidade de Conservação foi um marco do ambientalismo nos anos 1980 contra o processo voraz de destruição da Mata Atlântica, por outro, deixou à margem o desenvolvimento socioeconômico de mais de 300 famílias, entre elas caiçaras, que já se encontravam no local.

Consideramos que a sociedade local está engajada, ciente dos objetivos ambientais de cada UC do mosaico mas que também pretende resolver definitivamente os entraves que por mais de 20 anos levaram-na ao isolamento e em muitos casos ao abandono da área por muitas famílias, sem condições mínimas de qualidade de vida.

A construção do plano de manejo de forma participativa, etapa importante do processo de implantação vinha confirmando a necessidade de parceria entre o Estado e as comunidades para atingir os objetivos de cada unidade do mosaico. A interrupção do plano de manejo e o retorno ao “passado” representam um sério revés ao processo que vinha sendo realizado e que o ISA apoiava e do qual vinha participando.

Um novo projeto é necessário e urgente

Consideramos urgente, portanto, a necessidade de um novo Projeto de Lei de criação do mosaico. Caberá à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo tomar a iniciativa e, ao elaborar o novo projeto manter a transparência levando a proposta para discussão com os diversos setores envolvidos, sem incorrer no erro do projeto anterior. Isso

significa que os atores engajados e a comunidade local devem poder opinar e decidir sobre os novos limites do mosaico, entre outras questões. Consideramos também fundamental que o Estado e a comunidade local resgatem e aproveitem, na elaboração do novo Projeto de Lei, todos os estudos que já foram realizados, bem como as propostas já acordadas em reuniões e nas oficinas do processo do Plano de Manejo.

Este também é o momento de rever e aprimorar tais discussões, incorporando no próximo plano de manejo os avanços definidos em outros planos de outras Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, onde a presença humana representada pelas comunidades tradicionais não se dá apenas por instrumentos provisórios, tais como os “Termos de Compromisso”. Este é o momento de dar legitimidade às populações que historicamente ocupam e zelam pela conservação do ambiente da Jureia, por meio de seu modo de vida tradicional e saberes acumulados. Esta é a oportunidade de atuar no aprimoramento dos trabalhos de zoneamento e nas bases para os programas de gestão feitos recentemente. Estabeleceu-se de fato um modelo novo e criativo de plano de manejo, que contempla a realidade socioambiental da região.

É imprescindível que as comunidades e outros envolvidos com as UCs estejam mobilizados para que esse Projeto de Lei seja adequado às suas realidades e às demandas já levantadas, para garantir a conservação dos ecossistemas naturais e a sustentabilidade socioeconômica local. O Estado de São Paulo deve conduzir a proposta do novo mosaico por meio de um debate amplo em todas as comunidades da Jureia-Itatins antes das audiências previstas em lei. Isto significa que o Estado deve realizar reuniões nas comunidades que esclareçam e discutam a nova proposta, as categorias e a elaboração de um documento final. O novo Projeto de Lei, após aprovado, terá uma nova agenda de implantação, de estruturação e de retomada das atividades dos conselhos.

Por isso, recomendamos que todos os envolvidos com a Jureia, principalmente as comunidades locais, mantenham-se mobilizados para essa nova fase. Já têm em mãos uma série de documentos e mapas produzidos durante o processo do plano de manejo, com os quais poderão discutir e negociar a nova proposta. Mesmo sem as atividades dos conselhos dos parques e RDSs, as ações dentro da agenda positiva que o Estado de São Paulo vinha implementando por meio da Fundação Florestal vinha implementando devem continuar atendendo às reivindicações das comunidades.

Sobre os beneficiários das UCs

Gostaríamos de ressaltar pontos importantes com relação a esse processo. O Brasil avançou nos últimos anos na consolidação de legislação ambiental e de garantia de direitos para populações tradicionais, reconhecendo seu papel na conservação ambiental. Exemplo de legislação é o próprio Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com as

categorias de unidades de desenvolvimento sustentável, como Reservas Extrativistas (RESEXs) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs). São espaços importantes para a garantia da riqueza da sóciobiodiversidade brasileira.

Entre outros objetivos, essas categorias visam garantir a permanência e os direitos das populações tradicionais nos seus territórios historicamente ocupados historicamente. Essas categorias foram uma reivindicação de comunidades locais que viram durante anos, na Amazônia, no litoral paulista e em outras regiões do país, seu patrimônio histórico cultural ser dilapidado pelas ameaças, pressões e pela expulsão de inúmeras famílias a mando de interesses particulares, empresariais, por grileiros de terra ou mesmo por empreendimentos governamentais. Vale lembrar casos conhecidos na década de 1970, como a expulsão por jagunços de famílias caiçaras de Trindade, e as ameaças que rondaram o Rio Verde (Juréia-Itatins) contra as famílias feitas pela empreiteira Gomes de Almeida, que ali visava construir um condomínio de luxo para milhares de turistas.

O ISA considera que a discussão dos beneficiários do mosaico deve ser retomada junto à comunidade local, com base nos cadastros oficiais realizados, que são documentos que atestam a presença de famílias no interior das UCs desde 1990. As famílias tradicionais da Juréia devem participar deste processo de definição livremente e sem o constrangimento advindo das relações de dependências econômicas e/ou pressões externas. Consideramos que devem permanecer nas UCs de uso sustentável tanto as famílias tradicionais como as demais famílias que constam do antigo Cadastro Geral de Ocupantes bem como seus descendentes. Portanto, o ISA reconhece não somente o direito de permanência de famílias tradicionais, mas também daquelas que não têm outra alternativa de sobrevivência e que mantém relações sociais com as comunidades tradicionais sustentáveis no que diz respeito ao meio.

Finalizando, gostaríamos de ressaltar que é necessária a presença do Estado para fomentar projetos e suprir políticas públicas voltadas à educação, habitação, saúde, cultura e geração de renda para as famílias, que lhes garantam a longo prazo a autonomia e sustentabilidade, ao lado da conservação dos recursos naturais. Ao contrário do que tem ocorrido historicamente, o Estado não pode abdicar de suas responsabilidades no investimento socioeconômico, mesmo depois de terem sido definidos os termos de compromisso e o futuro das várias famílias, bem como não deve abdicar de manter uma boa relação entre as comunidades e as UCs. A Jureia-Itatins, fruto de uma luta também da sociedade civil, é símbolo da sociodiversidade e biodiversidade contida na Mata Atlântica.

O ISA coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários sobre sua atuação na região ao longo deste processo.

ANEXO N – ALTERAÇÕES NA PAISAGEM EM SÉRIES HISTÓRICAS

(Fonte: adaptado de PAYÈS, 2010, p.55).

